



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



KENNELY DE OLIVEIRA FRANÇA ANDRADE

O rural no perímetro urbano de Manacapuru - AM

Orientadora: Dra. Paola Verri de Santana

Manaus – AM
2025

Kennely de Oliveira França Andrade

O rural no perímetro urbano de Manacapuru- AM

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente. Da linha de pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia

Orientadora: Dra. Paola Verri de Santana

Manaus – AM

2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A553r Andrade, Kennely de Oliveira Franca

O rural no perímetro urbano de Manacapuru - AM / Kennely de Oliveira Franca Andrade. - 2025.
242 f. : il., color. ; 31 cm.

Orientador(a): Paola Verri de Santana.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Manaus, 2025.

1. Perímetro urbano. 2. Expansão urbana. 3. Relação rural
urbano. 4. Urbanização. I. Santana, Paola Verri de. II. Universidade
Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.
III. Título

KENNELY DE OLIVEIRA FRANÇA ANDRADE

O RURAL NO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU- AM

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia. Área de concentração: Amazônia: Território e Ambiente. Da linha de pesquisa: Espaço, Território e Cultura na Amazônia

Aprovada em 27 de agosto de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Paola Verri de Santana
Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG/UFAM)

Prof. Dr. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
Universidade Federal Rural de Pernambuco (PPGEOG/UFRPE)

Prof. Dr. Manuel de Jesus Masulo da Cruz
Universidade Federal do Amazonas (PPGEOG/UFAM)

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo maravilhoso presente que é a vida, pela saúde, sabedoria e pelo discernimento necessário para a conclusão deste trabalho. Agradeço, ainda, pela força concedida para superar os desafios diários, ora aparentemente gigantes e intransponíveis, ora mais leves, mas, em todos os momentos, certos de que Ele esteve à frente, conduzindo e resolvendo cada situação. Sou grata pelo privilégio e pela oportunidade de crescimento mental e intelectual durante este período.

Aos meus pais, meus verdadeiros super heróis sem capa, seu José Emiliano de França e Maria da Piedade Oliveira França, agradeço por serem exemplos vivos de caráter, força, amor e dedicação. Foram e continuam sendo minha inspiração, ajudando a sustentar meus passos com coragem e fé. Ao meu irmão Kennedy Oliveira França, agradeço pelo apoio e incentivo, pela presença silenciosa, mas sempre firme, ao meu lado. Essa conquista também é de vocês, que fazem parte da base sólida sobre a qual construí este caminho.

À minha filha Kemyla Andrade, minha colega de profissão, companheira nos momentos de incerteza, agradeço por estar ao meu lado sempre. Sua presença me ajudou a enxergar com mais clareza os obstáculos do caminho, trazendo leveza e coragem quando mais precisei. Ao meu esposo Nagilton Andrade, meu parceiro incansável, sou profundamente grata por todo incentivo, paciência e apoio em cada etapa desta jornada. Seu companheirismo e ajuda constante foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Em especial à minha orientadora, Paola Verri de Santana, expresso minha profunda gratidão pela orientação, generosa e sempre atenciosa ao longo de todo o percurso deste mestrado. Sua competência acadêmica, disponibilidade constante e confiança em meu trabalho foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço pelas valiosas contribuições, pelos ensinamentos que ultrapassaram os limites da sala de aula e por ter sido uma inspiração profissional e humana em todos os momentos desta caminhada, me apoiando nesse desafio no campo científico.

Às queridas amigas Vierna Nascimento e Valdineia Ruiz, registro minha sincera gratidão pelo apoio constante ao longo desta jornada. Agradeço por estarem sempre presentes, me acompanhando nos trabalhos de campo, me incentivando nos momentos desafiadores e contribuindo de forma significativa para a construção e

conclusão desta pesquisa. A parceria que se formou desde a graduação, o companheirismo e a amizade de vocês foram fundamentais para que este processo fosse mais leve, produtivo e cheio de significado.

Agradeço ao agente de saúde Sr. Nédio Silveira pelo valioso apoio com a logística e pela dedicação incansável na obtenção de informações fundamentais para esta pesquisa. Sua colaboração foi essencial. Sou imensamente grata por sua generosidade e empenho.

Agradeço ao meu cunhado Luan Antunes, sempre prestativo e disposto a colaborar com a logística de transporte, e à minha amiga e cunhada Nadiane Andrade, pela parceria constante, pelo incentivo e pelo apoio generoso ao longo desta caminhada.

Com gratidão, agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEOG, pelo apoio contínuo, pelas aulas enriquecedoras e pelas valiosas indicações de leitura, que foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e intelectual. Estendo meus agradecimentos à Universidade Federal do Amazonas-UFAM, pelo acolhimento e pela estrutura oferecida, essenciais para a realização deste trabalho.

Agradecimentos ao Núcleo de Estudos e pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB, também aos colegas de departamento, por todo acolhimento, incentivo e apoio.

Finalmente a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio concedido por através da bolsa de pesquisa.

Que os nossos esforços desafiem as impossibilidades, lembrai-vos de que as grandes coisas do homem foram conquistadas do que parecia impossível.

(Até acontecer, tudo é impossível)

Charles Chaplin

RESUMO

A expansão urbana em Manacapuru, impulsionada por alterações legislativas no perímetro urbano, tem provocado transformações nas comunidades rurais. Esse processo revela contradições entre o urbano do ponto de vista jurídico e as condições reais de infraestrutura e acesso a serviços públicos. Exemplificam essa realidade as comunidades Nossa Senhora das Graças, ribeirinha e separada da cidade pelo Rio Solimões, e Bom Jardim, ligada pela rodovia e distante vinte e dois quilômetros do centro da cidade. Ambas convivem com a sobreposição entre práticas rurais e influências urbanas, refletindo os limites da integração territorial promovida pela legislação vigente. Este estudo analisa o processo de expansão da cidade de Manacapuru, considerando a lei do perímetro urbano e as mudanças ocorridas nas comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim. A pesquisa apresenta as dinâmicas rural-urbano presentes nas duas comunidades inseridas no perímetro urbano, por meio de investigação que lida com a visão dicotômica entre esses espaços, além de demonstrar a realidade de acesso aos serviços públicos e examinar as atividades laborais e relações econômicas desenvolvidas pelos moradores, bem como as mudanças após a implementação da lei de 2012. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com base em trabalhos de campo realizados nas comunidades. Foram aplicados formulários e realizadas observações diretas, buscando compreender as dinâmicas socioespaciais, os modos de vida e as transformações após a inclusão das áreas no novo perímetro urbano de Manacapuru. Os resultados evidenciam que ambas as comunidades vivenciam um processo contínuo de transição entre o rural e o urbano, marcado por contradições e desigualdades. Embora ambas tenham sido inseridas legalmente no perímetro urbano em 2012, ainda enfrentam falta de infraestrutura e serviços públicos básicos. A comunidade Bom Jardim apresenta sinais mais acentuados de integração ao urbano, impulsionada pelo acesso rodoviário e a mudança no perfil ocupacional dos moradores. Nossa Senhora das Graças, com acesso exclusivamente fluvial, preserva práticas rurais e enfrenta maiores desafios estruturais. Em ambas, nota-se a coexistência de elementos do rural e do urbano, revelando que a expansão urbana ocorreu sem o devido planejamento e sem políticas públicas que assegurassem uma transição.

Palavras-chave: Perímetro urbano; Expansão urbana; Relação rural urbano; Urbanização.

ABSTRACT

Urban expansion in Manacapuru, driven by legislative changes to the urban perimeter, has led to transformations in rural communities. This process reveals contradictions between what is legally urban and the real conditions of infrastructure and access to public services. Examples of this are the communities of Nossa Senhora das Graças, on the banks of the river and separated from the city by the Solimões River, and Bom Jardim, linked by the highway and 22 kilometres from the city centre. Both live with the overlap between rural practices and urban influences, reflecting the limits of territorial integration promoted by current legislation. This study analyses the process of expansion of the city of Manacapuru, considering the urban perimeter law and the changes that have occurred in the Nossa Senhora das Graças and Bom Jardim communities. The research presents the rural-urban dynamics present in the two communities within the urban perimeter, through an investigation that deals with the dichotomous view between these spaces, as well as demonstrating the reality of access to public services and examining the labour activities and economic relations developed by the residents, as well as the changes following the implementation of the 2012 law. A qualitative approach was adopted, based on fieldwork carried out in the communities. Forms were applied and direct observations were made in order to understand the socio-spatial dynamics, ways of life and transformations following the inclusion of the areas in the new urban perimeter of Manacapuru. The results show that both communities are experiencing a continuous process of transition between rural and urban, marked by contradictions and inequalities. Although both were legally included in the urban perimeter in 2012, they still face a lack of infrastructure and basic public services. The Bom Jardim community shows more pronounced signs of integration into the urban area, driven by road access and a change in the occupational profile of residents. Nossa Senhora das Graças, with exclusively river access, preserves rural practices and faces greater structural challenges. In both cases, elements of rural and urban life coexist, revealing that urban expansion occurred without proper planning and without public policies to ensure a transition.

Keywords: Urban perimeter; Urban expansion; Rural-urban relationship; Urbanization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: localização da área de estudo	20
Figura 02: Mapa com os municípios limites de Manacapuru.	21
Figura 03: Localização da Comunidade Nossa Senhora das Graças	22
Figura 04: Localização da comunidade Bom Jardim	23
Figura 05: Mapa de localização da área estudada.	27
Figura 06: Apresentação dos critérios de inclusão e exclusão.	30
Figura 07: Balsa do Rio Ariaú	58
Figura 08: Antiga casa aviadora e atual Sesc Restauração.	60
Figura 09: Primeira e segunda usina Termoelétrica de Manacapuru.....	61
Figura 10: Travessia do Rio Negro pela balsa.....	62
Figura 11: Ponte Jornalista Phelippe Daou.	63
Figura 12: Demonstrativo da modificação da Avenida Cristo Rei ao longo dos anos.	67
Figura 13: Uma das primeiras empresas de transporte regular de Manacapuru.	69
Figura 14: Olaria da família Alves	70
Figura 15: Primeiras escolas de Manacapuru.	71
Figura 16: Primeiro reservatório de água e como está atualmente.....	72
Figura 17: Realidade da infraestrutura de Manacapuru durante enchente.	74
Figura 18: Principais ações que demonstram o crescimento urbano de Manacapuru.	78
Figura 19: Região Metropolitana de Manaus.....	80
Figura 20: Centralidade da comunidade Nossa Senhora das Graças	104
Figura 21: Centro Social Geovane B. Mendonça	105
Figura 22: Campo de futebol sendo usado como pasto.....	106
Figura 23: Casa construída em palafitas acima do nível de transbordamento do rio	107
Figura 24: Equipamento transmissor de internet via satélite	108
Figura 25: Caminho usado na comunidade Nossa Senhora das Graças.....	109
Figura 26: Placa de identificação e Ramal Nova Esperança.	111
Figura 27: Igreja Assembleia de Deus.....	113
Figura 28: Vicinais ainda sem asfaltamento	115
Figura 29: Placa de identificação e entrada do ramal da comunidade Rei Davi	116

Figura 30: Placa de identificação e entrada do ramal da comunidade Paru	116
Figura 31: Placa de identificação e entrada do ramal Anjo Gabriel	116
Figura 32: Televisão e antena nas residências	119
Figura 33: Conta de energia elétrica com encargos de iluminação pública	119
Figura 34: Poço tubular e Caixa de armazenamento.....	121
Figura 35: Terreno alagado com a cheia do rio.	124
Figura 36: Taberna na comunidade Nossa Senhora das Graças:	127
Figura 37: Ponto de venda de estivas e bebida alcoólicas	128
Figura 38: Escola Getúlio Vargas	131
Figura 39: Barco e A jato de transporte escolar	132
Figura 40: Meio de transporte usado na comunidade Nossa Senhora das Graças	134
Figura 41: Alguns dos eletrodomésticos usados na comunidade Bom Jardim	139
Figura 42: Poço tubular na comunidade Bom Jardim	141
Figura 43: Comércios nas residências (tabernas).	143
Figura 44: Mercadinhos na comunidade Bom Jardim.....	144
Figura 45: Clube Ibi-kúara, Bom Jardim	146
Figura 46: Venda de gasolina na residência.....	147
Figura 47: Posto de Saúde Maria Zilda Pereira Gonzaga.....	148
Figura 48: Escola Boas Novas na comunidade Bom Jardim	151
Figura 49: Transporte escolar em Bom Jardim.....	152
Figura 50: Coleta de lixo em Bom Jardim.....	154
Figura 51: Paredão de som em Bom Jardim	164
Figura 52: Diversidade de cultivos	177
Figura 53: Desfibramento da malva	179
Figura 54: Processo de secagem da malva	181
Figura 55: Casa de farinha da comunidade Nossa Senhora das Graças e o trabalho de raspagem da mandioca realizado por mulheres	183
Figura 56: Possesso da produção de farinha	184
Figura 57: Criação de galinha no quintal das residências	186
Figura 58: Criação de gado na comunidade Nossa Senhora das Graças	187
Figura 59: Barcos de pesca	188
Figura 60: Produção pesqueira e o flutuante de comercialização do pescado	189
Figura 61: Cultivo em Bom Jardim	193
Figura 62: Produção de farinha em Bom Jardim	196

Figura 63: Tanque de criação de peixe na comunidade Bom Jardim	197
Figura 64: Pescaria na comunidade Bom Jardim	198
Figura 65: Plantio de maracujá	203
Figura 66: Galinhas criadas em gaiolas	205

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Crescimento populacional de Manacapuru dos anos de 1970 a 2022 ..	24
Gráfico 02: Inversão no perfil populacional urbano e rural de Manacapuru (1970 a 2024).....	86
Gráfico 03: A água de uso doméstico é extraída de qual fonte?	122
Gráfico 04: Qual tipo de água é usado durante a cheia do rio para beber.....	125
Gráfico 05: Demonstrativos dos serviços que os comunitários gostariam que fosse melhorado ou implementado:	137
Gráfico 06: Demonstrativo da origem de água potável na comunidade Bom Jardim	142
Gráfico 07: Demonstrativo do tipo de transporte usado no deslocamento para o hospital em caso de emergência médica	149
Gráfico 08: Demonstrativo dos serviços que os comunitários gostariam que fosse melhorado ou implementado na comunidade.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Apresentação dos trabalhos da revisão sistemática.	30
Quadro 02: Apresentação dos principais resultados da revisão sistemática.	32
Quadro 03: Origem e significado dos termos cidade – campo e urbano – rural.....	38
Quadro 04: Loteamentos na cidade de Manacapuru	87
Quadro 05: Leis de expansão do perímetro urbano da cidade de Manacapuru	93
Quadro 06: Elementos que caracterizam a produção camponesa.....	172
Quadro 07: Demonstrativo dos peixes protegidos no período de Defeso.....	190
Quadro 08: Demonstrativo da infraestrutura da comunidade Nossa Senhora das Graças	207
Quadro 09: Elementos estruturantes da comunidade Bom Jardim	209

LISTA DE SIGLAS

ACS	Agente Comunitário em Saúde
ADAF	Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas
BEA	Banco do Estado do Amazonas
ETA's	Estações de Tratamento
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IPAAM	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITR	Imposto sobre a propriedade territorial rural
RMM	A criação da Região Metropolitana de Manaus
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UBS	Unidade Básica de Saúde
SEPROR	Secretaria de Produção Rural
SIN	Sistema Interligado Nacional

Sumário

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1 - CONCEPÇÕES DO RURAL E DO URBANO: CONTRADIÇÕES E CONTEXTOS FRENTE AO NOVO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU ...	20
1.1. ÁREA DE ESTUDO	20
1.2. REVISÃO SISTEMÁTICA	28
1.3. ESPAÇO RURAL E O ESPAÇO URBANO, O CAMPO E A CIDADE: A SUPERAÇÃO DE RELAÇÕES DICOTÔMICAS	37
1.4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANACAPURU	53
1.5. EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU E SUAS CONTRADIÇÕES	82
1.5.1. A LEI TAMBÉM CONSOLIDA?.....	90
CAPITULO 2 – A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E BOM JARDIM E A ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS URBANOS ..	99
2.2 FORMAÇÃO DE COMUNIDADE	99
2.2.1 Comunidade Nossa Senhora das Graças	102
2.2.2. Comunidade Bom Jardim	110
2.3 Os Serviços Urbanos e a Infraestrutura Básica: Comunidade Nossa Senhora das Graças	117
2.3.1 Fornecimento e Uso de Energia	117
2.3.2 Fornecimento e Uso da Água	120
2.3.3 Participação do Comércio.....	126
2.3.4 Oferta e Integração aos Serviços de Saúde	128
2.3.5 Dinâmicas e Possibilidades de Atendimento do Sistema Educacional	131
2.3.6 Transporte e mobilidade na comunidade Nossa senhora das Graças	133
2.3.7 Serviço postal	134
2.3.8 Coleta de resíduos sólidos – Nossa Senhora das Graças	135
2.4 OS SERVIÇOS URBANOS E A INFRAESTRUTURA BÁSICA: COMUNIDADE BOM JARDIM	138
2.4.1 Fornecimento e Uso de Energia	138
2.4.2 Fornecimento e Uso da Água	140
2.4.3 Participação do Comércio.....	143
2.4.4 Oferta e Integração aos Serviços de Saúde	148
2.4.5 Dinâmicas e Possibilidades de Atendimento do Sistema Educacional....	150
2.4.6 Transporte e mobilidade na comunidade Bom Jardim	152

2.4.7 Serviço Postal.....	153
2.4.8 Coleta de resíduos sólidos – Bom Jardim	154
2.5 ENTRE O CONTÍNUO E O DESCONTÍNUO: ARTICULAÇÕES DAS COMUNIDADES INSERIDAS NO ESPAÇO URBANO DE MANACAPURU	157
CAPITULO 3 – A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DA RENDA NAS COMUNIDADES SOB OS EFEITOS DA LEI DE EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU	169
3.1 DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS À OCUPAÇÃO LABORAL E TERRITORIAL	169
3.2 A PRODUÇÃO E O CONSUMO: TRABALHO E RENDA NA VIDA DAS COMUNIDADES	176
3.2.1 Agropecuária na comunidade Nossa Senhora das Graças	177
3.2.2 Agropecuária na comunidade Bom Jardim	192
3.2.3 Trabalho formal na comunidade Nossa Senhora das Graças	199
3.2.4 Trabalho formal na comunidade Bom Jardim.....	200
3.3.5 Evidências de investimento pelo poder público para desenvolvimento das comunidades inseridas no perímetro de expansão.	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS	217
ANEXOS.....	229
APÊNDICES	239

INTRODUÇÃO

Analisar o rural e o urbano significa repensar a forma como a sociedade reflete seus hábitos. Significa pensar em conhecer a história de cada lugar, a vivência, as relações e o desenvolvimento ao longo do tempo, a forma como cada espaço vive e se organiza, compreender como as famílias se expressam cotidianamente, buscando seu desenvolvimento em meio a tantas dificuldades intrínsecas, principalmente ao se pensar no meio rural amazônico, que possui uma dinâmica própria, sobretudo ao se considerar um rural isolado e de difícil acesso, onde a acessibilidade não se limita somente ao ir e vir das pessoas, mas também ao acesso a políticas públicas e infraestruturas.

Observáveis em seus modos de vida, nas práticas produtivas e na configuração do território, as comunidades foram oficialmente incorporadas ao perímetro urbano do município em 2012, por deliberação da Câmara Municipal. Essa alteração gerou questionamentos acerca da efetiva presença de características urbanas nesses espaços e sobre as formas de interação dessas comunidades com a sede de Manacapuru, que atualmente convivem com processos próprios de urbanização e enfrentam os desafios decorrentes dessa transição.

O centro de Manacapuru atrai os moradores das comunidades próximas, que buscam acessar os diversos serviços disponíveis apenas no urbano, e em suma indisponíveis ou pouco eficazes em suas localidades. Esse fato mantém a ideia de que a cidade se revela como núcleo de atração aos moradores das comunidades próximas inseridas no perímetro urbano.

Essa situação não afeta apenas as comunidades rurais distantes, mas aquelas inseridas no perímetro urbano pela Lei de Expansão do Perímetro Urbano, Lei Nº 001 de 18 de junho de 2012, a qual altera o art. 1º da Lei Complementar nº 053/2006. Muitas dessas áreas, anteriormente rurais, mantêm tradições do campo, embora o crescimento urbano esteja influenciando os costumes locais, como os estilos de construção e o uso de eletroeletrônicos.

O perímetro urbano pode ser entendido como a área definida por lei municipal como pertencente à zona urbana, distinguindo-se da zona rural. A ideia é orientar o planejamento da cidade, determinando onde o poder público deve garantir infraestrutura, serviços e o cumprimento das funções sociais da cidade. (Silva; Oliveira, 2020)

A expansão do perímetro urbano de Manacapuru, impulsionada por interesses administrativos e financeiros do poder público, gerou impactos nas comunidades rurais incorporadas à zona urbana. A Lei nº 01 de 18 de junho de 2012, provoca o questionamento se as áreas antes de características rurais tinham passado automaticamente a ser classificadas como urbanas, provocando mudanças na dinâmica socioespacial e no acesso aos serviços públicos. Dentre as áreas afetadas, destacam-se as comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, que, apesar de suas particularidades, uma com acesso exclusivamente fluvial e outra com acesso terrestre e fluvial, enfrentam desafios comuns. A reclassificação dessas localidades não foi acompanhada por investimentos em infraestrutura, resultando em dificuldades como a falta de acesso a serviços básicos, o aumento da tarifa de energia elétrica e a necessidade de deslocamento para estudar em outras áreas.

Com o intuito de investigar a expansão do perímetro urbano de Manacapuru, dois espaços foram escolhidos a fim de saber se estavam sendo incluídos nas transformações provocadas pela influência do espaço urbano. Essas comunidades têm adotado costumes característicos do que se pode chamar de novo urbano, que vêm ganhando espaço entre os moradores. Foram observadas tanto transformações quanto permanências, processos que, em parte, têm promovido mudanças positivas na vida da população local, sobretudo pela intensificação da interação com o centro urbano de Manacapuru por exemplo.

Porém, há alguns pontos a serem observados, como é o caso da disponibilidade de serviços nas áreas que vieram a ser consideradas de expansão, onde os moradores conquistam alguns direitos, mas, nem sempre a infraestrutura urbana básica é implementada ou é assegurada na prática.

As áreas rurais, embora estejam sofrendo transformações socioespaciais, ainda preservam muitos de seus costumes. Mesmo com o avanço de modos de vida urbanos, há uma convivência contraditória entre o rural e o urbano, com modos de vida coexistindo e influenciando-se mutuamente. Questiona-se se a expansão do perímetro urbano tem trazido mudanças, com costumes urbanos ganhando espaço, beneficiando os moradores, mas a implementação de serviços públicos nem sempre acompanha a expansão. A hipótese é que, independentemente dessa lei, a urbanização, em meio a expansão capitalista, está intensificando as relações dessas comunidades com as cidades de Manacapuru e Manaus.

A ausência de postos de saúde e outras infraestruturas nessas comunidades é um desafio, levando a população a se deslocar para o centro da cidade, enfrentando dificuldades referentes ao transporte, por se tratar de um serviço limitado ao uso de mototáxi, no caso de Bom Jardim, de voadeiras, no caso de Nossa Senhora das Graças, transportes inadequados para a população idosa, uma vez que Manacapuru ainda não dispõe de transporte coletivo em ônibus ou micro-ônibus para esse fim, por exemplo.

Diante desse cenário, este estudo tem como objetivo geral analisar o processo de expansão da cidade de Manacapuru na área definida pela lei do perímetro urbano, em particular, as mudanças ocorridas nas comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim. Além disso, a pesquisa busca compreender as dinâmicas rural-urbano presentes nas duas comunidades inseridas nesse perímetro urbano, por meio da investigação da relação dicotômica estabelecida entre esses espaços, demonstrar a acessibilidade aos serviços públicos por parte dos moradores das Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim; e também, examinar as atividades e as relações econômicas desenvolvidas pelos moradores dessas comunidades e as mudanças que ocorreram após implementação da lei de 2012.

A pesquisa foi organizada metodologicamente com base na combinação de abordagens quantitativas e qualitativas, buscando descrever os procedimentos adotados e as etapas desenvolvidas ao longo do estudo. Para atingir os objetivos propostos, foram aplicadas técnicas fundamentais voltadas à coleta e interpretação dos dados, o que possibilitou uma compreensão mais ampla e detalhada das comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, ambas localizadas no município de Manacapuru (AM).

A obtenção das informações ocorreu por meio da aplicação de formulários compostos por perguntas abertas e fechadas, abrangendo aspectos socioeconômicos, de infraestrutura, serviços públicos e condições ambientais. Complementarmente, foram realizadas conversas com moradores, lideranças comunitárias e pessoas que mantêm relações diretas ou indiretas com as localidades, com o intuito de captar percepções mais amplas sobre o cotidiano e as transformações sociais.

A comunidade Nossa Senhora das Graças possui 66 moradias e 68 famílias, enquanto a comunidade Bom Jardim apresenta 83 casas e 88 famílias. Considerando esse contexto, foi estabelecida uma amostra de aproximadamente 30 residências em

cada localidade. O processo de seleção aleatória simples, tomou como unidade de análise o núcleo familiar. O abordado preferencialmente foi o chefe da família; em sua ausência, as informações foram obtidas com o morador mais velho presente no momento da visita.

Além disso, empregou-se a observação direta como instrumento complementar de pesquisa, o que permitiu uma aproximação mais concreta da realidade local, possibilitando compreender o cotidiano dos moradores, suas dificuldades e expectativas. A etapa de campo constituiu-se como um dos principais momentos do estudo, por fornecer dados primários e atualizados acerca da área pesquisada.

Foram realizadas quatro visitas à comunidade Nossa Senhora das Graças e cinco à comunidade Bom Jardim, com o objetivo de observar as condições de infraestrutura, mobilidade, acesso a serviços públicos e as dinâmicas sociais presentes em cada uma delas. Durante as atividades de campo, foram feitos registros fotográficos, observações sistemáticas e conversas informais com os moradores, com a finalidade de compreender as transformações territoriais associadas à expansão do perímetro urbano e seus reflexos nas formas de vida locais.

A comunidade Nossa Senhora das Graças distingue-se pela forte presença de atividades ligadas à pesca, à agricultura familiar e à criação de animais, configurando-se em uma área marcada por terrenos de várzea e restrições de acesso. Por sua vez, a comunidade Bom Jardim apresenta uma dinâmica mais próxima à zona urbana, com maior disponibilidade de equipamentos públicos e vias de circulação mais estruturadas, embora ainda mantenha características do meio rural.

Em suma, a investigação busca compreender como os moradores dessas localidades lidam com as transformações impostas, bem como os impactos gerados pela reconfiguração territorial e a relação entre o urbano previsto e real nas áreas recém-integradas ao perímetro urbano.

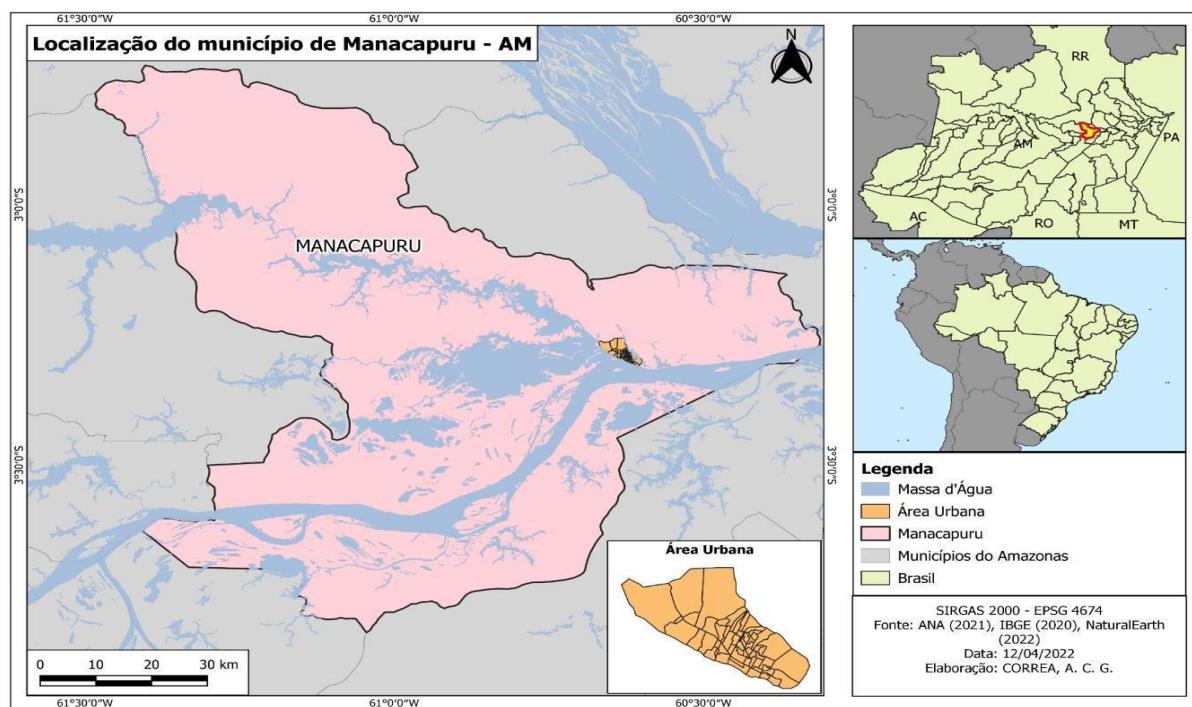
CAPÍTULO 1 - CONCEPÇÕES DO RURAL E DO URBANO: CONTRADIÇÕES E CONTEXTOS FRENTE AO NOVO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU

O capítulo está organizado em cinco tópicos, iniciando com a localização e caracterização da área de estudo. Será dado sequência com a revisão sistemática dos trabalhos selecionados com a finalidade de contribuir com a pesquisa. O desenvolvimento do capítulo segue com a discussão sobre o rural, urbano, campo e cidade, no intuito de apreender de forma mais clara os conceitos e as aplicabilidades. Apresentando o processo de construção e crescimento do urbano de Manacapuru, a fim de compreender os processos que construíram e organizaram o espaço. O último tópico, consta a discussão dos processos de crescimento do perímetro urbano ao longo do tempo, assim como uma análise referente a última lei de expansão do urbano.

1.1. ÁREA DE ESTUDO

Manacapuru é um município pertencente ao estado do Amazonas, integrante da Região Metropolitana de Manaus e tem a sede localizada na margem esquerda do Rio Solimões (Figura 01).

Figura 01: localização da área de estudo

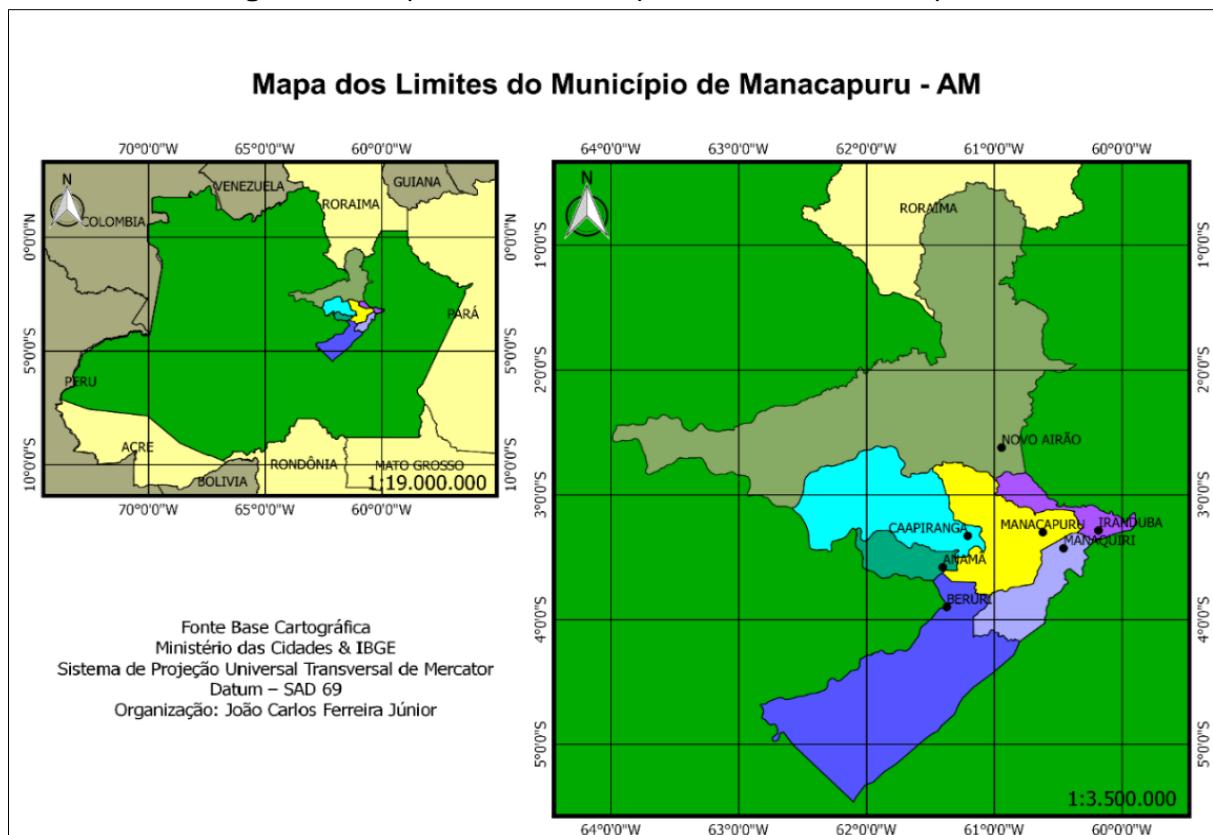


Elaboração: Correa, 2022.

Para se chegar à sede do município, saindo de Manaus, é necessário percorrer por via terrestre 84 km pela AM-070, conhecida como Rodovia Manoel Urbano, usando a ponte Jornalista Phelipe Daou – conhecida como Ponte Rio Negro – que liga Manaus a Iranduba e por extensão a Manacapuru e a Novo Airão. O acesso também é possível por via fluvial percorrendo 102 km partindo de Manaus, passando pelos Rio Negro e Solimões (Seplan, 2012).

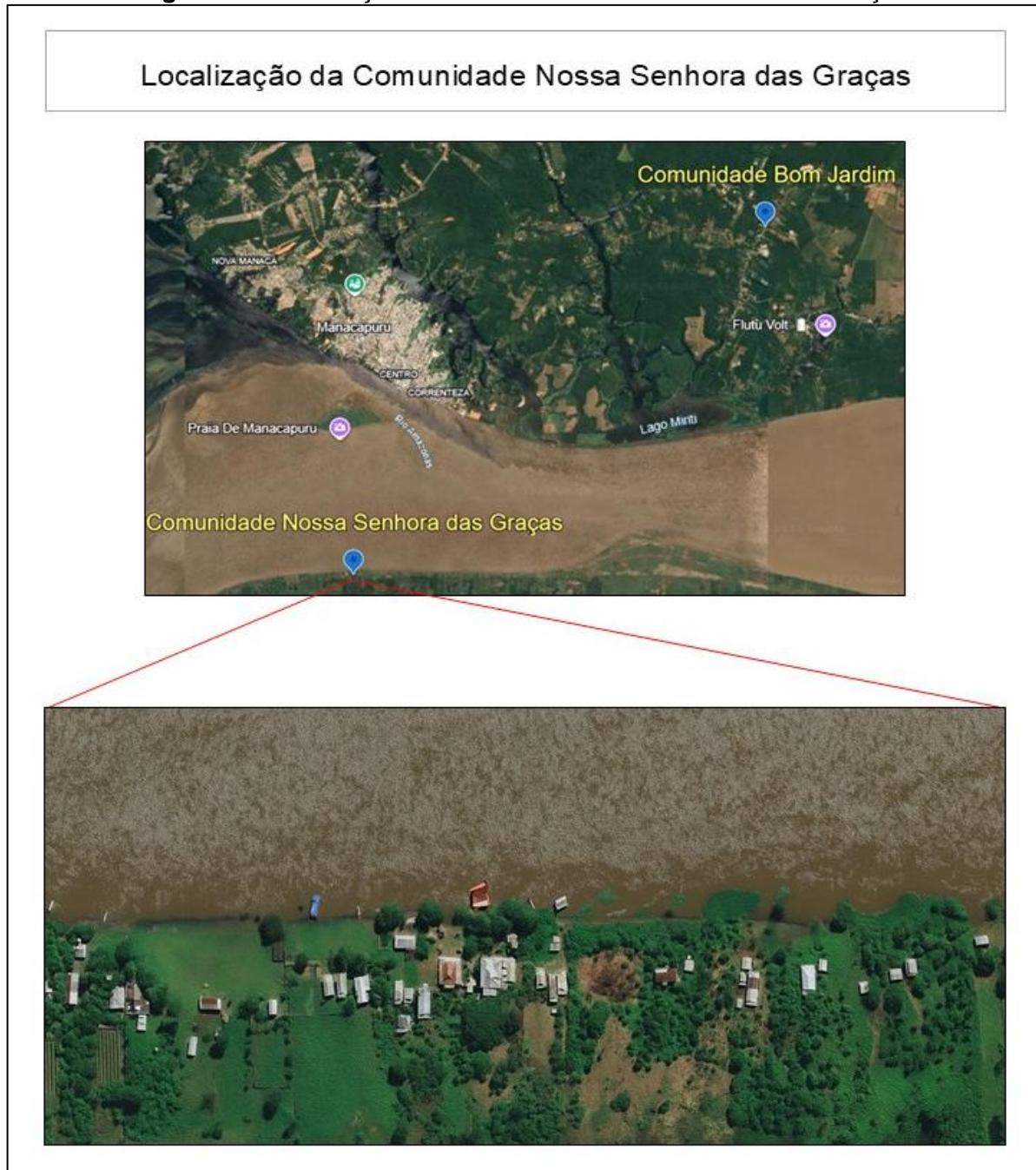
O município possui uma área territorial de 7.336,579 km² (IBGE, 2024). Foi formado com a chegada dos colonizadores portugueses, atraídos pela abundância dos recursos naturais do local. Manacapuru tornou-se município no dia 16 de junho de 1932, pela Lei Estadual nº 1.639 do mesmo ano. Limitando-se com Iranduba, Manaquiri, Beruri, Anamã, Caapiranga e Novo Airão (Seplan, 2012) (Figura 02).

Figura 02: Mapa com os municípios limites de Manacapuru.



Para se chegar na comunidade Nossa Senhora das Graças (Figura 03) é necessário realizar a travessia do rio Solimões, que dura cerca de nove minutos usando voadeira particular. O percurso é de aproximadamente 3,5 km e não consta serviço de transporte coletivo regular para a localidade.

Figura 03: Localização da Comunidade Nossa Senhora das Graças



Elaboração: Andrade, 2025.

A comunidade Bom Jardim (Figura 04) possui acesso a sede do município via fluvial e terrestre, entretanto, após a abertura do ramal Nova Esperança os comunitários passaram a usar somente transporte terrestre para deslocamento, principalmente após o asfaltamento da via.

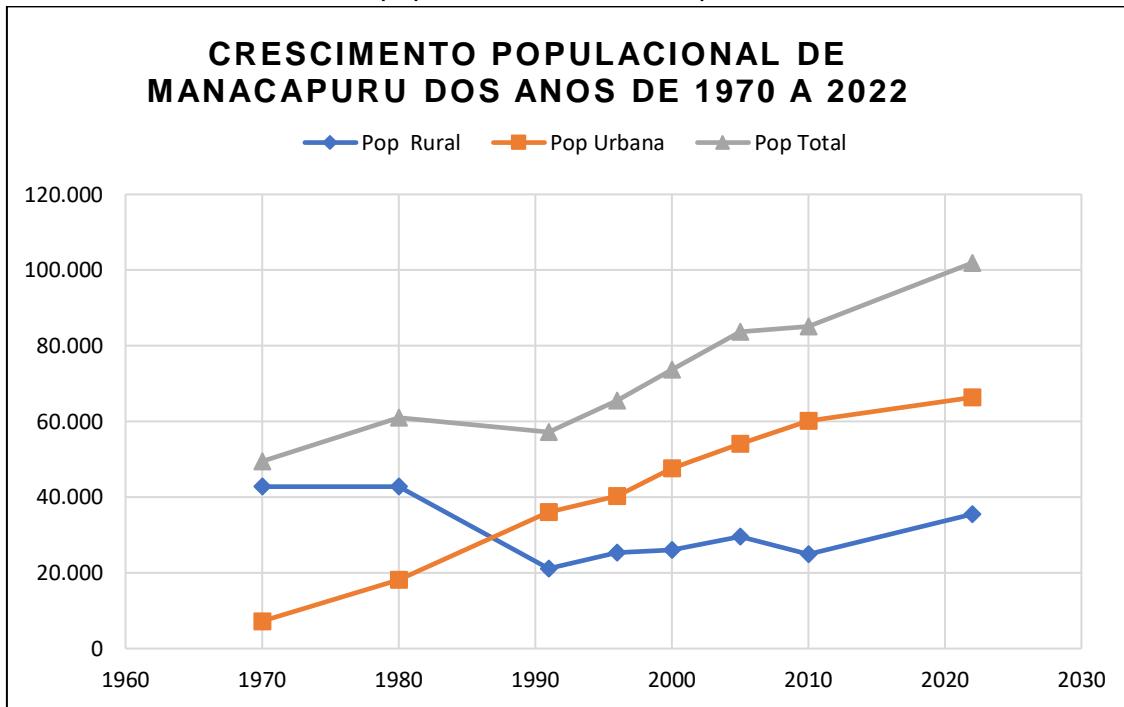
Figura 04: Localização da comunidade Bom Jardim



Elaboração: Andrade, 2025.

Analisando o crescimento da cidade de Manacapuru nas últimas décadas, nota-se ter sido de forma gradual, de acordo com os dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (Gráfico 01).

Gráfico 01: Crescimento populacional de Manacapuru dos anos de 1970 a 2022



Fonte: IBGE, 2024.
Organizado por: Andrade, 2024.

Analisando o Gráfico 01, é possível identificar que, até os anos 1980, a população majoritariamente residia em áreas rurais; entretanto, houve uma mudança significativa nessa mesma década. O município de Manacapuru sofreu uma considerável diminuição da população em sua zona rural, enquanto a área urbana apresentou um aumento significativo, progressivo e constante no número de habitantes, momento em que a população urbana superou a população rural (Santana, 2015).

Á partir desse período o quadro se manteve e a população de Manacapuru continua em sua maioria na área urbana, conforme resultados dos Censos realizados pelo IBGE, refletindo um processo contínuo de urbanização. Cabe esclarecer que o critério legal para a delimitação do perímetro urbano dado por lei, não constitui elemento definidor da população urbana para o IBGE desde 2018, que tem adotado o critério geográfico para tanto, portanto, de acordo com o IBGE a população urbana é referente aqueles que residem em área urbanizada. Haveria que se discutir,

entretanto, que a urbanização não se reduz a transformações físicas e materiais no espaço construído, convém considerar ainda as sociais, culturais.

Algumas comunidades, por força de lei, estão inseridas no perímetro urbano do ponto de vista de gestores e legisladores, por essa razão fica o questionamento, nesta pesquisa, se esta população passa a ter vantagens decorrentes desta transição do rural para o urbano.

Localizada na Costa do Pesqueiro, uma das áreas mais antigas da região, a comunidade Nossa Senhora das Graças não se caracteriza como remota, mas sim por sua proximidade ao centro urbano. Ao longo dos anos, tem vivenciado um processo gradual de modernização. Apesar de estar separada do centro de Manacapuru pelo rio, o que restringe parcialmente seu acesso e a integração direta com a cidade, essa comunidade de várzea vem incorporando pequenas inovações que refletem mudanças significativas em seu cotidiano.

Entre essas transformações, destacaram-se o uso do querosene para iluminação e, mais recentemente, a adoção de motores de luz portáteis, posteriormente, o uso de energia elétrica que possibilitou melhorias nas condições de vida e nas atividades domésticas. Ainda assim aspectos do modo de vida tradicional de seus moradores tem resistido.

A comunidade Bom Jardim é mais recente em comparação à comunidade Nossa Senhora das Graças, apresentando um processo de formação e consolidação distinto da anteriormente mencionada. A comunidade mantém uma relação mais estreita com a sede municipal, especialmente devido à presença do transporte terrestre, que facilita a integração social e econômica. Essa acessibilidade também possibilita o fluxo mais eficiente de mercadorias e serviços, contribuindo para o fortalecimento das dinâmicas locais.

A comunidade Nossa Senhora das Graças está situada em área de várzea. Embora sua localidade seja periodicamente marcada pela inundação dos rios, essa condição favorece o desenvolvimento de vegetações adaptadas e proporciona elevada produtividade primária. Nessas áreas, também se destacam diversos serviços, tais como: a caça, a pesca e a agricultura — sendo boa parte da produção agrícola destinada aos centros urbanos. Em contrapartida, a comunidade Bom Jardim encontra-se em área de terra firme onde predomina uma floresta alta e densa, com grande diversidade estrutural, que não sofre alagamentos, mas que apresenta, em geral, solos mais pobres em nutrientes. Dessa forma, enquanto a várzea se

caracteriza pela fertilidade e pela instabilidade das águas, a terra firme apresenta uma dinâmica ecológica mais constante.

Conforme análises sobre a dinâmica fluvial da Amazônia (Gonçalves, 2024), as várzeas correspondem a áreas que sofrem inundações periódicas causadas pelos rios de água branca, formando amplas planícies resultantes da deposição de sedimentos. Essas áreas destacam-se pela elevada fertilidade e pela importância ambiental e econômica, sustentando práticas de agricultura e pesca. Já a planície de inundação representa a feição geomorfológica originada pelos transbordamentos sazonais dos rios, os quais promovem a deposição contínua de materiais e a regeneração dos solos. As terras firmes, por sua vez, localizam-se em cotas mais altas, fora do alcance das cheias, caracterizando-se por solos mais antigos e menos férteis.

Assim, a configuração da paisagem amazônica resulta da interação entre esses três compartimentos, várzea, planície de inundação e terra firme, que, embora apresentem diferenças físicas e ecológicas marcantes, mantêm entre si relações de interdependência ambiental e socioeconômica.

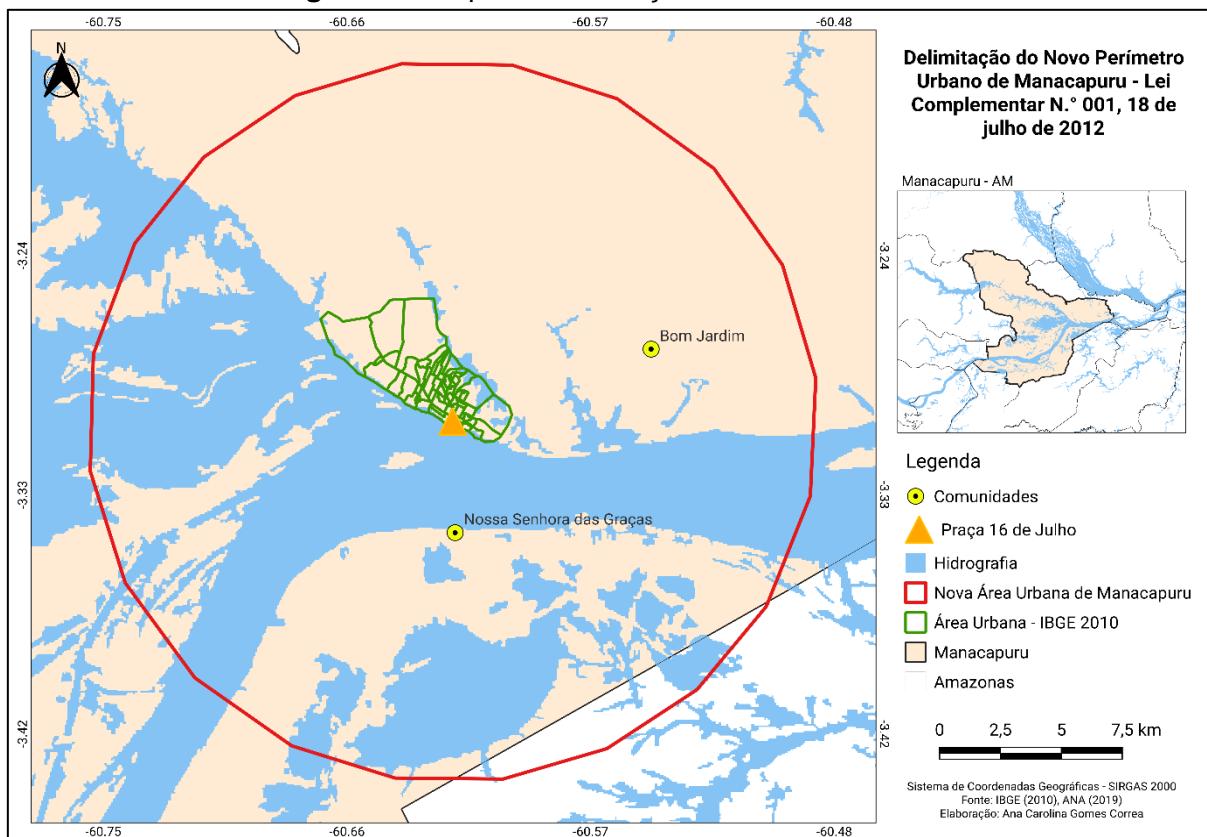
A inclusão de comunidades rurais no perímetro urbano, a título de projeção, poderia permitir que se beneficiassem de políticas públicas urbanas, como infraestrutura de esgoto sanitário, rede de água potável, energia elétrica, transporte público e equipamentos de saúde e educação. Entende-se que, quando as áreas rurais se tornam urbanas, tornam-se formalmente elegíveis para uma série de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano sustentável. Entretanto, nem sempre esses direitos sociais e territoriais são colocados em prática no curto, no médio e mesmo no longo prazo.

Diante do aumento da população e a expansão da área urbanizada de Manacapuru, o poder público no ano de 2012, criou e aprovou na Câmara Municipal uma lei complementar, alterando o perímetro urbano, por meio da lei Nº 001, de 18 de junho 2012, a qual menciona que:

Art. 1º - O Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, fica definido na forma seguinte: O PERIMETRO URBANO E DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE MANACAPURU se estenderá por um raio de 15 Km, tendo como origem a Praça 16 de julho, mais especificamente definido o marco zero o Monumento nela erguido em homenagem ao Ministro Valdemar Pedrosa.

Ou seja, a partir da Lei 01/2012, fica estabelecido que toda a área territorial dentro do raio de 15 km, a contar do marco zero na Praça 16 de Julho, passa a ser considerada oficialmente urbana (Figura 05). Sendo assim, ambas as comunidades, Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, passaram a ser consideradas urbanas para fins de planejamento municipal, como desdobramento direto da implementação da lei.

Figura 05: Mapa de localização da área estudada.



Elaborado por: Correa 2023.

Nesse contexto, é importante o papel do Plano Diretor Municipal, pois esse é uma ferramenta na organização territorial. Em Manacapuru, o Plano Diretor vigente deve orientar o processo de expansão urbana, determinando e orientando a respeito do uso do solo, o fornecimento de serviços públicos e a integração entre áreas urbanas e rurais. Contudo, a reclassificação de comunidades como urbanas, sem o apropriado acompanhamento de infraestrutura e políticas públicas adequadas, revela falhas na execução ou mesmo na renovação do instrumento de planejamento.

O Art. 5º do Plano Diretor de Manacapuru estabelece os objetivos específicos desse instrumento de planejamento urbano, destaca-se:

I - Estabelecer o perímetro urbano municipal; II- Definir diretrizes para a elaboração dos planos municipais de saneamento ambiental, habitação e mobilidade; III Definir investimentos públicos prioritários na promoção do saneamento ambiental, em melhorias nas condições de mobilidade, em melhorias na geração e fornecimento de energia elétrica e na iluminação pública, na implantação de equipamentos comunitários e no fortalecimento da administração pública municipal. IV Estabelecer normas de uso e ocupação do solo urbano, e diretrizes para o desenvolvimento rural; V - Estabelecer zona para expansão urbana.

O conjunto de diretrizes contidas no Plano Diretor evidencia as instruções para organizar e planejar o crescimento urbano de Manacapuru de forma mais estruturada, sinalizando uma preocupação com a expansão territorial, a infraestrutura e o desenvolvimento equilibrado entre o meio urbano e rural. Porém, mesmo almejando tais objetivos, o Plano Diretor não acompanha as transformações ocorridas no espaço urbano de Manacapuru, visto que foi elaborado em 2006, refletindo uma realidade socioespacial e demográfica distinta da atual, não abrangendo a lei de modificação do novo perímetro urbano, promulgada em 2012. Por essa razão, o Plano Diretor não desempenha papel central na regulação e no planejamento urbano atual, tendo em vista sua evidente desatualização.

Mesmo que o Plano Diretor não cumpra plenamente sua função, é necessário considerar suas diretrizes. No entanto, representa um desafio para o poder público implementar, com eficiência, os equipamentos urbanos e os serviços públicos em áreas afastadas da centralidade, como é o caso das duas comunidades analisadas nesta pesquisa. Esse desafio se intensifica no contexto amazônico, onde algumas localidades estão distantes da sede municipal, mesmo quando há ligação por estrada, ou se tratam de comunidades ribeirinhas com número reduzido de famílias.

1.2. REVISÃO SISTEMÁTICA

Analisar a literatura é um momento fundamental na elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos. Realizar uma revisão sistemática previne a repetição de estudos e permite, quando desejado, a reutilização e a aplicação de pesquisas em diferentes níveis e contextos. Nesse sentido, a revisão sistemática é uma técnica moderna utilizada para resumir e compilar informações, dando subsídios, por se tratar de “uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos específicos, e que busca entender e dar alguma logicidade a um grande corpus documental, especialmente,

verificando o que funciona e o que não funciona num dado contexto" (Galvão e Ricarte, 2019, p. 58).

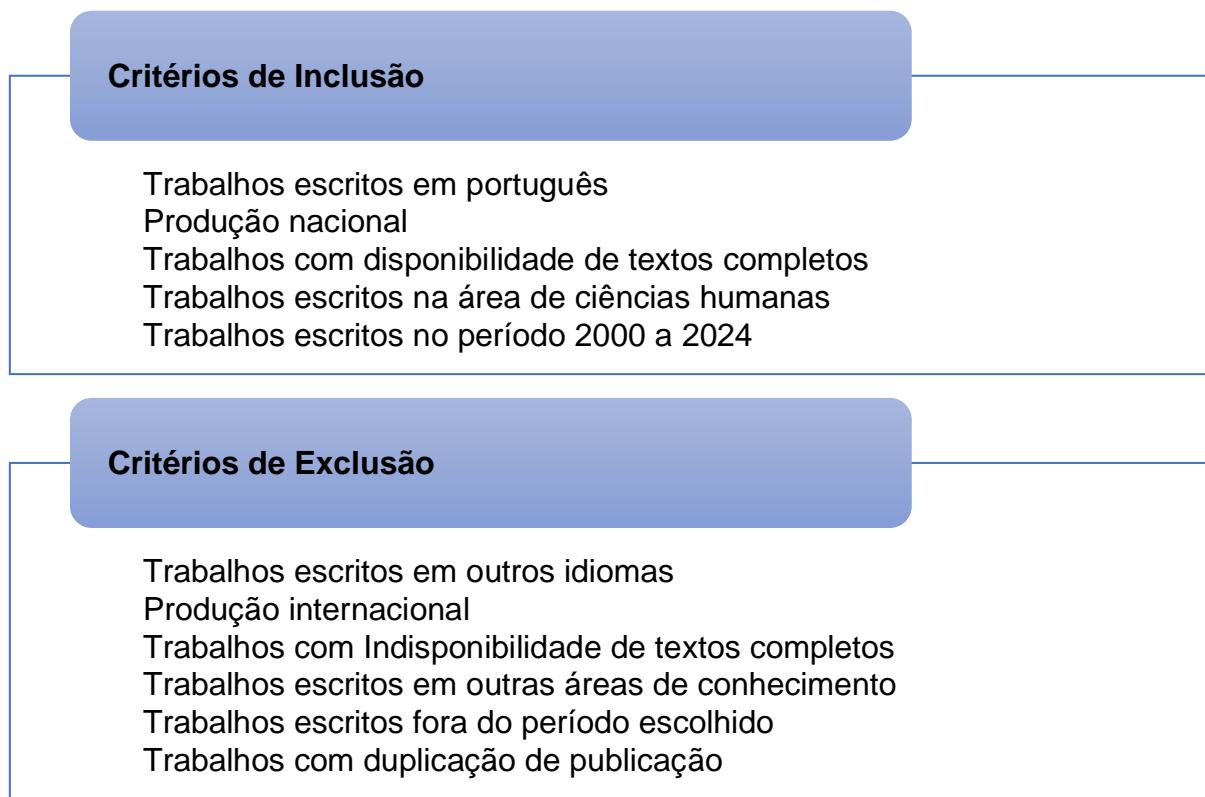
Além disso, ao empregar métodos sistemáticos, essa abordagem contribui para que a análise dos resultados seja mais precisa e imparcial. "Uma revisão sistemática, assim como outros tipos de estudo de revisão, é uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre determinado tema" (Sampaio e Mancini, 2007, p. 84), com o uso desse tipo específico de investigação obtém-se um resumo das evidências.

As revisões sistemáticas são especialmente úteis para consolidar as informações provenientes de um conjunto de estudos realizados de forma independente sobre uma determinada temática, (Sampaio e Mancini, 2007). "A revisão sistemática de literatura é uma pesquisa científica composta por seus próprios objetivos, metodologia, resultados e conclusão", (Galvão e Ricarte, 2019, p. 59). Ao oferecer um resumo claro e detalhado de todos os estudos sobre um determinado tema, permite incluir uma gama maior de resultados importantes, isso evita que as conclusões sejam baseadas em análise de artigos aleatórios.

A finalidade da revisão sistemática foi de ampliar as discussões sobre o espaço urbano, o espaço rural, o campo, a cidade, a relação do rural e o urbano e a urbanização. O intuito foi facilitar análises e de modo a contribuir com a presente proposta.

Inicialmente foi realizada uma busca através do banco de dados Periódicos – CAPES, usando os operadores booleanos, combinando termos a fim de otimizar a pesquisa dentro do sistema selecionado, sendo eles: AND, OR e NOT (E, OU e NÃO). Com base nos objetivos da pesquisa foram usadas as palavras Rural-Urbano AND Cidade-campo obtendo um resultado de 1.015 trabalhos. Posteriormente foram usados critérios (Figura 06) de inclusão e exclusão no intuito de filtrar, deixando apenas os trabalhos mais relevantes, que pudessesem de fato apresentar uma correlação significativa

Figura 06: Apresentação dos critérios de inclusão e exclusão.



Elaboração: Andrade, 2024.

Após a aplicação dos critérios, foram excluídos 1.080 trabalhos e 15 foram incluídos, os quais posteriormente foram analisados, apresentando maior contribuição para a pesquisa, organizados por ano de publicação, e apresentados a seguir (Quadro 01), posteriormente foram exibidos os principais resultados (Quadro 02).

Quadro 01: Apresentação dos trabalhos da revisão sistemática.

Nº	Autor	Titulo	Revista	Ano
1	João Rua	A ressignificação do rural e as relações cidade-campo: Uma contribuição geográfica.	Revista da ANPEGE	2005
2	-Sarah Pereira Soares -Francisco Chagas Evangelista Rabêlo	Desenvolvimento e urbanização: senso e contrassenso do desenvolvimentismo.	Desenvolvimento em Questão	2011
3	Celso Donizete Locatel	Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil	Mercator	2013

4	Celso Antonio Favero	Urbanidades e ruralidades no semiárido da Bahia: o olhar de um grupo de pesquisa da UNEB.	Revista ComSertões	2015
5	-Klívia de Cássia Silva Nunes -Luiz Bezerra Neto	Urbano e Rural: contradições e influências no (re)pensar da ruralidade no Brasil.	Revista Exitus	2016
6	-Mónica Castañeda Gómez -Wilma Gomes Souza	Grandes empreendimentos, valorização do capital e transformações rural-urbano.	Rural & urbano	2016
7	Rosa Ester Rossini	O Rural e o Urbano/A Cidade e o Campo: suas relações com a força de trabalho e com a terra no estado de São Paulo e no Brasil de ontem e de hoje.	Rural & Urbano	2017
8	Francisco Gildevan Holanda do Carmo	Representações do “Rural”: como definir este espaço em meio à maior complexidade da rede de “interdependências”?	Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas.	2017
9	-Suzane Tosta Souza - Jânio Roberto Diniz dos Santos -Victor Andrade Silva - Fátima Crislaine Batista Rocha Leal	A reafirmação da dialética campo-cidade na Produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da Realidade concreta.	Campo-Território: Revista De Geografia Agrária	2017
10	Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega	Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano.	Rural & Urbano	2017
11	Raphael Henrique Ferreira Potratz	Do rural ao urbano: uma compilação de Lefebvre acerca da relação campo/cidade.	Revista Rua	2018
12	Macsuelli Silva Santos Altemar Amaral Rocha	As relações rurais e urbanas no Povoado Lagoa de Juazeiro – Ba.	Rural & Urbano	2020
13	Flamarión Dutra Alves	Apontamentos teórico-metodológicos sobre a Ruralidade.	Rural & Urbano	2021

14	Jahan Natanael Domingos Lopes	Ontologia da Genealogia Regional: Campo-Cidade, Rural-Urbano e agrário- Industrial.	Caderno de Geografia	2024
15	-Jovenildo Cardoso Rodrigues -Rodrigo Luciano Macedo Machado -Luciano Rocha da Penha -Adolfo Oliveira Neto	Interfaces Do Rural e do Urbano na Cidade de Barcarena, Amazônia Paraense.	InterEspaço	2024

Elaboração: Andrade, 2024.

Quadro 02: Apresentação dos principais resultados da revisão sistemática.

Títulos Autor (ano)	Principais resultados da revisão sistemática
A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica João Rua - 2005	É demonstrado a existência de uma espacialidade integrada a um urbano espalhado pelo território e que há um rural com características locais que interage com esse urbano. Essas interações transformam os espaços rurais em territórios híbridos, onde acontecem distintas formas de apropriação e dominação. As marcas dessa hibridez são as urbanidades no rural, que integram várias escalas necessárias para a ação política. As manifestações resultantes da expansão da urbanização em áreas rurais.
Desenvolvimento e Urbanização: Senso e Contrassenso do Desenvolvimentismo. -Sarah Pereira Soares -Francisco Chagas Evangelista Rabêlo – 2011	O texto examina como Jacques Lambert e Luiz Ribeiro abordam a relação entre desenvolvimento e urbanização. Lambert vê a cidade como central para o desenvolvimento e Ribeiro analisa questões referentes ao urbano no Brasil e o impacto da globalização, dando ênfase à persistência das desigualdades sociais e à necessidade de ações efetivas e coletivas para superá-las. Afirmando que as divisões sociais resultam do desenvolvimento, não do subdesenvolvimento.
Da dicotomia rural-urbano à urbanização do território no Brasil. Celso Donizete Locatel - 2013	Pensar os espaços pela dicotomia campo-cidade revela-se obsoleta na análise territorial. Em oposição, é mais apropriado a consideração de que ambos os espaços são interdependentes e integrados. Onde o espaço rural deve ser visto como parte do processo de urbanização. Destacando que o processo de urbanização não se limita às áreas urbanas, afeta o espaço rural, transformando e incorporando ciência e técnica, além de práticas culturais diversas.

<p>Urbanidades e ruralidades no semiárido da Bahia: o olhar de um grupo de pesquisa da UNEB Celso Antonio Favero 2015</p>	<p>A cidade e o urbano, aparecem ao evidenciar os conflitos entre camponeses e seus modos de vida. No Semiárido do Nordeste do Brasil, a busca por desenvolvimento gera disputas por recursos e transforma o campesinato em vítima das ações do capital e do Estado, com a desagregação da identidade apagando a presença nos territórios. Onde o Semiárido torna-se território do capital, é um espaço de resistência e tenacidade quanto a identidade camponesa.</p>
<p>Urbano e Rural: contradições e influências no (re)pensar da ruralidade no Brasil Klívia de Cássia Silva Nunes Luiz Bezerra Neto - 2026</p>	<p>O texto menciona que é necessário ponderar o espaço urbano e rural nas tomadas de decisões, que a interação entre esses espaços, influência nas políticas públicas voltadas para desenvolvimento do meio rural, embora diferentes, estão interligados, e ignorar essa conexão pode aumentar as desigualdades sociais no país.</p>
<p>Grandes empreendimentos, valorização do capital e transformações rural-urbano Mónica Castañeda Gómez Wilma Gomes Souza - 2016</p>	<p>O texto discute as transformações nos espaços que conectam o rural e o urbano, influenciadas por grandes empreendimentos e pela valorização do capital. Ele sugere que essas considerações não apontam apenas explorar os conceitos de rural e urbano, enfatiza a importância das interações entre esses espaços na dinâmica de reprodução do capital. Argumenta contra a classificação rural-urbano como uma dicotomia, propondo em vez disso reconhecer um contínuo espacial com diversas funções.</p>
<p>O Rural e o Urbano/A Cidade e o Campo: suas relações com a força de trabalho e com a terra no estado de São Paulo e no Brasil de ontem e de hoje Rosa Ester Rossini - 2017</p>	<p>Destaca-se as intrincadas relações entre o campo e a cidade no Brasil, apartando o desenvolvimento dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos desde a década de 1930. Analisa como a legislação, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra, se relacionam e agem com a estrutura fundiária atual e o processo de poder nas relações de trabalho. É destacado as mudanças mais relevantes nas relações cidade-campo desde a década de 1930, sem deixar de lado a diversificação agrícola, alterações na estrutura fundiária, urbanização e globalização.</p>
<p>Representações do “Rural”: como definir este espaço em meio à maior complexidade da rede de “interdependências”? Francisco Gildevan Holanda do Carmo - 2017</p>	<p>A sociedade é vista com dinamismo e em constante modificação. Compreendê-la como uma estrutura possibilita entender a atuação dos movimentos sociais e grupos de resistência, dentro de uma rede de interdependência e suas transformações. Além disso, a interpretação desse contexto facilita a compreensão das relações estabelecidas entre os ambientes urbanos e rurais. Onde o contexto dos movimentos</p>

	sociais e grupos de resistência agem dentro de uma rede interdependente.
A reafirmação da dialética campo-cidade na Produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da Realidade concreta. Suzane Tosta Souza Jânio Roberto Diniz dos Santos Victor Andrade Silva Fátima Crislaine Batista Rocha Leal - 2017	A produção do espaço evidencia o potencial do capital em transformar trabalhadores assalariados e camponeses em produtores de mercadorias. Esse é um véis importante para entender as dinâmicas entre campo e cidade, entendidos como espaços da produção de valor. Assim, a produção do espaço demonstra essas contradições. Apesar do processo de assalariamento, muitos ainda permanecem com o vínculo ligado a terra, confirmado por meio de trabalhos temporários no rural e da participação em lutas pela terra.
Leituras sobre o cotidiano, a cotidianidade e a centralidade do estudo da vida cotidiana na reprodução do urbano. Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega – 2017	A vida cotidiana, oferta uma perspectiva importante para compreender os sentidos da vida e o impacto das demandas capitalistas na reprodução do espaço urbano. A vida cotidiana revela as mudanças sociais significativas. O espaço social é uma construção dinâmica e interconectada, decorrente das relações sociais e do trabalho humano, o qual se move de acordo com as necessidades vigentes. Ele é material e cresce juntamente com a sociedade, passivo de transformação e consumo, demonstrando mudanças sociais e econômicas. Assim, entender o espaço implica em compreender as relações que o formam.
Do rural ao urbano: uma compilação de Lefebvre acerca da relação campo/cidade. Raphael Henrique Ferreira Potratz – 2018.	A sistematização dos textos aborda temas como a sociologia rural, a vida cotidiana nas áreas urbanas e rurais, com uma proposta de um novo urbanismo. Também aborda a relação conflituosa entre o campo e a cidade, tratando-os como um tema central. Mostra-se uma leitura importante para melhor compreensão das dinâmicas da sociedade urbana.
As relações rurais e urbanas no Povoado Lagoa de Juazeiro – BA. Macquelle Silva Santos Altemar Amaral Rocha - 2020	Os autores discutem a respeito de diferentes concepções sobre o urbano e o espaço rural, destacando a continuidade entre eles e como a vida cotidiana da população local revela os aspectos urbanos, mesmo se tratando em um contexto rural. Os estilos de vida urbano e rural são duas formas de sociedade profundamente interdependentes, também salienta que o processo de urbanização vai além das fronteiras das cidades, da mesma forma que o rural extrapola os limites do campo. Ainda afirma que na perspectiva dicotômica, o rural é caracterizado com a falta de elementos urbanos e desconsidera a influência mútua, onde o povoado de Juazeiro não é considerado um espaço urbano.

<p>Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade.</p> <p>Flamaron Dutra Alves - 2021</p>	<p>A diferenciação espacial revela as desigualdades entre os espaços, com ritmo e interações totalmente diversos, evidenciando a dependência dos municípios em relação à agropecuária. A ruralidade se expressa de maneira concreta e abstrata nos locais e na vivência habitual, e seu fortalecimento. A intensidade e o ritmo do desenvolvimento nas áreas urbanas e rurais apresentam um desafio para a geografia rural atual.</p>
<p>Ontologia da Genealogia Regional: Campo-Cidade, Rural-Urbano e agrário-Industrial.</p> <p>Jahan Natanael Domingos Lopes - 2024</p>	<p>O autor explora as inter-relações entre os fenômenos geográficos do campo e da cidade, analisando como as dinâmicas rural e urbana se mesclam através de processos agrários e a industrialização. Onde a diferenciação entre rural e urbano é um tema central na discussão, analisando como as características e dinâmicas de cada espaço se entrelaçam e se alteram mutuamente.</p>
<p>Interfaces do rural e do urbano na Cidade de Barcarena, Amazônia Paraense.</p> <p>Jovenildo Cardoso Rodrigues Rodrigo Luciano Macedo Machado Luciano Rocha da Penha Adolfo Oliveira Neto - 2024</p>	<p>O texto aborda que nas duas primeiras décadas do século XXI, Barcarena passou por rápidas transformações territoriais movidas por ordenamentos e pela territorialização do capital. Para entender a cidade, é necessário levar em consideração a interconexão entre o rural e o urbano, evidenciada nas dinâmicas ribeirinhas, nas feiras e nas resistências das áreas rurais contra desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais. A cidade apresenta paisagens, combinando elementos tradicionais e atuais, espelhando dinâmicas espaciais, onde o rural e o urbano vivenciam constantes transformações. Onde a “cidade ribeirinha” coexiste com a “cidade-porto”, a “cidade-indústria”, refletindo relações, nuances espaciais e contradições do rural-urbano em Barcarena.</p>

Elaboração: Andrade 2024.

Posterior a revisão sistemática, foi possível analisar os resultados de forma mais objetiva, identificando trabalhos com significativas contribuições a pesquisa, abordando conceitos fundamentais para compreender a complexidade das relações. Todos os trabalhos apresentados acima são importantes para a pesquisa. É comum a concordância no que diz respeito ao entendimento do espaço rural-urbano, ao mencionarem que esses desenvolvem uma relação de interdependência.

Sendo destacado que a interação, coexistência, interdependência, mobilidade, acesso à informação e às migrações entre campo e cidade têm contribuído para a inserção de elementos e hábitos que anteriormente pertenciam somente ao urbano,

assim como elementos que eram típicos do rural passaram a ser vistos no espaço urbano.

Diante dessa realidade, torna-se cada vez mais difícil distinguir entre o que é urbano e o que é rural, uma vez que as características de ambos os espaços coexistem mutuamente. Contudo, existe uma perspectiva que se opõe à continuidade desses espaços, defendendo a ideia de oposição.

Com o urbano definido por edificações, grande adensamento populacional, rede de transporte, sistema de energia, instalações públicas e tecnologias, o rural, por sua vez, é, com frequência, compreendido nessa perspectiva como um espaço de ausência, associado ao atraso e às deficiências. Esse entendimento dicotômico foi criticado devido à desvalorização ou abandono da ideia de interações entre os espaços, já que existem áreas urbanas com características rurais e áreas rurais que incorporam elementos urbanos.

Em contraste com a visão dicotômica, o conceito de *continuum* rural-urbano sugere que não há uma divisão rígida, clara ou bem definida, mas sim uma justaposição, com variação de assentamentos. Essa abordagem reconhece que os espaços urbanos e rurais se interpenetram e que é problemático rotular os espaços de forma direta e única como rurais ou urbanos. No entanto, mesmo com a influência e inserção de hábitos e elementos do urbano, a população rural não esquece e nem abandona facilmente seus costumes, denotando uma resistência e apego pelo modo de vida.

O urbano e o rural também são apresentados como modos de vida, salientando que as definições de ambos os espaços, vão além de diversas características físicas e abrangem as formas de pensar e agir, sem descartar os sentimentos, onde a população em suas vivências, pode refletir aspectos urbanos, mesmo dentro em um contexto rural.

As complexas interações entre o rural e o urbano, em especial no contexto brasileiro, onde a urbanização e a industrialização têm impactado de forma significativa as relações sociais e econômicas. Com o acelerado crescimento das cidades e a integração global, as cidades passaram a exercer um papel referente a instruções, demanda e controle da produção agrícola. Deixando evidente que além de influenciar, estabelece como a agricultura deve agir para atender às demandas e interesses do mercado.

Sobre os modelos de desenvolvimento direcionados ao rural, entende-se que se não for levado em consideração as particularidades dos espaços urbano e rural, ainda que distintos, interligados, tem-se o risco de ampliar as desigualdades sociais existentes no país (Nunes e Bezerra Neto, 2016).

A sociedade é dinâmica e está em constante mudança. Compreender seus diferentes processos significa captar tudo o que envolve os movimentos sociais e os grupos de resistência, que operam em uma intricada rede de interdependência, bem como, as modificações socioespaciais. Ainda há uma sugestão de que a geografia rural atual encara um expressivo desafio motivado pelo grau de complexidade dos processos de desenvolvimento em ambos os espaços (Rua, 2017).

Os autores tendem a apresentar o mesmo entendimento ao mencionarem que o rural não se torna urbano por incorporar alguns elementos, culturas e costumes do urbano, passa a evidenciar ruralidades e urbanidades explícitas no espaço, por convergências socioespaciais dinâmicas e territoriais, passando por transformações motivadoras e exigentes de melhoria na qualidade de vida do espaço rural, assim como novas urbanidades podem surgir face a interação inegávelposta no espaço (Nunes e Bezerra Neto, 2016), (Rua, 2017), (Attem, Pereira e Oliveira, 2022), (Alves, 2021), (Carneiro, 1998).

1.3. ESPAÇO RURAL E O ESPAÇO URBANO, O CAMPO E A CIDADE: A SUPERAÇÃO DE RELAÇÕES DICOTÔMICAS

A proposta implica observar o espaço rural e o urbano, o campo e a cidade, a partir das contribuições de diversos autores. Entretanto, a discussão mantém o foco voltado para o Brasil, considerando como os espaços eram definidos anteriormente, sobretudo nas abordagens que adotam concepções menos rígidas sobre a delimitação entre os espaços, o que contribui significativamente para a presente pesquisa. Por isso, o foco está pautado nas ações, nas conexões que se dão entre aqueles que produzem o espaço, suas práticas e efeitos, para construir uma discussão acerca de mudanças e transformações.

Dessa forma, a conceituação de urbano e cidade, campo e rural é fundamental para entendimento real no sentido socioespacial. Sendo assim, urbano e rural, não são palavras simples, ou conceitos simples e rígidos, estão muito distantes de chegar a uma conclusão finita, entretanto, reportam ao social concreto (Carlos, 2004).

Com essa consideração, não se pretendeu esgotar teoricamente tal discussão, mas analisar as relações entre urbano, rural, cidade e campo, com contexto socioespacial distinto. No entanto, em cada área essas relações acontecem de forma diferenciada, nas diversas cidades, evidenciando que existe uma gama de realidades, tanto urbanas quanto rurais.

Muitos são os significados e as origens dos termos cidade e urbano, campo e rural, sendo assim, é importante falar da origem desses termos, demonstrados no quadro a seguir (Quadro 03).

Quadro 03: Origem e significado dos termos cidade – campo e urbano – rural.

CIDADE – URBANO	CAMPO – RURAL
Civitas f. 1. Condição de cidadão; direito de cidadão. 2. Conjunto de cidadãos. 3. Sede do governo; Estado; cidade; pátria. 4. = urbs.	Campus m. 1. Planície; terreno plano; campina cultivada. 2. Campo ou terreno para exercícios. 3. Campo de batalha. 4. Os exercícios do campo de Marte; os comícios; as eleições. 5. Produto da terra.
Civis m. e f. 1. Cidadão livre; cidadã livre; membro livre da cidade, a que pertence ou por adopção. 2. Concidadão; concidadã. 3. Habitante. 4. Soldado romano. 5. Companheiro.	Campensis adj. 1. Relativo aos campos; campestre. 2. Epíteto de Isis que tinha um Campo de Marte.
Urbs. f. 1. Cidade (em oposição à <i>rus</i> ou a <i>arx</i>). 2. A cidade por excelência. 3. Cidade, população dum a cidade, os cidadãos; Estado. 4. Moradia; asilo.	Rus. n. 1. Campo (em oposição à <i>domus</i> “casa” e <i>urbs</i> “cidade”). 2. Terras de lavoura. 3. Casa de campo. 4. Território, região. 5. <i>Fig.</i> Rusticidade, rudeza. 6. <i>Pl.</i> Propriedade rural; o campo (em geral).
Urbanus adj. 1. Da cidade (em oposição a <i>rusticus</i>); da cidade de Roma; urbano. 2. Civil (em oposição à <i>castrensis</i>); pacífico. 3. Polido; fino; delicado; urbano. 4. Espíritooso; engracado; engenhoso. 5. Divertido; folgazão; gracejador. 6. Elegante; esmerado; (fal. Do estilo). 7. Impudente; desavergonhado; indiscreto.	Rusticus adj. 1. Dos campos; do campo; rústico; campestre; rural. 2. <i>Fig.</i> Rústico; agreste; rude; inculto; grosseiro; tosco; desajeitado; sem elegância. 3. Simples; ingênuo; pouco atilado; estúpido. 4. Inacessível ao amor; esquivo; bisonho. 5. Camponês; lavrador; campônio.

Elaboração: Torrinha, Francisco. Dicionário Latino – português. *Apud.* Bagli, P. (2006) p.44.

Campo e cidade são inicialmente identificadas por suas formas, enquanto os espaços urbano e rural emergem posteriormente, evidenciados por processos e relações. De acordo com Santos “forma é o aspecto visível da coisa.” Já o processo “pode ser definido como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um

resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança" (Santos, 1985, p. 50).

Lefebvre (2011) destaca que o campo é tanto um espaço de produção agrícola quanto um espaço de criação cultural, onde a paisagem é uma obra construída historicamente. Essa relação entre a terra e os grupos humanos que a habitam é inicialmente sagrada, marcada por uma conexão simbólica e espiritual. No entanto, com o avanço da cidade e da vida urbana, essa sacralidade é primeiro apropriada, depois racionalizada e, por fim, dissolvida, perdendo seu caráter simbólico original ao longo do tempo.

Por meio do uso da terra, são definidos os lugares e as finalidades atribuídas a cada espaço, como as áreas residenciais, comerciais, de lazer, entre outras, que, embora usualmente separadas, mantêm constante e contínua interação. Trata-se de áreas flexíveis e sujeitas a modificações graduais, sem rigidez normativa, cujo desenvolvimento ocorre de forma dinâmica, revelando que a cidade não se configura apenas por relações econômicas, mas também pelas múltiplas afinidades dos habitantes com seu espaço de vivência. Ao mesmo tempo em que a cidade é composta de acordos de mercado, também é formada através das relações rotineiras e simbólicas dos que ali residem (Corrêa, 1998).

A cidade vai além de um espaço fisicamente delimitado, sendo um território dinâmico e em constante transformação, formado pelas relações sociais, econômicas e culturais. Sua dimensão ultrapassa os limites do perímetro urbano, expressando a interação entre o rural e o urbano e revelando-se como um produto histórico e social das ações humanas (Corrêa, 1998).

Lefebvre (2011) menciona que, na atualidade, a cidade moderna deixou de ser apenas um espaço físico ou um simples local de produção e passou a desempenhar um papel ativo e central na organização da sociedade. Ao concentrar os centros de decisão, ela intensifica e estrutura a exploração social, afetando não só a classe operária, também outras classes sociais não dominantes. Ou seja, a cidade não é apenas um cenário onde o capital se acumula, mas um agente que intervém diretamente nos processos de produção, influenciando os meios e as formas de produzir.

Santos (2012, p. 95) ressalta que "a cidade se torna o lugar onde melhor se esclarecem as relações das pessoas, das empresas, das atividades", evidenciando como as pessoas estudam, se relacionam diariamente, como comercializam,

consumem, seus hábitos e como vivem em comunidade, em que o fator histórico se torna mais evidente após observar/analisar as práticas sócias que se espalham no espaço.

Carlos (2016) afirma que as relações sociais só podem ser plenamente compreendidas a partir do cotidiano, pois é nele que elas se concretizam. A articulação entre essas relações é vista como parte do processo de sua reprodução, que também envolve a transformação e a produção do espaço, também como o espaço e a sociedade se constroem de forma interdependente e dinâmica. Carlos (2016, p. 63) ainda se referindo a espacialidade e as relações sociais afirma que “o uso se realiza através do corpo (o próprio corpo é extensão do espaço) e de todos os sentidos humanos, e a ação humana se realiza produzindo um mundo real e concreto”.

Nessa perspectiva (Carlos, 2016) salienta que o espaço não existe de forma isolada ou independente da sociedade, ele não é apenas um cenário neutro, mas sim algo que é produzido pelas ações humanas, resultado das relações sociais, políticas e econômicas. Dessa forma, não se pode entender como algo natural ou dado, mas como um produto social.

Ao falar sobre a reprodução do espaço, Carlos (2016) destaca que envolve a recriação constante das condições que permitem o funcionamento pleno da sociedade, especialmente no que diz respeito à manutenção do capital, do poder, das relações de dominação e da vida humana em geral. Isso mostra que o espaço não é estático, pois está em constante transformação, à medida que a sociedade também se modifica.

Carlos (2016) menciona que essa reprodução do espaço é, ao mesmo tempo, um processo histórico, porque tem raízes no passado, e uma realidade presente e concreta, pois acontece diariamente no cotidiano das pessoas. Essa dinâmica aparece de forma prática na maneira como um determinado lugar é ocupado ou utilizado em um dado momento, revelando que o espaço tem sempre uma dimensão temporal, sendo ele é vivido no tempo e no espaço.

Lefebvre (2011) menciona que a ideologia urbana surgiu como um reflexo das estruturas de uma sociedade que moldou um tipo específico de cidade. Mesmo sendo uma herança do passado, ela ainda influencia nosso modo de pensar o urbano. Muitas vezes, essas ideias se apresentam como ciência, embora carreguem valores ideológicos. Isso acontece porque misturam elementos verdadeiros com especulações.

A cidade sempre esteve ligada à sociedade como um todo, refletindo suas estruturas, funções e a história. Só recentemente começamos a entender a cidade como um fenômeno específico, com dinâmicas próprias, como afirma Lefebvre (2011)

Apenas hoje é que começamos a aprender a especificidade da cidade (dos fenômenos urbanos). A cidade sempre teve relações com a sociedade no seu conjunto, com sua posição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes (campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estado etc.), com sua história portanto (Lefebvre, 2011, p. 51).

Ou seja, “ela muda quando muda a sociedade no seu conjunto. Entretanto, as transformações das cidades não são o resultado passivo da globalização social, de suas modificações”, (Lefebvre, 2011, p, 51). A cidade se transforma à medida que a sociedade muda, mas não de maneira simplesmente reativa. Suas mudanças não são apenas consequências das transformações sociais, pois seguem lógicas próprias e exercem influência sobre a sociedade. (Lefebvre, 2011) ainda afirma que a cidade é resultado de processos históricos concretos, moldada por grupos específicos em contextos determinados. As condições históricas influenciam, mas não explicam sozinhas tudo o que é criado a partir delas.

Sposito (1991) salienta que a cidade tem sua origem apoiada no desenvolvimento da divisão social do trabalho, nesse sentido, o espaço urbano surge, inicialmente, como local de relações de poder, as quais reforçaram as transformações no espaço, essas mudanças ocorreram com o estabelecimento do capitalismo, especialmente com o crescimento da indústria e do comércio.

Salientado por Abramovay (2000, p. 10) afirmando que “o rural é definido, ao menos em parte, ao arbítrio dos poderes públicos municipais, em que as consequências fiscais da definição acabam sendo mais importantes que seus aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais”. Na maioria das vezes as particularidades dos espaços e vivências são deixadas à margem, prejudicando a população local.

Ainda sobre a classificação dada pelo poder público, Abramovay (2000, p. 10) salienta que “desde que haja extensão de serviços públicos a um certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano: é assim que, no Brasil, as sedes de distrito com algumas centenas ou dezenas de casas são definidas como “urbanas”.

Essa é a visão de muitos governantes, ao passo que há um crescimento populacional constante e o mínimo de serviço urbano, já inclui a área no perímetro

urbano. Outra afirmação de Abramovay (2000, p. 10) é que “o rural tenderá a ser definido, em princípio, pela carência, o que não pode ser considerado um critério adequado sob qualquer ponto de vista”. Definir o rural baseado apenas na ideia de carência não é adequado, pois esse critério é insuficiente.

Abramovay (2000, p. 9) se questiona a respeito da definição dos espaços ao perguntar: “como definir o meio rural de maneira a levar em conta tanto a sua especificidade (isto é, sem encarar seu desenvolvimento como sinônimo de “urbanização”), como fatores que determinam sua dinâmica (isto é, sua relação com as cidades)?”. O autor sugere que a forma como se entende teórica e metodologicamente o espaço rural tem implicações políticas.

Se o meio rural for apreendido apenas como uma versão enfraquecida e residual das áreas urbanas, ele será tratado de maneira secundária, recebendo apenas políticas que busquem amenizar os resultados do inevitável empobrecimento.

É nesse sentido que surge a importância da criação de políticas públicas voltadas ao campo, para que as necessidades não sejam ignoradas, evitando as consequências da pobreza. Santos (2012) menciona que, no Brasil, a separação ou distinção entre os espaços urbanos e rurais sujeitam-se a vulnerabilidade das áreas rurais, em relação à produção agrícola e à vida daqueles que residem no campo.

Essa compartimentação acentua os problemas enfrentados no meio rural, como a vulnerabilidade econômica, a escassez de infraestrutura e as condições de vida precárias, tornando essas áreas suscetíveis a desafios econômicos e sociais. Em outras palavras, a forma como esses espaços são vistos – separados – colabora para ampliar as desigualdades e as dificuldades enfrentadas no meio rural. Os apontamentos de Santos (2012, p. 92) afirmam que “desse modo, enquanto o urbano surge, sob muitos aspectos e com diferentes matrizes, como o lugar da resistência, as áreas agrícolas se transformam agora no lugar da vulnerabilidade”, indicando uma mudança de perspectiva: o urbano passa a simbolizar resistência social, enquanto o espaço se revela cada vez mais vulnerável às pressões externas e transformações contemporâneas.

É destacado por Wanderley (2001) que embora a população rural em muitos lugares, incluindo o Brasil, esteja buscando alcançar a igualdade referente ao desenvolvimento, isso não ocorre de forma consistente. Muitas áreas rurais ainda permanecem em estado de vulnerabilidade, onde a população passa por vários momentos de enfrentamento a condições socioeconômicas de privações se

comparados com áreas urbanas. Essa situação de pobreza no rural resulta da divisão não igualitária da riqueza na sociedade.

No Norte do Brasil, a predominância de municípios com atividades econômicas firmadas nas atividades primárias é uma característica marcante do meio rural. Essa realidade demonstra o encadeamento histórico da região com o setor agropecuário e extrativista, até então, o principal pilar econômico de muitas comunidades e até mesmo nas cidades.

A relação dessas atividades enfatiza os desafios enfrentados pela Região Norte em ampliar sua economia de forma a promover o desenvolvimento, conciliando a modernização com a conservação de suas práticas e recursos naturais.

Na visão de Moreira (2003) a discussão sobre a distinção entre áreas urbanas e rurais se deu inicialmente com a Revolução Industrial pois durante esse período, a classe burguesa industrial da época estabeleceu uma definição, a qual determinava que o espaço rural era unicamente agrícola, enquanto que o espaço urbano era o comércio e à indústria. Essa visão evidenciava as mudanças econômicas e sociais vivenciadas na época, onde as cidades passaram a ser centros de atividades comerciais e industriais, enquanto as áreas rurais continuavam voltadas para produção agrícola.

Se tratando do campo brasileiro, o rural e tudo que o envolve foi visto como lugar do atraso e da decadência, visão que tem raízes históricas e culturais profundas, que foram reforçadas pelo contraste com o ambiente urbano, sendo percebido como seu oposto, associado ao progresso e à modernidade.

Essa visão reflete um estereótipo que valoriza as cidades como centros de desenvolvimento econômico e como lugares repletos de inovação, enquanto desvaloriza as áreas rurais, com a conotação de menos avançadas, com atrasos e não dinâmicas. Enquanto isso, Lefebvre (2011) salienta que a vida urbana envolve relações únicas e complexas entre a cidade, o campo e a natureza, criando formas próprias de convivência e interação entre esses elementos.

A distinção entre campo e cidade tornou-se mais pronunciada a partir do século XIX em decorrência do acelerado processo de urbanização, impulsionado com a Revolução Industrial. Locatel (2013) afirma que:

No Brasil, o processo de urbanização teve seu destaque ampliado a partir do desenvolvimento do setor industrial. A modernização chegou ao campo moldada no padrão urbano-industrial, exigindo máquinas,

implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais e mão de obra qualificada, indispensáveis à produção agropecuária (2013, p. 92).

A urbanização não se espraiou da mesma forma no território brasileiro, principalmente pela extensão e diversidade existente. O autor sugere que as mudanças são apoiadas em estruturas amplas, destacando o processo de urbanização, que se intensifica com o aumento da mobilidade no espaço, essa mobilidade desempenha um papel importante ao incluir pessoas, ideias e bens.

Dada importância da cidade no cenário econômico e social, nasceu a necessidade de diferenciar campo e cidade. Seguindo essa linha, no Brasil a identificação dos espaços se dava unicamente baseada em critérios políticos-administrativo, onde a toda sede de município é intitulada de cidade, simultaneamente passa a ser considerada urbano (Marques, 2002). Onde as definições ou distinções parecem voltadas para limites, tamanhos ou quantidades de pessoas. Monte-Mór (2006, p. 21) fez afirmação e questionamentos:

Assim, parece que a distinção urbano-rural centrada em tamanho, densidade e heterogeneidade não mais nos atende. Então na verdade, do que estamos falando? Por que insistir na distinção campo-cidade ou urbano-rural? Até que ponto essas distinções que eram marcadas, essas dicotomias modernas, cidade-campo, urbano-rural, industrial-agrário, ainda explicam (ou retratam) os processos complexos e híbridos que estamos assistindo? Qual o interesse em se perpetuar essas classificações rígidas? (Monte-Mór, 2006, p. 21).

A visão dicotómica que fraciona a realidade em dois extremos, tradicional oposto ao moderno, permite alternar entre sua valorização. Em alguns períodos, essa perspectiva contempla o passado como ideal e valoriza as características tradicionais, em outros momentos, destaca o avanço técnico, por exemplo, dando valor ao que é classificado como moderno. A oscilação demonstra uma abordagem tendenciosa ao alternar entre enaltecer o que é antigo e sua preservação, também promover o novo ou avanço, não necessariamente com a integração entre ambos (Marques, 2002).

A perspectiva se firmou historicamente no século XIX, em constante transformação, porém, de difícil separação e ou identificação espacial. No passado era mais evidente a identificação do campo e da cidade, entretanto, as interações dinâmicas entre rural e urbano levaram a relativização de diversos limites que anteriormente faziam sentido e evidenciavam de forma clara os referidos espaços (IBGE, 2023).

Referente ao rural e o urbano em uma tentativa de distinção, é possível dizer que essa abordagem gera uma dualidade firmada no passado, porém, nas últimas décadas, o rural e o urbano são considerados complementares, sendo assim, não existe tanta relevância em classificar ou distinguir os espaços, pois os olhares estão voltados para as diversas relações contidas entre os espaços.

Nas últimas décadas, tem-se visto o meio rural e o meio urbano como componentes interdependentes e conectados, sendo vistos como expressão palpável dos diferentes espaços que compõem a sociedade, contrário à ideia de oposição e isolamento, rural e urbano são apreendidos como elementos que se completam, juntos formam o ambiente social.

O uso dos espaços rurais como refúgio do estresse urbano atende aos desejos de consumo, retratando uma imagem idealizada do campo, frequentemente promovida pela mídia. Essa visão retrata o rural de forma aprimorada, com infraestrutura e conforto urbanos, mas em um ambiente mais verde e natural, oferecendo o benefício das amenidades físicas.

A diversificação do meio rural depende de fatores relacionados aos aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais do espaço rural. Isso implica que o desenvolvimento de atividades não agrícolas no meio rural requer uma abordagem integrada, considerando os elementos interconectados. Jacinto, Mendes e Perehouskei (2012), mencionam que surgem novas identidades rurais ou expressões da ruralidade, refletindo novas maneiras pelas quais as pessoas se identificam com o meio rural e suas características únicas.

Corroborando com pensamento exposto anteriormente, Wanderley (2000) afirma que o rural não é uma estrutura fixa sem capacidade de mudança, as quais surgem em todas as sociedades. Em contraste com esse pensamento, o autor menciona que se trata de uma categoria histórica, sem rigidez ou uma ideia universal, mas que evolui e continua se transformando ao longo do tempo, influenciada pelas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas.

As transformações aceleradas nas relações sociais e de trabalho no campo vêm dissolvendo os limites antes bem definidos entre o urbano e o rural, tornando essa distinção cada vez mais simbólica e menos material. Em algumas regiões, as diferenças entre o espaço urbano e o rural estão menos evidentes, fazendo com que a classificação entre os espaços não reflita de forma fidedigna as realidades.

Em seu ponto de vista, Locatel (2013, p. 90) menciona que as áreas “rural e urbana constituem as relações que configuram o modo de vida específico para cada espaço, ou seja, são os conteúdos que dão vida a essas formas”. Refletindo as diferentes relações e dinâmicas, moldando o modo de vida referente a cada espaço, onde às características e atividades desenvolvidas que definem a identidade e a funcionalidade dos espaços.

Dentro do espaço geográfico, o rural e o urbano são interdependentes e se complementam. A urbanização é territorial, a qual extrapola os limites urbanos e não se limita apenas à construção e desenvolvimento das cidades.

Torna-se claro que não se pode entender o espaço rural como uma realidade isolada e matematicamente definida, mas em ciências sociais, a dicotomia entre campo e cidade é adotada e empregada separadamente como categorias de análise. O espaço rural em muitos momentos se apresenta com várias formas, funções e amplo significado, envolvendo a história com tempo específico. Nesse sentido, Silva e Hespanhol (2011) salientam que:

O rural não pode ser caracterizado/classificado somente como um espaço monofuncional relacionado às atividades primárias da economia. Este espaço está em constante transformação, especialmente quando se trata das novas configurações espaciais em razão do avanço do capitalismo (Silva e Hespanhol, 2011 p. 35).

A afirmação anterior de que o rural não deve ser refletido pelo prisma da limitação e de dedicação a atividades do setor primário, como a agricultura e a pecuária, se reforça com a compreensão de um rural multifuncional, com diferenciadas atividades econômicas, culturais e sociais, indo além dos tradicionais hábitos agrícolas. Para o IBGE (2023), o rural contemporâneo é um espaço de múltiplas funções em relação ao urbano, marcado por pluriatividade, interligando os fluxos econômicos e culturais, valorizando desta forma o ambiental e o cultural, além da ideia tradicional reconhecida por todos do “campo agrícola”.

Pressupõe o reconhecimento da diversidade, sobretudo da profundidade e complexidade existente no meio rural, podendo ser incluídas as atividades voltadas para o turismo, empregos formais e serviços que antes não eram vistos no espaço, funções que coexistem e colaboram com o desenvolvimento de áreas rurais.

A esse respeito, Moreira (2012, p. 18) salienta que as “características das múltiplas funções existentes no espaço rural variam de região para região, depende

das potencialidades naturais, da distância dos centros urbanos e das necessidades socioeconômicas". Ou seja, as atividades desempenhadas no rural não são idênticas, há grande variação por conta da diferença um lugar para outro e inúmeras possibilidades.

Levando em consideração essas características, os centros urbanos podem ser influenciados, assim como influenciar as funcionalidades rurais, pois podem afetar as possibilidades de relações comerciais entre os espaços, a depender das demandas populacionais.

Lefebvre (2011) critica a ideia de que a relação/junção entre cidade e campo levaria à anulação de suas diferenças e à criação de um espaço comuns, chamado de "rurbano". Essa visão é considerada teórica e estrategicamente equivocada, pois supõe que a urbanização acabaria por eliminar o próprio urbano, ideia que é totalmente rejeitada.

O IBGE (2023) faz uma crítica a visão baseada no conceito de continuum rural-urbano em que o urbano é colocado como o polo superior, símbolo de avanço, modernidade e valores que moldam a sociedade atual. Já o rural, nesse modelo, é visto como o lado atrasado, menos desenvolvido. Essa perspectiva hierarquiza os dois espaços, desvalorizando o rural e reforçando a ideia de que o urbano é o modelo ideal a ser seguido.

O contínuo rural-urbano como uma relação que conecta e unifica dois extremos opostos (Wanderley, 2001). Essa ideia demonstra que as relações entre cidade e campo não necessariamente eliminam as particularidades de cada polo, e a continuidade se forma entre o urbano e o rural, que são diferentes entre si e estão em um processo constante de mudanças em suas interações.

Referente à renovação das áreas ou povoados rurais, Kayser (1972), contestando a ideia de que a urbanização abrange todos os espaços, menciona que isso só aconteceria se houvesse o abandono da dinâmica voltada para a atividade agrícola, juntamente com a incorporação de novas atividades que podem se confundir com as vivências urbanas. Ele discorda da visão de que a área rural deve ser superada em favor do crescimento das áreas urbanas, afirmado que tal ideia é controversa, pois o desmerecimento das áreas rurais pode levar à perda de culturas agrícolas fundamentais, desgaste ambiental e até o esvaziamento dos povos tradicionais.

A estabilidade entre o desenvolvimento urbano e a valorização das áreas rurais é indispensável para garantir um desenvolvimento sustentável e inclusivo, que respeite tanto a modernização quanto o cuidado dos recursos naturais e culturais. Podendo até ser entendida como uma fase transitória do desenvolvimento social, sendo abandonada com o avanço da urbanização, entretanto, é necessário afirmar que não deve ser compreendida assim. Abramovay (2000) afirma que é justamente o contrário, a ruralidade se mostra essencial como um processo contínuo da sociedade, carregada de valores, tradições e ações próprias, que além de complementar, também interage com o espaço urbano.

Reconhecer a importância da ruralidade é fundamental para promover um desenvolvimento equilibrado e inclusivo, que valorize tanto as áreas urbanas quanto as rurais. A esse respeito Abramovay (2000) menciona que:

A ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização. Ela é a existência de um sistema de relações que abrange todas as esferas da sociedade. No plano econômico, a produção agrícola e sua comercialização tornam-se fonte de alimentação da população urbana e um dos principais meios de enriquecimento urbano. Com a industrialização, o campo converte-se em um mercado para os produtos manufaturados (Abramovay, 2000, p. 26-27).

A ruralidade não deve ser vista como uma fase temporária ou inferior do desenvolvimento social que precisa ser superada pela modernização e pela urbanização. Em vez disso, a ruralidade representa um sistema de relações que permeia todas as áreas da sociedade, indicando sua importância e integração contínua no contexto social mais amplo.

Nas análises de Kayser (1972), as relações cidade-campo demonstraram o domínio da cidade sobre o campo, no sentido econômico; a produção agrícola e sua comercialização alimentam a população urbana e são uma das principais fontes de enriquecimento urbano.

Com a industrialização, o campo se torna também um mercado para produtos manufaturados. Ainda destaca que, a partir de 1950, surgem novas implicações entre o campo e a cidade devido ao desenvolvimento tecnológico, nas comunicações e nas telecomunicações, bem como nos transportes. Diante desses avanços, a distância perdeu importância em manter as necessidades sociais de áreas rurais.

No ambiente urbano, o campo assume uma função secundária e deixa de ser o agente impulsionador do crescimento econômico das cidades. Ao passo que o campo perde sua característica demográfica de alta produtividade, as cidades passaram a vivenciar intenso dinamismo, com a crescente taxa de natalidade e os fluxos migratórios (Kayser, 1972). Diante desse contexto, a modernidade deixa de pertencer somente às áreas urbanas, assim como as áreas rurais não se mantêm somente com atividades agrícolas (Ferrão, 2000).

Lefebvre (2001) afirma que a cidade e o campo são realidades visíveis e tangíveis. Ao se pensar na cidade e no campo como formas, podem ser conceituadas, pensando na história, como demonstração dos fenômenos ou expressões palpáveis na sociedade urbana e rural. Se o urbano for pensado na perspectiva da qualidade e distinção, Lefebvre (1969) define que o rural igualmente o é. Se o urbano é entendido como a concentração, a simultaneidade e uma centralidade, o rural poderia ser visto, como oposto, o lugar do sossego, do isolamento, também o periférico.

No entanto, os conceitos de urbano e rural vão além da simples materialidade espacial. Se manifestam através de uma soma de relações sociais que utilizam a infraestrutura da cidade e do campo. Assim, o urbano e rural são vistos como modos de vida que se projetam sobre os espaços físicos, refletindo a dinâmica social própria a cada um.

Para Lefebvre (2001), a lógica do capital é dominante, e, nesse contexto, a cidade é o local onde ocorre a produção, a realização e a distribuição da mais-valia. A sociedade urbana, que representa o ideal imaginário com uma urbanização completa, a qual evolui através de três fases: a agrária, a industrial e a urbana. Contudo, o autor acredita que o domínio total do urbano ainda não foi alcançado. Há também a ideia de que o espaço urbano é moldado para oportunizar e potencializar o acúmulo. Dessa forma, favorecendo o modo capitalista de produzir. Lefebvre (2011) ainda salienta que a relação entre cidade e campo varia ao longo da história, podendo ser conflituosa ou cooperativa, e até dentro de uma mesma época essas relações podem ser bem diferentes entre si.

Também mencionando por Lefebvre (2011) o autor salienta que o conflito entre cidade e campo continua sem solução e está profundamente ligado à divisão do trabalho social. Essa separação, assim como outras, como natureza e sociedade, ou matéria e espírito, ainda não foi superada ou controlada. A única forma de avançar seria repensar a relação entre o espaço urbano espalhado (tecido urbano) e os centros

de decisão e organização (centralidade), o que exige a criação de novas formas de pensar e organizar a cidade.

Em suas reflexões, Biazzo (2008) aponta que, desde o início do século XX, os estudos voltados às relações entre o campo e a cidade receberam maior destaque na Sociologia. Inicialmente, esses entendimentos adotavam uma visão dualista, tratando o urbano e o rural como áreas inteiramente opostas, cada uma com suas características diferentes e afastadas. Dessa forma, o campo e a cidade eram vistos como espaços isolados, desconhecendo as influências mútuas e interdependências entre os espaços.

Para Biazzo (2008), a cidade e o campo podem ser entendidos como formas concretas, e estas “[...] materializam-se e compõem as paisagens produzidas pelo homem; ‘urbano’ e ‘rural’ são representações sociais, conteúdo das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade” (Biazzo, 2008, p. 144). Wanderley (2001, p. 23) menciona que “a cidade e o campo representam dois tipos de relações entre uma sociedade e seu espaço, duas maneiras de dominá-lo tecnicamente e de organizá-lo economicamente”, espaços que demonstram interpretações variadas para a utilização e gestão do seu território, cada um com utilização de técnicas próprias e estruturas econômicas.

Sugere que não é apropriado entender a cidade e o campo como específicas atividades econômicas. As cidades não podem ser vistas unicamente como núcleos industriais, assim como não é indicado ao campo ser reduzido à agricultura e pecuária. Ambas possuem diversidade econômica e funções que vão além das atividades tradicionais. Sendo assim, se fortalece a compreensão das dinâmicas urbanas e rurais, corroborando a diversidade econômica e social desempenhada em cada espaço.

Tanto o campo quanto a cidade configuram-se como expressões espaciais resultantes das relações sociais. Em especial, a cidade representa a materialização das ações humanas, cuja formação e transformação se dão ao longo do processo histórico. Isso significa que a cidade é o resultado físico e visível de um processo histórico de interação e organização social. Diante desse processo, a cidade adquire uma materialidade diversa, devido às várias influências e fatores aos quais está sujeita. Isso significa que a estrutura e a forma física da cidade são moldadas por uma ampla gama de fatores, como sociais, econômicos, políticos e culturais, que contribuem para sua complexidade e diversidade.

Isso implica dizer que as características físicas e organizacionais do campo e da cidade são influenciadas pelas interações, práticas e organizações da sociedade. Em outras palavras, as dinâmicas sociais são responsáveis pela maneira como esses espaços são configurados e seu funcionamento.

Santos (1993) lembra que a cidade assumiu o papel regulador, com o controle das atividades desenvolvidas no campo. Isso denota que as decisões que afetam o espaço rural são, em parte, acordadas nas áreas urbanas. Dessa forma, a cidade desempenha uma interferência considerável sobre a organização e o desenvolvimento do campo.

Santos (2012) afirma que a cidade realiza um papel essencial na organização e controle das atividades produtivas. Em outras palavras, a cidade é fundamental para coordenar e gerenciar os processos produtivos, influenciando diretamente o funcionamento das atividades econômicas, tanto urbanas quanto rurais. O autor também menciona que a cidade é o lugar das residências dos funcionários públicos e privados.

Em relação à cidade e suas atribuições, Santos (2012) ainda salienta que, além dos moradores já estabelecidos na cidade com seus trabalhos fixos, há também outro grupo de moradores, aqueles que moram na cidade, mas que trabalham no campo, chamados de urbano-residentes. Onde “as atividades e profissões tradicionais juntam-se a novas ocupações e às burguesias e classes médias tradicionais juntam-se as modernas, formando uma mescla de formas de vida, atitudes e valores” (Santos, 2012, p. 91).

O rural e o urbano vão além das demarcações espaciais convencionais, com hábitos e interações que não se restringem a uma área geográfica específica. As particularidades e as influências de cada espaço podem ser encontradas em ambos, demonstrando dinamismo econômico, cultural e social, sem rigidez de classificação espacial. Diante do viver urbano presente no campo, é notório que algumas conveniências do urbano sejam percebidas, principalmente com a chegada da energia elétrica, como diversos tipos de eletrodomésticos, móveis modernos e serviços antes inexistentes.

De acordo com Lefebvre (1969), a partir da base territorial e econômica do campo, ou em sua conexão, alguns acontecimentos vão além das demandas econômicas, envolvendo aspectos da vida social e cultural, mostrando-se um espaço onde se exprimem os relacionamentos sociais, práticas culturais e modos de vida

intrínsecos. A sociedade e seu modo de vida, conduzido pelo crescimento das cidades, passam a exercer influência no campo. Sendo assim, a urbanização pode ser visualizada pelo viés da modificação, o qual impacta tanto o ambiente urbano quanto o rural.

Outro ponto é o papel da juventude na modernização do campo, com o rápido acolhimento dos costumes típicos do urbano e pela constante busca de lazer e novas culturas, bem como mudanças na alimentação e consumo (Lefebvre, 1969). Assim, tanto o rural quanto o urbano frequentemente excedem seus limites espaciais tradicionais em diversos aspectos.

Corroborando a visão de Lefebvre (1969), quando menciona as questões culturais como fator para a modernização do campo, Locatel (2013, p. 96) afirma que “a urbanização do campo não depende exclusivamente das mudanças territoriais e econômicas, sendo as transformações de ordem social e cultural importantíssimas para o avanço desse processo”. Também salienta que se faz necessário “considerar que o processo inverso também acontece, ou seja, a incorporação de valores e costumes rurais pela população urbana”, ao serem encontrados hábitos típicos do rural no meio urbano, como pequenas plantações ou criação de animais de pequeno porte.

Attem, Pereira e Oliveira (2022, p. 283) mencionam que, ao analisar pelo viés teórico-metodológico, a relação entre os espaços urbanos e rurais, ou entre o campo e a cidade, cabe a análise tanto de uma compreensão de complementaridade quanto de oposição. Se for observado pelo olhar da oposição, entende-se que todas as semelhanças ou outros sinônimos relacionados são excluídos. Sob o olhar da continuidade, é entendido de forma dialética: embora existam claras e evidentes diferenças entre o campo e a cidade, os dois espaços estão interconectados com influência mútua, isso implica dizer que o campo e a cidade não funcionam de forma isolada.

Mesmo com o entendimento de que ambos os espaços incorporam atividades e habilidades de vida que não são próprias de suas organizações, isso não significa que a tendência seja a completa homogeneização. Os espaços não se homogeneizam, pois, as especificidades locais e culturais são mantidas. As distinções são mantidas, principalmente por serem elas que simbolizam e representam a identidade de cada espaço.

É nesse sentido, de permanências e resistências, que os espaços mantêm suas particularidades e características plurais, sendo o campo, em sua maioria, um espaço essencialmente rural; entretanto, não é de uso exclusivo ou único, e a cidade, sim, é o espaço predominantemente urbano; porém, não se pode mencionar que é unicamente espaço urbano industrial.

1.4. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM MANACAPURU

Compreender a formação e a transformação de Manacapuru implica em conhecer melhor a história, nesse sentido será realizado uma combinação entre processo e produção do urbano, até porque as ações que o impulsionaram ao atual panorama estão conectadas.

A produção do espaço acontece por meio de ações pertencentes à sociedade e “é consequência da ação de agentes concretos, históricos, dotados de interesses, estratégicos e práticas espaciais próprias, portadoras de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade” (Corrêa, 2016, p. 43).

Cada sociedade vive o espaço conforme seu entendimento social, mesmo que não compreenda ou não perceba quem estabelece o ritmo ou o que faz esse ritmo mudar, produzindo, reproduzindo e dominando o espaço. Alguns agentes possuem e aplicam estratégias e ações concretas, desempenhadas no processo de construir e reconstruir a cidade.

Os agentes responsáveis pela produção do espaço urbano realizam ações que favorecem a si mesmos e são voltadas para atender os interesses de outros agentes. Essas ações podem, em alguns momentos, beneficiar um grupo, em outros, beneficiar diferentes grupos, ou até mesmo vários grupos simultaneamente, resultando no acúmulo de capital (Corrêa, 1998).

Acerca dos agentes, Corrêa (1998) menciona que são: a) os proprietários dos meios de produção, especialmente as grandes indústrias, que são os principais consumidores de espaço devido às suas atividades. Para estes, a terra urbana possui uma dupla finalidade: servir de suporte físico e oferecer diferentes locais para suas operações. Em seguida, b) os proprietários fundiários, que procuram aumentar suas propriedades, sabendo que isso levará à valorização das terras. A conversão de áreas rurais para urbanas aumenta seu valor, já que a terra urbana é mais valiosa no

mercado imobiliário. Devido a essa vantagem econômica, esses agentes trabalham para expandir os limites da cidade, buscando benefícios próprios. Eles também podem exercer pressões em conjunto com o Estado, principalmente em nível municipal, para atingir seus objetivos. O terceiro agente, c) os promotores imobiliários, que agem de diferentes formas para transformar suas mercadorias, ainda como capital, em dinheiro e, consequentemente, em lucro. Esses agentes utilizam diversas estratégias para converter mercadorias em lucro, Corrêa (1998) observa que os promotores imobiliários podem ter se diversificado, com possibilidade de atuação como construtores e incorporadores. O quarto agente, d) o Estado, atua como o organizador da cidade, embora sua ação seja complexa. Corrêa (1998) destaca que o Estado desempenha várias funções: como grande industrial, consumidor de espaços e localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, além de ser um regulador do uso do solo e alvo dos movimentos sociais urbanos. Dessa maneira, o Estado participa diretamente na organização do espaço urbano, fazendo com que as terras públicas sejam uma reserva fundiária a ser utilizada pelo Estado para diversos propósitos no futuro, inclusive para negociações com outros agentes sociais. No âmbito da organização socioespacial, Corrêa (1998) aponta que a atuação do Estado se dá em três "níveis político-administrativos e espaciais: federal, estadual e municipal". Sua atuação varia conforme os interesses envolvidos, com a expressão desses interesses sendo mais visível nos municípios. Por essa razão, o Estado é fundamental, especialmente na criação e no fornecimento das condições necessárias para o desenvolvimento e manutenção da sociedade. No entanto, mesmo sendo fundamental e com papel de provedor o Estado frequentemente enfrenta demandas de reivindicações organizadas, nas quais há a participação ativa da população. O quinto e último agente, e) os grupos sociais excluídos. Esses grupos estão cada vez mais sendo deslocados para áreas sem infraestrutura adequada, mas com moradias precárias, principalmente devido à exclusão do mercado de trabalho e à falta de acesso a serviços públicos. Corrêa (1998, p.29) destaca que "a habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma moradia de qualidade e, muito menos, para comprar um imóvel". Essa é uma forma de identificar os grupos excluídos. A exclusão não se limita apenas à questão da habitação, mas abrange outros problemas semelhantes, envolvendo diversos fatores essenciais para o bem-estar da população afetada, manifestando-se como um sintoma de exclusão mais amplo.

Nesse contexto, é preciso retornar ao passado para compreender o processo de produção do espaço urbano de Manacapuru e de sua reprodução, dessa forma será possível fazer um paralelo entre o passado e o presente, podendo ser evidenciado o histórico e as principais ações desse processo.

Como menciona Santos (2006, p. 25) “[...] verificar como os resíduos do passado são um obstáculo à difusão do novo ou juntos encontram a maneira de permitir ações simultâneas,” dessa forma, a relação entre tempo e espaço está associada, produzindo o espaço urbano através do dinamismo que ocorre no presente, sem esquecer o passado, que contribuiu para a produção do espaço urbano atual em Manacapuru.

Como a maioria dos municípios do estado do Amazonas, Manacapuru recebeu influência europeia na arquitetura e na sua organização no que diz respeito ao início de seu desenho urbano, sendo resultado da colonização. Assim como a influência na produção do espaço em Manacapuru, a do meio natural também teve contribuição para essa formação.

Lima (2011, p. 15) menciona que a "influência do meio natural também foi significativa, pois a cidade acompanha os cursos dos igarapés que compõem uma extensa rede de drenagem do sítio urbano, primeiramente para o oeste e, posteriormente, para o leste e norte". Dessa maneira, Manacapuru encontra-se geograficamente em uma posição que permite navegação propícia durante todo o ano para outros municípios e vilarejos, onde os rios atuam como estradas, que seguem e direcionam para variados lugares, sendo possível o acesso a muitas localidades apenas pelo rio.

A fundação de Manacapuru remonta a 15 de fevereiro de 1786, a partir de uma aldeia Mura. As origens históricas da cidade estão profundamente ligadas a essa aldeia indígena, que se estabeleceu na região no século XVIII. Localizada na margem esquerda do Rio Solimões, na confluência com a foz do Rio Manacapuru, a cidade teve seu desenvolvimento fortemente influenciado pela posição geográfica, que facilitou o acesso e a navegação entre os municípios vizinhos. O Rio Solimões, além de conectar a história da cidade à presença indígena, foi crucial para a organização e o dinamismo do espaço urbano (Lima, 2011).

A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agosto de 1865, pela lei nº 148. A freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Até então, Manacapuru ainda estava ligada a Manaus, porém, no dia 27 de setembro,

pela lei estadual nº 83, durante a gestão do governador Eduardo Ribeiro, foi elevada à categoria de vila e criado o município (IBGE, 2024).

Apesar de sua formação ter começado muito antes, Lima (2011) afirma que somente em 16 de julho de 1932, Manacapuru foi elevada à categoria de cidade pelo Ato n.º 1.639 do então interventor Waldemar Pedrosa, tendo sido oficialmente inaugurada no dia 11 de agosto daquele mesmo ano. Lima (2011) também informa que nos anos de 1911, 1933, 1939 e 1981 ocorreram diversas divisões administrativas, que aumentaram e, posteriormente, diminuíram o número de distritos, até se consolidar definitivamente no território atual, definindo os limites municipais que conhecemos hoje.

Manacapuru é uma palavra de origem indígena, derivada das palavras Manacá e Puru. “Manacá (*Brunfelsia hospeana*), planta brasileira das dicotiledôneas, da família Solanaceae, significa, em tupi, Flor; Puru, da mesma origem, quer dizer enfeitado ou matizado. A cidade, já nomeada, possui o significado “Flor Matizada”, originário da língua Tupi-guarani. O seu nome permaneceu inalterado desde sua origem até os dias atuais (Prefeitura, 2022).

A área territorial do município é de 7.329,23 km², limitando-se com os municípios de Novo Airão, Iranduba, Manaquiri, Beruri, Anamã e Caapiranga (IBGE, 2024). Sua formação oficial se deu com a chegada de colonizadores portugueses, que vieram inicialmente motivados pelas abundantes variedades de recursos naturais da região, como madeira, pescado, produtos agrícolas e matérias-primas diversificadas.

No período de sua formação, a via de acesso a outros municípios era exclusivamente fluvial, sendo necessário percorrer 102 km até a capital. Atualmente, é possível utilizar a estrada AM – 070 (Rodovia Manoel Urbano), que liga Novo Airão, Iranduba e Manacapuru à capital Manaus. Em linha reta, Manacapuru está distante 68 km da capital, enquanto pela Rodovia AM-070 percorrem-se 86 km (Portal Prefeitura).

Essa estrada representou um marco significativo para Manacapuru, sendo um elemento essencial para o crescimento do setor econômico e a consolidação do espaço urbano. Ela colaborou com a modificação espacial, influenciou as ações socioculturais locais e resultou em mudanças relevantes nas relações sociais, costumes, tradições e práticas culturais da região (Pinheiro, 2011).

Inicialmente, era chamada Estrada da Juta devido à produção dessa fibra no município. Lins (1965) afirma que a estrada começou a ser aberta em 1959, mas as

obras só foram concluídas seis anos depois, sendo inaugurada em 31 de dezembro de 1965, durante o governo de Arthur Reis. Segundo Pinheiro (2011), o projeto da estrada foi pensado especialmente para o escoamento da produção de juta do município, pois, naquele período, Manacapuru era um grande produtor dessa matéria-prima essencial. Embora inaugurada, a estrada ainda não era asfaltada.

Lima (2011) destaca que a pavimentação asfáltica da Rodovia Manoel Urbano, AM-070, foi concluída em 1977, tornando-se um marco para o crescimento de Manacapuru. Essa infraestrutura melhorou o acesso e a conexão entre diferentes áreas do município, impulsionando a expansão urbana e comercial. Principalmente, ao longo da rodovia, existem colônias agrícolas, especialmente de imigrantes japoneses, que cultivam frutas, legumes e criam frangos para o abastecimento local e regional.

Essas colônias de imigrantes, juntamente com outros agricultores estabelecidos ao longo da estrada, desempenharam papel fundamental no abastecimento do município de Manacapuru e da capital Manaus. Nesse sentido, a rodovia ampliou a mobilidade da população local e impulsionou o desenvolvimento econômico, social e cultural da região, fortalecendo a economia e incentivando novas atividades produtivas.

Mesmo após a abertura da estrada, diversas dificuldades ainda precisavam ser enfrentadas pela população local. A ausência de pavimentação adequada tornava o deslocamento entre comunidades e centros urbanos demorado e desgastante. Outro aspecto marcante desse período de desenvolvimento foi a utilização de uma pequena balsa de ferro, acionada por meio de cabo de aço e tracionada por um motor fixado em uma das margens do rio. Durante as travessias, caso ocorressem falhas no funcionamento do motor, os homens a bordo uniam esforços para puxar manualmente os cabos de aço, possibilitando o translado de pessoas, veículos e mercadorias de forma segura, embora lenta.

Essa balsa estava localizada no 37 km da estrada Manoel Urbano, no trecho cortado pelo Rio Ariaú, tornando o deslocamento ainda mais demorado. Para amenizar essas dificuldades, passou-se a utilizar a balsa, que ficou conhecida popularmente como Balsa do Rio Ariaú (Figura 07), facilitando a comunicação e o transporte de mercadorias, pessoas e produtos essenciais entre as margens do rio e os centros urbanos próximos.

Figura 07: Balsa do Rio Ariaú



Fonte: Manacapuru Antigamente.

Anteriormente à utilização da balsa, pequenos barcos eram usados para atravessar a população de uma margem à outra do rio, exigindo que as pessoas trocassem de veículos para continuar a viagem. Para muitos, mesmo com a travessia dessa forma, era considerada uma bênção, mas para outros, era visto como um transtorno. A mudança de veículo para embarcação e depois para veículo novamente não era bem vista por parte dos visitantes. Esse processo dificultava o transporte de pessoas, bens e mercadorias, tornando-se um fator crucial para o desenvolvimento de Manacapuru.

O fluxo constante de pessoas durante a travessia da balsa despertou o empreendedorismo dos moradores da Vila do Ariaú, que passaram a aproveitar as paradas obrigatórias no local para comercializar produtos da agricultura familiar, além de oferecer lanches, refeições e outros serviços aos viajantes em trânsito. Essa atividade representou uma fonte de renda para a comunidade local, fomentando o desenvolvimento econômico da região.

Posteriormente, com a construção da ponte sobre o Rio Ariaú, o deslocamento de pessoas foi agilizado, assim como o transporte de bens, insumos e suprimentos essenciais às populações de Manacapuru e das demais comunidades ribeirinhas situadas nas proximidades do rio Ariaú.

Lima (2011, p. 2011) afirma que "na década de 1930, Manacapuru possuía cinco ruas que formavam o centro da cidade. O núcleo central foi estruturado a partir

da igreja. A principal era a rua Eduardo Ribeiro, onde foram construídos prédios públicos, uma serraria e uma praça". Essas edificações representaram algumas das primeiras iniciativas de estruturação de um espaço urbano em processo de desenvolvimento.

As moradias, em sua maioria, eram construções simples, feitas de madeira, adaptadas às condições materiais e técnicas disponíveis naquele período. As habitações erguidas com cobertura de palha localizavam-se, predominantemente, em áreas mais periféricas e afastadas do núcleo central do povoado, refletindo a organização espacial e socioeconômica da comunidade em formação.

Conforme salienta Oliveira (1999), as modificações ocorridas no espaço resultam de múltiplas ações, envolvendo interações entre diversos agentes, como indivíduos, grupos sociais, empresas e a própria natureza. Essas interações não ocorrem de forma isolada, mas se entrelaçam, gerando influências recíprocas que moldam tanto o espaço físico quanto o social. Destaca-se, nesse processo, a atuação do Estado, que, por meio das regulamentações do uso do espaço, exerce papel fundamental de colaboração e controle.

Outros processos contribuíram para a urbanização de Manacapuru, entre eles, a chegada de um grande comércio, como afirma Lima (2011).

No final do século XIX, chegou a Manacapuru uma família lusitana, chamada Ventura. Eles criaram o maior comércio da cidade chamado de Restauração. Esta foi a mais importante casa comercial por um longo período (1898-1970), pois como casa aviadora abarcava grande variedade de produtos que a população ribeirinha, seringueiros e pescadores, trocavam mercadorias existentes, (Lima, 2011, p. 35).

Durante muitos anos, a casa aviadora¹ da família Ventura foi o único comércio responsável por suprir as necessidades básicas dos moradores locais. Com a partida da família da cidade o prédio permaneceu abandonado, até que após sua completa restauração começou a funcionar a Secretaria de Serviço do Comércio e biblioteca, chamado de Sesc Restauração, (Figura 08).

¹As casas aviadoras eram estabelecimentos comerciais que despachavam mercadorias aos seringais mediante pagamento em borracha, extraídas dos seringais.

Figura 08: Antiga casa aviadora e atual Sesc Restauração.



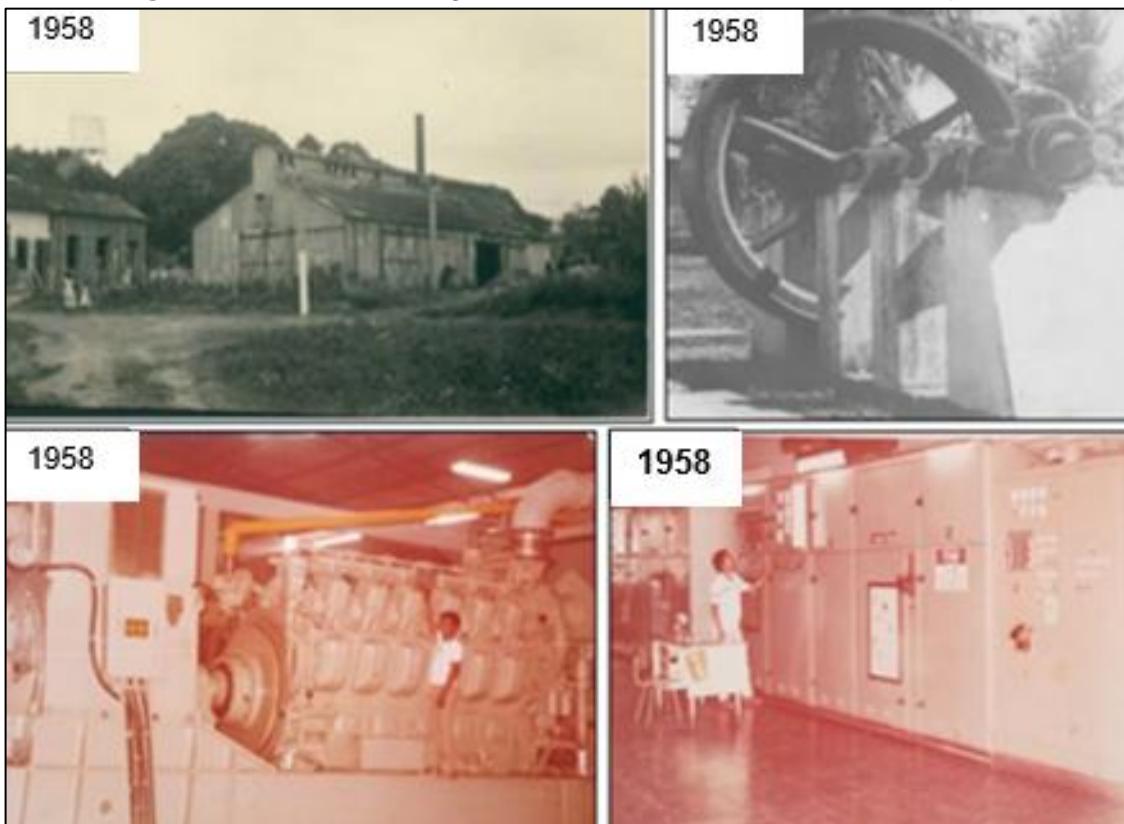
Fonte: Guia Manacapuru, 2016.

Um marco na urbanização de Manacapuru foi a chegada da energia elétrica. A energia era inicialmente produzida por meio de uma usina a vapor, localizada onde hoje funciona a agência do Banco do Bradesco. Posteriormente, o sistema a vapor foi abandonado, pois já se mostrava ultrapassado.

Atualmente, ainda há uma peça da primeira usina termoelétrica usada em Manacapuru. Essa peça da caldeira, foi exposta na praça Maria do Carmo de Souza Maddy, localizada no Conjunto Alberto Ventura, para contemplação dos frequentadores. A exposição dessa relíquia histórica é uma forma de preservar a memória local e destacar a importância do desenvolvimento energético na trajetória da cidade, servindo também como um ponto de interesse cultural e educativo para os moradores e visitantes.

A nova usina foi instalada em outra área, distante da concentração das casas. O projeto incluiu modernizações no sistema, que resultaram na sua transformação em uma usina termoelétrica movida a diesel. As novas instalações (Figura 09) foram projetadas para comportar maior capacidade de produção de energia, aumentando a eficiência e garantindo um fornecimento mais estável. Com isso, a infraestrutura energética da região passou a contar com tecnologia moderna, capaz de atender melhor às demandas crescentes da população e de setores industriais locais, promovendo desenvolvimento econômico.

Figura 09: Primeira e segunda usina Termoelétrica de Manacapuru.



Fonte: IBGE; França 1990.

Atualmente, a cidade recebe energia da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará, transportada por linhão². Essa chegada da energia elétrica marcou um avanço no processo de urbanização de Manacapuru, melhorando a infraestrutura local e facilitando o desenvolvimento de diversos setores. O chamado desenvolvimento foi complementado anos depois com a construção da Ponte Rio Negro, que, ao conectar a cidade com Manaus, expandiu o acesso e estimulou o crescimento econômico da região.

O percurso vindo de Manaus, antes da construção da Ponte Jornalista Phelippe Daou – conhecida como Ponte Rio Negro – era feito por via fluvial. Entretanto, era necessário fazer a travessia por meio das balsas localizadas no porto do bairro São Raimundo. A travessia do Rio Negro, embora tenha uma extensão de 3,595 km, levava cerca de 50 minutos para alcançar o porto em Cacau Pirêra, no distrito de Iranduba-AM. Apesar de ser um percurso demorado, as balsas³, (Figura 10), possibilitavam a chegada do chamado progresso, facilitando o transporte de

² É uma linha de transmissão para conduzir energia de uma usina para um determinado lugar.

³ A utilização das balsas se dava diariamente, entre 5h até as 23h30 minutos.

mercadorias e pessoas, o que refletia em melhorias nas cidades adjacentes à capital. Em seguida, o trajeto continuava pela Estrada Manuel Urbano.

Figura 10: Travessia do Rio Negro pela balsa.



Fonte: Araújo, 2010.

Entretanto, esse não era o único modo de translado sobre o Rio Negro, outra opção era utilizada, Lima (2011) em descrição a locomoção de Manaus a Manacapuru lembra que:

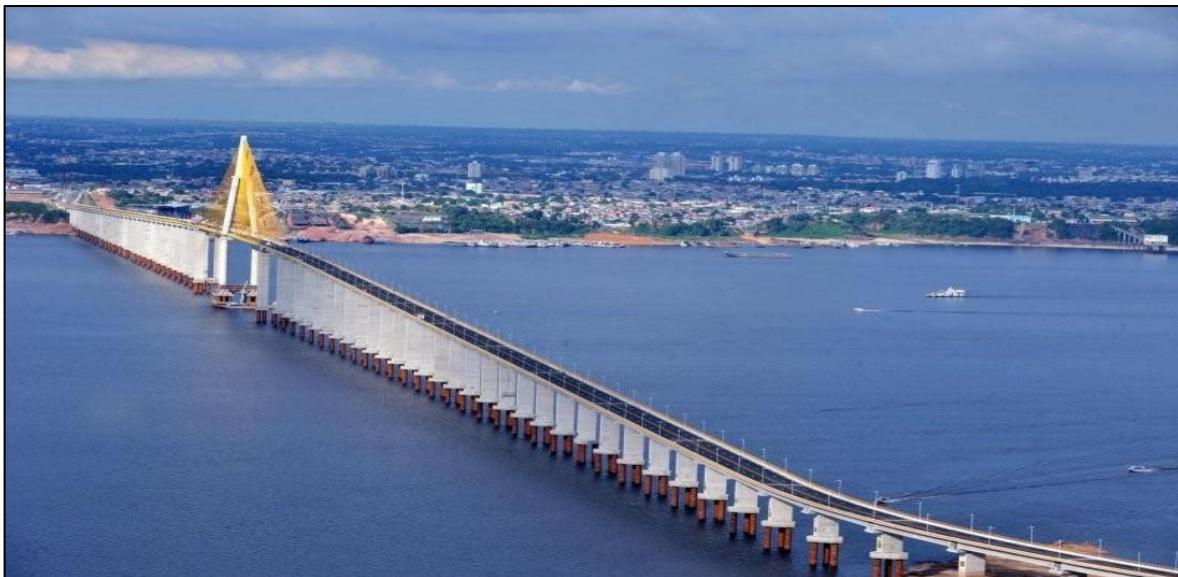
A segunda opção, muito utilizada pelos trabalhadores que fazem o movimento pendular diário, é a partir do porto de Manaus (*ROADWAY*), no centro, em uma das muitas lanchas disponíveis a partir das seis horas da manhã. Por ser uma embarcação menor, e exclusivamente para transportes de passageiros, a travessia para o Porto do Cacau Pirêra era bem mais rápida, aproximadamente de quinze a vinte minutos. Entretanto, o passageiro individual pagava o equivalente a R\$ 5,00. Pelo trajeto do Cacau Pirêra (Iranduba-AM) até Manacapuru custa, em média, R\$ 10,00 no ônibus e R\$ 15,00, nos táxis disponíveis para lotação. (Lima, 2011. p. 12).

A abertura da estrada, as melhorias realizadas nela, a balsa que fazia a travessia do Rio Negro quanto a construção da Ponte Jornalista Phelippe Daou⁴ (Figura 11) ajudaram a impulsionar as relações entre Manacapuru e Manaus e, consequentemente, promoveram o crescimento urbano de Manacapuru. Além disso,

⁴ A Ponte Jornalista Phelippe Daou foi inaugurada em 24 de outubro de 2011, com a presença da presidente da época (Dilma Rouseff), também do atual presidente Luís Inácio Lula da Silva.

a ponte possibilitou ações tanto do setor público quanto do privado, como a realização de eventos que permitiram a dinâmica desses municípios.

Figura 11: Ponte Jornalista Phelipe Daou.



Fonte: Amazonia sem fronteira, 2017.

A construção da ponte iniciou em novembro de 2007, com previsão de conclusão em 30 meses, entretanto a inauguração se deu anos depois. A ponte expandiu a movimentação de produtos, pessoas e capital em Manacapuru, intensificando as influências sociais e econômicas. A facilidade de deslocamento proporcionada pela ponte, que facilitou o fluxo de pessoas para diferentes atividades voltadas para a educação e o trabalho, reforçando a integração regional e a vida urbana nesses municípios.

Entretanto, mesmo com a construção da ponte e seu uso predominante pela maioria dos viajantes, o serviço de transporte por voadeiras (pequenas embarcações rápidas) ainda é utilizado por parte da população. As embarcações partem do Cacau-Pirêra em direção ao porto do centro de Manaus (Roadway). Aqueles que optam por esse serviço buscam maior facilidade e rapidez no acesso à área central da cidade (Souza, 2015).

Com o aumento das atividades comerciais no centro da cidade, muitas ruas que antes eram destinadas exclusivamente para moradias foram, aos poucos, transformadas em ambientes para negócios e comércios, dando uma nova roupagem e articulação à área. Corrêa (1998, p. 8) ressalta que "as relações espaciais integram, ainda que diferentemente, as diversas partes da cidade, unindo-as em um conjunto

articulado cujo núcleo de articulação tem sido, tradicionalmente, o centro da cidade". Sposito (1991, p. 11) menciona que "a cidade de hoje é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim, produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações".

A autora sugere que a cidade atualmente reflete uma construção histórica e social, moldada a partir das mudanças ao longo do tempo. Cada momento da cidade contribuiu, a seu modo, para a constituição da cidade presente. Essas contribuições integram as modificações, sendo instigadas pelas mudanças sociais e relações ao longo da história. Nobrega (2017, p. 18) salienta "Só se vive a cidade, com todas as dimensões do urbano que ela abarca e materializa, através dos fragmentos da cidade e da vida possível na cidade".

O crescimento de Manacapuru foi influenciado pelo fenômeno migratório causado pelas cheias anuais do rio Solimões. Durante esse período, a inundação das áreas de várzea obriga as populações ribeirinhas a migrarem temporariamente para a cidade em busca de abrigo e melhores condições de vida. Com o tempo, muitos desses migrantes fixaram residência temporária, impulsionando a expansão urbana e aumentando a demanda por serviços, infraestrutura e oportunidades de trabalho. Nesse contexto, o ciclo das águas consolidou-se como um elemento central no desenvolvimento social e econômico do município.

Muitos desses migrantes decidem permanecer, não retornando após o fim das cheias. Ao permanecerem na cidade, passam a buscar terrenos para construir novas casas e melhorar suas condições de vida. Entende-se que esses acontecimentos levam ao processo de urbanização influenciados pelos fenômenos da natureza, resultando em impactos na composição demográfica.

Durante o período de cheia do rio, observa-se a migração de moradores das áreas rurais em direção à cidade, motivados pela busca por moradia e empregos temporários. Muitos acabam se instalando em áreas periféricas, onde os terrenos possuem menor valor comercial, frequentemente em locais inadequados à habitação ou em ocupações irregulares.

O rio foi entendido como impulsionador da economia local, especialmente pela aquisição de renda com a atividade de pesca, que ao longo de muitos anos constituiu uma fonte significativa de sustento econômico, contribuindo para o desenvolvimento local. Parte do pescado era vendido nas feiras e outra parte da produção era

direcionada para a capital, Manaus. O rio, como via entre as cidades, permitiu que as embarcações transportassem a população e as mercadorias, desempenhando um papel crucial no desenvolvimento urbano.

O rio é parte importante na formação do urbano, pois é uma via de transporte, comunicação, fonte de recursos naturais e estratégia de localização — a cidade se desenvolveu inicialmente margeando o rio para facilitar a captação dos recursos provenientes dele e devido à forte influência sazonal das cheias, acarretando a migração constante.

Oliveira (1999) aborda o impacto do rio na percepção da realidade e na configuração urbana das pequenas cidades. As ruas conduzem ao porto, organizando-se de forma que as melhores casas estão situadas nas vias principais, voltadas para a frente, enquanto as moradias mais simples se concentram nas ruas secundárias, situadas na parte de trás. Essa disposição espacial revela as desigualdades sociais presentes na ocupação urbana. O rio é destacado como ponto central e referência.

Vê-se o aspecto natural como facilitador para a prática comercial, tão comum à vida amazônica. Dentro dessa abordagem, Santos (2011, p. 29) afirma que “[...] trata-se, desse modo, de privilegiar um enfoque que leve em conta todos os aspectos de uma dada situação”. A situação mencionada por Milton Santos se refere a tudo que possa construir o real e o dinamismo na formação e na produção do espaço urbano. Em respaldo ao que foi mencionado, Lima (2011) afirma que:

A densa rede de drenagem de Manacapuru constituía, de maneira marcante, a sua principal característica. Os igarapés que adentravam a mata modelavam o sítio estruturando a forma da cidade. Os igarapés que supriam as necessidades da população, por exemplo, no abastecimento de água, aos poucos, foram desaparecendo e sendo transformados em ruas e avenidas (Lima, 2011, p. 11).

Na região amazônica, o urbano ocorre de maneira diferente em comparação a outras cidades brasileiras. As cidades da região amazônica são denominadas ribeirinhas, por viverem diariamente a dinâmica dos rios, o que configura a contínua mudança e a transformação do espaço geográfico.

Em Manacapuru, após o aterro de alguns igarapés, construiu-se a Estrada Manoel Urbano, estimulando o crescimento da cidade. Lima (2011, p. 11) afirma que “até meados do século XX, os igarapés mantiveram-se presentes nas franjas urbanas, estabelecendo, de certo modo, os limites urbanos”.

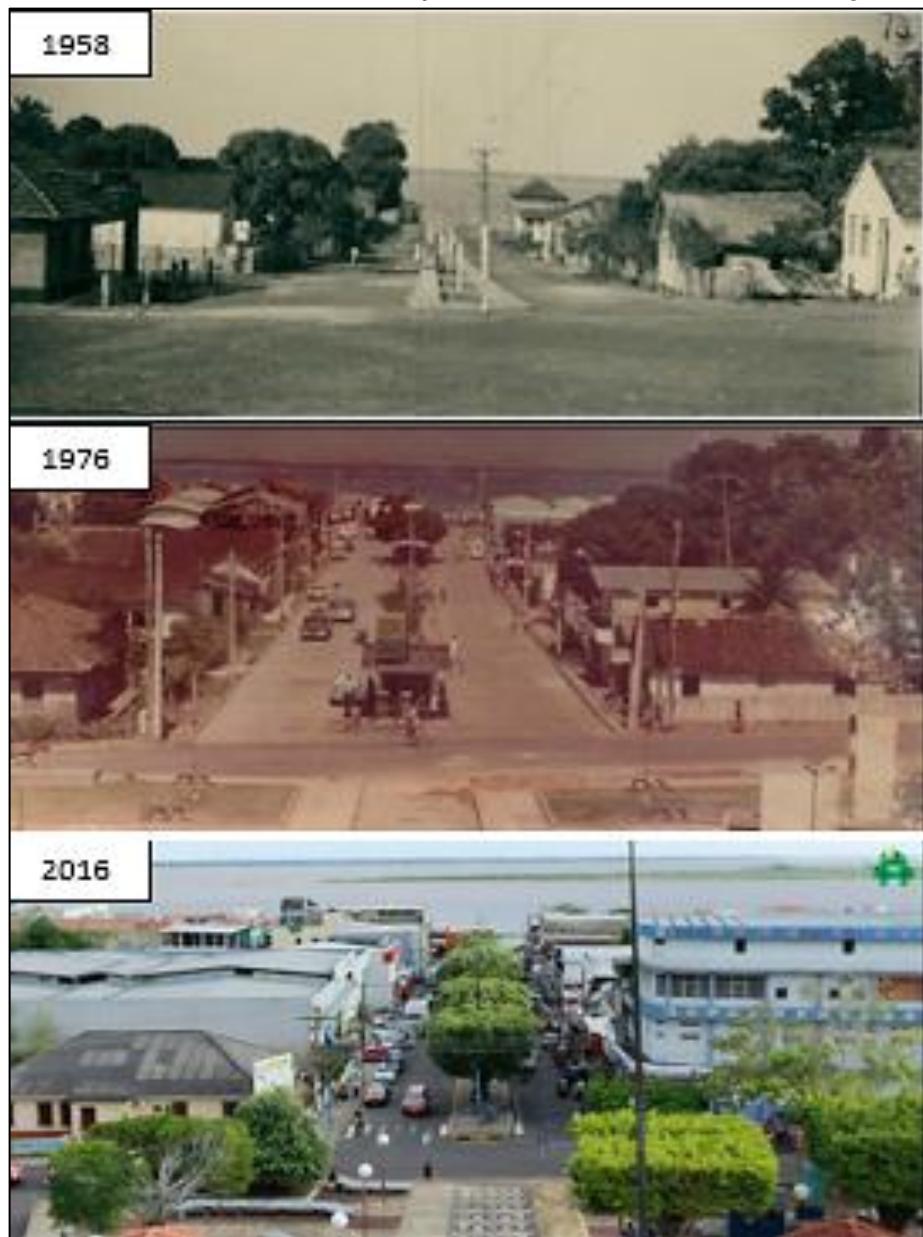
Embora o centro tenha passado por significativas mudanças, ele não deixou de se articular com os demais espaços da cidade. Muitos moradores continuaram residindo no centro comercial, mantendo suas rotinas e aproveitando as comodidades que a região oferece. No entanto, com o crescimento do comércio e a expansão de novos estabelecimentos no entorno das áreas residenciais, alguns habitantes se sentiram impelidos a buscar outros bairros para viver, motivados pela busca por mais tranquilidade. Essa movimentação resultou em uma nova dinâmica urbana, que transformou o perfil tanto do centro quanto das regiões vizinhas, alterando fluxos e padrões de ocupação.

Essa mudança reflete uma transformação urbana profunda, onde a expansão comercial gradualmente toma o lugar das moradias, alterando significativamente a dinâmica social, econômica e espacial do centro da cidade. Segundo Lima (2011), a mudança no centro comercial de Manacapuru “acentuou-se entre as décadas de 1980 e 1990”, influenciando a reorganização urbana e os padrões de circulação de pessoas e mercadorias.

Com a construção da Rodovia AM-070 e a ampliação da oferta de energia elétrica, tornou-se viável o estabelecimento de diversas fábricas na cidade. Destacam-se, entre elas, a instalação de unidades de beneficiamento de juta (Brasiljuta), de produção de gelo (Frigelo) e de processamento de pescado (Frigopesca), além do fortalecimento do setor oleiro tradicional. Esses investimentos contribuíram para o dinamismo econômico local, impulsionando o desenvolvimento do comércio, diversificando a economia e gerando novas oportunidades de trabalho para a população residente.

A concentração das atividades comerciais na Avenida Cristo Rei (Figura 12) exerce papel de destaque no processo de formação e consolidação do espaço urbano, atuando em estreita articulação com a Avenida Eduardo Ribeiro. Ambas se caracterizam por uma expressiva diversidade comercial, oferecendo uma ampla gama de produtos, serviços e oportunidades de consumo que atendem não apenas à população residente em Manacapuru, mas também aos habitantes de municípios vizinhos. Essa dinâmica reforça a importância estratégica dessas vias para o desenvolvimento econômico, social e urbano contínuo da cidade.

Figura 12: Demonstrativo da modificação da Avenida Cristo Rei ao longo dos anos.



Fonte: IBGE; Fotoreportagem Amazon pixel, 2016.

Essa mudança reflete uma transformação urbana significativa, onde a expansão comercial gradualmente toma o lugar das moradias, alterando profundamente a dinâmica social, econômica e espacial do centro da cidade. Segundo Lima (2011), a mudança no centro comercial de Manacapuru “acentuou-se entre as décadas de 1980 e 1990”, consolidando o desenvolvimento urbano e atraindo novos empreendimentos e fluxos populacionais.

Muitos foram os processos que produziram o urbano de Manacapuru. Entre eles, é possível citar a chegada da pavimentação da Estrada Manoel, a “implantação da fábrica de beneficiamento de juta Brasiljuta” e o polo de indústrias de tijolos” (Lima,

2011, p. 36), que juntos impulsionaram a economia local e promoveram o surgimento de novas oportunidades de emprego.

A Brasiljuta, instalada em 1962, além de trabalhar com o beneficiamento, também funcionou como entreposto comercial, tanto da juta quanto da malva. Lima (2011) salienta que essas novas frentes de trabalho estimularam a “vinda de fluxos migratórios dos municípios ao entorno de Manacapuru e da população interiorana que vieram para trabalhar na citada fábrica”, ampliando a diversidade cultural e social do município.

Em Manacapuru, outra empresa comanda o segmento têxtil: a “Companhia Têxtil de Castanhal”, que possui sede no Pará com filiais em Manacapuru e Parintins. A companhia foi fundada em 1966 e opera na produção de fios, telas e sacos de juta para diversas finalidades” (Lima, 2011, p. 57). A empresa funciona com número variável de funcionários, que oscila de acordo com o período do ano, passando de cerca de dez para aproximadamente cem colaboradores em épocas de maior demanda, gerando emprego e dinamizando a economia local.

Desde a conclusão da rodovia, o ir e vir passou por mudanças significativas para a maioria da população que mora às margens da estrada ou nos municípios próximos. Logo após a abertura da estrada, as pessoas se deslocavam como podiam. O primeiro transporte a levar passageiros foi o caminhão; posteriormente, iniciou-se o serviço de transporte coletivo com micro-ônibus, dirigido pelo senhor José de Nazaré Teles, proprietário do veículo (Lima, 2011).

Até aquele momento, a estrada ainda era simples, sem asfalto, sendo chamada de “estrada precária de chão batido”, expressão usada por Oliveira (1999). O deslocamento era uma necessidade diária, e “o deslocar-se para os moradores da estrada passou de uma condição em que dependiam da forma de relação direta com pessoas conhecidas para relações impersonais em que passa a predominar o dinheiro” (Oliveira, 1999, p. 42).

Durante esse período, surgiram as primeiras empresas de transportes regulares. Os donos eram a família Mady, da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, posteriormente chamada de Transgil – Transporte Gilberto, pertencente à família Teles, os quais estacionavam seus ônibus na avenida principal à espera dos passageiros (Figura 13), atendendo a demanda crescente da população local e regional.

Figura 13: Uma das primeiras empresas de transporte regular de Manacapuru.



Fonte: Machado, 2013.

A partir da chegada das duas empresas, acentuou-se o deslocamento populacional, assim como aumentou o número de visitantes a cidade. Lima (2011) também menciona que as empresas monopolizaram o “transporte de passageiros por ônibus no trecho entre Manacapuru e Cacau Pirêra, um distrito do município de Iranduba”.

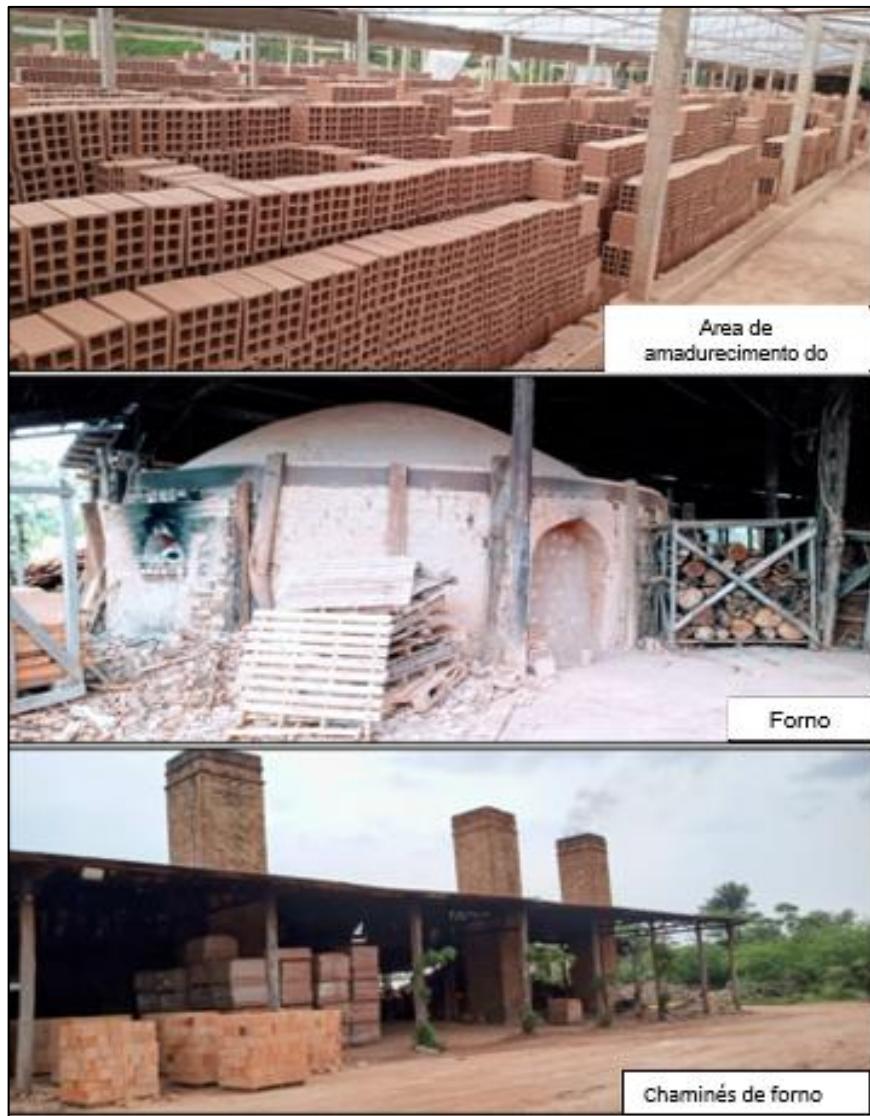
Ao longo do tempo, as empresas foram vendidas, passando por mudanças de proprietários e nomes. De acordo com a pesquisa realizada em julho de 2024 nas sedes das empresas que atualmente operam no mesmo trajeto, são elas a Emtram e a Transamazônica. Também é possível usar o serviço de taxi lotação, que transportam passageiros entre a cidade de Manaus, Manacapuru, Novo Airão e Iranduba.

Outro marco no desenvolvimento manacapuruense foram as olarias, onde as características do solo se mostravam adequadas para o setor. A região rica em latossolo amarelo, fato atrativo para chegada e instalação de algumas olarias ao longo da Rodovia Manoel Urbano, por se tratar de área rica em matéria prima, mais precisamente no limite entre Manacapuru e Iranduba, além de Manacapuru e Novo Airão.

A primeira olaria da cidade pertencia ao senhor João D’Angelo, proprietário da olaria e da primeira loja de material de construção, posteriormente foi alugada para o senhor Adalberto. “Esta por ser na área central da cidade e causar impactos ambientais, foi fechada em 2007, inclusive porque findou a matéria-prima local” (Lima 2011, p.54). Outra olaria que se instalou foi a do senhor Áureo Praiano, a qual foi

vendida para família Alves, situada no bairro de Correnteza. Atualmente ligados ao setor cerâmico existem olarias ao longo da Estrada Manuel Urbano e apenas uma na cidade (Figura 14). Também existem outras olarias, localizadas na estrada que liga a comunidade Bela Vista.

Figura 14: Olaria da família Alves



Fonte: Andrade 2024

As olarias localizadas na estrada Manuel Urbano vendem a maioria de sua produção para a capital, e as olarias mais próximas a cidade abastecem o mercado local e cidades próximas, entretanto, dentre esses o maior consumidor segue sendo a capital.

Lima (2011, p. 54) menciona a respeito dos problemas ambientais que surgiram junto com o crescimento do setor, onde “destacam-se as indústrias de grande porte:

Miranda Corrêa, Nóvoa, Manauara e Manaus. Dessas, apenas a primeira usa pó de serragem para cozer as telhas, as demais olarias valem-se do modo rudimentar de produção”, nesse modelo básico de produção a madeira é a matéria prima usada para aquecer o formo a lenha, ou seja, produzia, porém, identificado com alto preço ao meio ambiente.

Outro aspecto relevante no processo de consolidação do espaço urbano foi a intensa atividade de beneficiamento da madeira. Em um ponto estratégico, localizado em frente ao núcleo central do município, no coração da principal área comercial, foi instalada uma madeireira de propriedade do senhor Antônio Agapito.

O estabelecimento desempenhou um papel na dinâmica econômica local, comercializando madeira beneficiada tanto para os moradores da cidade quanto para empresas e comunidades ribeirinhas situadas nas proximidades, atendendo às demandas por materiais de construção e outros usos regionais

Um marco importante foi a construção da primeira escola da cidade, instituída pelo Decreto Estadual nº 1.050, de 28 de janeiro de 1915, com o nome de Carlos Pinho. Essa escola passou por diversas reconstruções e mudanças de localização, funcionando atualmente na Avenida Ribeiro Júnior. Outro elemento marcante na história e na formação do espaço urbano foi a Escola Nossa Senhora de Nazaré (Figura 15), que atraiu muitos moradores de comunidades próximas, os quais se mudaram para Manacapuru em busca de acesso à educação.

Figura 15: Primeiras escolas de Manacapuru.



Fonte: IBGE, 1950.

O abastecimento de água encanada chegou à cidade, mudando a dinâmica que os municípios tinham com o rio. Anteriormente, era necessário se dirigir ao rio uma ou

mais vezes ao dia para realizar as tarefas rotineiras. Com iniciativa da igreja católica, paróquia Nossa Senhora de Nazaré, foi construído o primeiro reservatório de água. Atualmente, esse reservatório é usado como apoio ao sistema de abastecimento de água provido pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE. O abastecimento de água é realizado 25% por captação do rio Mirití, com tratamento em duas Estações de Tratamento – ETA's, e com 49 poços, com profundidade variável entre 80 e 120 metros (Figura 16).

Figura 16: Primeiro reservatório de água e como está atualmente.



Fonte: IBGE, 1959. Andrade 2024.

Anterior a implementação do reservatório da igreja católica, os moradores construíam cacimbas⁵ no quintal de suas casas, os quais eram usados como reservatórios particulares.

Um ponto marcante na produção do urbano é referente a chegada oficial da primeira instituição bancária na cidade, o Banco do Estado do Amazonas – BEA. No final de julho de 1966, foi anunciado em nota pública na imprensa escrita, a previsão da primeira sucursal⁶ do BEA. Onde dois funcionários da instituição se dirigiram ao município para escolher o local da agência provisória, até a construção da agência definitiva, construção essa realizada em uma das ruas principais da cidade (Duarte, 2024).

⁵ Cacimba no Amazonas são profundos poços, feito de forma artesanal com profundidade suficiente para alcançar as águas subterrâneas.

⁶ Sucursal é um estabelecimento comercial ou industrial que depende economicamente de um órgão principal, que é a empresa matriz. Normalmente, ele é criado em um local diverso ao da organização central para realizar suas atividades com melhor eficiência.

A instalação oficial de uma agência bancária na cidade, ocorrida em meados da década de 1980, representou um marco significativo na transformação das relações financeiras locais. A presença do banco passou a beneficiar diretamente comerciantes, servidores públicos municipais e estaduais, bem como a população em geral, ao viabilizar o acesso a serviços bancários antes restritos à capital, como abertura de contas, pagamentos, empréstimos, transferências e demais transações financeiras.

Essa nova realidade facilitou o cotidiano econômico da população local, também despertou o interesse de empresários de outras regiões, que passaram a perceber o município como um ambiente promissor para a realização de investimentos e o desenvolvimento de atividades empreendedoras. Esse movimento contribuiu para a diversificação da economia local e fortaleceu o processo de dinamização urbana, ampliando as oportunidades de trabalho e impulsionando o crescimento socioeconômico de Manacapuru.

No entanto, esse processo de expansão e dinamização econômica também trouxe desafios significativos para o ordenamento territorial, sobretudo em relação à ocupação de áreas sensíveis do ponto de vista ambiental.

Durante a elevação do nível do rio, esses corpos hídricos tendem a retomar seus cursos naturais, invadindo áreas que haviam sido modificadas por aterros e outras intervenções decorrentes do processo de urbanização. A intensa ocupação dessas regiões, marcada pela elevada densidade populacional e pela presença expressiva de moradias, agrava ainda mais o problema, dificultando a mobilidade urbana e expondo a população a riscos sanitários, sociais e ambientais nos períodos críticos. Essa dinâmica evidencia a necessidade de um planejamento urbano mais atento às características naturais do território, de modo a mitigar os impactos das cheias e assegurar a sustentabilidade do crescimento da cidade.

Algumas áreas do município são severamente afetadas por alagamentos (Figura 17), configurando um grave problema socioambiental. Essa situação decorre, em parte, do fato de que diversas ruas foram construídas próximas a pequenos cursos d'água e nascentes de igarapés.

Figura 17: Realidade da infraestrutura de Manacapuru durante enchente.



Fonte: IBGE, 1940; Andrade 2022.

Os moradores, expostos às águas poluídas, enfrentam riscos constantes relacionados à presença de animais peçonhentos, como cobras e até mesmo jacarés e à proliferação de insetos vetores de doenças. Observa-se, assim, que a infraestrutura urbana do município ainda é insuficiente para atender de forma eficaz às necessidades da população, que, por sua vez, busca se adaptar à realidade local. Esse tipo de vulnerabilidade associada às enchentes é um problema recorrente, presente desde as fases iniciais de ocupação e formação da cidade.

A formação e a produção do espaço geográfico são resultado de um conjunto de fatores que contribuem para a produção espacial urbana em Manacapuru. Pode-se dizer que a dinâmica dos rios foi um marco para Manacapuru em relação à produção do espaço urbano. Como cita Moura (2009, p. 11), “[...] os meios de circulação fluviais cederam lugar às estradas e esses passaram a orientar o fluxo demográfico para a terra firme”. Por ser próxima à Manaus, a configuração do espaço de Manacapuru tornou-se mais rápida devido aos serviços urbanos. Dentro desse contexto, Lima (2011) menciona que:

Embora Manacapuru apresente uma boa infraestrutura urbana, em relação às demais cidades que compõe o Médio Solimões, como Caapiranga, Anorí, Anamã, Codajás, Coarí, Tefé entre outras, os bens e serviços produzidos socialmente, (exceto a educação), não acompanham o crescimento da cidade, principalmente no que tange às questões: saúde, segurança, sistema de esgoto, tratamento de água e transporte, coletivo, pois o aumento populacional foi se espraiando e esses serviços se tornam incipientes (Lima, 2011, p. 10).

Há uma contradição ao que diz respeito aos serviços urbanos ofertados a população de Manacapuru, mesmo a cidade tendo uma boa infraestrutura em

comparação a alguns municípios do estado do Amazonas, ainda é insuficiente para atender sua população.

Leva-se em consideração que o município de Manacapuru tem ampliado progressivamente sua relevância no contexto da Região Metropolitana de Manaus. Devido à sua proximidade com a capital, Manacapuru vem se consolidando como um subcentro comercial estratégico, capaz de atrair e atender não apenas sua população, mas também moradores de municípios vizinhos e vilarejos do entorno.

Essa centralidade emergente se reflete claramente no crescimento da oferta de bens e serviços, com a presença de produtos que, anteriormente, eram encontrados exclusivamente na capital, mas que hoje já estão amplamente disponíveis no comércio local de Manacapuru, fortalecendo sua economia e ampliando sua influência regional.

Manacapuru é um ponto estratégico planejado pelo governo estadual. Lima (2011, p. 18) afirma que “[...] por intermédio do seu porto fluvial [...], promoverá o descongestionamento do porto de Manaus. Ademais, o porto de Manacapuru proporcionará o escoamento da produção e de passageiros [...]”. Logo, entende-se que há facilidade não somente no transporte fluvial, mas no transporte terrestre para todos que se deslocam para Manaus.

A importância logística e estratégica de Manacapuru, especialmente em função do seu porto fluvial e da integração com o transporte terrestre, impulsiona diretamente o desenvolvimento econômico local. Essa infraestrutura facilita o fluxo de mercadorias e pessoas, criando um ambiente favorável para o crescimento de diversos setores comerciais que dinamizam a economia do município.

Dentre as principais atividades econômicas desenvolvidas no município, destacam-se o comércio atacadista, o varejista, o setor de alimentação e o comércio ambulante. Cada um desses segmentos exerce um papel na dinâmica econômica local, contribuindo para a geração de renda, o abastecimento de bens e serviços. Essas atividades refletem tanto a diversidade das formas de trabalho quanto a capacidade de adaptação da população às condições socioeconômicas.

O comércio atacadista encontra-se em estabelecimentos localizados no centro da cidade, atendendo municípios próximos, como Anori, Caapiranga e Beruri, com mercadorias de primeira necessidade. O comércio varejista atende uma clientela mais interna, oferecendo produtos variados. O comércio de alimentos é voltado para pizzarias, bares, restaurantes, supermercados, hipermercados, lanchonetes, etc.,

encontrados em Manacapuru. O comércio de rua é composto por feiras, vendedores ambulantes e camelôs.

Quanto aos serviços de saúde oferecidos à população, Manacapuru conta com um Hospital Geral (Unidade Mista), Maternidade Cecilia Cabral, ambos interligados, que prestam atendimento de pronto-socorro, maternidade, atendimento odontológico e cirúrgico. O hospital atende municípios próximos e, em casos mais graves, os pacientes são encaminhados para a capital. Dentro desse contexto, Lima (2011) afirma que:

A população ainda dispõe de atendimento pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA); Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA); Clínicas particulares e laboratórios de análises clínicas. [...]. Os poucos médicos que atuam no município, são em sua maioria, clínicos gerais. Em Manacapuru os problemas na área de saúde não são diferentes dos do restante do País, devido à falta de políticas públicas, o que tornam deficientes os serviços. (Lima, 2011. P. 20).

Em relação à educação, a cidade de Manacapuru conta com 20 estabelecimentos de ensino, ofertadas pela Secretaria de Estado da Educação e Qualidade de Ensino (SEDUC), sendo 15 na zona urbana e cinco na zona rural. Essas escolas atendem estudantes no ensino fundamental e ensino médio, destacando que uma escola é acessível por meio de transporte terrestre e quatro por meio fluvial. Essas informações foram obtidas por meio da Coordenadoria Regional da SEDUC em Manacapuru, em julho de 2024.

O município mantém, através da Secretaria Municipal de Educação (SEMED), 137 escolas distribuídas pela sede do município e arredores, oferecendo ensino na educação infantil, no ensino fundamental anos iniciais e anos finais, incluindo também as escolas particulares no quadro educacional. O Instituto Federal do Amazonas (IFAM) está presente na educação básica em Manacapuru desde dezembro de 2014, oferecendo o Ensino Médio por meio de um processo seletivo.

Para a Educação Superior, o município de Manacapuru conta com o Campus da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, desde 2002. O município possui instituições de ensino superior particulares, como a UNIASSELVI, FAMETRO, NILTONLINS e outras, que atendem tanto ao ensino fundamental (NILTON LINS) quanto ao ensino superior.

Culturalmente, o urbano em sua formação e crescimento recebeu e ainda recebe influência do Festival de Cirandas, que começou em 1997. Antes dessa data,

as cirandas se apresentavam na comemoração do aniversário da cidade, no Campo Riachuelo, e só depois passaram de uma apresentação para uma competição (Braga, 2007).

As cirandas se apresentam no último fim de semana de agosto, movimentando um número considerável de vendedores ambulantes de Manaus e cidades próximas, principalmente de vendedores locais, que oferecem bebidas e comidas na área externa do Parque do Ingá, conhecido como Cirandódromo.

Ainda referente à ciranda, Lima (2011, p. 71) afirma que está “movimenta a economia da cidade por seis meses, desde os ensaios que se iniciam no mês de fevereiro até a apresentação final no mês de agosto, período em que se intensifica o fluxo de transportes terrestre e fluvial em Manacapuru”.

Essa movimentação econômica sazonal contribui diretamente para a construção e consolidação do espaço urbano. Um exemplo significativo é o impacto do Festival de Ciranda, iniciado em 1997 e concretizado em 1998, quando a disputa entre as cirandas passou a ser no parque do Ingá. Com seu crescimento e crescente visibilidade, o evento passou a atrair um número expressivo de visitantes, impulsionando a expansão da rede hoteleira local, que antes contava com poucos estabelecimentos. A alta demanda revelou a necessidade de melhorias não apenas na oferta de hospedagem, mas também em aspectos da infraestrutura urbana, como o fornecimento de energia elétrica.

O festival de ciranda, gerou aumento e valorização imobiliária significativa. Além disso, proporcionaram o aumento do preço do solo urbano no conjunto habitacional Alberto Ventura, resultando em especulação comercial, onde algumas residências estão sendo transformadas em estabelecimentos comerciais. Isso demonstra o impacto da cultura na economia e na reconfiguração do espaço urbano de Manacapuru.

O espaço urbano de Manacapuru tem sido formado com influência de diversos agentes produtores do espaço, entretanto, os agentes com maior influência tem sido o Estado, os proprietários dos meios de produção e os agentes imobiliários, interessados nas áreas consideradas mais nobres ou apropriadas para comércio, mudando a forma e a função dos espaços, quando antes eram os lugares das moradias, agora passaram a ser o lugar dos comércios em geral. Mencionando-se os mercadinhos-supermercados, hotéis, drogarias e o comércio informal (Figura 18).

Figura 18: Principais ações que demonstram o crescimento urbano de Manacapuru.



Elaboração: Andrade, 2024.

Verifica-se a relevância da criação e consolidação de novos bairros no contexto do tecido urbano, evidenciando que essa expansão territorial é fundamental para acompanhar, absorver e sustentar o processo de desenvolvimento urbano ao longo do tempo.

A formação de novos núcleos residenciais reflete a trajetória histórica de crescimento e ocupação da cidade, desde seus estágios iniciais até o período contemporâneo, também desempenha um papel estratégico na compreensão das dinâmicas territoriais. Além disso, contribui de maneira significativa para a integração dos diferentes setores da cidade, promovendo uma reconfiguração contínua do espaço urbano e influenciando diretamente sua estrutura física, social e econômica.

Muitos foram os marcos ou processos que formaram e transformaram o urbano de Manacapuru, entretanto alguns estão sendo tidos como de maior influência nas últimas décadas, como a Ponte Rio Negro e a duplicação da rodovia Manoel Urbano, devido a transformações socioespaciais e o desenvolvimento urbano em Manacapuru, Silva (2016) salienta que:

A proximidade com a metrópole e as funções urbanas que os mesmos exercem na região foram fatores cooperadores para o aumento do fluxo de pessoas, mercadorias e ocupações residenciais. Estes eventos contribuíram para as modificações espaciais, populacionais e

econômicas em Manacapuru que juntos ao aumento de repasses financeiros federais, estaduais e arrecadações próprias colaboraram para a dinâmica urbano-regional do município (Silva, 2016, p. 28).

Essa dinâmica local, evidenciada pelo aumento de fluxos de pessoas, mercadorias e ocupações em Manacapuru, pode ser compreendida à luz dos processos das metrópoles, nas quais certas funções centrais como a coordenação de bens, pessoas e informações se mantêm ao longo do tempo, adaptando-se às transformações históricas. Os acontecimentos verificados no município também resultam da influência da metrópole sobre os territórios circundantes, demonstrando como suas características estruturais e organizacionais induzem dinâmicas urbano-regionais, conectando o crescimento local a padrões mais amplos de desenvolvimento urbano e integração regional.

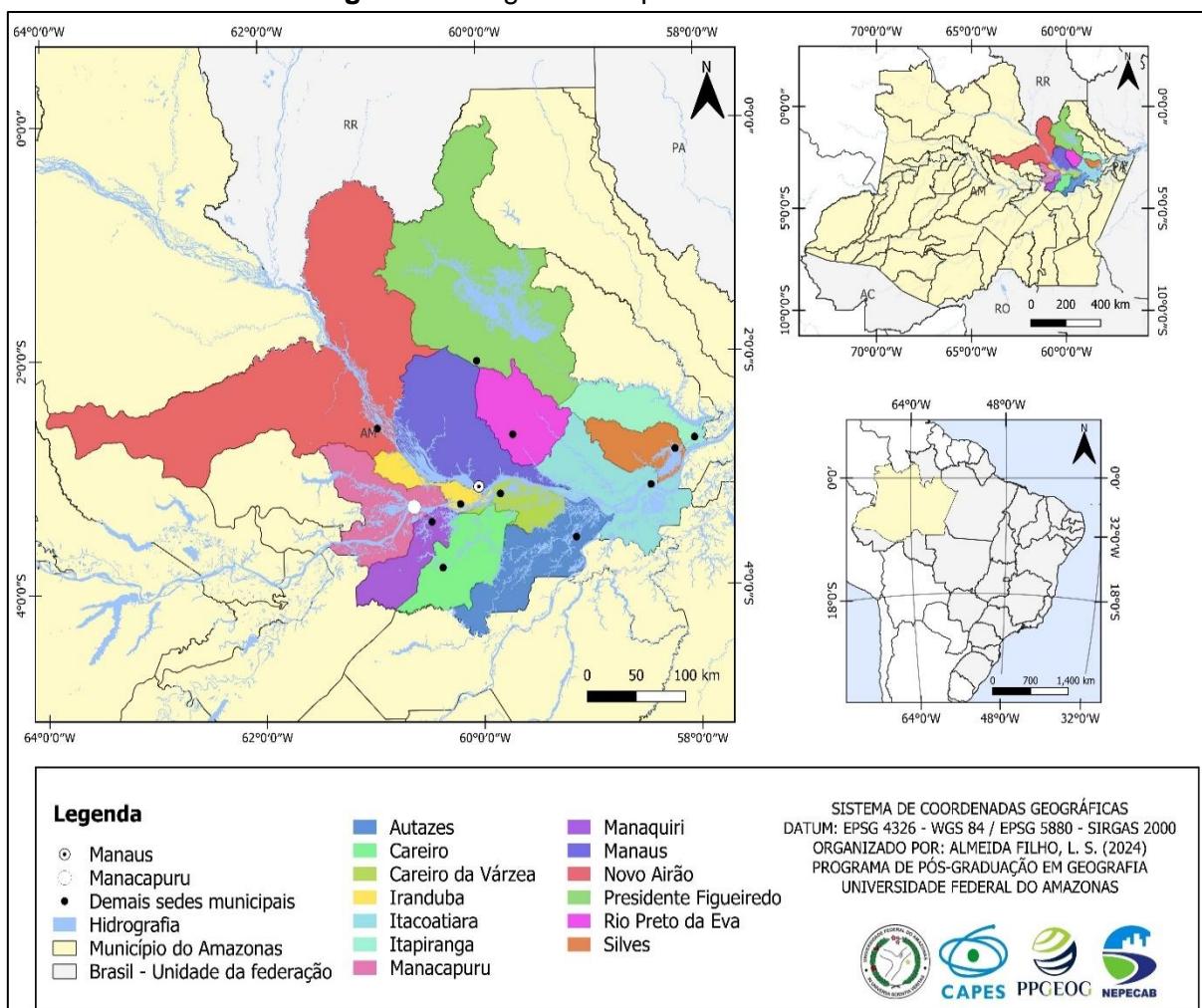
Lima (2024) aborda a histórica de Manaus destacando que suas características não desaparecem completamente com o tempo, mas podem se manter, se intensificar ou diminuir gradualmente. Um aspecto central mencionado é a capacidade da metrópole de coordenar o fluxo de mercadorias, pessoas e informações, função que persiste ao longo de sua história, embora em diferentes graus de intensidade. Lima (2024) ainda menciona que essa coordenação não é isolada, mas parte de uma rede organizada de trocas e fluxos, que sustenta tanto as atividades econômicas quanto sociais e comunicacionais da cidade. Em outras palavras, a metrópole se constrói e se mantém por meio de interações complexas, nas quais elementos históricos ainda influenciam sua dinâmica contemporânea.

Na discussão de Lima (2024), a definição e o papel de uma metrópole vão além do tamanho físico ou populacional. Ser metrópole significa exercer funções de coordenação que ultrapassam o espaço local, impactando territórios externos e conectando diferentes regiões. Além de ser uma cidade, a metrópole se constitui como um centro principal de decisões econômicas, políticas e culturais, carregando prestígio e poder na percepção coletiva. Sua capacidade de concentrar riqueza, organizar atividades de longo prazo e difundir informação, muitas vezes mediada por tecnologia, permite superar limitações geográficas, garantindo influência e conectividade. Em síntese, a metrópole não é apenas um espaço físico, também um modo de vida e de produção que integra pessoas, bens e conhecimento de forma estratégica e organizada.

A metrópole contemporânea abordada por Lima (2024) se caracteriza por sua dinâmica constante e reestruturações rápidas, tanto em suas estruturas físicas quanto nos processos de produção, que se tornam cada vez mais intangíveis, como serviços, informação e tecnologia. Nesse contexto, exerce papel central nas dinâmicas de metropolização, conectando regiões e adaptando-se rapidamente às mudanças globais e locais.

A Região Metropolitana de Manaus – RMM foi instituída através da Lei Estadual Nº 52/2007 do dia 30 de maio de 2007 sem que Manacapuru fizesse parte do grupo dos sete municípios incluídos. Manacapuru foi inserida depois, no mesmo ano ainda, por intermédio da Lei Complementar n. 59 de 27 de dezembro de 2007. Atualmente a RMM é composta por treze municípios, fato que se fez presente mediante a alteração dada pela Lei n. 64 de 30 de abril de 2009 (Figura 19).

Figura 19: Região Metropolitana de Manaus



Organizado por: Almeida Filho, 2024

O processo de criação da “RMM trata-se de uma ação do Estado que a propõe como política pública com o objetivo de criar as bases para instalação de infraestrutura capaz de gerar um suporte básico para o desenvolvimento econômico e social dos municípios”, (Souza, 2013, p. 187). Com grande extensão territorial, a RMM possui municípios com data de criação recentes e população estimada para 2024 conforme Tabela 01.

Tabela 01: Informações dos municípios pertencentes a Região Metropolitana de Manaus.

Municípios	Data de criação	Área Km ²	Total População ⁷
Autazes	03.03.1956	7.652,852	45.328
Careiro	19.12.1955	6.096,212	32.442
Careiro da Várzea	30.12.1987	2.627,474	19.809
Iranduba	10.02.1981	2.216,817	67.114
Itacoatiara	10.12.1957	8.891,906	112.520
Itapiranga	29.12.1956	4.335,075	10.805
Manacapuru	16.07.1932	7.336,579	110.691
Manaus	24.10.1848	11.401,092	2.279.686
Manaquiri	25.02.1982	3.973,258	17.009
Novo Airão	12.12.1955	37.776,770	16.567
Presidente Figueiredo	10.02.1981	25.459,099	33.004
Rio Preto da Eva	10.12.1981	5.815,622	24.936
Silves	23.01.1957	3.723,382	12.404
RMM	30.05.2007	127.306,014	2.782.315

Fonte: IBGE, 2024

Organizado por: Andrade, 2024

Alves (2016) faz uma reflexão sobre as metrópoles, destacando suas características centrais e suas contradições internas. De um lado, elas são vistas como centros dinâmicos e desenvolvidos, onde se concentram muitas pessoas, riquezas, tecnologia, inovação e oportunidades modernas. Esses fatores fazem das metrópoles espaços atrativos e estratégicos no contexto urbano.

⁷ Todos os dados populacionais da RMM, são estimativas do IBGE 2024.

No entanto, a autora também enfatiza que, apesar desse cenário promissor, as metrópoles enfrentam problemas sociais, onde o crescimento acelerado e desigual leva ao aumento da pobreza, da violência e das moradias precárias. Ou seja, as mesmas cidades que hora simbolizam avanço também desvelam desigualdades profundas, mostrando que o desenvolvimento urbano não é necessariamente significado de bem-estar social para todos os seus habitantes.

1.5. EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU E SUAS CONTRADIÇÕES

De acordo com Silva e Oliveira (2020), o perímetro urbano representa um instrumento legal estratégico que influencia diretamente o processo de expansão e ocupação das cidades. Sua definição pode favorecer o adensamento populacional e até provocar a antecipação de áreas urbanizadas, muitas vezes guiada por interesses econômicos, mesmo quando isso compromete a qualidade de vida da população e dificulta o acesso igualitário à infraestrutura urbana.

Essas dinâmicas evidenciam como as decisões legais referentes ao perímetro urbano não ocorrem de forma isolada, mas se entrelaçam com os processos históricos, sociais e econômicos que levam ao crescimento e a transformação dos municípios.

A cidade de Manacapuru passou por inúmeras transformações desde sua formação até os dias atuais, causando alterações na geração de renda, no aumento populacional, no estilo de vida social e na forma de consumir os espaços, processos que, ao longo do tempo, geraram impacto e motivaram significativamente a expansão urbana. outrora uma Manacapuru nascida de frente para o Rio Solimões, o qual foi provedor de recursos de subsistência e desenvolvimento por muitos anos, Amorim (2013) sobre o crescimento de Manacapuru afirma que:

O crescimento do local chamado Manacapuru se deu em virtude da fartura de produtos que passaram a ser comercializados. O rio Manacapuru era farto de peixe-boi, cuja carne era bastante apreciada e o couro amplamente utilizado para o fabrico de correias, os peixes nobres por seu tamanho, como o pirarucu e o tambaqui, eram comercializados em grandes quantidades e iam abastecer a sede da Capitania, os óleos vegetais já despontavam como medicinais e seu comércio também já era praticado, (Amorim, 2013, p. 25).

Ao longo dos anos, a cidade passou a contemplar um crescimento que já não estava mais totalmente direcionado para o rio, e os recursos obtidos somente dele. A cidade e muitos bairros surgiram acompanhando a margem do rio, como foi o caso do Biribiri, Correnteza, Centro, Terra Preta etc.

Houve transformações que se deram por conta dos grupos sociais, os quais utilizam e mudam a cidade, assim, como o espaço urbano e seus costumes exerceram influências na população, por meio dos costumes típicos do meio urbano. principalmente ao se pensar nos bairros comunidades mais afastadas do centro urbano. Nos apontamentos de Lima (2011) é salientado que:

A expansão da cidade aconteceu no sentido oeste, com o surgimento do bairro denominado Terra Preta, que se diferencia dos demais bairros porque concentram três escolas estaduais de ensino fundamental e médio, o Programa de Assistência ao Cidadão (PAC), a terceira Companhia da Polícia Militar, o Quartel dos Bombeiros e as igrejas de Santo Afonso e Santo Antônio, famosas pelos festejos e cirandas que ocorrem no mês de junho – período de maior circulação de moeda no bairro de Terra Preta (Lima, 2011, p.35).

O bairro mencionado é o mais antigo de Manacapuru, atualmente com muitos estabelecimentos comerciais e mudanças espaciais, porém, a cidade ampliou-se em todas as direções. Por muitas décadas a principal direção de crescimento foi a chamada pelos moradores de “parte de trás” se afastando do rio, entretanto, mesmo distante do Rio Solimões a cidade é cortada por diversos igarapés, fato que facilitava a aquisição de água para as atividades do cotidiano, esse foi um contexto facilitador para o surgimento de novos bairros.

Como foi o caso do bairro da Liberdade – inicialmente apelidado de Chaparral⁸ – somente após alguns anos com a lei de criação do bairro, recebeu o nome atual. Hoje mantém uma concentração de estabelecimentos comerciais variados, facilitando o cotidiano dos moradores, pois não precisam mais se dirigir ao centro da cidade para sanar suas necessidades. no pequeno centro comercial em formação e desenvolvimento é possível encontrar, desde escola, academias, Unidade Básica de Saúde – UBS, comércio varejista diversificado até estabelecimentos fornecedores de

⁸ O apelido de Chaparral foi dado em associação a uma série americana no estilo faroeste, com o nome de Chaparral, transmitida na televisão no período de ocupação do bairro, o apelido se deu dada violência constatada com grande frequência.

produtos alimentícios. A formação do bairro se deu em sua maioria por meio de ocupações irregulares.

O processo de crescimento urbano do município avançou em direção à zona norte, destacando-se a formação do bairro São José, considerado um dos maiores em extensão territorial e significativa densidade populacional. A constituição desse bairro ocorreu de maneira mista: parte de sua área foi ocupada de forma irregular, enquanto outra parte resultou da comercialização formal de terrenos por seus respectivos proprietários.

A consolidação do bairro se deu por meio do sistema de ajuda mútua, uma prática tradicional enraizada na cultura do homem amazônico, baseada na cooperação comunitária e no trabalho coletivo. Devido a essa forma peculiar de organização, o local foi popularmente conhecido por muitos anos como 'Mutirão'. Apenas após sua regularização e oficialização administrativa, o bairro passou a ser denominado oficialmente como São José.

O crescimento urbano da cidade expandiu-se em direção leste, culminando na ocupação do bairro da Correnteza, uma área ambientalmente inapropriada para moradias, por se localizar em zonas sujeitas a alagamentos sazonais decorrentes da cheia do Rio Solimões. Tal realidade revela um cenário preocupante, evidenciado pelo fato de que a Escola Socorro Queiroz, situada no referido bairro, frequentemente é utilizada como abrigo temporário para os moradores da área, quando estes não dispõem de alternativas adequadas de refúgio durante os períodos de enchente.

Tal contexto modifica a dinâmica de moradores, e altera o processo educacional, pois o prédio que antes exercia sua função voltada para a educação, em muitos momentos, se transforma em abrigo para estudantes e moradores. A consequência disso é que as instalações, em vez de cumprirem sua função original, acabam sendo insuficientes para as necessidades emergentes. As enchentes revelam a falta de um planejamento urbano que considerasse os aspectos ambientais na ocupação da área pelo poder público.

Entretanto, as áreas mais promissoras para a expansão da cidade estão a oeste, acompanhando a AM 070 (Rodovia Manuel Urbano), onde surgiram os bairros Morada do Sol e Novo Manacá, seguindo a rodovia Manuel Urbano. Bairros que se formaram como fruto de mais uma ocupação irregular, que foram regularizados anos depois. Além destes, outros loteamentos foram implementados acompanhando a Rodovia Manuel Urbano.

O crescimento urbano de Manacapuru também está ligado à construção de infraestruturas na RMM, que atraem pessoas e atividades econômicas. Nos últimos anos, as ações do governo e do setor privado intensificaram as transformações espaciais (Silva, 2016). A respeito do aumento do efetivo populacional, a Tabela 02 e o Gráfico 02 mostram o crescimento de Manacapuru, apresentando um acréscimo gradual e um decréscimo em apenas uma das décadas.

Tabela 02: Crescimento populacional de Manacapuru dos anos de 1970 a 2024

Crescimento Demográfico da Manacapuru					
Ano	Total	Urbana	Rural	Urbana %	Rural %
1970	49.469	7.247	42.222	14,6	85,4
1980	61.018	18.230	42.788	29,9	70,1
1991	57.173	36.019	21.154	63,0	37,0
2000	73.695	47.662	26.033	64,7	35,3
2010	85.141	60.174	24.967	70,7	29,3
2022	101.883	66.353	35.530	65,1	34,9
2024 ⁹	110.691	72.051	38.640	65,1	34,9

Elaboração: Andrade 2024

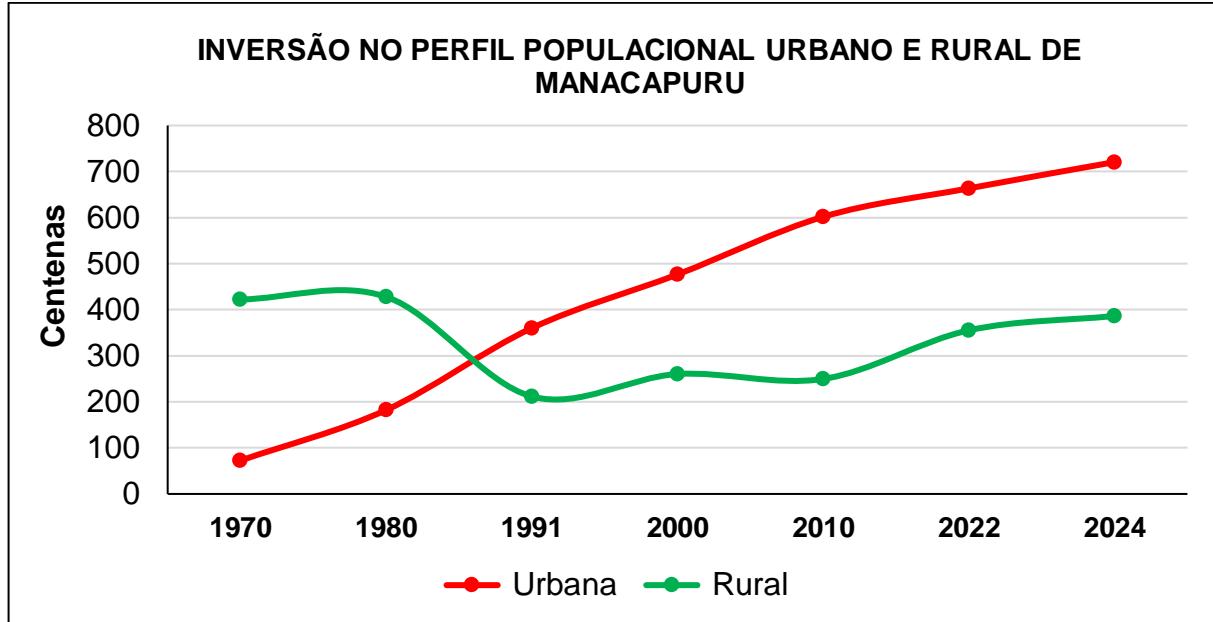
Fonte: IBGE

O Gráfico 2 evidencia aspecto da dinâmica demográfica ocorrida no município entre os anos de 1970 e 2024, com destaque para a inversão no perfil populacional urbano e rural. Observa-se que, até a década de 1980, a população rural superava a urbana. No entanto, a partir de 1991, esse cenário se altera: a população urbana ultrapassa a rural, indicando um processo de urbanização cada vez mais consolidado. Esse crescimento da população urbana é contínuo e significativo ao longo das décadas seguintes, atingindo, em 2024, seu maior patamar. A população rural apresenta uma tendência de declínio até os anos 1990, seguido de relativa

⁹A população urbana e rural de 2024 foi estimada com base na proporção urbano/rural identificada no Censo Demográfico de 2022, uma vez que os dados oficiais mais recentes disponíveis não apresentam esse detalhamento.

estabilidade, com discretas oscilações e uma leve retomada a partir de 2010, sem, no entanto, recuperar os níveis anteriores.

Gráfico 02: Inversão no perfil populacional urbano e rural de Manacapuru (1970 a 2024)



Elaboração: Andrade 2024

Fonte: IBGE

Essa dinâmica revela a centralidade adquirida pelo espaço urbano na configuração territorial do município, impulsionada por vários processos como os migratórios, as redefinições legais do perímetro urbano e maior oferta de infraestrutura e serviços nas áreas centrais. A análise reforça a necessidade de se compreender o rural e o urbano como espaços em constante transformação e interdependência, sobretudo em contextos amazônicos onde esses limites são mais tênues.

Nesse cenário de reconfiguração territorial, torna-se evidente que a urbanização ultrapassa a simples delimitação legal ou concentração demográfica, manifestando-se também na transformação física do espaço e na expansão das áreas edificadas. Esse processo reflete não apenas o crescimento populacional, também a intensificação das dinâmicas socioeconômicas e a reorganização funcional do território.

Um dos principais indícios desse processo é o surgimento de novos bairros e loteamentos residenciais, especialmente ao longo da Rodovia AM-070, conforme demonstra o Quadro 04. Essa expansão territorial reflete, de forma direta o aumento da demanda por serviços públicos essenciais, como saúde, educação, transporte e saneamento, além da necessidade de ampliação da infraestrutura urbana, o que

impõe desafios crescentes à gestão municipal no planejamento e na provisão de políticas públicas.

Quadro 04: Loteamentos na cidade de Manacapuru

Lista dos Loteamentos e Residenciais Legalizados e não Legalizados			
Nº	Loteamentos Legalizados	Nº	Loteamentos não regulares
01	Loteamento Beija-flor	01	Loteamento Adilson Sobrinho ¹⁰
02	Loteamento Bem-te-vi	02	Loteamento Buriti
03	Loteamento Canto do Uirapuru	03	Loteamento Castanheira ¹¹
04	Loteamento Company	04	Loteamento Codré
05	Loteamento Deus é Fiel	05	Loteamento Lago Azul
06	Loteamento Dona Eli	06	Loteamento Madeiral – II
07	Loteamento Ebenézer	07	Loteamento Monte Cristo – II
08	Loteamento Eco Parque	08	Loteamento Monte Sinai ¹²
09	Loteamento Frazão	09	Loteamento Nova Canaã – II
10	Loteamento Madeiral - I	10	Loteamento Nova Vitória
11	Loteamento Nova Canaã	11	Loteamento Novo Horizonte – II
12	Loteamento Parque Miriti	12	Loteamento Shalon
13	Loteamento Parque Tucumã	13	Loteamento São João do Miriti
14	Loteamento Parque Veneza	14	Loteamento Vila Buriti ¹³
15	Loteamento Santo Antônio	15	Loteamento JR ¹⁴
16	Loteamento Seu Roberto		
17	Loteamento Tia Alzira		
18	Residencial Dona Mimosa ¹⁵		
19	Residencial Manacapuru ¹⁶		

Elaboração: Andrade, 2024.

Fonte: Prefeitura Municipal de Manacapuru, 2024.

¹⁰ Loteamento localizado no km 06 da AM 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

¹¹ Loteamento localizado no km 01 da AM 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

¹² Loteamento localizado no km 04 da AM 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

¹³ Loteamento localizado no Km 06 da AM 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

¹⁴ Loteamento localizado no Km 05 da AM 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

¹⁵ Loteamento localizado no km 02 da AM 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

¹⁶ Residencial localizado no km 03 da Am 352, estrada que liga a cidade de Novo Airão.

O crescimento da cidade permanece acompanhando a Estrada Manuel Urbano, onde tem surgido muitos loteamentos, já regularizados, outros em processo de regularização e alguns seguem sem nenhuma regulamentação. Na AM 352 muitos loteamentos também têm surgido nas últimas décadas. O crescimento ao longo dos anos se deu entre a rotatória da antiga entrada da cidade e o balneário do Miriti.

Atualmente, apenas três loteamentos reconhecidos pela prefeitura encontram-se localizados além dos limites anteriormente definidos pela Lei nº 053, de 2006, que delimitava o perímetro urbano até o Balneário Miriti. Com a promulgação da Lei nº 01, de 2012, esse perímetro foi redefinido, ampliando significativamente a área de expansão urbana do município. Essa mudança no marco legal evidencia não apenas uma alteração territorial, também reforça a responsabilidade do poder público quanto à gestão dessas novas áreas urbanas, que clamam planejamento, infraestrutura e serviços compatíveis com a urbanização.

A delimitação do perímetro urbano, estabelecida por lei municipal, define a área considerada urbana em contraposição às zonas rurais. A partir dessa definição, cabe ao poder público local promover o planejamento adequado do território e garantir que a cidade cumpra suas funções sociais, assegurando uma urbanização equilibrada, com participação democrática, distribuição justa dos encargos e benefícios da expansão urbana, além da oferta apropriada de serviços e infraestrutura, conforme previsto na Constituição Federal (1988) e no Estatuto da Cidade (2001).

A definição legal do perímetro urbano ultrapassa os limites físicos da cidade, mas tendem a orientar os critérios técnicos para o uso e ocupação do solo. A legislação busca regulamentar as formas de expansão urbana, como o parcelamento do solo, para assegurar que o crescimento ocorra de forma ordenada e com base em parâmetros sustentáveis. Essa perspectiva é reforçada pela Lei nº 6.766/1979, que trata especificamente de parcelamento e suas implicações.

A Lei Nº 6.766, de 19 de dezembro 1979 de parcelamento do solo urbano no Art 2º menciona que:

O parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, observadas as disposições desta Lei e as das legislações estaduais e municipais pertinentes. § 1º Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes. § 2º

Considera-se desmembramento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes, (Brasil, 1979).

Essa lei estabeleceu as bases normativas para o parcelamento do solo no Brasil e atribuiu aos municípios a responsabilidade de regulamentar o processo de expansão urbana, por meio da definição do perímetro urbano, sem, contudo, exigir a quantificação das demandas que justificassem tal ampliação.

A urbanização realizada de forma parcial, possivelmente sem plena intenção no início, acabou se consolidando como uma estratégia para promover gradualmente a ocupação das zonas em expansão urbana, mantendo carências estruturais que eram supridas aos poucos, por meio de trocas de favores entre a população local e o poder público. Santoro (2014) menciona que:

Além da Lei Federal não ter sido crítica em relação à completude de uma “urbanização primária” (infraestrutura), deixou aos municípios o dever de fazer a “urbanização secundária” (equipamentos e serviços), geralmente muito demorada, o que terminou por garantir, na realidade, uma “urbanização incompleta”. (Santoro, 2014. p.173).

A democracia e a municipalização, discutidos durante o processo constituinte da década de 1980, não resultaram em transformações significativas nas dinâmicas de expansão urbana. A lógica da urbanização incompleta persiste. A dependência financeira dos municípios e a limitação quanto à autonomia parecem ter sido agravadas pela fragilidade das relações clientelistas locais e pela continuidade da especulação fundiária.

Segundo Silva e Oliveira (2020), a definição dos limites urbanos pelo poder público nem sempre atende ao interesse coletivo, sendo muitas vezes direcionada para beneficiar setores específicos, como o mercado imobiliário. A ampliação do perímetro urbano, nesses casos, pode favorecer práticas especulativas, como a retenção de terras, e elevar o valor dos lotes recém-incorporados à malha urbana, configurando-se uma estratégia alinhada aos interesses do capital.

A Lei 11.445 de 2007, incluída na Lei 6.766 de 1979 estabelece que a infraestrutura considerada básica em parcelamentos urbanos deve contemplar a presença de sistemas adequados para o escoamento das águas das chuvas, iluminação pública, rede de esgoto, fornecimento de água potável, energia elétrica

tanto para uso público quanto residencial, além de vias destinadas à circulação (Brasil, 2007. Art. 2º parágrafo 5º).

A definição legal de infraestrutura básica em parcelamentos urbanos estabelece critérios mínimos para a urbanização adequada. Em Manacapuru, observa-se que grande parte dos loteamentos formalmente reconhecidos se concentra até a região do Balneário Miriti, sem expansão significativa além desse limite. Isso pode estar relacionado à exigência legal de infraestrutura mínima, a qual nem todas as áreas em processo de ocupação atendem plenamente.

1.5.1. A LEI TAMBÉM CONSOLIDA?

A Lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, no Art. 3º dispõe a respeito da consolidação de áreas urbana, onde menciona que:

XXVI – área urbana consolidada: aquela que atende os seguintes critérios; a) estar incluída no perímetro urbano ou em zona urbana pelo plano diretor ou por lei municipal específica; b) dispor de sistema viário implantado; c) estar organizada em quadras e lotes predominantemente edificados; d) apresentar uso predominantemente urbano, caracterizado pela existência de edificações residenciais, comerciais, industriais, institucionais, mistas ou direcionadas à prestação de serviços; e) dispor de, no mínimo, 2 (dois) dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana implantados: 1. drenagem de águas pluviais; 2. esgotamento sanitário; 3. abastecimento de água potável; 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública; e 5. limpeza urbana, coleta e manejo de resíduos sólidos.

Diante do exposto é possível observar que muitos perímetros urbanos são modificados, entretanto o poder público nem sempre cumpre os critérios legais quanto a consolidação do urbano. No urbano, os equipamentos de infraestrutura e serviços públicos implementados são indispensáveis para o bem estar da população. O decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010, no parágrafo 1º do Art 2º, salienta os equipamentos urbanos quando menciona que:

Consideram-se equipamentos públicos urbanos as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de águas pluviais, disposição e tratamento dos resíduos sólidos, transporte público, energia elétrica, rede telefônica, gás canalizado e congêneres.

É no sentido de beneficiamento não só de um grupo, mas da coletividade que os equipamentos e serviços são ou devem ser implementados. Referente aos serviços oferecidos Zmitrowicz e Angelis Neto (1997) salientam que

A evolução da cidade corresponde a modificações quantitativas e qualitativas na gama de atividades urbanas e, consequentemente, surge a necessidade de adaptação tanto dos espaços necessários a essas atividades, como da acessibilidade desses espaços, própria infraestrutura que a eles serve (Zmitrowicz e Angelis Neto, 1997, p. 4).

Ao pensar nas comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, alguns equipamentos públicos são encontrados e disponibilizados. Ao analisar esses espaços pelo prisma da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, observa-se que os critérios para as considerar como urbano consolidado exigem que as comunidades atendam a requisitos mínimos de infraestrutura, os quais ainda não são suficientes para promover plenamente o bem-estar de seus moradores.

A comunidade de Nossa Senhora das Graças, localizada na outra margem do Rio Solimões, distante cerca de 3,5 km, embora sem transporte regular a disposição, poderia ser considerada um bairro de Manacapuru? Nesse caso, em especial, a comunidade sendo considerada um bairro afastado do centro urbano, seria fundamental uma atuação mais efetiva do poder público na área, com a oferta de serviços compatíveis com as reais necessidades da população local. Entretanto, convém repensar se o rural seria o espaço das carências de infraestruturas básicas.

O perímetro urbano de Manacapuru não sofreu crescimento espontâneo ou natural, com a implementação de novos bairros ou loteamentos. Embora tenha havido um aumento gradual da área urbana, não se expandiu para além dos limites já estabelecidos, sugerindo que o acréscimo ao urbano foi influenciado por fatores ou interesses administrativos, e não por conta de espraiamento da cidade.

Na busca por maiores benefícios muitos municípios diversas vezes se beneficiam do crescimento urbano em lugar de preservar as áreas rurais. Isso se dá porque o crescimento das cidades pode trazer montantes aos cofres públicos, através da arrecadação de impostos e melhorias econômicas.

Ou seja, a expansão do perímetro urbano se sobrepondo ao rural, está muito ligada aos interesses econômicos e à busca por maior arrecadação de impostos. Favorecendo aqueles que demonstram interesse em investir nessas áreas ou no seu favorecimento da administração municipal. Tendo em vista que cada município tem

autonomia quanto ao seu território, cria leis que favorecem sua administração de alguma forma, Rosas (2008) salienta que:

Os municípios, como unidades políticas/administrativas, passaram a ter autonomia a partir da constituição federal de 1946, e se refere a todo espaço construído a partir das zonas rurais, dicotomizando o rural e o urbano para fins administrativos e de acumulação de capitais. Juntamente com tal divisão, o poder público pode redividir os municípios em distritos, para facilitar a administração ou por interesses diversos na fragmentação do espaço, (Rosas, p. 170).

Diante do exposto a formação e a expansão das cidades, com o aumento dos perímetros urbanos, em alguns casos são guiadas por motivos econômicos. Essa expansão intencional cria novas áreas residenciais, comerciais, com atividades econômicas diversificadas, adequadas a ocupação do espaço em questão.

Essa é a atuação dos proprietários fundiários, que pressiona e interfere na esfera pública com o objetivo de viabilizar seus interesses econômicos e territoriais, como salienta Corrêa, (1998) ao afirmar que:

Os proprietários fundiários podem então exercer pressões junto ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis do solo e do zoneamento urbano. Essa pressão não é feita uniformemente nem beneficia a todos os proprietários fundiários (Corrêa, 1998, p. 16).

Nesse sentido Corrêa (1998) afirma que nas cidades, as áreas escolhidas para sua atuação, recebem atenção, pois essa terra pode ser incluída no processo de troca, passando de rural para urbano. Diante do cenário preestabelecido, Corrêa (1998) diz que é questão de tempo para que a área antes entendida como rural seja trocada para uso urbano.

Esse processo de alteração e expansão gradual do perímetro urbano foi observado no município de Manacapuru, tendo ocorrido em diferentes momentos ao longo dos anos, acompanhando o ritmo de crescimento e adensamento populacional da cidade. À medida que novas áreas passaram a ser ocupadas e a demanda por serviços públicos e infraestrutura urbana aumentou, foi necessário promover adequações nos limites territoriais urbanos, incorporando regiões anteriormente consideradas zonas rurais.

Esse processo de reconfiguração do espaço urbano é evidenciado (Quadro 05) a seguir, que apresenta as sucessivas modificações no perímetro urbano do

município, refletindo as dinâmicas socioespaciais e a necessidade de planejamento territorial mais abrangente e inclusivo.

Quadro 05: Leis de expansão do perímetro urbano da cidade de Manacapuru

Crescimento do perímetro urbano de Manacapuru			
Lei Nº	Data	Assinante	Determina
05	07.03.1986	Francisco Soares Maia (presidente da câmara)	<p>Art. 1º - Fica constituída pela presente Lei, para efeitos tributários, a Zona Urbana do Município, a saber:</p> <p>I- Distrito Sede: Seguindo o sentido anti-horário, inicia-se do Ponto de Partida da Praça 16 de Julho, em frente ao Monumento do Cristo Redentor, com a Av. Eduardo Ribeiro, seguindo a Av. Eduardo Ribeiro pelo lado par, até o encontro com a estrada da Correnteza, Seguindo a Estrada da Correnteza pelo lado par, até o encontro com o Mercado do Produtor do Solimões e retornando pelo lado ímpar, [...] pelo lado par, até o ponto de encontro na Praça 16 de Julho, em frente ao Monumento do Cristo Redentor, fechando perímetro.</p>
053	10.10.2006	Washington Luís Regis da Silva (prefeito)	<p>Art. 1º O Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, fica definido da forma seguinte:</p> <p>Perímetro Urbano Obedecendo ao sentido horário, inicia-se no ponto de - interseção entre o "Lago do Miriti" com o "Rio Solimões ", segue pelo " Rio Solimões " até o "Rio Manacapuru", segue por este, até um ponto frontal na "Enseada Do Manacá", seguindo pela margem direita e posteriormente por uma linha reta e perpendicular até a "Rodovia Manoel Urbano", seguindo por esta até a "Ponte Do Miriti", seguindo pelo "Lago Miriti" até o "Rio Solimões".</p>
01	18.06.2012	João Messias da Silva Furtado (prefeito)	<p>Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 053, de 10.10.2006, passa a ter a seguinte redação:</p> <p>"Art. 1º - O Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, fica definido na forma seguinte: O Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru se estenderá por um raio de 15 Km, tendo como origem a Praça 16 de julho, mais especificamente definido o marco zero o Monumento nela erguido em homenagem ao Ministro Valdemar Pedrosa.</p>

Elaboração: Andrade 2024.
Fonte: Câmara Municipal de Manacapuru.

A primeira lei de regulamentação do perímetro urbano é a lei nº 05 de 1986, com o crescimento da cidade foi instituído outro perímetro de expansão com a lei nº 053 de 2006, posteriormente após estudo e deliberação em 2012 foi realizada a última atualização do perímetro de expansão urbana com a lei nº 01 de 2012.

O que se busca destacar é a expressiva expansão do perímetro urbano em termos de área territorial. Ao comparar os perímetros oficializados, observa-se que, na lei de 2006, a área urbana correspondia a aproximadamente 22,04 km². Já na lei de 2012, que estabelece o perímetro urbano atualmente em vigor, essa área passa a ser de 705,48 km². Comparando-se o perímetro definido pela Lei nº 053/2006 com a delimitação da Lei nº 01/2012, constata-se um aumento de 683,44 km² na área considerada como urbana, o que representa um total de 32 vezes o tamanho da área estabelecida anteriormente, ou seja, um crescimento de aproximadamente 320%, evidenciando a dimensão dessa transformação espacial.

É possível observar o quanto o perímetro mudou ou foi acrescentado em extensão territorial. O perímetro de expansão urbana causa estranheza quando se observa que este incluiu comunidades do outro lado do Rio Solimões, comunidades que antes eram entendidas e mantinham vivências voltadas ao meio rural, como é o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças é a comunidade com ligação via terrestre, como também ocorre com a comunidade Bom Jardim, cujo acesso se dá pela AM-070 e ramal da Bela Vista.

A respeito da comunidade Nossa Senhora das Graças, essa desenvolve atividades econômicas voltadas para agricultura e pesca, que produzem e se direcionam ao centro urbano para vender sua produção, permanecem ligadas ao setor primário e poucos de seus moradores trabalham de carteira assinada ou com algum tipo de trabalho formal.

Alguns serviços típicos do meio urbano são ofertados de forma precária, não atendendo de maneira efetiva às necessidades da comunidade. É o caso do serviço de saúde, cuja atuação é limitada, sendo realizada exclusivamente por meio da presença do Agente Comunitário em Saúde – ACS. Outro ponto é o serviço de educação que é necessário deslocamento via fluvial para os níveis de fundamental II e ensino médio.

O novo perímetro incluiu a comunidade Bom Jardim, que possui uma dinâmica diferente da comunidade Nossa Senhora das Graças, pois se formou ao longo de um ramal ligado a AM-070. Muitos comunitários trabalham em atividades voltadas para

agricultura e uma outra parcela de trabalhadores, desenvolvem atividades econômicas formais, com carteira assinada. O serviço de educação para os níveis fundamental II e Ensino Médio acontecem por meio de deslocamento, para escola localizada na AM 070.

Apesar das motivações que impulsionam a expansão do perímetro urbano, em muitas das áreas recentemente incorporadas, a infraestrutura urbana é frequentemente negligenciada, sobretudo em espaços anteriormente classificados como rurais. Em vez de investir em serviços básicos como água encanada, saneamento adequado, eletricidade e fornecimento de gás, observa-se a adoção de soluções alternativas, geralmente precárias e provisórias.

A ausência de infraestrutura urbana completa reflete a percepção de que tais áreas podem funcionar com soluções provisórias ou mais rudimentares. Os recursos disponíveis são quase sempre adquiridos pelos moradores, que já se encontram com necessidades legítimas, e recebem pouco apoio do poder público local, sendo forçados indiretamente ao desenvolvimento de estratégias próprias para sanar suas dificuldades.

Entretanto, Santoro (2014) lembra que ao consolidar ou qualificar uma área de expansão urbana, transformando-a por completo, algumas mudanças seriam inevitáveis, como o aumento do valor de terras para moradias, incidindo no aumento do custo da terra e das habitações, tornando ainda mais difícil o acesso à própria casa. Nessa perspectiva, haveria um impacto econômico significativo, caso houvesse a imposição de normas que exigissem uma infraestrutura urbana completa para a expansão dessas áreas.

Cabe a cada administração municipal o controle ou planejamento da expansão urbana. Isso implica dizer que é responsabilidade integral das autoridades municipais a constituição, regulação e organização do crescimento das cidades, determinando como, onde, e para qual direção as novas áreas urbanas podem ser desenvolvidas, (Santoro, 2014).

Em alguns casos, em vez de regulamentos de maneira adequada, muitas prefeituras acabam por favorecer ou validar condutas irregulares na construção e urbanização. Isso se evidencia no consentimento de ruas já abertas sem a regularização adequada, na concessão de regulamentos de construção e na permissão para que residências sejam construídas em locais indevidos ou

inapropriados, ocasionando em áreas não planejadas, por vezes na formação de espaços como becos.

Em áreas rurais, a ausência de normas, como a não obrigação do alvará de construção, é uma prática comum. Essa realidade indica uma gestão urbana e rural que necessita de maior planejamento, pois sua ausência ou má elaboração pode influenciar na desorganização das áreas habitacionais municipais. Sendo assim, a falta de regulamentação apropriada pode resultar em problemas estruturais e sociais, Santoro (2014).

Entretanto, Santoro (2014) ainda salienta que as normas ou a falta dela não interrompem o crescimento urbano, mas sim constroem loteamentos precários, vulneráveis, irregulares e que esses sejam ocupados. Em vez de impor um controle mais rígido sobre a expansão, as leis e as abordagens serviram para legitimar e viabilizar a ocupação de áreas que, muitas vezes, não possuíam a infraestrutura necessária para garantir uma urbanização adequada.

É a partir da expansão urbana que se tornam mais perceptíveis as diversas expressões do processo de produção do espaço na sociedade. Esse fenômeno revela, de forma mais concreta e visível, como o espaço urbano é continuamente transformado pelas dinâmicas sociais, econômicas e políticas. Nesse contexto, o meio urbano se estabelece como o espaço articulador da economia, concentrando a população economicamente ativa, os processos produtivos, os serviços e a circulação de bens de consumo. O espaço urbano abriga as relações sociais e culturais, também as condiciona, ao refletir as lógicas do capital e da organização social; tudo o que é produzido, consumido e vivenciado no cotidiano passa a ser mediado por esse espaço.

Com o crescimento populacional e as demandas decorrentes desse processo, houve um aumento significativo na necessidade de produção, impulsionando o desenvolvimento constante e a expansão de áreas destinadas à construção de unidades habitacionais. Esse movimento resultou em um expressivo avanço da urbanização sobre espaços voltados ao cultivo agrícola e ao manejo de atividades agropecuárias. Esse processo levou à redefinição dos limites urbanos, com a incorporação de novas áreas ao perímetro urbano, conferindo à terra urbanizada as condições essenciais para o pleno desenvolvimento das diversas atividades econômicas, sociais e estruturais previstas pelo planejamento urbano.

O fator localização surge como fundamental para a valorização de um determinado local, em virtude dos benefícios que pode propiciar as atividades econômicas ou a destinação residencial. Torna-se indispensável o que Nascimento e Matias (2011) mencionam que:

A delimitação do perímetro urbano é outro fator que interessa aos proprietários de terras periféricas e que tem exercido um grande peso na expansão horizontal de muitas cidades no Brasil. Em maior ou menor grau, os contornos irregulares deste limite refletem as sinuosidades das ações políticas de donos de terras, interessados em incorporá-las à área urbana definida em lei, já que esta inclusão viabiliza a aprovação de projetos de loteamento (Nascimento e Matias, 2011. p. 71).

A expansão do perímetro urbano é do interesse daqueles que dominam as possibilidades do capital especificamente nas periferias, agindo no espraiamento do urbano, com ações políticas dos donos de terras, que se beneficiam com futuros loteamentos.

O uso da terra pelos grandes donos varia de acordo com as particularidades de cada local. Como menciona Corrêa (1998, p. 18), os donos de terras bem localizadas, valorizadas, “agem pressionando o Estado visando à instalação da infraestrutura urbana”. Áreas essas são ocupadas por pessoas de maior poder aquisitivos ou com status, já as terras sem boa localização, acabam sendo destinadas indiretamente a população de baixa renda em residências construídas de forma simples e popular.

Para Nascimento e Matias (2011) o reflexo da expansão urbana vai além das necessidades sociais por novas áreas urbanizadas, refletindo muito mais os interesses pelo lucro e domínio do espaço. “Evidentemente, a expansão urbana assim conduzida influencia diretamente a organização do restante do espaço urbano, bem como a distribuição espacial dos segmentos sociais na cidade” (Nascimento e Matias 2011. p. 72).

À medida que novas áreas são incorporadas ao perímetro urbano, novos arranjos começam a surgir, essas alterações modificam os valores da terra, com possibilidade de mudanças na valorização tanto nas áreas antes periféricas, como nas que antes eram rurais.

Em vista de intensas transformações que ocorreram em Manacapuru, o cotidiano dos antigos moradores rurais passou por mudanças significativas, mesmo que muitos não tivessem buscado ou desejado tais alterações. Essas transformações

não se limitam a um aprimoramento das condições de vida urbanas, mas demonstram na convivência diária com as características da cidade.

Mesmo dentro de um contexto urbano, elementos das ruralidades persistem em marcar o novo espaço, gerando uma convivência híbrida entre o urbano e o rural. A incorporação de práticas e hábitos do campo ao ambiente urbano se torna uma forma de resistência e adaptação dos moradores, que, inconscientemente, conservam uma identidade rural no contexto urbano. Esse processo, muitas vezes invisível, molda tanto a cultura local quanto o dinamismo social das áreas recentemente urbanizadas.

CAPITULO 2 – A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E BOM JARDIM E A ACESSIBILIDADE AOS SERVIÇOS URBANOS

Neste capítulo é evidenciada a caracterização da área de estudo a partir da realização de coleta de dados em campo, mediante formulários e questionamentos aos comunitários da Nossa Senhora das Graças e do Bom Jardim, revelando o processo de formação das comunidades e análises referentes à articulação das comunidades inseridas no novo perímetro urbano e o urbano já consolidado.

Além disso, foi realizada a verificação da disponibilidade dos serviços básicos urbanos, como o fornecimento da energia elétrica, fornecimento de água, arruamento e calçadas, a presença e a relação comercial nas comunidades, o serviço de saúde e as possibilidades de atendimento ao sistema educacional presente em ambas as comunidades. Dessa forma, analisa-se também que tipo de relacionamento o poder público desenvolve com as comunidades e os serviços ofertados.

2.2 FORMAÇÃO DE COMUNIDADE

A formação das comunidades amazônicas demonstra características marcadas por laços afetivos e vínculos de solidariedade, além de expressões culturais próprias, Cruz (2207). Essas comunidades, em geral, mantêm uma forte conexão com o rio e apresentam distintos níveis de dependência em relação à cidade, variando conforme a estrutura local. Dessa forma, configuram-se diferentes relações de dependência com o meio urbano.

Embora o objetivo central desta pesquisa não seja realizar uma discussão aprofundada sobre o conceito de comunidade, tampouco explorar essa noção como categoria analítica, considera-se pertinente, para os propósitos deste trabalho, apresentar uma breve exposição conceitual a respeito do tema.

Souza (2010) destaca que o conceito de comunidade está associado a um território habitado por um grupo de pessoas que compartilham vínculos sociais e afetivos significativos. Trata-se de um espaço onde predominam fortes laços de solidariedade entre os moradores, frequentemente unidos por relações de parentesco, especialmente por elos sanguíneos. O autor ressalta, ainda, a existência de acordos e entendimentos que fortalecem a coesão entre os membros de uma mesma família, contribuindo para a manutenção da unidade comunitária.

Também é mencionado por Souza (2010) que as comunidades tradicionais se distinguem por sua relação cuidadosa e harmoniosa com o meio ambiente. Elas desenvolvem formas de uso dos recursos naturais que consideram os ritmos e os tempos da natureza, evitando a extração em excesso.

Souza (2010) salienta que uma comunidade é reconhecida como tradicional quando seu modo de vida está diretamente vinculado à dependência dos elementos naturais, dos ritmos ecológicos e dos recursos renováveis. É a partir dessa relação que organizam suas práticas cotidianas e formas de subsistência. Além disso, essas populações possuem um conhecimento profundo sobre o ambiente e seus ciclos, saber esse que é transmitido de geração em geração, garantindo a continuidade de tradições e práticas sustentáveis.

Essa postura demonstra um profundo conhecimento sobre a natureza e compromisso com a conservação, uma vez que reconhecem que os recursos precisam de tempo para se recuperar, suas práticas visam preservar o equilíbrio ambiental e assegurar que as futuras gerações também possam usufruir desses bens naturais.

De acordo com Mendonça et al. (2007), a noção de comunidade é frequentemente vinculada a uma configuração espacial física e geograficamente delimitada, como um bairro, um povoado, os residentes de uma determinada bacia hidrográfica ou populações ribeirinhas. Essa associação remete à ideia de pertencimento a um território comum, onde se constroem vínculos sociais e se compartilham modos de vida, práticas culturais e experiências cotidianas.

Os limites da comunidade estão vinculados a memória dos sujeitos que nela vivem e a constroem. Como é ratificado por Smith (1971):

Cada comunidade rural tem uma expressão específica; é uma pequena, porém definida, parte da terra. Embora seus limites não figurem nos mapas geográficos ao lado dos cursos d'água, vertentes e outros lamentavelmente chamados “fenômenos naturais”, seus limites estão indelevelmente estampados na mente e na memória dos habitantes locais. São de fato os limites que determinam efetivamente a área de participação social, de interesses e identificação mútuos e das atividades coletivas de vários tipos. (Smith, 1971, p. 112).

Dessa forma, é fundamental compreender a comunidade como uma parcela específica, singular e significativa do território, cujos habitantes reconhecem entre si

uma condição comum de existência. Essa percepção de compartilhamento de destinos, desafios e aspirações promove um sentimento de solidariedade, que ultrapassa os limites familiares e da convivência imediata entre vizinhos, impulsionando ações coletivas sustentáveis voltadas ao bem-estar e à melhoria da qualidade de vida do grupo como um todo.

Referente a estrutura das comunidades em áreas de várzea, Cruz (2007, p.39) menciona que esta é “constituída por uma área de uso comum, na qual estão estabelecidos uma igreja, uma escola, um campo de futebol e uma “sede comunitária”, onde são realizados os bailes e reuniões dos membros da comunidade”. Geralmente o espaço para construção da sede ou centro comunitário é cedido por um ou mais morador.

Reforçando o entendimento de que comunidade é como um grupo de moradores, com forte relação com a terra, que mantém laços afetivos tanto com a família quanto com os vizinhos, trabalhando na agricultura, com certa dependência da cidade, as comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim apresentam alguns costumes típicos do urbano, mesmo configurando-se como rural, muito embora sendo legalmente integrante do perímetro urbano.

Nesse contexto, a organização social das comunidades torna-se um elemento essencial para fortalecer sua identidade e garantir representatividade frente ao poder público. A convivência comunitária, marcada por tradições e vínculos territoriais, se articula com a necessidade de participação ativa nas decisões políticas que afetam diretamente seu cotidiano.

A presença de representantes comunitários frente à Prefeitura de Manacapuru é importante para garantir que as demandas locais sejam ouvidas e consideradas no planejamento e na execução das políticas públicas. Cada comunidade, ao escolher um representante, assegura que necessidades específicas sejam levadas diretamente ao poder público, promovendo o diálogo, a busca por melhorias estruturais e a defesa de direitos coletivos. Essa forma de organização contribui para a construção de uma gestão mais democrática, inclusiva e sensível às realidades territoriais.

2.2.1 Comunidade Nossa Senhora das Graças

Cada comunidade sendo ela ribeirinha ou de terra firme possui sua identidade, com costumes geralmente recriados por gerações. Miguez; Fraxe e Witkoski (2011) mencionam que:

A cultura tradicional é uma construção social, uma forma encontrada pelas populações para organizar sua realidade social, econômica e política, tendo em vista as crenças e valores transmitidos há longa data. A organização das populações em torno desses padrões de comportamento é imprescindível para a constituição das identidades culturais. Pertencer a determinado grupo e ser reconhecido como parte dele implica regras de lealdade e solidariedade, implica reivindicar, ser julgado ou julgar-se de acordo com os padrões relevantes para tal identidade, (Miguez; Fraxe e Witkoski. 2011, p. 115).

Oliveira (1999) sugere que a memória não está propriamente no espaço social em construção, mas nos sujeitos que o constroem, pois, cada parte do que é produzido carrega traços de quem o realiza. O ato de construir envolve também a autoconstrução, revelando um processo contínuo e inacabado. Oliveira (1999) também afirma que é fundamental reconhecer que a organização do espaço que se produz no interior da Amazônia insere-se em um contexto mais amplo de produção social, no qual os indivíduos, enquanto sujeitos históricos, constroem sua consciência, sua trajetória e o ambiente em que se relacionam cotidianamente, para além das dinâmicas puramente naturais. Esse processo de criação e recriação reforça os vínculos com o espaço, assim, o território se torna parte do processo de construção da identidade dos sujeitos.

A comunidade Nossa Senhora das Graças está localizada à margem direita do Rio Solimões, em frente à sede do município de Manacapuru, na localidade Costa do Pesqueiro, limitando-se com outras comunidades, Nossa Senhora de Fátima ao leste, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, ao oeste, São Raimundo ao sul.

A formação da comunidade se deu no início da década de 1960, com a chegada de algumas famílias oriundas do seringal localizado no município de Carauari, às margens do rio Juruá. Esse movimento inicial de migração marcou o surgimento de um novo núcleo comunitário, que, ao longo do tempo, consolidou-se como um importante espaço de convivência, trabalho e pertencimento para os seus moradores que ali chegaram.

Durante as pesquisas as informações obtidas se cruzam com as informações mencionadas em relatos no livro Comunidades Ribeirinhas Amazônicas: Memoria, Ethos e Identidade de Fraxe et al (2011, p.21). O relato da Sra. Clarinda Pires de Castro, moradora antiga da Comunidade Nossa Senhora das Graças, traz uma carga de memória e crítica social, afirma que:

A vida no Juruá era muito boa também, só era ruim porque as pessoas eram sujeitas aos patrões. A pessoa andava na mata, meu marido saía uma hora da madrugada pra cortar seringa, pra chegar quatro horas da tarde, sem vim em casa, levava a bóia dele, água, tudo. Aí, quando chegava ia defumar aquela borracha, coitado do freguês que vendesse menos de um quilo pro patrão! Lá era uma fartura que a gente não comia quando era mês de julho tinha íaçá; mês de agosto, tracajá; mês de setembro, tartaruga. Era uma fartura imensa em Juruá, muito bom, mas resultado é que a gente não tinha nada. Era tudo do patrão. Aquilo ali se tu fosse se mudar, tinha que deixar a casa. Aquilo ali já era pra outro que o patrão colocar. O patrão não deixava vender, ficava pra outro que o patrão fosse colocar. A pessoa era sujigado (Sra. Clarinda Pires de Castro, 72 anos, moradora há 40 anos da Comunidade Nossa Senhora das Graças, In: Fraxe et al. 2011, p.21).

O relato é uma evidência de como, apesar da fartura da terra e do trabalho duro, o povo vivia sem direitos ou posses reais, em uma estrutura de quase servidão. O depoimento da moradora revela a contradição entre a riqueza natural e a pobreza social. A partir do relato é percebido que o sentimento de bem estar presente na vida dos ribeirinhos.

Fraxe et al (2011, p.21) traz um relato da Sr. Sebastião Lima Mendonça, o qual menciona a respeito da identidade como entende comunidade “nós entendemos comunidade como um lugar que tenha união, escola, igreja, sede. Onde os agricultores possam congregar juntos, ajudem uns aos outros, como foi o caso da preservação do Lago Tamanduá”.

Os primeiros moradores chegaram acompanhados dos respectivos núcleos familiares, motivados pelo desejo de trabalhar no cultivo da juta e de garantir acesso à educação formal para seus filhos, já que no seringal onde viviam anteriormente não existia essa possibilidade concreta. As crianças, naquele contexto, cresciam sem acesso adequado à escolarização, o que preocupava profundamente os pais.

Sendo assim, a organização social da comunidade passou a se estruturar de maneira mais definida a partir da formalização da associação em 1973. A associação passou a desempenhar um papel fundamental na articulação das demandas coletivas,

na mediação com o poder público e na promoção de ações voltadas ao desenvolvimento local.

A liderança comunitária, composta por moradores eleitos pela própria população, assumiu responsabilidades na coordenação de atividades, na defesa dos interesses da coletividade e na busca por melhorias nas áreas de infraestrutura, saúde, educação e produção agrícola.

Com o tempo, essa estrutura organizacional consolidou-se como um instrumento essencial para fortalecer a identidade comunitária e garantir a participação ativa dos moradores nas tomadas de decisões da comunidade, onde a liderada foi definida com presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro. Essa organização atua em 66 casas, 68 famílias, totalizando 176 moradores.

Por se tratar de uma comunidade situada na margem direita rio Solimões, o acesso à localidade é predominantemente fluvial, não havendo, portanto, uma rota de transporte coletivo estabelecida. Em função das limitações relacionadas à mobilidade, cada morador foi, e ainda é obrigado a adquirir seu próprio bote e motor de popa, a fim de facilitar o deslocamento tanto entre as comunidades vizinhas quanto até o centro urbano de Manacapuru.

Esse mecanismo de transporte se tornou essencial para garantir a continuidade das atividades diárias, o acesso a serviços básicos e a integração social e econômica da comunidade, tanto com as demais comunidades vizinhas quanto com o centro da cidade. Em geral as comunidades desenvolvem uma pequena centralidade (Figura 20), com igreja, escola centro comunitário e algumas casas.

Figura 20: Centralidade da comunidade Nossa Senhora das Graças



Fonte: Andrade, 2024

A comunidade mantém uma organização sólida, estruturada e atuante, realizando reuniões regulares no Centro Social B. Mendonça (Figura 21), espaço construído pelos próprios moradores. Com o passar do tempo, esse centro consolidou-se como o local oficial da tradicional Festa da Farinha, realizada anualmente no último sábado do mês de abril. O evento representa um importante momento de integração social e valorização cultural, fortalecendo os vínculos comunitários e reafirmando as tradições locais.

Figura 21: Centro Social Geovane B. Mendonça



Fonte: Andrade, 2025.

Durante o período das festividades tradicionais, é comum o convite a comunidades vizinhas, com o propósito de promover a integração social e cultural entre os diversos grupos locais. Essa iniciativa contribui para o fortalecimento dos laços de unidade, o desenvolvimento do espírito de solidariedade mútua e o cultivo contínuo de relações amistosas e colaborativas entre as diferentes comunidades envolvidas.

Dentre as atividades que integram a programação festiva, destaca-se a realização de torneios de futebol, que contam com a participação de equipes esportivas oriundas de comunidades vizinhas, bem como de visitantes provenientes da cidade e da zona rural mais próxima. Esses eventos, além de representarem uma forma de entretenimento e confraternização entre os presentes, assumem um papel

de relevância social e cultural para os moradores da comunidade anfitriã, fortalecendo o sentimento de pertencimento e identidade coletiva.

Contudo, o campo de futebol não é utilizado somente durante os períodos festivos. Aos finais de semana, a comunidade costuma se reunir nesse espaço comunitário, que também funciona como um importante ponto de lazer, convivência e socialização entre os moradores.

Além de sua função recreativa, nos períodos de menor utilização esportiva, o campo é ocasionalmente adaptado para uso como pasto (Figura 22), sendo utilizado para a alimentação de animais, que são soltos para aproveitar a vegetação disponível. Essa prática revela a multifuncionalidade dos espaços comunitários, adaptados conforme as necessidades locais e os recursos disponíveis.

Figura 22: Campo de futebol sendo usado como pasto



Fonte: Andrade, 2025

Atualmente, a comunidade é composta por sessenta e oito famílias, distribuídas em sessenta e seis residências, predominantemente construídas em madeira. As moradias seguem o modelo tradicional de palafitas

A construção das casas em palafitas (Figura 23) é uma solução arquitetônica eficaz adotada em regiões ribeirinhas como forma de prevenção aos impactos provocados pela elevação do nível dos rios, especialmente durante os períodos de grandes enchentes, que são recorrentes na região. Essa técnica construtiva representa uma adaptação às condições ambientais locais, refletindo o saber tradicional e a experiência acumulada das populações que habitam áreas sujeitas às variações sazonais do regime fluvial.

Figura 23: Casa construída em palafitas acima do nível de transbordamento do rio



Fonte: Andrade, 2024.

A transição das moradias para o modelo de casas em palafitas ocorreu de forma gradual, levando em consideração o poder aquisitivo dos moradores, também o conhecimento prático dos ribeirinhos sobre a região e a necessidade de adaptação às constantes cheias dos rios. Esse processo de mudança reflete a resiliência da comunidade frente aos desafios impostos pelas variações sazonais do regime fluvial, utilizando uma técnica construtiva que minimiza os danos causados pelas enchentes recorrentes.

Atualmente, os moradores têm acesso ao serviço de telefonia móvel, devido ao avanço das tecnologias e à melhoria da infraestrutura de comunicação local, permitindo que o sinal da operadora Vivo seja captado com relativa estabilidade. No entanto, o acesso à internet ainda apresenta limitações, sendo necessário que os moradores adquiram equipamentos via satélite como a tecnologia Starlink, que representa um custo financeiro elevado.

Como resultado, o serviço de internet via satélite (Figura 24), está disponível apenas em três residências da comunidade, o que evidencia a desigualdade no acesso à conectividade digital e as dificuldades econômicas locais para a adoção ampla dessa tecnologia.

Figura 24: Equipamento transmissor de internet via satélite



Fonte: Andrade, 2025

A comunicação na comunidade melhorou, principalmente com a chegada da era digital, que amenizou a distância de um local para outro, através do uso de aparelhos celulares. Zmitrowicz e Angelis Neto (1997) salientam que a comunicação tem se expandido de diversas maneiras, e, com isso foi possível melhorar a comunicação no mundo.

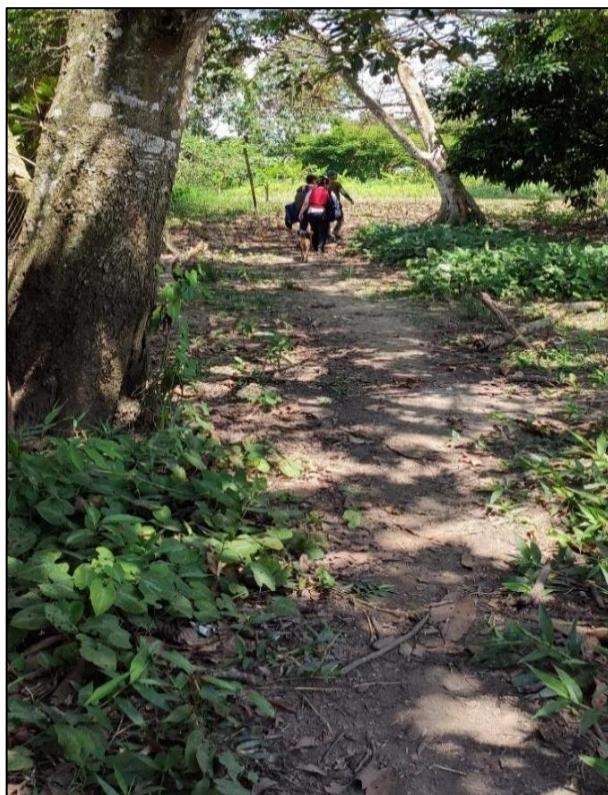
Todas as residências da comunidade estão equipadas com fossas sépticas individuais, destinadas ao tratamento primário do esgoto doméstico, e contam com acesso regular à rede de energia elétrica. Tais melhorias representam um avanço em termos de infraestrutura básica e das condições mínimas de habitabilidade, contribuindo para a qualidade de vida dos moradores.

A comunidade em questão não possui pavimentação nas vias de acesso, mantendo uma configuração territorial diretamente relacionada ao rio. Todas as residências estão dispostas de frente para o rio, com um recuo médio de aproximadamente 50 metros entre a margem do barranco e as edificações. Esse afastamento é considerado necessário devido à ocorrência frequente de processos intensos de desbarrancamento, um fenômeno natural comum nas margens dos rios da região amazônica, provocado pela ação contínua das águas e pela instabilidade do solo.

Como resultado da circulação contínua dos moradores ao longo do tempo, formaram-se trilhas naturais (Figura 25), que funcionam como caminhos informais de deslocamento interno dentro da comunidade. Essas vias em terra, apesar de não

serem planejadas, cumprem um papel na mobilidade cotidiana, conectando moradias, espaços coletivos e áreas de uso comum.

Figura 25: Caminho usado na comunidade Nossa Senhora das Graças



Fonte: Andrade 2025

Durante a realização da pesquisa, identificou-se que cada morador possui a documentação referente ao seu terreno. No entanto, não detêm o Título de Aforamento ou o Título Definitivo, mas sim a Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), emitida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Esse documento (Anexo 03) garante o direito de moradia, criação, trabalho ou exercício de qualquer outra atividade econômica no local, com exceção da venda da terra, prática vedada pela legislação vigente.

A base legal para essa forma de regularização fundiária encontra-se no Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, especificamente no Artigo 7º, o qual estabelece que a concessão de uso poderá ser remunerada ou gratuita, por prazo determinado ou indeterminado, constituindo um direito real resolúvel, destinado a fins específicos como urbanização, industrialização, edificação, cultivo da terra ou outra utilização de interesse social.

Posteriormente, em 2007, esse dispositivo legal foi modificado pela Lei nº 11.481, que ampliou as finalidades da concessão de uso para incluir, além do “cultivo da terra, aproveitamento sustentável das várzeas, preservação das comunidades tradicionais e seus meios de subsistência ou outras modalidades de interesse social em áreas urbanas”

2.2.2. Comunidade Bom Jardim

O espaço é concebido como uma construção essencial à existência humana, resultado das relações sociais e das práticas materiais. Sua produção está vinculada às condições concretas dos meios de produção e às formas de vida, que influenciam diretamente a configuração e o significado do espaço, Oliveira (1999).

Foi a partir dessa perspectiva de significado do espaço que se deu início à comunidade Bom Jardim, considerando que seus moradores vieram de outra comunidade, a qual havia deixado de representar os valores e sentidos que todos almejavam preservar e compartilhar.

De acordo com relatos históricos dos próprios moradores, a formação da comunidade Bom Jardim remonta à década de 1980. Naquele período, o acesso ao local era realizado exclusivamente por via fluvial, o que limitava a mobilidade dos habitantes, bem como o escoamento de bens e a prestação de serviços. Inicialmente, a comunidade mantinha uma relação mais direta com o Lago do Calado, que servia como principal ponto estratégico de ligação com a área urbana do município de Manacapuru.

Com o passar do tempo, os comunitários, demonstrando um senso de organização e cooperação, uniram esforços e por meio de recursos próprios, contrataram maquinário e abriram um ramal de acesso terrestre, posteriormente denominado Ramal Nova Esperança (Figura 26). A abertura dessa via ocorreu em 1982, conectando a comunidade à Rodovia AM-070 no quilômetro 62 aproximadamente, numa distância de 22 quilômetros do centro da cidade de Manacapuru e 62 quilômetros de Manaus. Após décadas de uso, melhorias e reivindicações, a pavimentação definitiva do ramal foi concluída e oficialmente inaugurada no ano de 2023, representando um marco na integração territorial e no fortalecimento da infraestrutura local.

Figura 26: Placa de identificação e Ramal Nova Esperança.



Fonte: Andrade 2025.

A abertura dessa via ocorreu em 1982, conectando a comunidade à Rodovia AM-070 no quilômetro 62 aproximadamente, numa distância de 22 quilômetros do centro da cidade de Manacapuru e 62 quilômetros de Manaus. Após décadas de uso, melhorias e reivindicações, a pavimentação definitiva do ramal foi concluída e oficialmente inaugurada no ano de 2023, representando um marco na integração territorial e no fortalecimento da infraestrutura local.

Entretanto, a oficialização da comunidade ocorreu somente no ano de 1993, momento em que foi formalmente constituída a sua estrutura organizacional, composta por uma equipe de gestão formada por presidente, secretário e tesoureiro. A motivação principal para a fundação da comunidade esteve relacionada a divergências de natureza religiosa.

Durham (2004) menciona que a vida em comunidade não se sustenta unicamente por interesses comuns. Ao contrário do que muitos imaginam, ela é marcada por uma diversidade de interesses distintos que, muitas vezes, geram conflitos internos, os quais também fazem parte da dinâmica e da organização social comunitária.

A estrutura de uma comunidade, independentemente de sua localização, fundamenta-se na participação coletiva em uma cultura comum, marcada pelo compartilhamento de mitos, crenças, desafios e saberes práticos. Contudo, essa vivência comunitária não deve ser compreendida como um todo harmonioso, mas sim como uma realidade dinâmica, permeada por conflitos, emoções e transformações, (Miguez; Fraxe e Witkoski, 2011).

Na época, alguns moradores que residiam na comunidade vizinha de São Raimundo expressaram o desejo de construir um templo evangélico, uma vez que naquela localidade existia apenas uma igreja católica em funcionamento. Diante da ausência de espaços destinados à prática de sua fé, os fiéis evangélicos eram obrigados a percorrer longas distâncias para participar de cultos e celebrações com outros membros da mesma denominação religiosa.

O contexto de exclusão religiosa e a necessidade de atender às demandas espirituais de parte da população local foram fatores determinantes para a fundação de uma nova comunidade, pautada na liberdade plena de culto e na construção de uma identidade coletiva mais alinhada aos valores e crenças dos moradores envolvidos.

Com a proibição da construção de um templo evangélico na comunidade de origem, um grupo de fiéis decidiu se deslocar para áreas vizinhas, estabelecendo-se em terras próximas ao local onde antes residiam. Motivados pelo desejo de preservar a prática de sua fé e fortalecer os laços comunitários, esses moradores deram início à edificação de um novo espaço de culto, inicialmente construído de forma simples, em estilo ajuri¹⁷, característico da região amazônica.

Essa iniciativa marcou o surgimento de uma nova comunidade, simbolizou a resistência cultural e a busca por autonomia espiritual em meio às adversidades enfrentadas.

Esse combinado ainda acontece nas comunidades, entretanto, há a diminuição da prática de ajuda mútua entre as famílias camponesas na várzea de Manacapuru, que antes era comum em atividades como derrubada da floresta para plantio, colheita e situações emergenciais, como enchentes.

A ação comunitária tem se consolidado como uma estratégia adotada por grupos rurais na busca por soluções diante dos diversos obstáculos e desafios enfrentados no cotidiano coletivo. Essa prática vem sendo desenvolvida de maneiras distintas por diferentes segmentos sociais, muitas vezes gerando resultados positivos;

¹⁷ No Amazonas refere-se a ajuri a realização de tarefas, ajudando vizinhos ou parentes em dificuldades, por meio da ajuda mutua, sem valores cobrados. Essa prática é comum nas comunidades católicas e evangélicas da várzea. Esse costume se baseia na solidariedade comunitária, em que moradores se unem para ajudar uma família que enfrenta dificuldades na realização de certas tarefas. Essa ajuda pode ser necessária devido à falta de mão de obra na família, problemas de saúde ou fatores naturais, como enchentes. O ajuri hoje conhecido como mutirão, reforça os laços sociais e demonstra a cooperação como um elemento essencial para a sobrevivência e o bem-estar da comunidade ribeirinha.

em outras ocasiões, contudo, não tem alcançado as expectativas previstas, seja por limitações estruturais ou organizacionais.

A superação dos desafios presentes na vida comunitária exige a cooperação de todos, de modo que as ações desenvolvidas se concretizem e alcancem os objetivos propostos. A ação comunitária representa um princípio segundo o qual a família deixa de ser apenas uma unidade básica e passa a integrar o núcleo central, no qual todas as famílias desempenham um papel essencial para o funcionamento da vida local.

Apesar de essa prática ainda ocorrer, tem sido menos frequente nas últimas décadas. Para compensar essa mudança, as famílias têm recorrido à contratação de diaristas para suprir a falta de mão de obra dentro do núcleo familiar. Isso indica uma transformação nas relações de trabalho e na organização da produção agrícola local, (Cruz, 2007).

Foi justamente no sistema de ajuri que igreja Assembleia de Deus do Amazonas (Figura 27) foi construída, a primeira era de madeira passando por diversas reformas, atualmente está sendo finalizada em alvenaria, e permanece recebendo seus membros.

Figura 27: Igreja Assembleia de Deus



Fonte: Andrade 2025.

Até os dias atuais, a comunidade Bom Jardim permanece sem a presença de uma igreja católica construída. Dessa forma, os moradores que desejam participar de celebrações ou atividades religiosas dessa denominação precisam se deslocar até comunidades próximas, onde há templos disponíveis.

A comunidade encontra-se formalmente organizada, contando com uma estrutura administrativa composta por presidente, secretária e tesoureira, esses representantes são responsáveis pela condução das principais decisões coletivas, bem como pela gestão das demandas administrativas e operacionais da localidade, onde moram 83 casas e 88 famílias, totalizando trezentos e onze pessoas.

As reuniões comunitárias ocorrem preferencialmente no espaço da igreja, por se tratar do ambiente mais amplo e estruturado disponível, oferecendo cadeiras e acomodações adequadas para receber todos os participantes de forma confortável e segura. A última reunião registrada aconteceu no ano de 2025, ocasião em que os moradores se reuniram para discutir temas de interesse comum e encaminhar deliberações relacionadas à vida comunitária.

As residências da comunidade estão distribuídas ao longo do Ramal Nova Esperança, via principal que serve como eixo estruturante do território, bem como em pequenas ruas secundárias, que surgiram gradualmente com o crescimento da população local. Todos esses caminhos integram o território da comunidade Bom Jardim.

Observa-se que apenas o ramal principal conta com pavimentação asfáltica, enquanto as demais vias permanecem sem asfalto, sendo revestidas com piçarra, o que compromete a mobilidade, especialmente em períodos de chuvas intensas. Essa condição evidencia a necessidade de investimentos em infraestrutura viária, de modo a garantir melhor acessibilidade e qualidade de vida aos moradores das áreas mais afastadas do ramal principal.

Essa carência na infraestrutura viária se relaciona diretamente com a forma como o território é tratado pelas instâncias administrativas, refletindo, inclusive, na cobrança de tributos.

Foi identificado durante a pesquisa que os comunitários não pagam Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e sim o Imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR (Anexo 04). O imposto é um tributo de competência da União, instituído pelo inciso VI do artigo 153 da Constituição Federal de 1988. Sua cobrança ocorre anualmente e incide sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel localizado em área rural. Para fins de incidência e apuração do imposto, considera-se imóvel rural toda área contínua situada fora do perímetro urbano do município, independentemente de sua destinação econômica. O ITR tem como objetivo, além da arrecadação tributária pela União, incentivar o uso produtivo da terra, uma vez que a

alíquota aplicada varia conforme o grau de utilização do imóvel, penalizando propriedades improdutivas com alíquotas mais elevadas.

Apesar de se tratar de uma área reconhecida oficialmente dentro do perímetro urbano do município, o poder público municipal ainda não realizou a pavimentação das vias secundárias da comunidade. Embora alguns serviços básicos de infraestrutura urbana já estejam presentes, como é o caso da pavimentação asfáltica no ramal principal, considerado uma melhoria, esse benefício essencial não foi estendido a toda a localidade, refletindo a persistente desigualdade no acesso à infraestrutura e aos serviços.

Pequenas vicinais (Figura 28) surgiram ao longo do tempo, e continuam sem pavimentação, apenas caminho aberto pelos próprios moradores, na prefeitura não são oficialmente reconhecidas, mas existem e assim desempenham sua função de facilitar a mobilidade e organização do lugar, tendo em vista que muitas famílias residem distante do ramal principal.

Figura 28: Vicinais ainda sem asfaltamento



Fonte: Andrade 2025

Ao percorrer o ramal principal, evidencia-se sua relevância como facilitador no processo de ocupação do território, bem como na formação de uma rede de acesso que interliga as comunidades à sede do município de Manacapuru, por exemplo, os quais, anterior a abertura do ramal Nova Esperança, o acesso a essas comunidades era unicamente por via fluvial.

Exemplos dessa dinâmica territorial são os ramais Rei Davi (Figura 29), com pavimentação em piçarra, termo usado para se referir a uma terra vermelha misturada com pedras geralmente usadas em estradas, apresentando apenas uma placa

improvisada de identificação, o ramal do Paru (Figura 30) e o ramal do Anjo Gabriel (Figura 31), todos desempenhando papéis fundamentais na mobilidade e integração local, os quais surgiram a partir da consolidação do ramal principal como eixo de circulação e desenvolvimento regional.

Figura 29: Placa de identificação e entrada do ramal da comunidade Rei Davi



Fonte: Andrade 2025

Figura 30: Placa de identificação e entrada do ramal da comunidade Paru



Fonte: Andrade, 2025

Figura 31: Placa de identificação e entrada do ramal Anjo Gabriel



Fonte: Andrade 2025.

O fundador da comunidade originou-se do Paranã do Guariba, uma localidade pertencente ao Iauara situada às margens do Rio Manacapuru. Inicialmente, ele e sua família deslocaram-se para a sede do município de Manacapuru, estabelecendo-se temporariamente na zona urbana. Somente alguns anos depois, decidiram migrar para a área onde atualmente se encontra a comunidade, iniciando assim o processo de ocupação e organização do território.

Os moradores que hoje compõem a comunidade são oriundos de diversas regiões, fato que contribui para a riqueza e diversidade cultural local. Entre essas origens, destacam-se comunidades como Ajaratuba, situada no Paranã do Tuiué, além de migrantes provenientes de outros estados brasileiros, como o Maranhão, que se fixaram na localidade em busca de melhores condições de vida, estabilidade e novas oportunidades de trabalho e convivência social.

2.3 OS SERVIÇOS URBANOS E A INFRAESTRUTURA BÁSICA: COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

2.3.1 Fornecimento e Uso de Energia

A comunidade encontra-se situada em uma localidade afastada da cidade, separada, o que dificultava o acesso ao serviço de abastecimento de energia elétrica. Diante dessa limitação estrutural, alguns moradores, tão logo tiveram condições financeiras, adquiriram pequenos geradores movidos a diesel, que geralmente operavam entre as 18h e 22h, fornecendo energia de forma limitada. Os demais habitantes, no entanto, recorriam ao uso de lamparinas e velas como fonte de iluminação até o momento de repousar, evidenciando as desigualdades no acesso aos recursos básicos.

Segundo os moradores, após todos os preparativos realizados nas residências, no dia 20 de abril de 2012, foi implantado o serviço de energia elétrica por meio do programa Luz para Todos — iniciativa do governo federal voltada à ampliação do acesso à energia elétrica em comunidades rurais distantes e/ou de difícil alcance.

A instalação definitiva desse serviço em todas as residências da comunidade representou uma mudança na qualidade de vida dos moradores, proporcionando condições para o desenvolvimento local e transformando a vivência dos comunitários. Segundo Andrade (2010, p. 53), o Programa Luz para Todos “prioriza o atendimento

dos consumidores situados em áreas rurais, privilegiando o caráter social do investimento com ênfase na utilização de tecnologias de rede de baixo custo", sendo assim, atende à população rural brasileira que ainda não foi contemplada com esse direito fundamental.

Esse programa estabeleceu as condições necessárias para se efetivar um direito essencial de cidadania, e tem como objetivo claro, conforme o discurso oficial governamental, de promover a inclusão social por meio da chegada da energia elétrica a comunidades com acesso limitado ou precário a bens e serviços essenciais a população baixa renda, e principalmente, universalizar o acesso a esse serviço público, (Brasil, 2003).

A esse respeito Gomes e Silveira (2010) mencionam que a eletrificação rural deve ser vista como uma estratégia integrada nas políticas governamentais para reduzir a pobreza e a desigualdade social, melhorando o acesso da população rural a serviços essenciais.

O Decreto nº 8.493, de 15 de julho de 2015, introduziu o Artigo 1º b no Decreto 7.520 de 8 de julho de 2011, estabelecendo que "os atendimentos às Regiões Remotas dos Sistemas Isolados deverão ser contratados pelo Programa Luz para Todos aplicando-se os regramentos adotados para os contratos firmados no âmbito do Sistema Interligado Nacional – SIN".

O serviço de abastecimento de energia tornou-se indispensável na comunidade, modificando a organização das famílias, precisamente dos lares, que passaram a dedicar grandes períodos de tempo na utilização de aparelhos eletrônicos recém adquiridos, como geladeira, frízer, liquidificador, ventilador, ar condicionado, forno elétrico, entre outros, que para Borba (1991) indica que a disponibilidade de bens e serviços essenciais influencia diretamente a estruturação e o funcionamento das diversas atividades dentro de uma sociedade.

A forma como os recursos são disponibilizados influenciam diretamente a organização e o desenvolvimento das atividades econômicas, sociais e cotidianas, impondo um novo ritmo à rotina da comunidade. Anteriormente, os moradores costumavam dormir cedo, porém, com a chegada da energia elétrica e as transformações passaram a prolongar suas atividades noturnas, especialmente devido ao uso da televisão. Atualmente, aparelho de televisão e antena (Figura 32) estão presentes em todas as residências, possibilitando o aproveitamento desse meio de comunicação e entretenimento.

Figura 32: Antena em residência



Fonte: Andrade, 2024

Entretanto, observa-se uma situação preocupante no contexto da comunidade. Embora o local não conte com o serviço de iluminação pública instalado ou em funcionamento, uma das moradoras tem sido indevidamente cobrada pela taxa correspondente em sua fatura de energia elétrica (Figura 33).

Figura 33: Conta de energia elétrica com encargos de iluminação pública

AMAZONAS ENERGIA		Para contato com a Amazonas Energia, informe este NÚMERO		SEU CÓDIGO 2421131-1	
AMAZONAS ENERGIA S/A Av. Djalma Batista, 4.000 Unidade 2 – Flores – CEP 69058-807 CNPJ: 02.341.467/0001-20 Insc. Estadual: 04.215.609-2		A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.458/2002, em 24 de abril de 2002.			
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica. NOTA FISCAL N°: 097209894 SÉRIE 001 / DATA DE EMISSÃO: 01/02/2025 Consulte pelo Chave de Acesso em: https://itec-portal.svrs.rs.gov.br/NFE/Consulta Chave de acesso: 3162500001571820 - 14/02/2025 às 16:17:49-04:00 Protocolo de autorização: 3162500001571820 - 14/02/2025 às 16:17:49-04:00					
CONTA MÊS	VENCIMENTO	CONSUMO (KWH)	TOTAL A PAGAR (R\$)		
FEVEREIRO/2025	07/03/2025	90	41,46		
ÁREA RURAL CEP: 69.409-899 - JACARE		R\$ 755.184,02	03	168400	
DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA					
Grupo/Subgr	Classe/Subclasse	Ligaçāo	Número Medidor	Faturamento	Modalidade
B	RESID. BA. RENDA	MONOFASICA	11676454	NORMAL	CONVENCIONAL
DATAS DA LEITURA					
Atual:	03/02/2025	Dias de consumo:	32	Emissão:	01/02/2025
Anterior:	02/01/2025	Próxima leitura:	03/03/2025	Apresentação:	14/02/2025
DADOS DA LEITURA (KWH)					
Leit. Atual	kWh TOT/PTA 3691	INJETADO F.PONTA	kWh INJETADO F.PONTA:	kWh INTERMED.	INJETADO INTERMED.
Leit. Anterior	3601				
Constante	1.000				
Resíduo	0				
Medido	90				
Faturado:	90				
DESCRICAĀ DA CONTA					
CONSUMO	30	A	R\$ 0,276690	=	8,30
	60	A	R\$ 0,474320	=	28,45
CONTR. ILUMINACAO PUB (COSIP)	-				4,71
SUBVENCAĀ BAIXA RENDA			34,39		

Fonte: Documento observado em campo - 2025

Tal incoerência revela uma falha administrativa por parte do sistema de cobrança, uma violação do princípio da justiça no acesso e no pagamento por serviços públicos, especialmente em comunidades que enfrentam precariedades estruturais.

Observa-se que, nos postes instalados na comunidade, não há qualquer lâmpada ou dispositivo de iluminação pública. A ausência não se refere a lâmpadas queimadas ou danificadas, mas sim à inexistência de instalação desde o início da implantação dos postes. Apesar disso, o serviço de iluminação pública continua sendo tarifado mensalmente nas contas de energia de uma única moradora. Entende-se que isso se configura como uma cobrança indevida por um serviço que nunca foi efetivamente prestado.

Cabe destacar o caso de uma moradora que, ao perceber a irregularidade, buscou solucionar o problema junto à concessionária Amazonas Energia. No entanto, a empresa alegou que a responsabilidade pela instalação e manutenção da iluminação pública seria da prefeitura municipal. Por sua vez, a administração municipal declarou não possuir competência legal para resolver a questão, resultando em um impasse institucional e deixando a situação sem encaminhamento prático ou solução definitiva. Esse episódio ilustra a desarticulação entre os órgãos responsáveis e evidencia a negligência no atendimento às demandas básicas de comunidades em contextos de vulnerabilidade.

De acordo com as informações obtidas, a comunidade Nossa Senhora das Graças é abastecida com energia elétrica proveniente da Vila do Lago do Jacaré, em Manacapuru, a qual, por sua vez, é suprida pelo SIN. A energia é inicialmente transmitida de Manaus até Manacapuru, de onde segue para a Vila do Lago do Jacaré e, posteriormente, é direcionada à comunidade Nossa Senhora das Graças via terrestre percorrendo uma distância aproximada de 55 km. Essa configuração de abastecimento foi adotada em razão de um problema identificado na linha de transmissão direta entre Manacapuru e a comunidade, o que exigiu a implementação desse arranjo técnico como solução provisória.

2.3.2 Fornecimento e Uso da Água

Inicialmente, a comunidade supria suas necessidades básicas por meio da utilização exclusiva da água extraída diretamente do rio, prática comum em comunidades ribeirinhas com infraestrutura limitada. Com o passar do tempo, o

processo de desenvolvimento local, impulsionado pelo aumento das atividades econômicas e pela chegada do fornecimento de energia elétrica, proporcionou avanços significativos na qualidade de vida dos moradores.

Entre esses avanços, destaca-se a instalação de bombas para a captação da água fluvial, o que representou uma transformação no modo de acesso a esse recurso essencial. Essa melhoria facilitou o abastecimento de água, também promoveu maior conforto, segurança no cotidiano da população. Além disso, tal conquista evidencia a capacidade de adaptação e organização da comunidade diante da ausência do serviço.

Isso constituiu um marco para o bem-estar coletivo, especialmente no que diz respeito à redução do esforço físico exigido das famílias, em particular das mulheres responsáveis pelas tarefas domésticas, que anteriormente precisavam deslocar-se diariamente até a margem do rio para coletar água destinada ao consumo e às atividades básicas do lar.

Observa-se que parte das residências da comunidade já dispõe de sistemas próprios de abastecimento, viabilizados por meio de poços tubulares, cujas águas são armazenadas em caixas d'água instaladas nas proximidades das moradias (Figura 34).

Figura 34: Poço tubular e Caixa de armazenamento



Fonte: Andrade, 2025

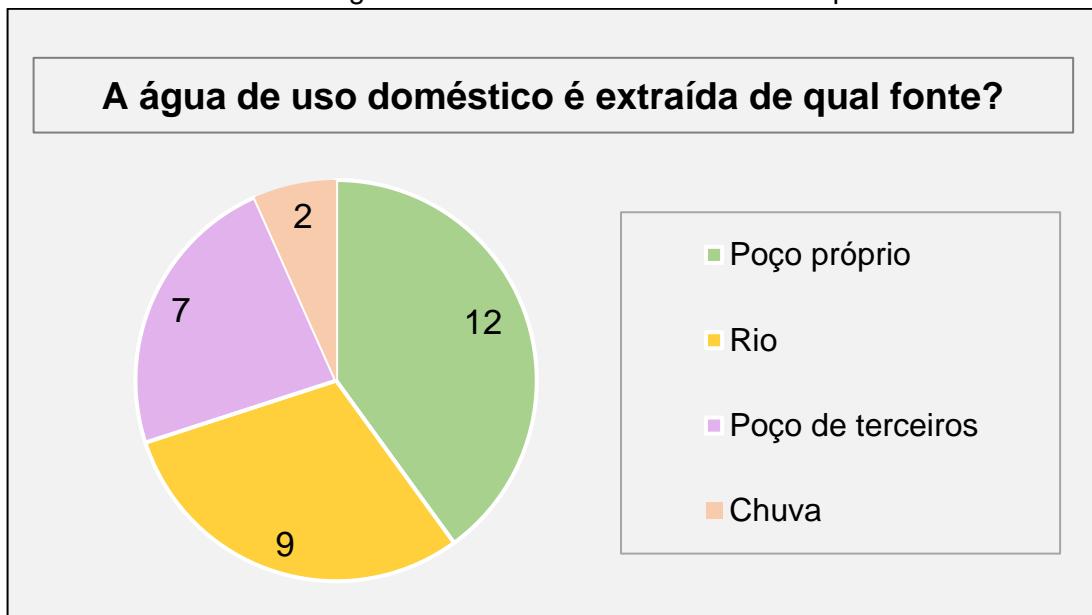
A adoção dessa infraestrutura representa um avanço das condições de acesso à água, contribuindo para tornar o abastecimento mais eficiente e relativamente estável ao longo do ano. No entanto, apesar do alcance, o acesso à água potável

permanece como um desafio estrutural a ser enfrentado. Tal realidade evidencia a persistente desigualdade no fornecimento de serviços básicos, historicamente negligenciados.

No entanto, essa não é a única fonte de água utilizada na comunidade. Parte dos moradores ainda recorre à água do rio, que, em alguns casos, passa por um processo de cloração quando o produto é disponibilizado pelo poder público. A prática de captar água diretamente da margem do rio por meio de bombas para a realização de atividades cotidianas, incluindo o consumo humano, é antiga e difundida entre as populações ribeirinhas. Essa realidade evidencia a permanência de hábitos tradicionais de uso da água.

A persistência dessas práticas, ainda que compreensíveis no contexto local, revela um cenário de vulnerabilidade da saúde e do saneamento básico, o que representa um problema relevante. (Oliveira et al., 2008, Pantoja et al., 2015). Os dados coletados durante as pesquisas foram tabulados e demonstrados a seguir (Gráfico 03).

Gráfico 03: A água de uso doméstico é extraída de qual fonte?



Elaboração: Andrade, 2025.

Durante a pesquisa foi evidenciado que a maioria dos comunitários usa água de poço próprio, outra parcela da população local usa água de poço cedida por vizinho, porém ainda há uma quantidade significativa que usa água diretamente do rio tanto para beber como para as atividades cotidianas, apenas duas pessoas

mencionaram que usam água da chuva armazenada em caixa d'água para todas as necessidades diárias.

Foram abordados trinta moradores de casas diferentes, os resultados apresentados no gráfico apresentam a distribuição das fontes de água utilizadas para uso doméstico da comunidade. Onde doze dos domicílios utilizam poço próprio como fonte de água; nove ainda dependem da água do rio; sete utilizam água de poços de terceiros (ou seja, compartilham o uso com vizinhos); dois usam água da chuva para as atividades domésticas.

A predominância de poço próprio em doze residência, indica um avanço na autonomia das famílias em relação ao acesso à água, com parte significativa dos moradores investindo em infraestrutura própria. O uso de água do rio em nove residências indica que ainda é expressivo o número de famílias que utilizam água diretamente do rio, o que pode indicar falta de alternativas seguras ou recursos financeiros para instalação de poços. Essa prática pode representar riscos à saúde, caso a água não seja tratada, principalmente no período de cheia quando a água do rio sobre, atingindo os terrenos onde estão as fossas.

Referente à aquisição de água por meio de poço de terceiros em sete moradias, observa-se que uma parte da comunidade depende da solidariedade ou de arranjos coletivos locais, o que pode significar limitações de acesso ou custo elevado para a perfuração de poço próprio. E o uso de água da chuva por duas famílias, embora seja menor, ainda aparece como uma importante estratégia de adaptação em períodos de escassez.

Apesar de um número expressivo de famílias contar com poços próprios para suprir necessidades referente ao abastecimento de água, os dados apresentados no gráfico evidenciam que o acesso satisfatório à água potável ainda não foi plenamente alcançado pela comunidade. Mais da metade dos abordados mencionaram depender de fontes alternativas, como a água do rio, poços de terceiros ou da captação da água da chuva.

Essas estratégias, embora representem soluções paliativas diante da ausência de infraestrutura adequada, nem sempre garantem qualidade e segurança no consumo. Tal cenário reforça a urgência pela implementação do sistema de abastecimento, com foco em soluções seguras e acessíveis a toda a população da comunidade.

Considerando o período de cheia que ocorre em determinados anos, quando o nível do rio se eleva significativamente e as águas invadem todo o terreno da comunidade (Figura 35), alcançando inclusive o interior das residências durante as cheias excepcionais e submergindo áreas sensíveis, como fossas e poços.

Figura 35: Terreno alagado com a cheia do rio.

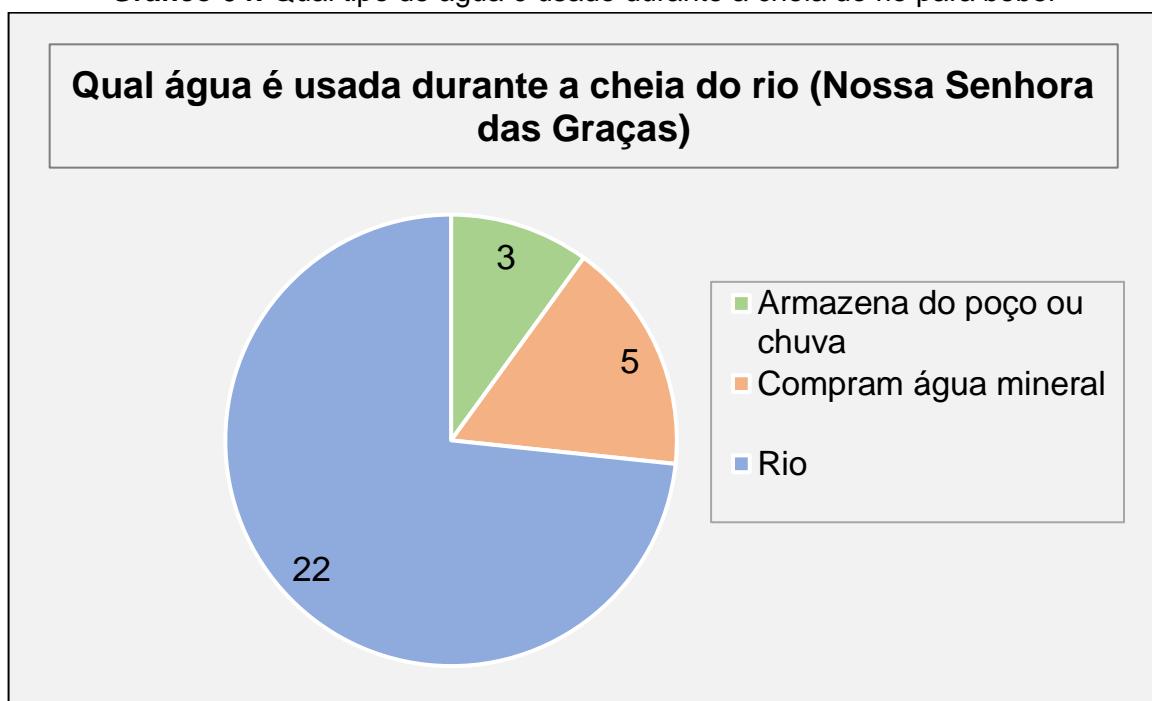


Fonte: Silveira, 2025.

Analizando a imagem percebe-se a realidade cotidiana de uma comunidade ribeirinha amazônica durante o período de cheia, evidenciando a adaptação das moradias construídas sobre palafitas, uma solução para lidar com a elevação sazonal do nível dos rios. A embarcação atracada em frente à residência reforça a intensa dependência do transporte fluvial como meio essencial de mobilidade, acesso a serviços e escoamento de produção. também a resiliência dos moradores diante das adversidades ambientais recorrentes, que impõem desafios constantes à manutenção das atividades rotineiras e da qualidade de vida local.

Durante as grandes cheias, os poços tubulares tornam-se inutilizáveis, comprometendo o abastecimento doméstico. Diante dessa limitação, foi realizado um levantamento junto aos moradores para identificar quais fontes de água são utilizadas para consumo nesse período (Gráfico 04). Essa investigação mostra-se fundamental para compreender as estratégias de adaptação das famílias diante da escassez de recursos, bem como para avaliar os riscos associados ao uso de fontes alternativas em contextos de vulnerabilidade socioambiental.

Gráfico 04: Qual tipo de água é usado durante a cheia do rio para beber



Elaboração: Andrade, 2025

Essa preocupação é justificada, tendo em vista os elevados riscos de contaminação por agentes biológicos e químicos presentes nas águas das enchentes, bem como as dificuldades de acesso a fontes seguras de abastecimento em contextos de alagamento prolongado. A vulnerabilidade sanitária que se impõe nesses períodos reforça a importância de estratégias emergenciais, especialmente por se tratar de uma comunidade ribeirinha sujeita a fenômenos naturais recorrentes.

Este gráfico mostra as principais fontes de água utilizadas pela população local durante o período de cheia do rio, quando a elevação do nível das águas pode afetar significativamente a qualidade e a disponibilidade dos recursos hídricos potáveis disponíveis.

Com base nas respostas dos moradores foi identificado que a população local usa três fontes de água, a maioria dos abordados, sendo vinte e dois, ainda depende da água do rio, mesmo durante a cheia, quando a qualidade da água tende a piorar consideravelmente devido à presença de sedimentos, resíduos orgânicos e contaminantes trazidos pelas inundações. Esse dado reflete a vulnerabilidade socioambiental dessas comunidades e a escassez de opções seguras de abastecimento.

Cinco pessoas, uma parcela menor da população local, conseguem recorrer ao consumo de água mineral, indicando que existe um acesso limitado a alternativas seguras, possivelmente devido a barreiras financeiras e logísticas significativas. A compra de água mineral é, portanto, uma opção segura, porém nem sempre acessível a todos.

Um número reduzido de três moradores utiliza água previamente armazenada do poço ou da chuva para beber, porém, essa água armazenada nem sempre supre todo o período necessário, e acabam tendo de comprar ou recorrer ao uso de água do rio, tendo em vista que o uso do poço, nesse período, para renovar os reservatórios, fica impossibilitado por conta de possível contaminação durante a cheia do rio.

Segundo o SAAE, é possível usar poço tubular durante as cheias, porém, precisa ser bem vedado, com grande profundidade e a bomba de captação precisa ser colocada em uma altura que a água não ultrapasse. A empresa ainda mencionou que o serviço de abastecimento de água não poderá ser implantado no momento, pois a comunidade não possui o número mínimo de 150 residências exigido para a perfuração de poços.

O gráfico revela que, mesmo em situações críticas como a cheia dos rios, a maioria da população continua utilizando água do rio, evidenciando a carência de infraestrutura adequada. O dado reforça a urgência de medidas voltadas para garantir o abastecimento e acesso à água potável, especialmente em períodos sazonais de maior vulnerabilidade.

2.3.3 Participação do Comércio

O comércio está presente na comunidade de forma bastante simples, como geralmente ocorre em pequenas comunidades, especialmente aquelas situadas em áreas mais distantes. No caso específico da comunidade em questão, embora não esteja geograficamente tão distante da zona urbana central, ela é separada por um curso d'água, o que impõe desafios logísticos e limita bastante a circulação de bens e pessoas.

Essa condição em particular contribui para que o comércio local assuma características singulares, moldadas e adaptadas às realidades sociais e econômicas

do local, evidenciando a capacidade da população em organizar-se de maneira autônoma para suprir suas necessidades cotidianas.

Nesses contextos, a presença de estabelecimentos comerciais é limitada, como é o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças, onde o comércio se apresenta como é conhecido no Amazonas de taberna (Figura 36). No contexto amazônico, taberna refere-se a um pequeno comércio improvisado, geralmente instalado na sala ou na parte frontal da própria residência do proprietário.

Figura 36: Taberna na comunidade Nossa Senhora das Graças:



Fonte: Andrade, 2025.

Nela, são vendidos produtos básicos do dia a dia, como alimentos, bebidas e itens de higiene, funcionando como ponto de abastecimento essencial para a comunidade, principalmente em cidades pequenas ou em áreas rurais – vendendo basicamente produto de limpeza ou não perecíveis.

Na comunidade, destaca-se a presença de um pequeno estabelecimento comercial instalado em um flutuante, o qual desempenha um papel tanto no abastecimento de gêneros alimentícios quanto na dinâmica social local. O comércio oferece produtos de estivas como: arroz, feijão, açúcar, café e outros itens básicos, além de bebidas variadas.

Nos finais de semana, o local adquire um caráter significativo, tornando-se um ponto de encontro entre os moradores da região. Nesses momentos, o flutuante se transforma em um espaço de convivência social, marcado pelo consumo de bebidas alcoólicas e pela interação entre os frequentadores (Figura 37). Essa prática evidencia

a função econômica do comércio, também sua relevância como espaço simbólico de lazer e sociabilidade dentro da comunidade.

Figura 37: Ponto de venda de estivas e bebida alcoólicas



Fonte: Andrade, 2025

Ambos os estabelecimentos comerciais da comunidade aceitam pagamentos tanto em dinheiro físico quanto por meio de transferência via Pix. Durante as pesquisas de campo, foi constatado que, caso o cliente opte pelo pagamento eletrônico, essa forma de transação é realizada com facilidade, uma vez que a comunidade conta com sinal de internet móvel de boa qualidade, fornecido pela operadora Vivo.

No entanto, a utilização desse recurso depende da disponibilidade de dados móveis por parte do usuário, condição necessária para viabilizar o acesso à rede e, consequentemente, a realização da transação digital. Essa dinâmica evidencia um avanço nas práticas comerciais locais, demonstrando a adaptação dos moradores ao uso de tecnologias financeiras, mesmo em uma comunidade com modo de vida rural.

2.3.4 Oferta e Integração aos Serviços de Saúde

Embora a comunidade se encontre a poucos quilômetros do centro, os equipamentos e os serviços de saúde necessários para o bem estar de qualquer

população, ainda não está à disposição dos moradores da comunidade. Conta apenas com o serviço de um agente de saúde, atendendo a todas as demandas dos comunitários.

O poder público precisa colocar em prática ações na área da saúde que ajudem a diminuir as dificuldades geográficas que impedem muitas pessoas de conseguirem atendimento adequado ao serviço de saúde. Também é essencial equilibrar a qualidade do serviço oferecido com o número de pessoas que precisam deles, para que todos tenham acesso justo e sem desigualdade. Para isso, é essencial a criação de uma rede de atenção organizada, assegurando que todas as pessoas tenham acesso universal, justo e integral aos cuidados de saúde, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, (Assis; Jesus, 2012).

As atividades desempenhadas pelo ACS vão muito além das funções que lhes são formalmente atribuídas, assumindo, em muitos casos, um papel semelhante ao de um pequeno posto de saúde itinerante. Sua atuação estende-se para além da promoção da saúde e prevenção de doenças, tornando-se um elo fundamental entre a comunidade e os serviços de saúde disponíveis.

Sempre que um morador necessita agendar uma consulta no posto de saúde da cidade, marcar exames, retirar medicamentos na Farmácia Popular ou realizar procedimentos básicos, como aferição da pressão arterial, medição da glicemia e temperatura corporal, a primeira pessoa a ser procurada é o ACS. Além dessas funções, o agente também realiza curativos e, em algumas situações, até mesmo suturas superficiais, sobretudo quando possui formação técnica em enfermagem, e está se graduando em enfermagem, como é o caso do profissional atualmente em exercício na comunidade.

Esse amplo leque de atividades desempenhadas pelo ACS contribui para evitar deslocamentos desnecessários dos pacientes, garantindo um atendimento mais ágil e acessível. Dessa forma, o agente facilita o acesso da população aos serviços de saúde, reforçando a importância da atenção primária e da proximidade entre os serviços de saúde e a comunidade.

Um dos desafios enfrentados pelas comunidades ribeirinhas refere-se à precariedade dos serviços de saúde, especialmente devido à dificuldade de acesso, fatores que frequentemente influenciam a ausência de uma estrutura de atendimento adequada.

No caso da Comunidade Nossa Senhora das Graças, embora sua localização não seja excessivamente distante da cidade, o acesso ao centro urbano ocorre exclusivamente por via fluvial, exigindo um deslocamento de aproximadamente três quilômetros e meio, realizado em torno de oito minutos por meio de bote de alumínio equipado com um motor Honda treze HP.

Durante a pesquisa foi identificado que em caso de urgência, quando alguém passa mal, os comunitários recorrem ao ACS, se for identificado ser caso urgente como AVC, infarto, picada de cobra, parto de emergência, corte profundo, fratura, empalamento com anzol, entre outros, as emergências surgem em qualquer horário, até mesmo durante a madrugada. O paciente é levado em bote particular até o porto da cidade e posteriormente ao pronto socorro. Atualmente a maior recorrência são os casos de hipertensão, diabetes e viroses.

Diante das dificuldades de acesso aos serviços de saúde, muitos moradores recorrem, em primeiro lugar, ao uso de remédios caseiros, utilizando plantas encontradas na própria comunidade. “Não é a toa que muitas casas possuem uma série de plantas medicinais na frente, até mesmo medicamentos preparados com as plantas em suas casas” (Miguez; Fraxe; Witkoski, 2011, p. 67). Souza (2010, p. 56) afirma que “herdeiros de uma sabedoria popular, não deixam de recorrer a essas “farmácias vivas” para resolver/amenizar algum problema de cólica, dor de cabeça, diarreia, anemia, ferimentos, inflamações ou quebranto, por exemplo”.

Essa prática é uma característica marcante das comunidades rurais amazônicas, onde os recursos naturais são empregados como alternativa terapêutica, Miguez; Fraxe; Witkoski (2011, p. 67) salientam que “entre os medicamentos caseiros mais usados podem ser destacados o chá de carapanaúba, o chá de limão com alho e álcool com cabacinha para problemas respiratórios”.

Geralmente, os moradores com menor poder aquisitivo buscam atendimento médico no posto de saúde apenas quando os tratamentos baseados em conhecimentos tradicionais já se mostram ineficazes. Esse comportamento reflete tanto a forte influência da medicina popular na região quanto as limitações no acesso a serviços médicos especializados, evidenciando a necessidade urgente de estratégias que ampliem a oferta e a acessibilidade dos cuidados de saúde para essas populações.

Essa dependência de transporte fluvial representa um obstáculo para a implementação de serviços de saúde mais eficazes, uma vez que a logística para o

deslocamento de profissionais e a distribuição de insumos médicos tornam-se mais complexas e onerosas.

2.3.5 Dinâmicas e Possibilidades de Atendimento do Sistema Educacional

Mesmo com a comunidade já organizada e um número considerável de habitantes no local, muitos ainda sentiam falta de uma escola, onde seus filhos poderiam estudar. Mesmo sem formação adequada, mas movido pelo sonho de ver as crianças aprenderem a ler e escrever, um morador da comunidade passou a oferecer aulas nas residências, de forma voluntária e sem remuneração. No entanto, esse esforço não era suficiente, pois não havia condições ideais e faltavam conhecimento técnico e estrutura adequada.

Em reunião, os comunitários decidiram construir a escola em madeira. Não houve, inicialmente, contribuição financeira por parte do poder público municipal. Somente após a conclusão da obra, a prefeitura da época designou profissionais qualificados para atuarem no local, que recebeu o nome de Escola Getúlio Vargas (Figura 38).

Figura 38: Escola Getúlio Vargas



Fonte: Andrade, 2025.

A escola foi construída com uma sala de aula, após as reformas e melhorias foi acrescentado, copa, secretaria e sala de gestão. A atividade física acontece ao ar livre. Os profissionais que atualmente trabalham na escola, são todos moradores da comunidade e com formação adequada. A escola disponibiliza sala de aula climatizada, focando nos anos iniciais (primeiro ao terceiro ano do ensino fundamental) e na pré-escola, na

modalidade multisseriado. Até o ano de 2024 a escola funcionava com todas as séries do fundamental I, porém em 2025, o quarto e quinto ano foram direcionados para outra escola com maior estrutura.

Os alunos que frequentam séries não ofertadas na comunidade Nossa Senhora das Graças são encaminhados para instituições de ensino situadas em outras comunidades, utilizando como meio de transporte embarcações fluviais, como barcos e lanchas a jato (Figura 39). Essas embarcações não realizam paradas nos portos individuais de cada residência, o que obriga os estudantes a utilizarem pequenos botes equipados com motor do tipo "rabetas" para alcançar as embarcações principais.

Esse procedimento representa um risco adicional à integridade física sobretudo das crianças menores, que se encontram em situação de maior vulnerabilidade a acidentes. A respeito do transporte e segurança dos estudantes durante o translado é de responsabilidade da empresa contratada para execução do serviço.

Figura 39: Barco e A jato de transporte escolar



Fonte: Andrade, 2025.

Por questões logísticas e em razão da grande distância geográfica, os estudantes do turno matutino da Escola Lima Bernardo, localizada em outra comunidade ribeirinha, precisam sair de casa às 5h30 para chegar pontualmente às aulas. Os estudantes do turno vespertino deixam suas residências às 10h30 para iniciar os estudos regulares às 13h.

Essa rotina impõe desafios significativos, exigindo adaptações nos hábitos diários, especialmente na reorganização dos horários das refeições. Além disso, a segurança durante o trajeto é uma preocupação constante, sobretudo nos dias chuvosos, quando a navegação se torna arriscada devido aos ventos fortes e às ondas. Nesses casos, é comum a necessidade de interromper a viagem e aguardar a melhora das condições climáticas.

O risco torna-se ainda mais acentuado durante o período noturno, em razão da baixa visibilidade, o que compromete a segurança dos deslocamentos. Em diversas ocasiões, os estudantes do turno da noite retornam para suas residências por volta da meia-noite, gerando grande apreensão e preocupação entre os pais e responsáveis. Principalmente ao se pensar nos momentos de forte chuva e temporais, onde os estudantes perdem o horário de entrada na aula ou retorno para casa, por conta de períodos parados esperando passar o temporal.

Apesar de todos os desafios enfrentados, como os riscos associados aos temporais e os deslocamentos, torna-se evidente a perseverança e o compromisso desses jovens com a busca pelo conhecimento e a continuidade de sua formação escolar.

2.3.6 Transporte e mobilidade na comunidade Nossa senhora das Graças

O transporte na comunidade é realizado, predominantemente, de maneira particular e individualizada. Cada família costuma dispor de sua própria embarcação, geralmente um bote simples e de pequeno porte, com capacidade para quatro ou cinco pessoas (Figura 40), equipado com motores de diferentes potências, de acordo com a capacidade econômica de cada família.

Essas embarcações permanecem atracadas, na maioria das vezes, em frente às residências, presas por cordas ou amarras. O que evidencia a dependência dos meios fluviais de transporte, característica marcante das populações ribeirinhas da

região, especialmente em áreas onde o acesso por vias terrestres é limitado ou inexistente.

Figura 40: Meio de transporte usado na comunidade Nossa Senhora das Graças



Fonte: Santana, 2025.

A imagem evidencia uma cena cotidiana da vida em comunidades ribeirinhas, pois o rio assume papel importante na mobilidade e nas relações sociais. A mobilidade na comunidade e entre as comunidades próximas por vezes, representa um grande desafio a ser superado, seja às condições climáticas, à variação do nível dos rios ou à falta de infraestrutura adequada para navegação.

Além da falta de uma linha de barco para a comunidade, para possível transporte de mercadoria, compras em geral e facilitar o ir e vir das pessoas com maior segurança, os comunitários além de usar transporte particular e o translado ser mais oneroso, ainda precisam pagar a marina para deixar seus botes atracados em segurança.

2.3.7 Serviço postal

Os serviços dos Correios não estão disponíveis na comunidade, em razão de sua localização geográfica, separada da área urbana pelo rio. Essa condição territorial representa um obstáculo significativo para a prestação de serviços básicos, como a entrega de correspondências e encomendas provenientes de compras realizadas pela internet.

Considerando que os Correios não realizam entrega diretamente na comunidade, os moradores precisam se deslocar até a agência dos Correios para retirar suas encomendas e correspondências, o que gera um custo adicional. Essa limitação impõe dificuldades logísticas e financeiras, sobretudo para aqueles que não possuem familiares residentes na cidade que possam receber as entregas em seu nome.

A ausência de um sistema de entrega domiciliar impacta diretamente o acesso ao consumo e à praticidade cotidiana, especialmente em um contexto cada vez mais marcado pela digitalização e pelas compras online, tornando ainda mais evidente a necessidade de ações que ampliem os serviços postais em comunidades ribeirinhas, principalmente ao se tratar de uma comunidade inserida no perímetro urbano há mais de uma década.

Com base nas informações coletadas durante a pesquisa, investigou-se, junto às agências dos Correios, a razão da ausência do serviço postal na comunidade, considerando que esta se encontra inserida dentro do perímetro urbano de Manacapuru. Em resposta, foi informado que a instituição tem ciência da carência desse serviço na comunidade, mas esclareceu que a sua disponibilização está condicionada à existência de uma infraestrutura urbana mínima, possibilitando a execução adequada das entregas.

Entre os requisitos apontados, destaca-se a necessidade de numeração visível nas residências, visto que os carteiros não dispõem de tempo hábil para localizar os destinatários com base apenas no nome presente nas correspondências. Dessa forma, a ausência de elementos básicos de organização espacial inviabiliza a inclusão da comunidade no sistema regular de distribuição postal.

Essa realidade evidencia a necessidade de revisão nos critérios operacionais de atendimento dos serviços postais, a fim de contemplar de forma mais abrangente as comunidades inseridas, ainda que distantes, no que se poderia dizer ser um espaço urbano formalmente instituído.

2.3.8 Coleta de resíduos sólidos – Nossa Senhora das Graças

A coleta de resíduos sólidos não é disponibilizada aos moradores da comunidade, apesar de esta estar tão próxima do centro da cidade de Manacapuru. Tal serviço não integra, de forma efetiva, o conjunto de ações promovidas pelo poder

público local, o que evidencia uma lacuna significativa nas políticas de saneamento básico voltadas às populações ribeirinhas.

Essa exclusão está relacionada à descontinuidade territorial e às dificuldades de acesso, uma vez que a única forma de ligação da comunidade com a cidade é por via fluvial. Apesar da travessia do rio parecer fator determinante, haveria de se investigar essa limitação que compromete a logística efetiva e adequada para a captação e o transporte adequado dos resíduos produzidos diariamente pelos moradores.

Perante essa realidade, os comunitários adotam práticas alternativas e improvisadas para o manejo do lixo. Conforme relatado por uma moradora a solução encontrada muitas vezes foi queimar: "Pelo menos uma vez na semana, eu junto o lixo do banheiro, da cozinha e o que mais a gente produzir, e queimo tudo num buraco no meu quintal. As latas, sacolas e todo material que não se desfaz com o fogo, eu enterro".

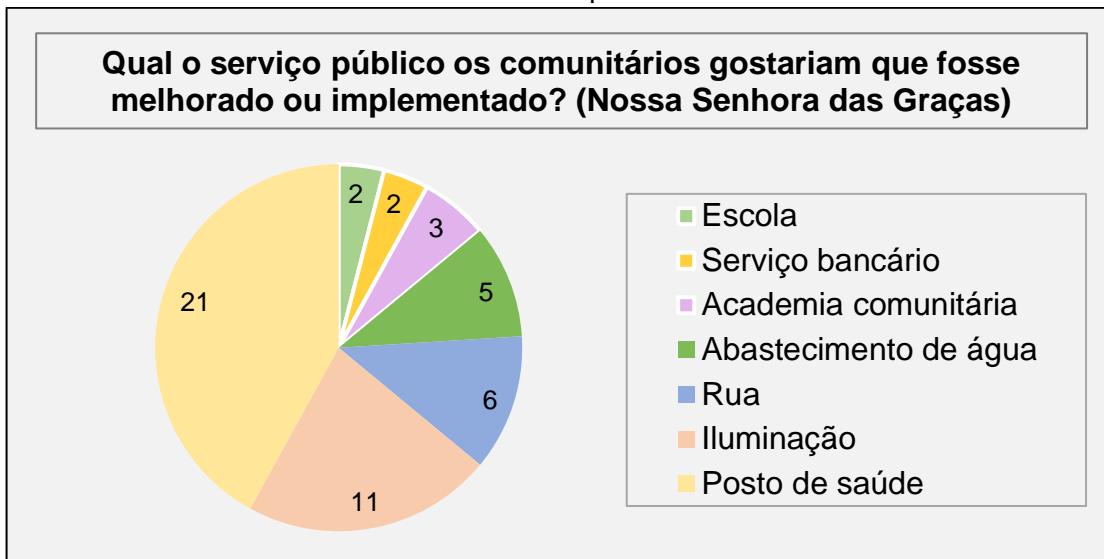
Esse tipo de prática, embora seja uma resposta imediata à ausência de políticas públicas, traz riscos ambientais e à saúde da população, além de evidenciar a necessidade urgente de ações que contemplem estratégias sustentáveis e inclusivas de gestão de resíduos sólidos nas comunidades ribeirinha e mais afastadas do centro urbano. A implementação de soluções adaptadas à realidade local pode contribuir para a melhoria das condições sanitárias e para a preservação do meio ambiente. Essas soluções imediatas representam riscos à saúde, especialmente em comunidades ribeirinhas, onde, durante os períodos de cheia dos rios, muitas áreas são inundadas. Nessas circunstâncias, é comum os moradores utilizarem a água do próprio rio para consumo e outras atividades domésticas, o que agrava ainda mais a exposição a agentes contaminantes.

No decorrer das pesquisas realizadas, constatou-se que a comunidade Nossa Senhora das Graças enfrenta uma expressiva carência de serviços públicos em diversas áreas, o que impacta diretamente a qualidade de vida de seus moradores. Diante dessa realidade, foi incluída no levantamento uma pergunta direcionada à população local, com o objetivo de identificar quais serviços são mais sentidos em sua ausência ou considerados de maior necessidade.

As respostas obtidas (Gráfico 05) revelaram um cenário marcado por múltiplas deficiências e pela recorrente menção ao sentimento de abandono. Em seguida, foi solicitado aos moradores que indicassem quais serviços gostariam que fossem

melhorados, ampliados ou implantados na comunidade, a fim de compreender suas prioridades e expectativas.

Gráfico 05: Demonstrativos dos serviços que os comunitários gostariam que fosse melhorado ou implementado:



Elaboração: Andrade, 2025.

As informações coletadas nessa etapa contribuem para delinear demandas e orientar futuras ações de planejamento e investimento voltadas à promoção do bem-estar coletivo. O gráfico revela as principais demandas por serviços públicos que os comunitários desejam ver implementados ou melhorados. A maior parte dos abordados, vinte e um comunitários, expressou a necessidade imediata da instalação de um posto de saúde com funcionamento regular, que ofereça serviços básicos como vacinação, curativos, atendimento médico, entre outros, demonstrando a carência por um serviço de saúde contínuo e acessível.

A ausência do serviço de iluminação pública também foi apontada como uma preocupação significativa, sendo mencionada por onze participantes, pois é mencionado que o deslocamento a noite se torna desafiador, podendo até mesmo esbarrar em animais perigosos como cobra. Em seguida, oito moradores destacaram a importância da pavimentação de uma rua na comunidade, a qual facilitaria o deslocamento, essa escolha por uma rua evidencia a precariedade da infraestrutura local.

Embora a pavimentação em áreas de várzea apresente grandes desafios devido às condições naturais de alagamento e instabilidade do solo, observa-se que esse tipo de intervenção tem sido realizado em diversas cidades e localidades. A

pavimentação asfáltica em regiões de várzea, caracterizadas por serem baixas e periodicamente inundáveis, busca viabilizar o tráfego e melhorar as condições de acesso, proporcionando benefícios à população, como a redução da poeira e da lama, além da elevação da qualidade de vida. Verifica-se em alguns municípios brasileiros esse tipo de obra em suas áreas de várzea, a exemplo de Anamã, onde tais iniciativas contribuem para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da mobilidade.

Na área urbana de Anamã as ruas são asfaltadas de concreto e durante o período pós-alagação todo o sistema é reformado, pois as águas que inundam a cidade, vindas do rio Solimões, são correntes e retiram toda a camada superficial de concreto das ruas, por esse mesmo motivo não é usado o asfalto comum para a impermeabilização das ruas. (ANAMÃ, 2012, p. 25)

Outro ponto ressaltado por comunitários participantes desta pesquisa foi o abastecimento de água, refletindo uma grave deficiência no fornecimento de um recurso tão essencial para a qualidade de vida. Além disso, cinco comunitários sugeriram a implantação de uma academia comunitária, o que indica a valorização de espaços voltados à saúde e ao bem-estar. Por fim, dois abordados mencionaram a necessidade de um posto bancário, tendo em vista que os aposentados e os trabalhadores formais necessitam ir atravessar o rio, ir a uma agência bancária sacar dinheiro. Dois comunitários ressaltaram a importância de melhorias no serviço de educação oferecido na localidade, que atualmente funciona apenas na modalidade multisseriada, atendendo turmas da educação infantil até o terceiro ano do ensino fundamental I

Parece até repetitivo, porém os dados reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas, voltadas à ampliação do acesso a direitos básicos, especialmente em comunidades historicamente marginalizadas e com dificuldades de acesso aos serviços essenciais.

2.4 OS SERVIÇOS URBANOS E A INFRAESTRUTURA BÁSICA: COMUNIDADE BOM JARDIM

2.4.1 Fornecimento e Uso de Energia

Tanto o espaço quanto os moradores da comunidade passaram por transformações ao longo do tempo, especialmente porque parte da população

residente tem costumes específicos do meio urbano. Essas ausências devem-se à ampliação da infraestrutura, ainda que esta apresente certas lacunas, à maior fluidez proporcionada pela melhoria das estradas e dos meios de transporte, à implantação da energia elétrica e à ampla circulação de informações, divulgadas sobretudo pela mídia, com destaque para a televisão.

Na comunidade a influência do meio urbano também se manifesta de forma evidente no estilo de vida adotado pelos moradores. Observa-se que muitas residências estão equipadas com diversos aparelhos eletroeletrônicos (Figura 41), os quais, até pouco tempo atrás, eram predominantemente encontrados em áreas urbanas. A presença desses equipamentos como micro-ondas, geladeiras, cafeteiras elétricas, máquinas de lavar roupa, televisores, fritadeiras elétricas e até máquinas de fazer pão.

Figura 41: Alguns dos eletrodomésticos usados na comunidade Bom Jardim



Fonte: Andrade 2025

O uso desses eletroeletrônicos reflete o avanço tecnológico permitido pela chegada da energia elétrica, assim como uma mudança nos hábitos cotidianos, marcada pelos impactos da modernização e pela incorporação de novas tecnologias ao cotidiano doméstico. Em contextos anteriores, o uso desses itens dificilmente seria considerado essencial ou mesmo viável, tanto pelas limitações estruturais quanto pela própria dinâmica de vida local. Atualmente, contudo, tais recursos vêm sendo associados ao conforto, à praticidade e à melhoria da qualidade de vida, revelando um processo de transformação sociocultural progressivo, ainda que seletivo e desigual.

Diante da novidade, recém implementada na comunidade, a energia elétrica também contribuiu para adesão de novos costumes, como ficar até mais tarde assistindo televisão. O costume de levantar com o canto do galo, a partir desse momento em algumas famílias começou a acontecer com uso de despertador, e por vezes acordando um pouco mais tarde.

O serviço de energia elétrica na comunidade é oferecido com relativa regularidade, funcionando 24 horas por dia e sendo responsável por atender às demandas básicas das residências. No entanto, o fornecimento apresenta instabilidades frequentes, especialmente durante períodos de chuvas intensas, acompanhadas de raios, o que costuma ocasionar quedas de energia ou interrupções temporárias. Em outros casos, a suspensão do serviço está relacionada a falhas no sistema de distribuição.

2.4.2 Fornecimento e Uso da Água

A comunidade Bom Jardim mantinha maior relação com o rio, como via de acesso, aquisição de renda e abastecimento de água para suas necessidades básicas, algumas famílias construíram cacimbas feitas nos quintais, sendo que esta água, não passa por nenhum processo de tratamento, eventualmente, quando há disponível, os moradores usam o hipoclorito. Essa técnica de coleta de água foi utilizada por alguns anos, entretanto, com a chegada da energia elétrica foi possível a construção de poços tubulares.

Essa foi uma conquista, que facilitou a vida local, já que as donas de casas não precisavam andar pelos caminhos até a beira do rio com as crianças e nem carregar água para as casas. Segundo Zmitrowicz e Angelis Neto (1997) para o atendimento

das necessidades básicas da sociedade, torna-se essencial o funcionamento adequado dos sistemas de infraestrutura, garantindo qualidade e eficiência.

Os poços tubulares (Figura 42) têm se mostrado uma boa alternativa para solucionar as dificuldades de abastecimento de água, especialmente considerando que o poder público não disponibiliza abastecimento de água para a comunidade. No entanto, nem todos os moradores possuem condições financeiras para perfurar seu próprio poço, dado o alto custo envolvido, tanto com a mão de obra quanto os materiais necessários.

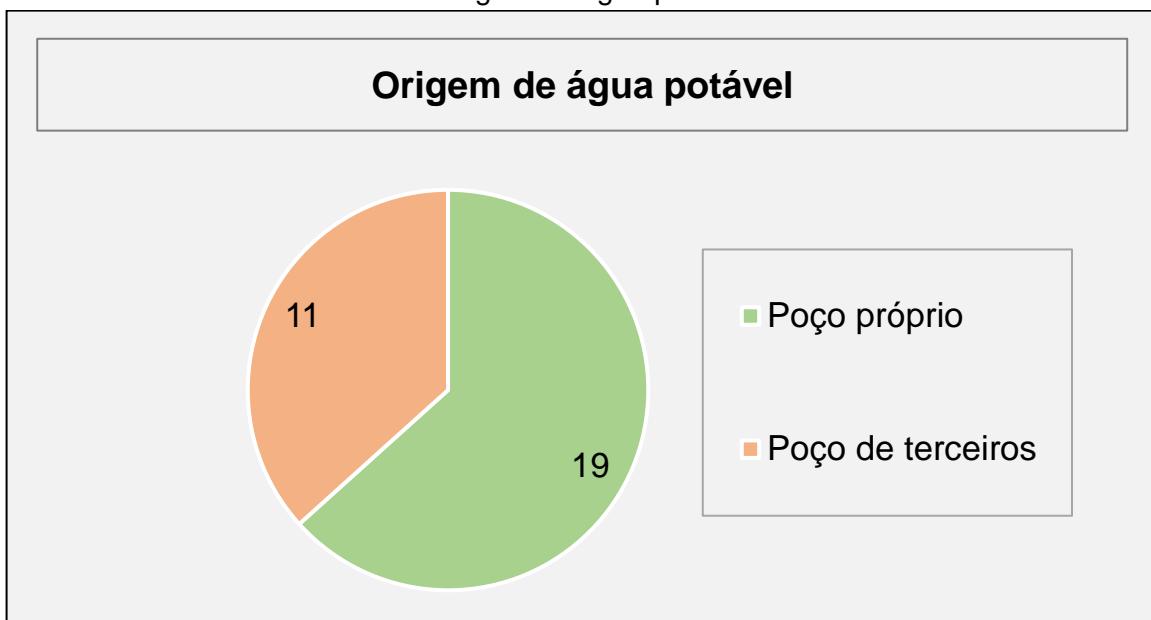
Figura 42: Poço tubular na comunidade Bom Jardim



Fonte: Andrade, 2025

A responsabilidade sobre os serviços de água e esgoto é comum às esferas da União, dos estados-federados e dos municípios, nos termos da Constituição Federal. Durante as pesquisas, foi possível identificar a origem da água utilizada na comunidade, constatando-se que mais da metade dos moradores possui poço tubular próprio para o abastecimento de água (Gráfico 06), o que lhes permite captar o recurso de forma abundante e contínua.

Gráfico 06: Demonstrativo da origem de água potável na comunidade Bom Jardim



Elaboração: Andrade, 2025.

O gráfico apresentado trata da origem da água potável consumida na comunidade e revela uma realidade marcada pela busca de soluções individuais frente à ausência de abastecimento público. A maioria dos moradores, dezenove declarou utilizar água proveniente de poços próprios, demonstrando um esforço doméstico para garantir o acesso à água potável, mesmo diante das limitações estruturais impostas pelo contexto local.

Por outro lado, onze moradores dependem de poços pertencentes a terceiros, o que evidencia uma rede de compartilhamento e, ao mesmo tempo, indica vulnerabilidade hídrica para uma parcela da população. Essa dependência pode implicar em restrições de acesso, especialmente em períodos de estiagem.

Para contornar essa dificuldade, alguns vizinhos se uniram para construir um poço coletivo, que abastece duas ou três casas, ou um comunitário cobra uma taxa para abastecer o vizinho. Esse fato não é isolado na comunidade Bom Jardim, ocorrendo também em comunidades próximas, corroborando a necessidade de implantação, pelo poder público, de um sistema de abastecimento de água para toda a comunidade. Segundo o SAAE, a concessionária responsável só perfura poços em comunidades com, no mínimo, 150 residências. Como a localidade não atinge esse número, o serviço ainda não poderá ser executado

2.4.3 Participação do Comércio

A comunidade Bom Jardim apresenta diversidade comercial, refletindo dinamismo econômico voltado ao atendimento das necessidades cotidianas dos moradores. Essa variedade inclui desde comércios estruturados, como mercadinhos e pontos de venda de alimentos, até formas simples e informais de comercialização nas residências. Esse perfil evidencia a organização comunitária, a adaptação às condições locais e às limitações impostas pela falta de infraestrutura urbana. Tais iniciativas fortalecem a economia local, atuando como pontos de abastecimento e geração de renda e vínculos sociais.

Em muitos casos, os pontos de venda são instalados na sala das residências (Figura 43), aproveitando espaços pouco usados, o que representa uma forma tradicional de comércio. Essa prática evidencia a criatividade e a capacidade de organização dos moradores diante das limitações estruturais.

Figura 43: Comércios nas residências (tabernas).



Fonte: Andrade, 2025

No entanto, observa-se também a presença de estabelecimentos construídos com finalidade comercial, demonstrando maior planejamento, investimento financeiro e intenção empreendedora dos comerciantes locais. Essa diferenciação indica distintos níveis de estrutura e profissionalização no setor comercial da comunidade. Além das pequenas tabernas, há mercadinhos (Figura 44) com melhor estrutura física e oferta mais ampla e diversificada de produtos.

Figura 44: Mercadinhos na comunidade Bom Jardim.



Fonte: Andrade, 2025.

Esses estabelecimentos comerciais disponibilizam itens de estiva, produtos diversos, água mineral, gás de cozinha, interessante mencionar que durante o período noturno, transformam-se em pontos de encontro social para os moradores. Nessas ocasiões, além de funcionarem como espaços de convivência, também atuam como locais de comercialização de bebidas alcoólicas, desempenhando um papel multifuncional na dinâmica comunitária.

Esses mercadinhos de maior porte não operam apenas com mão de obra familiar, mas também contam com funcionários contratados, o que demonstra um nível mais avançado de organização e geração de empregos dentro da própria comunidade.

Alguns estabelecimentos da comunidade atuam no ramo alimentício, oferecendo produtos como lanches e churrascos. Esses serviços são voltados para os moradores locais, com entregas realizadas apenas dentro dos limites da própria comunidade. Essa prática evidencia uma adaptação dos empreendedores às demandas internas, promovendo conveniência aos consumidores e fomentando a circulação econômica no âmbito comunitário.

Entre os aspectos observados na dinâmica comercial da comunidade, destaca-se o uso do sistema Pix como meio de pagamento nos estabelecimentos locais o que facilita o processo de compra tanto para os comerciantes quanto para os clientes. Assim como na comunidade da Costa do Pesqueiro, considerando que nem todos os

moradores têm acesso regular à internet móvel em seus celulares, observa-se a prática recorrente de compartilhamento da senha de redes Wi-Fi por parte dos proprietários de estabelecimentos locais.

Essa prática tem como principal objetivo assegurar que todos os clientes consigam realizar o pagamento eletrônico sem maiores dificuldades. Ela demonstra um senso de cooperação entre os envolvidos e também uma capacidade de adaptação às condições locais de conectividade. Além disso, reflete o esforço da comunidade em acompanhar as exigências atuais relacionadas às transações financeiras digitais, garantindo inclusão e acessibilidade mesmo em contextos com limitações estruturais.

A sociedade atual demonstra uma forte familiaridade com o uso de tecnologias digitais, especialmente no que diz respeito à realização de pagamentos, preferindo meios eletrônicos como o Pix e cartões. Diferentemente das gerações anteriores, que utilizavam exclusivamente o dinheiro em espécie para transações comerciais, principalmente os jovens de hoje estão cada vez mais adaptados às facilidades oferecidas pelas ferramentas digitais. Há que se dizer que as relações monetárias se ampliam nesse processo.

Essas transformações no modo de vida, impulsionadas pelos avanços tecnológicos e pelas novas formas de consumo, também se refletem nas práticas de lazer e mobilidade da população. O acesso facilitado à informação e aos meios digitais contribui para ampliar as possibilidades de deslocamento e de planejamento de pequenas viagens, favorecendo o surgimento de novas dinâmicas espaciais relacionadas ao turismo e à ocupação temporária de territórios, onde a relação entre o turismo e a segunda residência podem se configurar como um elemento na organização do território, destacando-se pela forma como articula o deslocamento temporário de moradores urbanos em busca de lazer, descanso e bem-estar.

O cotidiano no urbano, marcado pelo estresse e pela rotina intensa, desperta a necessidade de contato com novos ambientes e paisagens que proporcionem renovação física e mental. Nesse contexto, a possibilidade de se afastar do espaço habitual adquire relevância, tornando-se uma forma de escapar do repetitivo da vida cotidiana e reconectar-se com a natureza e com experiências mais simples. O turismo de segunda residência ou de férias, expressa esse movimento em que indivíduos das áreas urbanas buscam locais mais tranquilos e afastados, onde possam vivenciar

experiências diferentes de seu ambiente rotineiro e restabelecer a vida entre trabalho, lazer e convivência familiar.

Na comunidade, destaca-se a presença de um estabelecimento multifuncional que desempenha um papel significativo tanto na economia local quanto na vida social dos moradores. Durante o dia, o espaço funciona como um mercadinho, atendendo às demandas básicas de consumo das famílias locais. Já à noite e nos finais de semana, o mesmo local se transforma em um ambiente de lazer e convivência, operando como um clube (Figura 45), que reforça os vínculos comunitários e dinamiza a vida social.

Figura 45: Clube Ibi-kúara, Bom Jardim



Fonte: Andrade, 2025

Essa versatilidade evidencia a capacidade de adaptação dos empreendedores locais às necessidades da comunidade, promovendo o acesso a bens de primeira necessidade, também a espaços de socialização e entretenimento, que são escassos em regiões com infraestrutura limitada.

O local dispõe de uma infraestrutura atrativa, que inclui campo com gramado sintético, piscina, quadra de areia, palco para apresentações com música ao vivo, entre outros serviços voltados à recreação. Essa diversidade de atividades contribui para atrair visitantes tanto de outras comunidades quanto da cidade marcantes na dinâmica da economia local e das interações socioculturais da região.

Geralmente na sala das casas formam-se pequenos comércios, alguns de costura, venda de artesanato, roupas em geral, roupa de cama mesa e banho. Há outro tipo de comércio em funcionamento que requer atenção especial, trata-se da venda de gasolina (Figura 46) armazenada em garrafas, geralmente do tipo PET, e em galões. Quando um cliente solicita o produto, o combustível é transferido manualmente para o veículo

Figura 46: Venda de gasolina na residência.



Fonte: Andrade, 2025

Essa prática, além de não seguir as normas de segurança e regulamentações vigentes, representa sérios riscos à integridade física das pessoas – principalmente aos moradores do ponto de venda – devido ao armazenamento inadequado e à manipulação imprópria de substâncias inflamáveis.

2.4.4 Oferta e Integração aos Serviços de Saúde

A comunidade se manteve sem o serviço de saúde por muitos anos. Em meados de 2019, foram designadas uma agente de saúde e uma técnica de enfermagem para atendimento dos comunitários. Porém, em 2021 a comunidade São Raimundo recebeu um Posto de saúde (Figura 47), que foi construído em uma localização estratégica no ramal principal, para atender as sete comunidades próximas, Comunidade São Raimundo, Bom Jardim, Maravilha, Parú, Rei Davi, Nossa Senhora do Perpetuo Socorro e São José.

Figura 47: Posto de Saúde Maria Zilda Pereira Gonzaga.



Fonte: Andrade, 2025.

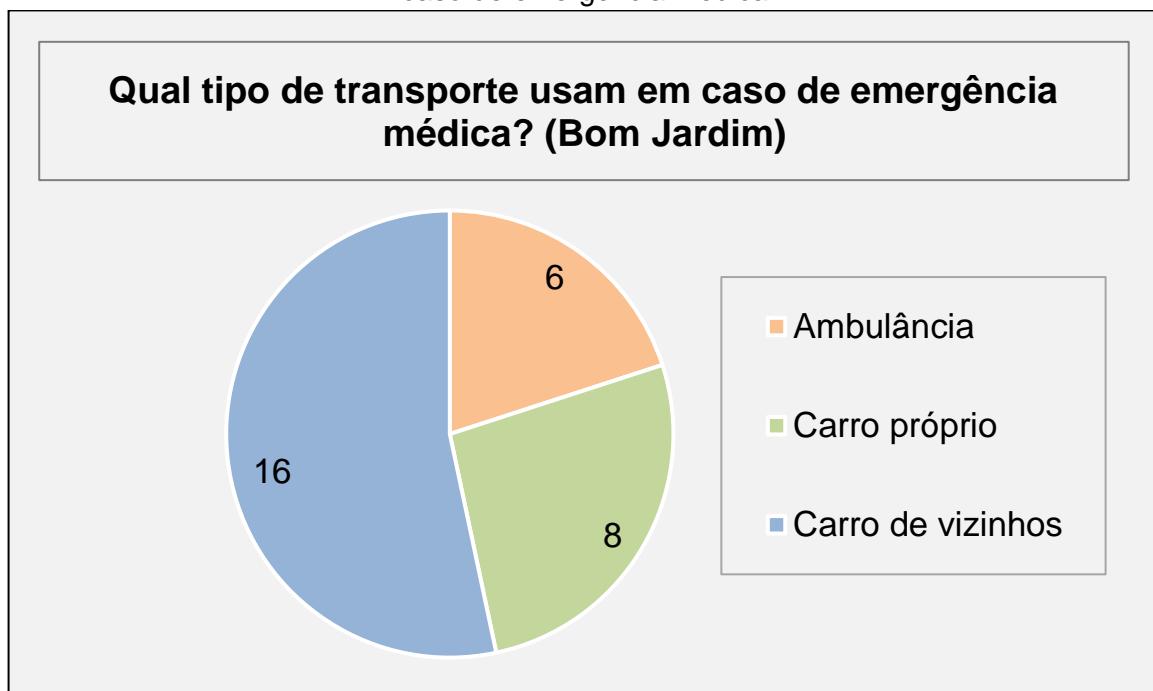
O posto oferece atendimento médico com clínico geral, coleta de exames laboratoriais, exame preventivo coletado pela enfermeira, acompanhamento de pré-natal com a enfermeira e vacinação. Todos os serviços são disponibilizados uma vez na semana, também realiza curativos e procedimentos pouco evasivos como aplicação de medicação injetável.

Durante a realização da pesquisa, foi questionado aos moradores o que costumam fazer em situações de urgência médica. A maioria das respostas indicou que, nesses casos, a primeira medida adotada é buscar atendimento no hospital

Lazaro Reis, que é o mais próximo da comunidade, localizado na Rua Carolina Fernandes com Av. Boulevard Pedro Rates, na sede de Manacapuru.

A partir dessa resposta, buscou-se aprofundar a investigação por meio de uma pergunta complementar, visando compreender qual tipo de transporte é utilizado pela população para se deslocar até a unidade de saúde. Essa informação é fundamental para avaliar as condições de acessibilidade e mobilidade da comunidade em contextos emergenciais, especialmente considerando os desafios impostos pela distância do local e pela disponibilidade de meios de transporte adequados. As respostas foram demonstradas a seguir (Gráfico 07).

Gráfico 07: Demonstrativo do tipo de transporte usado no deslocamento para o hospital em caso de emergência médica



Elaboração: Andrade, 2025

Os dados obtidos, por meio do gráfico, revelam que, em situações de emergência, dezesseis dos abordados relataram recorrer à ajuda de vizinhos, justificando essa escolha pela demora no atendimento do serviço de ambulância. Segundo esses moradores, o auxílio comunitário se mostra mais eficiente diante da urgência dos casos.

Outros oito participantes afirmaram utilizar veículos próprios para o deslocamento até a unidade de saúde, destacando que essa alternativa permite um translado mais rápido. Por fim, seis abordados mencionaram que, mesmo em casos

de urgência, optam por aguardar a chegada da ambulância, considerando esse o meio de transporte mais adequado para a condução de pacientes em estado delicado.

2.4.5 Dinâmicas e Possibilidades de Atendimento do Sistema Educacional

O sistema educacional é uma necessidade de toda a sociedade, não somente estes, outros existem, Zmitrowicz e Angelis Neto (1997) afirmam, que deve ser considerada a necessidade de vários equipamentos, como é o caso das instituições de ensino.

A primeira escola foi construída em 1994, em madeira, contando apenas com uma sala de aula. Após alguns anos de funcionamento com sinal de carências em manutenção, foi reconstruída. Segundo informações obtidas junto aos moradores, a escola foi reconstruída em 2005 por meio de uma ação de compensação da empresa Consorcio gasoduto Amazonia – CGA, responsável pelo serviço de implantação do gasoduto Coari-Manaus. Em Manacapuru, as ações de compensação foram desenvolvidas prioritariamente nas comunidades localizadas nas proximidades da área de influência direta da construção do gasoduto.

Embora inicialmente denominadas como ações de compensação ambiental, as iniciativas promovidas pelo Governo do Estado nas comunidades situadas próximas à faixa de terra impactada pela construção do gasoduto configuraram-se, na prática, como intervenções de caráter eminentemente social, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável local. As obras e as atividades implementadas trouxeram benefícios para as populações diretamente afetadas, contribuindo, de certa forma, para a melhoria das condições de vida na região.

Entre essas iniciativas, destaca-se a construção da Escola Boas Novas (Figura 46), inicialmente estabelecida como um anexo da Escola Municipal Benedito Gomes, atuando na modalidade multisseriada devido ao número reduzido de alunos e à diversidade de faixas etárias atendidas. Posteriormente, com a reorganização administrativa da rede de ensino, a escola passou a ser vinculada à Escola Municipal Ernestina Lima Pereira.

Em agosto de 2024, a instituição foi reinaugurada, agora com uma nova estrutura em alvenaria, proporcionando melhores condições de ensino, aprendizagem e acolhimento para a comunidade estudantil local, em compromisso com a melhoria da educação na região.

Figura 48: Escola Boas Novas na comunidade Bom Jardim



Fonte: Andrade, 2004 e 2005

Suas instalações atuais incluem duas salas de aula, banheiros, copa e uma sala destinada à secretaria e à gestão. A escola oferece, atualmente, o serviço educacional para turmas de educação infantil ao 3º ano do Ensino Fundamental I, ainda na modalidade multisseriada. No presente momento, a escola atende aproximadamente setenta e dois estudantes, distribuídos entre os turnos matutino e vespertino.

Os estudantes que estão em séries mais avançadas são encaminhados para outras instituições de ensino por meio de transporte escolar (Figura 49), que inclui ônibus, vans e kombis. Quando a demanda abrange as turmas da 4ª série ao 9º ano, os alunos são direcionados para a Escola Municipal Benedito Gomes Localizada no km 62 da Estada Manuel Urbano. Já no caso dos estudantes que necessitam de atendimento para o Ensino Médio, estes são encaminhados para o centro urbano, onde frequentam as escolas Nossa Senhora de Nazaré e José Sefair.

Figura 49: Transporte escolar em Bom Jardim



Fonte: Andrade 2025

Para os alunos que frequentam o turno matutino, é imprescindível que utilizem o transporte escolar com uma antecedência considerável, aproximadamente uma hora e trinta minutos antes do início das aulas. Esse serviço não se destina exclusivamente à comunidade de Bom Jardim, sendo disponibilizado também para as comunidades circunvizinhas. O transporte escolar é realizado nos três turnos, garantindo a mobilidade dos estudantes de todas as localidades atendidas.

2.4.6 Transporte e mobilidade na comunidade Bom Jardim

O serviço de transporte teve início com um morador do ramal Nova Esperança, que, ao identificar uma oportunidade de negócio, adquiriu um ônibus de segunda mão e iniciou o transporte de passageiros residentes nas proximidades. A partir dessa iniciativa, foi possível atender à crescente demanda de deslocamento dos moradores, oferecendo uma solução para a mobilidade tanto da referida comunidade como as comunidades vizinhas. Com o tempo, o serviço foi sendo expandido, consolidando-se como uma opção de transporte essencial para os habitantes locais, que antes enfrentavam grande dificuldade para acessar os centros urbanos e outras áreas comerciais.

O serviço de transporte coletivo é ofertado de segunda a sábado, seu percurso é em direção ao centro da cidade de Manacapuru, saindo às sete horas e o retorno às onze. Esse serviço surgiu com o crescimento populacional, tanto dos moradores do ramal principal, quanto nas comunidades ligadas a ele. Sobre o transporte

Vasconcelos (2001) afirma que esse se tornou um serviço essencial no contexto da urbanização, especialmente para as populações de baixa renda das grandes e pequenas cidades. No entanto, deve-se considerar que tanto as estruturas de circulação quanto as políticas de mobilidade não são isentas de intenções ou consequências sociais, revelando que o planejamento urbano não ocorre de forma neutra. Vasconcellos (2013) ainda menciona que o transporte coletivo de passageiros, em sua maioria, configura-se como um serviço público, caracterizado pela operação regular, com trajetos definidos e tarifas previamente estabelecidas e aprovadas pelas autoridades competentes.

Atualmente o transporte coletivo é ofertado tanto por meio de ônibus como por Kombi. As famílias aproveitam esse meio de transporte para transportar mercadorias e pequenas compras, enfim, usam o transporte para ir ao centro em busca de bens e serviços que não estão disponíveis na comunidade. Importante frisar que só é possível fazer uso desse serviço durante a manhã.

2.4.7 Serviço Postal

Durante a realização da pesquisa, foi identificado que não há serviço postal disponível na comunidade. A ausência da entrega de correspondências e encomendas obriga os moradores a se deslocarem até a agência dos Correios localizada na sede do município, sempre que necessitam retirar qualquer tipo de correspondência, encomenda ou documento.

Esse deslocamento precisa ser realizado por meio de transporte próprio ou por meio do ônibus que opera a linha em direção à cidade nas primeiras horas da manhã. No entanto, tal situação impõe custos adicionais e recorrentes aos moradores, representando um desafio significativo, sobretudo para aqueles com recursos financeiros limitados, que muitas vezes não conseguem arcar com as despesas relacionadas à locomoção até o centro de Manacapuru.

O relato de uma moradora ilustra as dificuldades enfrentadas pela população local diante da ausência desse serviço essencial. Segundo ela, a falta de informações e a ausência de notificação sobre a chegada de um cartão bancário utilizado para o recebimento da aposentadoria causaram uma série de transtornos, em suas palavras ela menciona, "eu não sabia que o cartão já tinha chegado no Correio. Acabou ficando por lá muito tempo parado, até que mandaram de volta. Aí tive que pedir outro,

precisando esperar de novo e tudo isso porque aqui a gente não tem entrega dos Correios".

A situação torna-se mais complexa ao se considerar a realidade de uma parcela significativa da população que não possui familiaridade com o uso de tecnologias digitais. Essa limitação dificulta o acesso a serviços básicos e compromete a autonomia de muitos moradores, especialmente os mais idosos. Em diversos casos, essas pessoas precisam recorrer à ajuda de vizinhos ou familiares para realizar tarefas simples.

2.4.8 Coleta de resíduos sólidos – Bom Jardim

Em Manacapuru, o serviço de coleta de resíduos sólidos (lixo) é realizado regularmente de segunda a sábado, obedecendo a horários previamente estabelecidos e de conhecimento da população. No entanto, essa mesma regularidade não se estende à comunidade Bom Jardim, que, embora esteja inserida oficialmente no perímetro urbano por força de lei, não é contemplada com a mesma frequência e qualidade na prestação desse serviço essencial.

De acordo com relatos de moradores da comunidade, o caminhão responsável pela coleta de lixo realiza o recolhimento apenas uma vez por semana. Em função dessa limitação, os residentes se veem obrigados a armazenar seus resíduos domésticos por vários dias, depositando-os em lixeiras improvisadas (Figura 50) distribuídas ao longo da comunidade. Essa situação compromete a higiene e o bem-estar dos moradores, também favorece a proliferação de ratos e aumenta os riscos referente a saúde.

Figura 50: Coleta de lixo em Bom Jardim



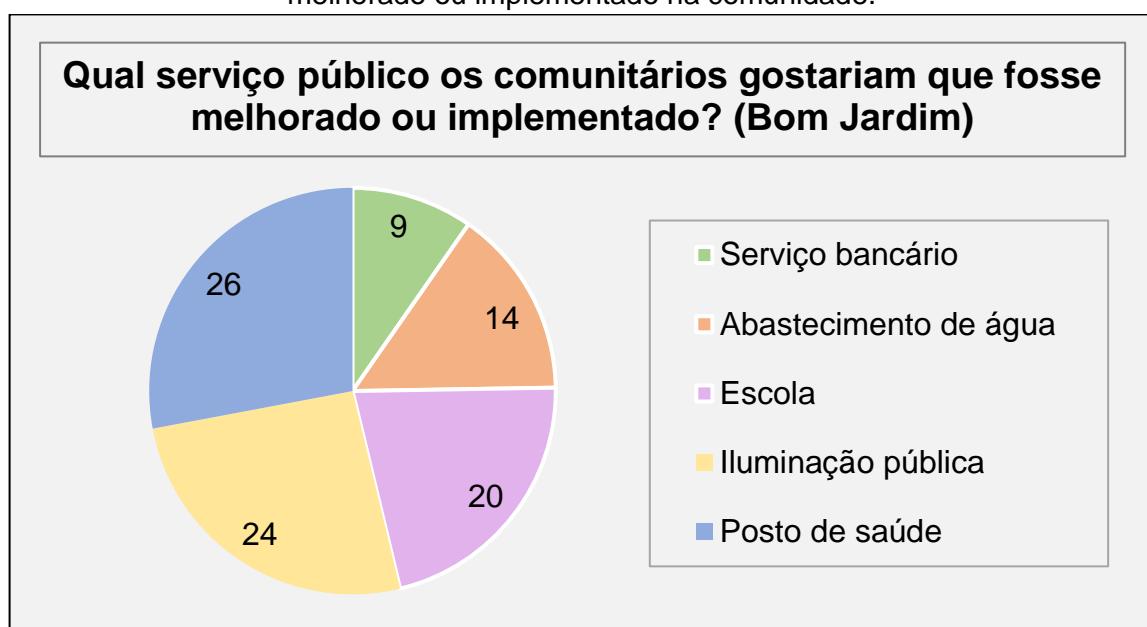
Fonte: Andrade 2025

Diante disso, torna-se evidente a necessidade de uma reavaliação por parte do poder público quanto à cobertura e frequência da coleta de resíduos sólidos em áreas periféricas do perímetro urbano, como o Bom Jardim. É fundamental que os serviços essenciais sejam ofertados de maneira equitativa, considerando as particularidades e demandas de cada território, de modo a garantir condições de vida mais dignas para toda a população.

Alguns moradores afirmam não depender do serviço de coleta, preferem queimar ou enterrar o lixo doméstico. A queimada é uma prática comum em comunidades rurais, principalmente pela dificuldade da destinação adequada aos resíduos. O descarte adequado dos resíduos sólidos domésticos é uma responsabilidade compartilhada entre indivíduos, comunidade e poder público, pois cada família precisa organizar seu descarte para que o órgão responsável possa realizar sua tarefa da melhor forma.

No decorrer das pesquisas foi evidenciado que a comunidade Bom Jardim ainda é carente de serviços públicos em geral. A partir dessas observações questionou-se dos moradores qual serviço os comunitários sentem falta ou é de maior necessidade (Gráfico 08).

Gráfico 08: Demonstrativo dos serviços que os comunitários gostariam que fosse melhorado ou implementado na comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025

Elaboração: Andrade, 2025

As respostas evidenciaram uma comunidade com muitas ausências ou ineficiências. Com base nas informações alcançadas nas pesquisas foi perguntado qual serviço público os comunitários gostariam que fosse melhorado ou implementado na comunidade?

Conforme demonstram os dados do gráfico, o serviço de saúde foi o mais enfatizado pelos participantes. Considerando que esse serviço é ofertado na comunidade vizinha, não seria esperado que apresentasse a maior incidência nas respostas. No entanto, alguns moradores relataram que os atendimentos semanais mencionados anteriormente nem sempre são realizados, sendo frequentemente adiados por diversos motivos. Isso evidencia uma insatisfação não apenas com a frequência do serviço, mas principalmente com a sua qualidade, uma vez que os pacientes se veem obrigados a esperar por períodos desnecessários, o que é especialmente preocupante em um contexto de vulnerabilidade.

O segundo aspecto apontado pelos moradores refere-se à ausência de iluminação pública, não por falhas de manutenção, mas pela inexistência do sistema de iluminação na comunidade. Outro aspecto a ser destacado é o sentimento de insegurança relatado pelos moradores ao se deslocarem durante o período noturno, ao saírem de suas residências para outros locais.

Outro serviço mencionado foi o abastecimento de água. Embora todos os moradores consigam, de alguma forma, captar água — seja por meio de poços próprios ou por acordos com vizinhos, mediante o pagamento de determinado valor — manifestaram o desejo de contar com o fornecimento regular e contínuo realizado pelo poder público, por meio do SAAE. Esse anseio se justifica, principalmente, pelos altos custos relacionados à manutenção dos poços e pelas limitações dos acordos informais, que nem sempre atendem de forma satisfatória e segura às necessidades da população.

A comunidade Nossa Senhora das Graças enfrenta a carência de serviços bancários como um dos desafios do cotidiano. Moradores relatam dificuldades para realizar operações financeiras básicas, sendo obrigados a se deslocar até a sede do município, o que implica custos, perda de tempo e riscos associados ao transporte fluvial. Apesar disso, a presença de sinal de internet estável na região permite o uso de serviços bancários digitais, o que atenua essa carência.

A instalação de um ponto expresso de Banco é vista como uma solução viável para promover maior autonomia financeira e inclusão bancária, especialmente

considerando que muitos moradores dependem de benefícios sociais e transferências bancárias. Nesse sentido, é fundamental que políticas públicas ou parcerias institucionais sejam desenvolvidas para garantir o acesso a serviços financeiros básicos, contribuindo para a redução das desigualdades e melhoria das condições de vida na comunidade.

2.5 ENTRE O CONTÍNUO E O DESCONTÍNUO: ARTICULAÇÕES DAS COMUNIDADES INSERIDAS NO ESPAÇO URBANO DE MANACAPURU

Uma comparação entre as comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim busca de compreender as semelhanças e diferenças entre as duas realidades do ponto de vista dos serviços essenciais ofertados. A análise comparativa dos serviços essenciais revela uma realidade de precariedade comum, mas com nuances específicas que distinguem as condições de vida em cada localidade. A carência de serviços básicos em si não define o meio rural inclusive por estar presente também no urbano. Essas comunidades, embora legalmente inseridas no perímetro urbano, mantêm uma vivência rural, caso a ser evidenciado. Essa comparação evidencia, ao mesmo tempo, elementos de continuidade com o passado rural e descontinuidades impostas pelas novas configurações urbanas.

A análise abrange aspectos essenciais como educação, saúde, transporte, abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica, permitindo uma visão mais ampla e detalhada das condições de vida em cada comunidade. Comparar as duas comunidades é fundamental para evidenciar as particularidades de cada uma, bem como os múltiplos desafios enfrentados por seus moradores, contribuindo para a reflexão sobre políticas públicas mais adequadas e voltadas às especificidades de cada território.

As comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim compartilham semelhanças quanto à oferta de energia elétrica, ambas inseridas em um contexto de precariedade e falhas no serviço. Em Nossa Senhora das Graças, a energia elétrica é disponibilizada a todos os moradores sob a tarifação de consumo rural, apesar de a localidade ter sido incorporada ao novo perímetro urbano.

De maneira semelhante, na comunidade Bom Jardim, o serviço de energia elétrica também é oferecido a todas as residências e sofre com interrupções frequentes. No entanto, diferentemente de Nossa Senhora das Graças, os moradores

não são cobrados pela taxa de iluminação pública, o que está mais condizente com a realidade local, visto que esse serviço também não é oferecido.

Assim, embora ambas as comunidades enfrentem um fornecimento instável de energia elétrica e careçam de iluminação pública, a situação em Nossa Senhora das Graças é agravada pela incoerência na cobrança de uma taxa por um serviço inexistente e pela ausência de atualização na modalidade de tarifação, refletindo a falta de atenção do poder público às transformações administrativas e às reais necessidades da população local.

Sobre o fornecimento e uso da água, as comunidades apresentam formas distintas de acesso à água, fortemente influenciadas por suas condições geográficas e pela ausência dos serviços eficazes de fornecer o abastecimento.

Na comunidade Nossa Senhora das Graças, de característica ribeirinha, muitos moradores fazem uso direto da água do rio tanto para o consumo quanto para as atividades domésticas. Outra parte da população dispõe de poços particulares. No entanto, durante o período de cheia dos rios, a comunidade sofre com a inundação, o que inviabiliza o uso dos poços e obriga a maior parte dos moradores a recorrer exclusivamente à água do rio, mesmo em condições sanitárias inadequadas, o que representa um desafio adicional à saúde e ao bem-estar local.

Na comunidade Bom Jardim, localizada em área de terra firme e não sujeita a alagamentos, o abastecimento de água ocorre majoritariamente por meio de poços particulares. Ao longo dos anos, os próprios moradores viabilizaram a perfuração desses poços, e muitos compartilham a água com vizinhos que ainda não possuem sistema próprio, por meio de arranjos solidários. Assim como em Nossa Senhora das Graças, não há atuação efetiva do poder público na oferta de serviços de abastecimento água, cabendo à própria comunidade suprir suas necessidades básicas.

Em comparação, embora ambas as comunidades enfrentem a ausência dos serviços de forma eficazes e estruturadas voltadas ao fornecimento regular e seguro de água potável, a comunidade Bom Jardim apresenta uma condição mais estável e menos vulnerável, devido à sua localização geográfica privilegiada e estratégica, e ao fato de não ser afetada pelas cheias. Por outro lado, Nossa Senhora das Graças enfrenta um cenário mais delicado e complexo, especialmente nos períodos de enchente, quando os recursos hídricos seguros ou adequados se tornam ainda mais escassos para o consumo.

Na comunidade Nossa Senhora das Graças, o comércio é simples e limitado, com poucos produtos disponíveis, em uma taberna instalada em uma residência e outra em um flutuante à margem do rio, voltadas à venda de estivas e bebidas alcoólicas. Já na comunidade Bom Jardim, há maior presença de atividades comerciais, como pequenos mercadinhos, vendas de alimentos e lanches com serviço de entrega, além de um clube, com funcionamento voltado para lazer, com piscina e campo de grama sintética.

Esses estabelecimentos funcionam como pontos estratégicos de abastecimento emergencial, oferecendo produtos de uso imediato e essencial, como alimentos congelados e itens de higiene básica. Diante da dificuldade de acesso ao centro urbano e da ausência de serviços regulares de transporte, as tabernas tornam-se fundamentais para o cotidiano dos moradores, permitindo suprir necessidades urgentes e minimizar os impactos do afastamento da centralidade urbana. Essa forma de comércio reflete a criatividade e a resiliência das populações, que adaptam seus modos de vida às condições locais para garantir sua subsistência.

Comparando as distintas comunidades no sentido da presença do comércio, é percebido que Nossa Senhora das Graças possui um comércio mais limitado e simplificado, com apenas dois pontos de venda, uma taberna na sala de uma casa e outra em um flutuante à beira do rio e Bom Jardim demonstra maior dinamismo e diversidade nas atividades comerciais.

Além da presença de um número maior de mercadinhos e da oferta mais ampla e diversificada de produtos de primeira necessidade, a comunidade Bom Jardim também se destaca pela comercialização de alimentos preparados e lanches, alguns dos quais são disponibilizados com serviço de entrega domiciliar, o que representa um avanço em termos de comodidade e atendimento ao consumidor local. Adicionalmente, observa-se a existência de uma estrutura voltada ao lazer e à recreação, elementos que indicam um certo grau de organização social e investimento na qualidade de vida da população.

A comparação entre as comunidades analisadas evidencia diferenças significativas tanto no nível de desenvolvimento econômico quanto na diversidade e na acessibilidade dos serviços ofertados. Esses contrastes refletem, em grande parte, as condições geográficas, a infraestrutura disponível e o grau de integração com o centro urbano, influenciando diretamente as oportunidades e o bem-estar dos moradores locais.

As comunidades enfrentam desafios significativos e persistentes no acesso aos serviços públicos de saúde, embora apresentem realidades distintas quanto à infraestrutura disponível e à localização geográfica.

A principal semelhança entre ambas está na precariedade dos atendimentos médicos regulares e na dependência de soluções alternativas para situações emergenciais. Nenhuma das duas comunidades possui atendimento médico diário ou uma estrutura de saúde completa e autônoma, o que evidencia a fragilidade da assistência à saúde nessas localidades.

Contudo, observa-se uma diferença no que diz respeito ao acesso físico aos serviços. Enquanto Nossa Senhora das Graças é ligada por via fluvial, dificultando o transporte de pacientes e o acesso ao hospital no centro urbano, Bom Jardim é conectada à cidade por estrada, o que torna a locomoção mais ágil e menos dependente de fatores climáticos ou da disponibilidade de embarcações como é o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças. Além disso, Bom Jardim se beneficia da proximidade com uma comunidade que possui uma unidade básica de saúde, o que permite um atendimento mais amplo, apesar do serviço ser ofertado com limitações.

Em suma, ambas as comunidades carecem de uma estrutura de saúde adequada e contínua, porém, a comunidade Bom Jardim apresenta condições um pouco mais estáveis e favoráveis devido à sua localização terrestre e à relativa proximidade com serviços médicos básicos. Já Nossa Senhora das Graças sofre intensamente por conta do acesso fluvial e da dependência de condições climáticas, o que torna os cuidados com a saúde ainda mais desafiadores e urgentes de atenção por parte do poder público.

Examinando o cenário atual é percebido a existência de diferentes estratégias adotadas pelos moradores das comunidades diante de situações de emergência médica, refletindo as limitações estruturais do sistema de saúde e as soluções alternativas desenvolvidas localmente. A maior parte dos abordados demonstra uma forte dependência das redes de solidariedade comunitária, recorrendo a vizinhos como forma de garantir socorro mais ágil e eficaz. Esses diferentes posicionamentos revelam a complexidade das dinâmicas locais de enfrentamento às emergências médicas.

As comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim compartilham desafios semelhantes no que diz respeito ao acesso à educação, especialmente

quanto à limitação da oferta educacional e às dificuldades de deslocamento enfrentadas pelos estudantes.

O atendimento educacional está restrito à educação infantil e aos primeiros anos do ensino fundamental, abrangendo o ensino infantil até ao terceiro ano do ensino fundamental I, em regime de multisseriado. Diante dessa realidade de multisseriado é importante a fala de Galvão (2009) ao afirmar que:

Marcado historicamente, o multisseriado é o sistema educacional predominante no meio rural. A caracterização das turmas multisseriadas se dá por ser um espaço único e singular. Dispõe de um único professor para trabalhar com à turma de alunos distribuídos nas várias séries, com idades e ritmos diferentes. Em outras palavras, são um pouco de aluno de cada série, aglomerados em um só ambiente, forma o multisseriado ou a multissérie. A multissérie é a materialização do sistema seriado no campo. Tendo em vista o reduzido número de crianças nas comunidades o governo seria só que de forma precária. As escolas multisseriadas são precarizadas e as políticas não chegam até elas. E quando chegam não condizem com a realidade local, (Galvão, 2009, p. 57).

O sistema multisseriado, predominante nas áreas rurais, caracteriza-se por reunir estudantes de diferentes séries em uma única sala de aula, sob a responsabilidade de um único professor. Essa organização específica, adaptada à realidade de comunidades com poucos estudantes, ocorre geralmente em condições extremamente precárias, marcadas por falta de recursos adequados e políticas públicas insuficientes e inadequadas às necessidades locais. Ao longo da história a modalidade, têm sido negligenciadas, sendo frequentemente colocada em segundo plano, sem alternativas efetivas de melhoria, mesmo diante de suas condições precárias para atender a demanda.

Após estudarem todos as series disponíveis na escola local, os alunos são obrigados a se deslocar para outra comunidade a fim de continuar seus estudos, utilizando transporte fluvial, dado que se trata de uma comunidade ribeirinha. Esse tipo de deslocamento exige um tempo considerável, com impacto na rotina dos estudantes.

De forma semelhante, a comunidade Bom Jardim também possui uma estrutura educacional limitada, com apenas duas salas de aula disponíveis para atender os alunos da educação infantil até a terceira série do ensino fundamental I. Os estudantes que precisam cursar anos subsequentes dependem de transporte terrestre para acessar instituições de ensino localizadas em áreas mais centrais, incluindo o centro

urbano e a Estrada Manuel Urbano. Assim como na comunidade ribeirinha, o trajeto é demorado e exige que os alunos saiam de casa muito cedo para conseguirem chegar no horário adequado à escola.

Apesar das diferenças geográficas (fluvial em Nossa Senhora das Graças e terrestre em Bom Jardim) ambas as comunidades enfrentam obstáculos estruturais semelhantes: a limitação do ensino oferecido localmente e a necessidade de deslocamento para acesso às demais etapas da educação básica. Contudo, é importante destacar o esforço das famílias em garantir que seus filhos tenham acesso à educação, mesmo diante das adversidades logísticas e da precariedade da infraestrutura escolar.

As comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim apresentam realidades distintas no que diz respeito às condições de transporte e mobilidade, refletindo diretamente em seu grau de acessibilidade a serviços e integração com o centro urbano.

Na comunidade Nossa Senhora das Graças, localizada às margens do rio, a mobilidade é extremamente limitada e marcada por grande precariedade. A ausência de ruas e pavimentação obriga os moradores a se locomoverem por caminhos lamaçentos ou a utilizarem embarcações pequenas e tradicionais, como voadeiras, para se deslocar.

O acesso à cidade só é possível por meio de transporte particular ou com auxílio de vizinhos, uma vez que não há linha regular de transporte fluvial para a localidade. Em períodos de chuva intensa e ventos fortes, o risco de acidentes aumenta, impedindo que os comunitários se desloquem com segurança em direção ao porto da cidade.

Por outro lado, a comunidade Bom Jardim possui melhores condições de mobilidade, sobretudo por estar conectada à cidade por meio de estrada. Alguns moradores dispõem de veículos próprios, como motos e carros e a comunidade é atendida por uma linha de ônibus regular que opera de segunda a sábado, facilitando o acesso ao centro urbano. No entanto, dentro da própria comunidade ainda há carência de um sistema interno de transporte coletivo, o que limita a circulação local, especialmente para pessoas com mobilidade reduzida ou sem meios próprios de locomoção.

Enquanto a comunidade Nossa Senhora das Graças enfrenta obstáculos geográficos e estruturais para a mobilidade e o acesso ao transporte, a comunidade

Bom Jardim apresenta uma situação relativamente mais favorável devido à sua ligação terrestre com a cidade e à oferta de transporte público regular. Ainda assim, ambas carecem de políticas públicas que promovam maior acessibilidade e mobilidade interna, de modo a garantir o direito de ir e vir de forma mais segura e eficiente.

Na comunidade Nossa Senhora das Graças, a ausência de coleta de resíduos sólidos está diretamente relacionada à descontinuidade territorial e ao acesso exclusivamente fluvial, o que dificulta a implementação dessas ações por parte do poder público. Já na comunidade Bom Jardim, há a oferta regular do serviço de coleta de lixo, realizado semanalmente. Tal contraste evidencia que fatores como a acessibilidade terrestre e a viabilidade logística exercem influência direta na efetivação dos serviços essenciais.

Nas duas comunidades analisadas, observa-se a ausência do serviço postal prestado pela empresa Correios. Segundo a própria empresa, a indisponibilidade do serviço se deve à falta de estrutura adequada para sua efetiva operacionalização. Com base nas informações coletadas, é possível inferir que, embora o perímetro urbano tenha sido ampliado, a inclusão dessas comunidades com a ausência de serviços públicos básicos, revela uma urbanização que ainda não se concretiza na prática.

Embora ambas as comunidades apresentem características próprias do meio rural, observa-se que a comunidade Nossa Senhora das Graças mantém uma vivência mais intensamente ligada ao contexto rural tradicional. Sua localização ribeirinha, a ausência de abastecimento de água, ineficiência de infraestrutura urbana básica, como ruas pavimentadas, transporte público regular e serviços de saúde ou educação mais estruturados, podem reforçar essa identidade. Por outro lado, essas carências podem ser apenas características de uma área urbana periférica.

A comunidade Bom Jardim, apesar de ainda manter sua vivência vinculada ao rural, demonstra uma relação mais próxima com a dinâmica urbana, sobretudo pela presença de estrada de acesso à cidade, transporte coletivo regular, acesso a serviços e maior facilidade de locomoção. Esse fato facilita a presença de pequenos paredões de som (Figura 51), estrutura de som que só é encontrado no meio ao urbano.

Figura 51: Paredão de som em Bom Jardim



Fonte: Santana, 2025

Pode-se afirmar que Nossa Senhora das Graças conserva de maneira mais evidente os traços de uma vivência rural, enquanto Bom Jardim revela uma transição mais acentuada para aspectos característicos do urbano. As comunidades em questão não apresentam vínculos ou articulações evidentes e consolidadas entre si, funcionando de maneira um tanto isolada e independente em relação uma com a outra. Cada uma mantém uma relação distinta e específica com a área central da zona urbana, especialmente no que diz respeito à comercialização de produtos.

A produção agrícola, a pesca e a venda de ovos, por exemplo, são destinadas exclusivamente à região central da cidade, principalmente sem que esses itens sejam comercializados diretamente nas proximidades das comunidades, o que evidencia uma significativa limitação na circulação de bens e na total integração entre esses espaços.

A análise dos dados revela que, apesar de ambas serem reconhecidas legalmente dentro do perímetro urbano, não fazem parte da área urbanizada, ademais as experiências cotidianas de seus moradores mostram contradições e rupturas (resistências) entre o que é instituído pela lei e o que é vivenciado na prática. Nossa Senhora das Graças preserva fortemente uma vivência rural tradicional, exerce uma função mais produtiva, sendo responsável por parte da produção agrícola que abastece a sede cidade, com uso do solo voltado à economia rural, com infraestrutura frágil e descontinuidade em relação a sede da cidade. Bom Jardim, embora mantenha

traços rurais, evidencia uma crescente inserção na lógica urbana, favorecida por sua localização geográfica estratégica e estrutura física mais desenvolvida. A comunidade mantém vínculos com o meio rural, onde parte significativa dos moradores desenvolve atividades agrícolas e vive da própria produção. No entanto, há também uma parcela da população que reside na comunidade, mas trabalha na cidade ou em granjas instaladas na própria comunidade, com vínculo empregatício formal. Para esses, a comunidade assume uma função predominantemente residencial, especialmente entre os novos moradores que buscam uma vida mais tranquila. Por essa razão, admite-se esse também poder ser um espaço periférico do urbano.

Em contraste, a comunidade Nossa Senhora das Graças apresenta uma função mais voltada à produção, com maior presença de atividades agroextrativistas e vínculos intensos com práticas tradicionais do campo. Nessa comunidade, a economia gira principalmente em torno da agricultura familiar e da comercialização direta da produção local, o que reforça sua identidade rural mesmo inserida no espaço urbano. As características rurais, nesse caso, predominam em função das atividades econômicas que realizam.

A relação dessas comunidades com o centro urbano se dá de forma indireta e, por vezes, desarticulada. A produção de alimentos e outros produtos, embora destinada ao centro da cidade, não circula localmente, o que demonstra uma descontinuidade na integração socioeconômica entre os territórios.

Cada comunidade segue sua lógica própria de organização, com vínculos frágeis e pouco estruturados com o restante do tecido urbano da cidade, e marcada pela ausência de políticas públicas que levem em consideração as particularidades de cada comunidade aqui apesentada.

Nas últimas décadas, o espaço rural tem tido transformações significativas que vão além de mera expansão urbana, refletindo melhorias na infraestrutura, na diversificação econômica e no acesso a serviços essenciais. Tais mudanças têm contribuído para o aprimoramento da qualidade de vida das populações rurais, permitindo a permanência das famílias no campo, resistindo em prol de subsistência e bem-estar. A incorporação de novas tecnologias, o fortalecimento da agricultura familiar e a ampliação do acesso à educação, saúde e transporte configuram um processo de modernização interna do espaço rural, evidenciando um desenvolvimento territorial que ocorre no meio rural, sem implicar necessariamente em migração para áreas urbanas.

Por fim, a situação das comunidades expõe a tensão entre permanência e mudança, entre o rural que resiste e o urbano que de forma avança sem planejamento adequado. A urbanização imposta por critérios meramente legais não se traduz em melhorias concretas para os moradores. A compreensão dessas realidades demonstra a necessidade de formulação de políticas públicas sensíveis às características locais, capazes de promover uma transição mais justa e efetiva entre o espaço rural e urbano.

O reconhecimento legal da comunidade como parte do perímetro urbano não assegura, sua completa integração à cidade. A análise revela desigualdades estruturais, dinâmicas territoriais distintas e fragilidades na articulação entre a comunidade e a sede do município. Nesse contexto, é necessário repensar o planejamento urbano a partir da complexa realidade local, considerando as especificidades socioeconômicas e culturais de cada comunidade. A superação das desigualdades territoriais exige não apenas o reconhecimento institucional, mas ainda o fortalecimento de políticas públicas inclusivas, que promovam a conexão espacial, o acesso aos serviços e o desenvolvimento da comunidade.

A modernização do espaço, com a chegada de alguns elementos usados na cidade, é um momento do que já estava apresentado, uma vez que faz tempo que as comunidades são modernas. As sociedades rurais tradicionais possuíam aspectos singulares do moderno, ajustadas às suas necessidades e contextos particulares. A modernidade não se resume à presença de tecnologia ou infraestrutura citadina, também se manifesta nas práticas, valores e modos de vida de uma comunidade. As comunidades rurais tradicionais podem ter criado soluções criativas e eficazes para os desafios que precisavam enfrentar, o que pode ser considerado moderno no seu contexto.

Tendo em vista que as comunidades rurais, foram incluídas no perímetro urbano, evidenciou-se a necessidade de aprimorar os serviços oferecidos em diversas frentes, tais como: infraestrutura, saúde, educação, segurança, serviços sociais e econômicos. No que diz respeito à infraestrutura, é essencial garantir acesso os serviços básicos, como o abastecimento de água, de energia elétrica e o saneamento, além de desenvolver sistemas de transporte e seguros. A conectividade é crucial, como o acesso à internet e telefonia móvel de alta qualidade. Assim como melhorias nos serviços de saúde, educação e economia. Esses serviços são requeridos tanto

no rural como no urbano, pois, ao observarmos as cidades como um todo, há lugares, a exemplo das favelas, que precisam de melhorias consideradas básicas.

Cada comunidade tem características particulares, que refletem em suas necessidades, demandas e prioridades. Nesse sentido, torna-se fundamental que a formulação e a implementação de políticas públicas considerem essas especificidades, de modo a evitar soluções genéricas que não correspondam à realidade vivenciada pela população. Os serviços, sejam eles de infraestrutura, saúde, educação, devem ser planejados de forma contextualizada, respeitando a diversidade sociocultural e territorial de cada localidade. Assim, o atendimento às comunidades torna-se mais efetivo, garantindo não apenas o acesso a direitos básicos, também a valorização das práticas, saberes e modos de vida que as constituem.

A precariedade das condições de infraestrutura e serviços não se restringe às áreas rurais. Embora as comunidades recentemente incorporadas ao perímetro urbano ainda enfrentem desafios relacionados ao acesso a serviços públicos e à consolidação de equipamentos urbanos, essa realidade também se manifesta em outras partes da cidade. A carência de saneamento básico, a irregularidade no fornecimento de energia elétrica, as vias não pavimentadas e a ausência de equipamentos coletivos são problemas que atravessam diferentes territórios urbanos, evidenciando que a precariedade é um fenômeno estrutural e não exclusivo do espaço rural. Tanto nas áreas centrais quanto nas periferias, as desigualdades na distribuição dos serviços urbanos revelam um padrão histórico de planejamento desigual.

Nas comunidades de Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, a integração com a cidade de Manacapuru ocorre de forma contínua, sendo fortemente mediada pelo transporte fluvial e terrestre. As voadeiras ainda constituem o principal meio de deslocamento, especialmente para o transporte de pessoas e mercadorias até o centro urbano na comunidade Nossa Senhora das Graças. Em Bom Jardim o acesso acontece principalmente por estrada, que, possibilita a circulação diária. Essa dinâmica de mobilidade reforça a interdependência entre os espaços rural e urbano, evidenciando que, mesmo em áreas periféricas, as comunidades participam das práticas econômicas e sociais de Manacapuru, redefinindo suas relações territoriais.

Considerando o exposto, pode-se afirmar que as comunidades investigadas também são periferias, com uma população de baixa renda, os ambientes apresentam-se predominantemente marcados pela precariedade, embora não se limitem a essa característica. Nesses locais, desenvolvem-se vínculos sociais

contínuos que participam da construção e da renovação do espaço. Portanto, é essencial compreender os espaços periféricos não só pelas ausências que revelam, também pelos recursos e potencialidades que possuem.

CAPITULO 3 – A DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DA RENDA NAS COMUNIDADES SOB OS EFEITOS DA LEI DE EXPANSÃO DO PERÍMETRO URBANO DE MANACAPURU

Neste capítulo foi realizada uma averiguação quanto a implementação de novos equipamentos de infraestrutura por parte do poder público a fim de promover melhorias na qualidade de vida dos comunitários inseridos no perímetro de expansão. Também se pretende a compreensão dos tipos de atividades econômicas realizadas, bem como o consumo nos espaços. Sem deixar de lado as transformações e permanências nas Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, nem a diversidade das atividades econômicas relacionadas, convém dar ênfase ao papel do camponês ribeirinho. Admite-se aqui a possibilidade do conceito de camponês contribuir para a compreensão da realidade ribeirinha da Amazônia.

3.1 DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS À OCUPAÇÃO LABORAL E TERRITORIAL

Geralmente, os conceitos procuram estabelecer diretrizes gerais sobre determinados temas, onde os parâmetros estabelecidos nem sempre refletem com precisão a complexidade da realidade social, econômica e cultural em que esses grupos estão inseridos.

“Podemos falar de um "mundo" camponês, não no sentido de que a realidade camponesa constitui um "mundo" isolado, mas por causa de sua variedade, riqueza e de suas características próprias”

O conceito de camponês é utilizado como uma ferramenta analítica importante para estudar e interpretar a realidade dos grupos sociais observados. Ele ajuda a compreender as especificidades do modo de vida dessas pessoas, levando em conta tanto as dinâmicas internas dentro da comunidade camponesa quanto as interações complexas que elas estabelecem com indivíduos, instituições e outros grupos externos a esse contexto. Isso permite uma visão mais aprofundada sobre suas práticas, relações sociais, organização comunitária e desafios cotidianos. Shanin (1980) menciona que:

Os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas, os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não

camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social. O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses, (Shanin 1980, p. 75).

Segundo Shanin, o camponês não deve ser entendido como sujeito isolado ou autossustentável, e sim como parte de um amplo contexto social. Sendo essencial considerá-lo em suas relações, tanto dentro de sua comunidade quanto com indivíduos externos.

O destaque é a relação complexa entre o camponês e o capitalismo na Amazônia. Embora o avanço do capitalismo tenha contribuído para a formação e transformação do campesinato na região, ele também impõe uma exploração predatória constante sobre essas comunidades.

No entanto, apesar dessa exploração, os camponeses conseguem se fortalecer em alguns aspectos importantes, mantendo sua identidade e organização como classe, mesmo que sejam identificados por diferentes nomenclaturas ao longo do tempo. Isso evidencia tanto a resistência quanto a adaptação gradual dessas populações diante das mudanças econômicas e sociais.

Queiroz (1973) aponta duas formas principais de definir o camponês. Do ponto de vista econômico, caracterizando como alguém que cultiva para o próprio consumo, embora possa vender o excedente da produção. Sob a perspectiva sociológica, o camponês é visto como parte de um grupo social subordinado dentro da estrutura política, econômica e social de uma sociedade mais ampla. Isso sugere que sua posição está marcada por limitações e dependências em relação a outros setores da sociedade. Nem sempre ele é o dono de suas terras, por vezes o local de trabalho é em forma arrendamento ou parceria.

O camponês também desenvolve outras atividades juntamente com a agricultura, visando unicamente a sobrevivência e o sustento diário de sua família. Somente quando sua produção excede a demanda de subsistência é que se destina o produto à venda, principalmente ao se tratar da quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar na unidade familiar e da necessidade de complementar a renda doméstica.

Chayanov (1974, p. 47) salienta que a composição familiar influencia diretamente os limites da atividade econômica realizada no domicílio, definindo sua

capacidade mínima e máxima de produção. A força de trabalho depende da quantidade de membros disponíveis e capacitados. Assim, quanto maior o número de pessoas aptas ao trabalho na família, maior tende a ser a produtividade. A organização interna do grupo familiar é fundamental para o desempenho econômico da unidade.

Compreender essa dinâmica significa reconhecer o modo de vida do camponês, que, embora inserido em um sistema econômico mais amplo, consegue se desenvolver seguindo uma lógica própria e distinta. A esse respeito, Oliveira (2014) menciona que:

Na Amazônia, essa relação do camponês com o capitalismo é mais que contraditória, pois ao mesmo tempo em que o campesinato é resultado do próprio avanço capitalista sobre a região, ele é explorado pelo avanço predatório desse sistema, e contradiatoriamente consegue se fortalecer em alguns aspectos como classe camponesa, mesmo que essa população apareça com novas nomenclaturas, (Oliveira, 2014, p. 19).

Esse contraste evidencia claramente a lógica do capitalismo em oposição à dinâmica de trabalho da família camponesa. Enquanto o capitalista busca investir nos setores mais rentáveis para elevar ao máximo seus lucros, a família camponesa trabalha até atingir um equilíbrio entre esforço e necessidade de consumo familiar. Ou seja, ela não visa acumulação ilimitada ou grandes riquezas, mas sim garantir sua subsistência digna e manter sua unidade produtiva funcionando de forma contínua. Assim, ao alcançar esse ponto de equilíbrio, ela interrompe o trabalho excedente, pois seu objetivo principal não é o lucro, mas a reprodução de seu modo de vida (Almeida, 2006).

Importante a afirmação de Witkoski (2010), ao mencionar que o modo de vida camponês na Amazônia é marcado por uma relativa autossuficiência, especialmente ao se referir à alimentação, onde os ingredientes básicos de sua dieta dependem diretamente da produção familiar, envolvendo pesca, caça e agricultura diversificada. Muito embora nem tudo seja produzido nas unidades camponesas, como alguns tipos de alimentos, ferramentas e utensílios, esses itens são adquiridos no mercado mais próximo, obtidos por meio da renda gerada através das vendas do excedente da produção agrícola e pesqueira local.

Por meio do (Quadro 06) é facilitado entendimento da produção camponesa e sua caracterização e articulação desses elementos estruturantes.

Quadro 6: Elementos que caracterizam a produção camponesa

Elementos	Características
Força de trabalho familiar	É o motor do processo de trabalho na unidade camponesa; a família camponesa é um verdadeiro trabalhador coletivo.
Ajuda mútua entre os camponeses	É a prática que eles empregam para suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar; entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles; esse processo aparece em função de os camponeses não disporem de rendimentos monetários necessários para pagar trabalhadores assalariados
Parceria	É outro elemento da produção camponesa decorrente da ausência de condições financeiras do camponês para assalarilar trabalhadores em sua propriedade; assim ele, ao contratar um parceiro, divide com ele custos e ganhos; [...] a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente aumentar suas rendas
Trabalho acessório	É o meio através do qual o camponês transforma-se, periodicamente, em trabalhador assalariado, recebendo, via de regra, por período de trabalho; essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa.
Jornada de trabalho assalariada	Aparece na unidade de produção camponesa como complemento da força de trabalho familiar em momentos críticos do ciclo agrícola, nos quais as tarefas exigem rapidez e muitos braços; essa força de trabalho assalariada na unidade camponesa pode, em determinados momentos, começar a ser permanente, e o camponês passa, então, a combinar as duas forças de trabalho, a familiar e a assalariada.
Socialização do camponês	É importante elemento da produção camponesa, pois é através dela que as crianças são iniciadas, desde pequenas, como personagens da divisão social do trabalho no interior da unidade produtiva; quando criança camponesa é pequena, brinca com miniaturas dos instrumentos de trabalho; quando é criança crescida, já trabalha com esses instrumentos
Propriedade da terra	É na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diversa da propriedade privada capitalista (a que serve para explorar o trabalho alheio); na propriedade familiar se está diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração; nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês-proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)

Propriedade dos meios de produção	Exceto a terra, na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, portanto, mercadorias, e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas.
Jornada de trabalho	É outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista; a jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados; assim, combinam-se períodos de pouco trabalho (muito tempo livre, quando então o camponês pode desempenhar um trabalho acessório ou produzir instrumentos de trabalho) e períodos de trabalho intenso (quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais da jornada de trabalho).
Variedade de cultivos	A variedade de cultivos é um fator positivo para o camponês, pois há maior possibilidade de os camponeses se apropriarem da renda gerada internamente (PAULINO, 2006, p.112).

Fonte: Oliveira (2007) e Paulino (2006).

Organização: Dilson Nascimento, 2015.

Analizando o exposto, comprehende-se que o campesinato é uma forma de expressão de uma atividade econômica, ao mesmo tempo que pode ser entendido como um modo de vida, especialmente ao analisar a história dos camponeses-ribeirinhos. Principalmente ao entender como esses grupos têm se adaptado às mudanças impostas pelo capitalismo, ao mesmo tempo em que preservam suas tradições, costumes e formas de organização comunitária. Suas práticas culturais são entendidas como expressões de resistência, pois, frente a todas as mudanças eminentes, este buscou se adaptar, demonstrando a capacidade de manter viva sua identidade mesmo diante das transformações externas e dos desafios contemporâneos.

A agricultura entre as populações ribeirinhas do Amazonas tem sido historicamente concebida como uma atividade de suporte ao extrativismo, que ocupa o papel central na economia tradicional dessas comunidades locais. Nesse contexto, os roçados, as pequenas áreas de cultivo abertas na floresta, representam práticas agrícolas marcadas pela transitoriedade e pelo baixo impacto ambiental. Cruz (2007) salienta que:

O hábito de “botar roçado” é muito antigo na várzea da Amazônia, na qual os camponeses-ribeirinhos herdaram dos seus antepassados indígenas. Quando os camponeses-ribeirinhos começaram a se estabelecer na várzea de Manacapuru, no rio Solimões, o local

preferido para a preparação e instalação da roça foi o topo da restinga frontal em áreas por trás da casa de moradia, (Cruz, 2007, p.87).

Segundo Hiraoka (1993), a produção oriunda desses roçados atende prioritariamente às necessidades de subsistência das famílias, embora parte possa ser destinada à venda em pequena escala local. Essa forma de agricultura reflete uma estratégia adaptativa dos ribeirinhos, que conciliam a manutenção dos modos de vida tradicionais com o uso responsável e equilibrado dos recursos naturais. Hiraoka (1993, p. 138) afirma que:

Além das culturas comerciais como cana-de-açúcar, arroz, itens como feijão, milho, jerimum, quiabo, gergelim, melancia e macaxeira eram geralmente intercalados nos roçados. O costume era diversificar o número de espécies e variedade nos campos de cultivo. Os preparativos para cada roçado eram climaticamente determinados, mas as combinações de plantas variavam entre roçados e habitantes, (Hiaoka, 1993, p. 138).

Nas comunidades ribeirinhas, o cultivo agrícola combinava espécies comerciais e alimentos de subsistência. A diversidade nos roçados garantia segurança alimentar, estabilidade produtiva e adaptação ao ambiente. As escolhas de plantio variavam conforme o clima, a fertilidade do solo e o saber tradicional dos agricultores, transmitido entre gerações.

Entretanto, os ribeirinhos exercem múltiplas funções, dedicando-se à pesca, ao extrativismo e à agricultura, de acordo com as variações sazonais do nível dos rios. Esses camponeses, que herdaram saberes indígenas e desenvolveram práticas próprias ao longo do tempo, construíram um modo de vida profundamente adaptado ao ambiente natural.

Seu cotidiano está diretamente ligado ao uso equilibrado dos diferentes espaços da floresta e das áreas alagáveis. O conhecimento acumulado por essas populações sobre a várzea amazônica é profundo e específico, resultado de gerações de convivência com o meio. Por isso, desempenham um papel essencial na manutenção e no uso sustentável desses territórios (Souza, 2010).

Pode-se afirmar que, nesses contextos, há uma relação de complementaridade entre o ser humano e o ambiente natural, evidenciando uma conexão simbiótica entre cultura e natureza. A interação constante e, por vezes, desafiadora entre as atividades

humanas e os elementos da natureza se insere de forma harmoniosa ao ritmo do ciclo que caracteriza o ciclo anual das áreas de várzea amazônicas.

Ao se fixarem nas regiões, os camponeses-ribeirinhos iniciaram o cultivo da terra por meio de roçados. Além disso, passaram a exercer atividades como a caça e a coleta de recursos naturais, utilizando o espaço de forma produtiva e sustentável. Dessa maneira, encontraram nessas áreas uma fonte de sustento, extraíndo delas os meios possíveis para sua sobrevivência e geração de renda. Entende-se que essa realidade permanece, mas, com diferenças entre as comunidades. Na comunidade Nossa Senhora das Graças, essas práticas tradicionais — como os roçados, a pesca e a coleta — ainda se mantêm com poucas mudanças. Na comunidade Bom Jardim, percebe-se uma transformação maior nas formas de uso do território e nas atividades produtivas, devido às adaptações às condições socioeconômicas atuais.

O termo ribeirinho utilizado por Cruz (2007) foi uma opção de uso por se tratar da melhor terminologia para se referir às pessoas que vivem às margens dos rios, incluindo aqueles que moram em casas flutuantes ou palafitas. Cruz (2007) também optou por utilizar o termo camponês junto a ribeirinho, formando a expressão “camponês-ribeirinho”, a qual também será adotada no atual estudo, por acreditar ser essencial ressaltar a ligação das comunidades com os rios e como essa relação está diretamente associada ao seu modo de vida camponês.

Para Nascimento (2016), o camponês-ribeirinho mantém uma estreita relação com a terra, onde constrói sua casa e realiza o trabalho familiar, também com a água (rios, lagos, igarapés, paranás), que é essencial para sua alimentação, economia, transporte e escoamento de sua produção, além de contribuir para a fertilidade do solo e o equilíbrio ecológico regional.

O camponês-ribeirinho, ao longo do tempo, desenvolveu particularidades que marcam seu modo de vida. Essas especificidades resultam da interação contínua com o ambiente amazônico e da incorporação de saberes tradicionais, que moldam suas práticas produtivas, conforme destacado por Nascimento (2016) ao mencionar que:

Entre os principais elementos que caracterizam o modo de vida camponês-ribeirinho desenvolvido historicamente na Amazônia estão: a) o trabalho familiar: constitui a principal força de trabalho nas unidades domésticas camponesas, desempenhado ao longo de diversos períodos históricos permitindo a (re)produção desses camponeses; b) propriedade dos meios de produção: a existência de famílias que trabalham livremente suas terras, estas com disponibilidade para atividades agrícolas e extractivas; c) a

religiosidade – seja baseada na cultura cristã europeia, seja baseada na cultura indígena local – em torno da organização promovida pela Igreja nas comunidades rurais, também se encontra atrelada grande parte da vida social do ribeirinho; d) a vida em comunidade: a qual se vincula também às relações de parentesco, sendo fundamentais para garantir o acesso e o controle sobre os recursos naturais usufruídos pelos camponeses que vivem às margens dos rios, lagos, furos, paranás, igarapés, etc.; e) relação com a sociedade mais ampla: a exemplo de sua relação com o mercado, uma das formas de estabelecimento de trocas, da qual deriva parte de sua subordinação (Nascimento, 2016, p. 28).

Em suma o modo de vida camponês-ribeirinho na Amazônia é historicamente construído pautado no trabalho familiar, no uso livre da terra, na combinação entre agricultura e extrativismo, na religiosidade e na vida comunitária. Suas relações com o mercado também revelam uma certa dependência externa.

3.2 A PRODUÇÃO E O CONSUMO: TRABALHO E RENDA NA VIDA DAS COMUNIDADES

A seguir será detalhado as atividades geradoras de renda que desenvolvidas nas comunidades. Algumas fontes de renda, entretanto, são externas às atividades tradicionais como é o caso das aposentadorias, benefícios do governo federal, Bolsa Família, e ainda os acordos prévios entre igreja e pastores.

As aposentadorias e o Bolsa Família são exemplos desse tipo de renda, pois o programa social do governo federal é relevante nas comunidades ao oferecer recursos financeiros mensais a famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica. Assim, o Bolsa Família não apenas auxilia no bem-estar imediato dos moradores, como movimenta a economia, fortalece os laços comunitários e promove desenvolvimento social de forma contínua e significativa. Entretanto, é observado que nas duas comunidades não há dependência financeira unicamente no Bolsa Família e nas aposentadorias, pois os comunitários continuam com suas práticas voltadas à agricultura, à pesca e à agropecuária, detalhadas a seguir.

Outra fonte de renda é proveniente dos pastores, que recebem mensalmente um valor fixo, configurando-se como um recurso adicional que contribui para dinamizar e manter a economia local. Os profissionais da educação que residem nas comunidades e nelas exercem suas atividades cotidianas formam um grupo específico a receber renda diferenciada nas comunidades. Esses trabalhadores recebem seus

salários mensalmente e, mesmo sendo poucas pessoas, contribuem de forma relevante para fortalecer a dinâmica econômica e social local.

3.2.1 Agropecuária na comunidade Nossa Senhora das Graças

As áreas de várzea se destacam por possuírem os solos mais férteis de toda a imensa Bacia Amazônica. Essa fertilidade é resultado do processo natural de inundações anuais, que transportam e depositam sedimentos. A cada cheia, forma-se uma nova camada de solo rico em nutrientes, trazendo renovação à terra e a torna altamente produtiva para a agricultura e outras atividades tradicionais de subsistência. Com a renovação do solo, cria-se o ambiente ideal para o plantio de diversas culturas presentes na comunidade (Figura 52).

Figura 52: Diversidade de cultivos



Fonte: Andrade, 2024.

Souza (2010) menciona que ao contrário das terras firmes, as áreas de várzea na Bacia Amazônica apresentam solos mais férteis. Essa fertilidade é resultado das inundações anuais, que depositam sedimentos ricos oriundos da cordilheira dos Andes. A cada cheia, uma nova camada de solo é formada, renovando os nutrientes disponíveis. Esse processo natural torna a várzea especialmente propícias à agricultura.

Na comunidade é encontrado plantio de macaxeira, mandioca, banana, cebolinha, cheiro verde, batata doce, milho, goiaba, abacaxi, limão, açaí, pupunha, manga, maxixe, pimenta de cheiro e malva, algumas dessas culturas são cultivadas em formato de consórcio. Segundo Witkoski (2007), consórcio é uma forma de cultivo adotada pelos camponeses com o objetivo de aproveitar melhor o espaço disponível para a agricultura, já que as áreas destinadas ao plantio são limitadas, além de contribuir para o controle de determinadas pragas.

A produção camponesa-ribeirinha é destinada principalmente a subsistência da unidade familiar e o excedente é vendido na cidade, na feira do produtor, a qual acontece terça e quarta no centro. Outros levam até o cais do porto e vendem aos atravessadores, essa é uma prática comum entre produtor e marreteiro. Também é comum encontrar em outros dias da semana comunitários vendendo produto no cais e em ruas próximas.

Geralmente, os roçados estão localizados no entorno das casas, de fácil acesso. Interessante ressaltar o que Souza (2010) menciona sobre a diferenciação de sítio e roça. Inicialmente, pode-se ter a impressão de um espaço homogêneo. No entanto, ao se falar em roça, refere-se, sobretudo, ao cultivo de espécies de ciclo curto, mais suscetíveis às variações do regime de cheias e vazantes, como mandioca, milho, jerimum, melancia, juta e malva. Presume-se que essas plantações estejam localizadas nas áreas mais baixas do terreno, onde o solo precisa ser preparado antes do plantio.

Souza (2010) destaca que os ciclos naturais de enchente, cheia, vazante e seca influenciam fortemente a paisagem dos sítios, afetando diretamente a produção agrícola e o modo de vida familiar. Essas variações sazonais definem o ritmo das atividades produtivas, começando com a subida das águas, que marca o início de um novo período de adaptação, reorganização do trabalho e início das colheitas de produtos de produção mais rápida, como a melancia.

O cultivo da malva no estado do Amazonas encontrou nas várzeas de águas barrentas um ambiente ideal para seu desenvolvimento, devido às condições naturais favoráveis dessas áreas. Cruz (2007, p. 87) “considerar que essa área, antes da introdução dessas culturas na várzea amazônica, não era utilizada para a agricultura, sendo domínio da floresta de restinga e de igapó”. No entanto, a introdução e a expansão da malva estiveram historicamente vinculadas à cultura da juta, que chegou antes à região e abriu caminho para o cultivo da malva.

O cultivo da malva teve início em 1970 no estado do Pará, sendo introduzida no Amazonas a partir de 1971, atingindo 1.750 toneladas na primeira produção (Medeiros e Fraxe, 2008). Assim, a trajetória da malva no Amazonas está relacionada à presença prévia da juta, com a qual compartilha tanto o ambiente produtivo quanto a dinâmica econômica e social das várzeas. A malva é usada principalmente para produção de sacaria e embalagens para café e batata (Souza, 2010).

A malva ainda é cultivada por alguns moradores da comunidade (Figura 53). Em décadas anteriores, o plantio dessa fibra era comum, realizado por diversas famílias. Entretanto, com a desvalorização do preço da fibra e as condições de trabalho associadas ao cultivo e processamento, muitas vezes insalubres e perigosas, um número significativo de famílias abandonou essa atividade. Atualmente, o cultivo da malva resiste de forma reduzida, mantido por alguns produtores que buscam preservar essa tradição agrícola, apesar dos desafios enfrentados.

Figura 53: Desfibramento da malva



Fonte: Andrade, 2025

O plantio da malva, em geral, é realizado pelo chefe da família, aproveitando o período em que as águas dos rios começam a baixar e a terra se torna acessível para o cultivo da fibra de forma organizada e planejada. Esse momento é estrategicamente escolhido para garantir melhores condições de plantio, crescimento saudável e desenvolvimento adequado da cultura. Na fase de corte, o trabalho é predominantemente executado por homens adultos, devido à exigência física intensa da atividade, à necessidade de força e resistência e aos riscos consideráveis envolvidos. Essa etapa ocorre, em grande parte, dentro d'água, o que torna a tarefa ainda mais perigosa e exige cuidados redobrados, atenção constante e experiência por parte dos trabalhadores.

O trabalhador, conhecido como malveiro, realiza o corte das hastes da malva e as agrupa em pequenos feixes, que são deixados submersos para o processo de afogamento, garantindo melhor qualidade da fibra. Após o tempo necessário, inicia-se a extração das fibras, dando continuidade à cadeia produtiva, muitas vezes em condições adversas e com exposição a diversos perigos naturais e ambientais.

Por vezes, esse processo requer o auxílio de mão de obra contratada, uma vez que se trata de uma atividade demorada, exaustiva e fisicamente desgastante. Um fator complicador adicional é o fato de o malveiro permanecer exposto por longos períodos à água, aumentando o risco de picadas de animais peçonhentos, acidentes e a possibilidade de contrair doenças infecciosas, decorrentes do excesso de tempo necessário para a realização do desfibramento.

Essa condição aumenta significativamente os riscos à saúde, incluindo a possibilidade de picadas de animais peçonhentos, como cobras e arraias, além da vulnerabilidade ao surgimento de doenças relacionadas à umidade, à contaminação e ao contato contínuo com ambientes alagados. Assim, a produção da malva não apenas requer técnica, força e resistência física, mas também envolve riscos complexos que afetam diretamente a integridade, segurança e bem-estar dos trabalhadores envolvidos.

Após as etapas de afogamento e desfibramento, os materiais são retirados da água e dispostos para secagem (Figura 54). Depois desse processo, a fibra seca é organizada em fardos, e a partir desse momento, são preparados, acondicionados cuidadosamente e destinados à comercialização.

Figura 54: Processo de secagem da malva



Fonte: Pautasnaweb, 2012

Geralmente, esse processo de secagem é realizado nos quintais das residências. Witkoski et al. (2011, p. 197) afirma que a “secagem da fibra de malva nos varais é característica marcante das propriedades onde se pratica a produção. A malva, nesse período, exala um odor desagradável, o que torna sua manipulação bastante desconfortável”. Referente ao processamento da fibra, Cruz (2007, p. 107) salienta que quando a “juta/malva já estiver totalmente seca, é realizado o processo de enfardamento, que consiste em amarrar os feixes de fibra em fardos de sessenta ou setenta quilos, em média”. Essa produção é vendida na própria comunidade.

Dentre os principais desafios enfrentados pelos malveiros, durante as etapas de produção da malva na comunidade, estão os riscos associados ao corte das plantas e o afogamento da malva, que expõem os trabalhadores ao contato com animais peçonhentos como cobras, aranhas, arraias e poraquês, representando perigo constante.

Além dos riscos ambientais mencionados, a atividade de cultivo e beneficiamento da malva impõe sérios impactos à saúde dos trabalhadores rurais. Entre os problemas mais recorrentes estão as dores nas costas, dores de cabeça frequentes e o reumatismo, muitas vezes ocasionadas pela exposição contínua ao sol intenso durante longas jornadas de trabalho. Soma-se a isso o contato prolongado com a água do rio, o que pode provocar diversas doenças de pele e agravar condições preexistentes.

Esses fatores revelam o caráter físico e exaustivo do trabalho realizado pelos malveiros, também as difíceis condições às quais estão submetidos, muitas vezes sem acesso a medidas adequadas de proteção ou acompanhamento regular de saúde.

Durante uma conversa informal com um dos produtores de malva, foi mencionado que muitos moradores da comunidade abandonaram o cultivo dessa planta devido às dificuldades associadas ao seu manejo. Segundo o relato, além de ser uma atividade extremamente exaustiva e arriscada, os baixos preços pagos pelo produto final não compensam o esforço despendido.

Outro fator apontado é o envelhecimento dos primeiros agricultores que iniciaram essa prática na comunidade; atualmente, muitos deles estão idosos e não têm mais condições físicas adequadas de continuar o trabalho. Ao mesmo tempo, os jovens demonstram pouco interesse em dar continuidade à atividade, preferindo ocupar-se em outras áreas que ofereçam melhores condições de trabalho e menos riscos à saúde. Essa mudança de perfil entre as gerações revela uma tendência crescente de abandono da cultura da malva, colocando em risco a continuidade dessa prática tradicional.

Embora a cultura da malva esteja em declínio, devido ao envelhecimento dos agricultores e à falta de interesse das novas gerações, outras práticas tradicionais seguem fortalecidas nas comunidades, como é o caso da produção de farinha. Essa atividade permanece valorizada e representa a continuidade de saberes transmitidos de geração em geração, mantendo vivos os laços culturais com a terra.

A produção da farinha é realizada em pequenas propriedades familiares, onde a agricultura é conduzida com dedicação. Um aspecto desse processo é a ausência de agrotóxicos, o que garante a qualidade do produto final. A farinha é mais do que um simples ingrediente; é um símbolo da identidade cultural do Amazonas, presente em diversas receitas e celebrações, como é o caso da comunidade Nossa Senhora das Graças que realizam a festas a farinha.

O sabor e textura da farinha são resultado direto do método artesanal de produção. Reflete as práticas agrícolas e valoriza a rica herança cultural da região. O processo começa no plantio da mandioca-brava, uma variedade que tem toxinas perigosas, elas serão neutralizadas somente ao longo do preparo. Depois de um ano embaixo da terra, a mandioca está pronta para a colheita. A farinha é produzida em casa de farinha artesanais, com construção rústica (Figura 55).

Figura 55: Casa de farinha da comunidade Nossa Senhora das Graças e o trabalho de raspagem da mandioca realizado por mulheres



Fonte: Andrade, 2024

O processo de produção da farinha de mandioca tem início com a etapa de raspagem, que consiste na retirada da casca da raiz para prepará-la para o processo de imersão em água, conhecido como "colocar de molho". Essa fase inicial é fundamental para garantir a qualidade do produto final e costuma ser realizada, predominantemente, por mulheres da comunidade.

Durante essa atividade, é comum que as mulheres se reúnam em pequenos grupos, formando uma espécie de mutirão comunitário, dependendo se a mandioca foi plantada e cuidada por uma ou mais famílias. Enquanto trabalham em torno da mandioca, aproveitam o momento para dialogar, compartilhar experiências, planejar as etapas seguintes da produção e fortalecer os laços sociais.

Essa interação também remete ao convívio e da troca de saberes no cotidiano do trabalho tradicional. Esse aspecto coletivo do trabalho evidencia não apenas a

divisão de tarefas dentro das comunidades, mas também o valor simbólico e cultural que envolve a produção da farinha. Trata-se de um processo que integra conhecimento técnico, cooperação e tradição, perpetuando práticas ancestrais que seguem sendo fundamentais para a identidade local.

A mandioca é uma das culturas de maior relevância econômica, social e cultural na região amazônica, sendo amplamente cultivada por comunidades rurais e tradicionais. Dela se originam diversos produtos, entre os quais se destaca a farinha d'água, mas também pode ser produzida farinha como seca ou mista (Figura 56).

Figura 56: Possesso da produção de farinha



Fonte: Andrade, 2025

As farinhas produzidas a partir da mandioca apresentam variações em sua coloração, geralmente branca ou amarela e em sua granulometria, que pode variar de extremamente fina a muito grossa. Essas variações são determinadas pelos métodos de processamento adotados, pelas preferências locais de consumo e pelos recursos técnicos e materiais disponíveis para produção da farinha.

Além das farinhas, outro produto de destaque extraído da mandioca é o tucupi, um caldo saboroso e tradicional na culinária local. A goma, outro derivado, também é extraída e utilizada em diversas aplicações. Após a extração desses produtos

primários, muitos camponeses para produzir tapiocas e beijus variados, demonstrando a capacidade de aproveitamento integral da mandioca e a criatividade dos produtores rurais.

O processo empregado não só define a qualidade e a apresentação final dos produtos, mas também reflete a habilidade e o conhecimento tradicional transmitido de geração em geração. A produção de derivados de mandioca é um exemplo de atividade econômica sustentável, pois envolve baixo investimento e oferece fácil comercialização, gerando oportunidades de trabalho e renda ao camponês-ribeirinho, além de maior variedade de alimentos a família.

Durante as investigações, os moradores relataram a presença do Estado na comunidade, destacando que, por volta de 2015, foi implementada, com o apoio da Secretaria de Produção Rural (SEPROR), uma casa de farinha comunitária mecanizada. Essa iniciativa teve como objetivo modernizar e agilizar processo produtivo, permitindo que os produtores de farinha concluíssem suas atividades em menos tempo e esforço, com maior agilidade e eficiência, gerando uma produção maior.

No entanto, devido à ausência de manutenção adequada e ao desgaste dos equipamentos ao longo do tempo, a estrutura foi abandonada. Como consequência, os produtores retornaram ao modelo tradicional e artesanal de produção, o qual, segundo eles, ainda é o mais valorizado, tanto por preservar os saberes locais quanto por oferecer maior controle sobre as etapas do processo. Acredita-se que o viver em uma comunidade nem sempre é sinônimo de vivência em comunhão.

Na comunidade existem outras atividades além da agricultura, que contribuem para subsistência e geração de renda, importante o que Souza (2010) menciona sobre a prática diversa

Na Amazônia, o ribeirinho é polivalente, atuando como pescador, agricultor e extrativista, fazendo uso dos diferentes ambientes em consonância com a dinâmica do nível das águas. Os camponeses-ribeirinhos, herdeiros de parte dos conhecimentos indígenas e criadores de um modo de vida adaptado às condições ecológicas da região, possuem um singular conhecimento sobre o uso apropriado da várzea amazônica, ocupando um papel central (Souza, 2010, p. 32).

O autor destaca a versatilidade dos ribeirinhos amazônicos, que atuam em diversas atividades produtivas conforme o ciclo das águas. Evidencia também como esses camponeses-ribeirinhos, herdam os saberes indígenas, desenvolveram um

modo de vida profundamente adaptado ao ambiente natural. Seu conhecimento tradicional sobre a várzea é essencial para a sobrevivência e organização das comunidades locais.

É com base em sua capacidade de adaptação e na diversidade de estratégias de subsistência que o camponês-ribeirinho organiza suas atividades produtivas, buscando complementar a renda familiar. Uma dessas práticas é a criação de aves, que ocorre predominantemente com o objetivo de suprir a alimentação da própria unidade familiar, sendo apenas uma pequena parte destinada à comercialização. As aves são criadas de forma simples e tradicional (Figura 57), nos arredores da residência, aproveitando os espaços disponíveis no quintal.

Figura 57: Criação de galinha no quintal das residências



Fonte: Andrade, 2024

Na comunidade também é desenvolvida a atividade agropecuária (criação de gado de corte, criação destinada apenas para o abate, para consumo de carne), representando uma importante fonte de sustento para grande parte das famílias locais. Durante as investigações realizadas, foi constatado que muitos dos moradores mantêm criações bovinas em terrenos próximos às suas residências, com rebanhos de tamanhos variados. Os bezerros são adquiridos ainda jovens e, após serem colocados em pastagens para o processo de crescimento e engorda, são mantidos até atingirem o porte ideal para o abate.

Quando a gado (Figura 58) atinge o peso ideal para o abate, são transportados em embarcações apropriadas até o matadouro, onde ocorre a sua comercialização. De acordo com informações coletadas junto aos comunitários, toda a produção de

carne bovina é destinada ao próprio município de Manacapuru, abastecendo supermercados, feiras livres e pontos de venda locais. O abate dos animais é realizado em matadouro certificado, localizado na zona urbana da cidade, em conformidade com as normas sanitárias e exigências legais vigentes para esse tipo de atividade. Esse processo garante a qualidade do produto final e contribui para a segurança alimentar da população consumidora.

Figura 58: Criação de gado na comunidade Nossa Senhora das Graças



Fonte: Andrade, 2024

Os bezerros chegam à comunidade com peso médio entre 140 e 160 kg, e, ao atingirem o ponto ideal para o abate, costumam dobrar esse peso. Durante o período das grandes cheias, quando as áreas de pastagem ficam submersas, o rebanho é transportado por embarcações para a Vila do Campinas ou para a Vila Caviana, onde permanece temporariamente. Somente após a vazante, quando as águas baixam e o solo reaparece, o gado é conduzido de volta ao seu local de origem para dar continuidade ao manejo.

A comunidade Nossa Senhora das Graças mantém uma relação estreita e histórica com o rio, que desempenha um papel central em sua organização econômica. A pesca, nesse contexto, constitui uma das principais fontes de subsistência e geração de renda para os camponeses-ribeirinhos que habitam a

região, sendo praticada de forma tradicional e adaptada aos ciclos naturais das águas amazônicas.

A comunidade está localizada em uma área conhecida como Costa do Pesqueiro, denominação que faz referência à expressiva abundância de pescado existente nas águas que banham a região. Essa riqueza pesqueira desempenhou um papel fundamental no processo de ocupação local, famílias que passaram a estabelecer sua subsistência em estreita relação com o rio, utilizando-o como principal meio de transporte, também como importante fonte de alimento, sustento e comercialização.

Posterior a perda de culturas com produção anuais e bianuais em decorrência das enchentes, muitos moradores da comunidade, especialmente os mais jovens, passaram a investir na atividade pesqueira como alternativa de subsistência. A pesca do chamado peixe liso tornou-se uma das principais estratégias adotadas para suprir os prejuízos causados nas áreas de cultivo, funcionando como uma substituição econômica às atividades agrícolas tradicionais desenvolvidas nos sítios, (Souza, 2010).

A atividade pesqueira, portanto, além de assegurar o sustento diário, representa um elo entre os moradores e o ambiente natural que os cerca. A pesca na comunidade é realizada, predominantemente, por meio de embarcações de pequeno e médio porte (Figura 59), adequadas ao manejo do pescado.

Figura 59: Barcos de pesca



Fonte: Andrade, 2015

A produção pesqueira (Figura 60) costuma ser comercializada inicialmente em flutuantes localizados às margens da própria comunidade, onde ocorre a primeira venda. Os pescadores vendem o produto para os atravessadores (moradores da comunidade) que adquirem o pescado diretamente dos pescadores locais e, posteriormente, revendem para compradores vindos de Boa Vista e uma pequena parte para compradores de Santarém – PA.

Figura 60: Produção pesqueira e o flutuante de comercialização do pescado



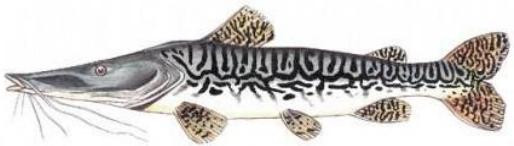
Fonte: Silveira, 2025

A maior parte do pescado capturado na região é composta por peixes sem escamas, popularmente conhecidos como peixes liso, como o dourado, o surubim, o bacu-pedra e a piramutaba, que se destacam pela abundância e valor comercial. No entanto, também são encontrados, peixes com escamas como o aracu, aruanã, branquinha, bodó, Jaraqui, matrinxã, pacu, sardinha e tambaqui. Parte dessa produção é destinados ao consumo local, parte dessa produção é comercializada na sede do município.

A população local pouco consome o peixe liso, por conta de um preconceito existente, o que Cruz (2007, 187) menciona que “havia e ainda há tabus em não consumir essas espécies, pois se considera que sua ingestão ocasiona o aparecimento da hanseníase”.

Segundo informações obtidas no site do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM, o órgão fornece informações quanto ao período de proibição de alguns pescados, segundo IPAAM (2024) aos pescadores e feirantes foram informados que o período de defeso das espécies de peixes no estado teve início em 15 de novembro de 2024 e se estendeu até 15 de março de 2025. Durante esse intervalo, é proibida a pesca de diversas espécies, como o pacu, a sardinha, o matrinxã, a aruanã, o capararí, o mapará, a pirapitinga e o surubim. Ainda salienta que a pesca do pirarucu é proibida o ano inteiro. com o objetivo de assegurar a preservação dos estoques pesqueiros e a reprodução natural dessas espécies (Quadro 7).

Quadro 7: Demonstrativo dos peixes protegidos no período de Defeso

PEIXES PROTEGIDOS NO PERÍODO DE DEFESO	
	Pirarucu Proibido a pesca, durante todo o ano
	Tambaqui Proibido a pesca em outubro
	Aruanã Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025
	Caparari Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025
	Surubim Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025
	Pirapitinga Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025

	Matrinxã Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025
	Mapará Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025
	Sardinha Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025
	Pacu Pesca proibida a pesca de 15 de novembro a 15 de março 2025

Elaboração: Andrade, 2025

As espécies mencionadas pelo IPAAM foram apresentadas no quadro, contudo, algumas delas apresentam variações específicas, tanto em relação às espécies propriamente ditas quanto às nomenclaturas populares utilizadas em diferentes regiões. Essas diferenças devem ser consideradas para assegurar a correta identificação e o cumprimento das normas durante o período de defeso.

O defeso iniciado anualmente no período de reprodução das espécies pesqueiras, estabelecendo a suspensão temporária da atividade de pesca. Essa medida tem como principal objetivo assegurar a preservação dos estoques naturais, permitindo que os peixes se reproduzam sem a pressão da captura, contribuindo para a continuação dos recursos pesqueiros a longo prazo. A pesca só é permitida para alimentação da unidade familiar.

Geralmente o tambaqui é a primeira espécie a ter sua pesca protegida, com o início do defeso estabelecido no mês de outubro. As demais espécies entraram em período de proibição a partir de 15 de novembro de 2024. Para todas as espécies mencionadas, o defeso permaneceu vigente até o dia 15 de março de 2025, garantindo a preservação durante seu ciclo reprodutivo. Durante o período de defeso os pescadores aptos recebem o valor de R\$ 2.824,00.

O IPAAM também orienta a população a adotar cuidados na aquisição de pescado protegido durante o período do defeso. É fundamental verificar a procedência do peixe, assegurando que não tenha sido capturado ilegalmente durante a suspensão da pesca. A recomendação é que o consumidor confirme se o pescado foi regularmente capturado antes do início do defeso e devidamente estocado, evitando, assim, a comercialização irregular de espécies protegidas

3.2.2 Agropecuária na comunidade Bom Jardim

A comunidade Bom Jardim teve sua origem em um contexto intimamente associado ao rio, elemento que, historicamente, estruturou a vida social, econômica e cultural de seus primeiros habitantes. Com o passar do tempo, a abertura do ramal Nova Esperança e a maior proximidade com a cidade consolidaram também uma forte ligação com a cidade via terrestre, ampliando as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias e acesso aos serviços disponíveis apenas na sede de Manacapuru.

Esse duplo vínculo, com o meio fluvial e o meio terrestre, conferiu à comunidade características particulares, nas quais se entrelaçam feições do espaço rural, como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, e elementos do espaço urbano, como o acesso a serviços públicos e a presença de atividades comerciais mais diversificadas. A coexistência dessas dimensões reflete uma identidade mista e dinâmica, em que tradições rurais persistem ao lado de processos de urbanização, moldando constantemente o modo de vida local e fortalecendo a adaptação da comunidade às transformações sociais e econômicas da região.

Em meio a essas transformações resistem as vivências na produção de renda por meio da agricultura, a qual está presente na comunidade em muitos plantios, como de abacaxi, banana, cebolinha, cupuaçu, goiaba, jerimum, laranja, limão, mamão, mandioca, macaxeira, maxixe, melancia, milho, pimenta de cheiro, pitaia, pupunha, quiabo e tangerina.

Durante a pesquisa, observou-se que, de modo geral, as plantações se localizam nas proximidades das residências, sendo algumas cultivadas de forma consorciada (Figura 61), com o objetivo de aproveitar a porção de terra da maneira mais eficiente possível. Um exemplo dessa prática é o plantio do mamão entre as

fileiras do pé de laranja ainda pequeno, permitindo que diferentes culturas se desenvolvam simultaneamente.

Figura 61: Cultivo em Bom Jardim



Fonte: Santana; Ruiz, 2025

As mudanças relacionadas ao trabalho no meio rural, sob a ótica da ruralidade, não são recentes; contudo, novas formas de ocupação têm revelado uma diversificação de atividades não agrícolas nesse espaço. Essa dinâmica evidencia a pluriatividade, que influencia a organização territorial do campo ao integrar elementos

do rural e do urbano — não apenas em termos conceituais, mas na prática cotidiana. Assim, enquanto essas atividades representam alternativas de renda para as famílias, também provocam o enfraquecimento de um dos principais traços que caracterizaram o rural: o vínculo com a terra e a produção de alimentos.

O avanço das telecomunicações, das tecnologias, das novas indústrias e do setor de serviços contribuiu para o surgimento da pluriatividade no meio rural. Isso significa que o campo passou a abrigar diversas atividades econômicas, não se limitando mais apenas à agricultura e à pecuária.

Segundo Carneiro (1998), essa diversificação pode ter duas consequências distintas: em alguns casos, leva ao abandono das atividades agrícolas, quando as pessoas passam a viver de outros tipos de trabalho; em outros, funciona como uma estratégia de permanência no campo, permitindo que as famílias continuem vivendo no meio rural, mesmo exercendo atividades não agrícolas.

A pluriatividade passou a ser compreendida como uma estratégia de adaptação das famílias rurais diante de contextos sociais desfavoráveis, caracterizados por incertezas e instabilidade. Em outras palavras, representa a maneira encontrada pelos agricultores para enfrentar as dificuldades e garantir sua sobrevivência no meio rural (Schneider, 2003).

Assim o trabalho remunerado fora da propriedade rural surge como uma estratégia utilizada pelos agricultores para lidar com as dificuldades econômicas que enfrentam. Dessa forma permite que as famílias permaneçam no campo em vez de migrarem para a cidade. Ao buscar uma fonte de renda externa, o agricultor consegue complementar o sustento familiar, o que possibilita continuar vivendo na zona rural e manter a produção e o consumo dos alimentos básicos provenientes da agricultura familiar.

Além da proximidade, observa-se que o camponês, em sua maioria, é proprietário de pequenas áreas de cultivo. Nesse contexto, torna-se essencial o aproveitamento integral do espaço disponível, de modo a garantir a máxima produtividade, Oliveira (2010, p. 55) menciona que “grande maioria dos trabalhadores no campo está situada nos pequenos estabelecimentos, e fazem do trabalho familiar a essência da riqueza produzida”.

Dessa maneira, o camponês assegura a produção contínua de alimentos, garantindo não apenas o sustento de sua família, mas também a otimização dos recursos disponíveis e a diversificação da produção agrícola. Uma parcela da

produção agrícola é destinada ao consumo próprio das famílias, assegurando o sustento e a segurança alimentar dos moradores da comunidade. Outra parte é comercializada localmente, por meio da venda direta entre os próprios comunitários, fortalecendo as relações de troca. Além disso, uma parcela da produção é destinada à comercialização na sede do município de Manacapuru, especialmente nas feiras livres, onde os produtos agrícolas representam uma importante fonte de renda complementar para as famílias envolvidas na atividade produtiva.

A comercialização dos produtos não é realizada diretamente pelos produtores. Em geral, a venda ocorre por meio de atravessadores, que adquirem a produção local e posteriormente a revendem à população, tanto nas feiras quanto em outros pontos de comercialização. Essa dinâmica reflete a dependência dos pequenos agricultores em relação aos intermediários para o escoamento de sua produção, o que, muitas vezes, impacta na valorização dos produtos e na renda obtida pelos produtores familiares.

Durante a pesquisa constatou-se que uma das principais causas da redução no tamanho dos plantios na comunidade é a dificuldade de escoamento da produção agrícola. Embora o ramal de acesso e a proximidade com a sede de Manacapuru ofereçam certa facilidade logística, a maioria dos produtores não dispõe de transporte adequado para levar seus produtos até os locais de comercialização.

Em função da ausência de veículos próprios, especialmente caminhonetes com carroceria, os agricultores precisam recorrer a estratégias alternativas, como reunir suas produções junto a de outros comunitários que possuam transporte ou contratar fretes particulares. No entanto, essa solução muitas vezes não é viável, uma vez que os custos com o transporte reduzem significativamente a margem de lucro gerada, desestimulando a continuidade e a expansão das atividades agrícolas.

Na comunidade também está presente a produção de farinha (Figura 62) de mandioca e seus derivados, como a extração do tucupi, da goma e a produção do beiju, caracterizando uma atividade tradicional de grande relevância cultural e econômica. Essa prática ancestral envolve a colaboração direta das famílias locais e preserva saberes transmitidos entre gerações. Além de garantir a subsistência de muitos moradores, essa produção artesanal representa um importante elemento da identidade sociocultural da comunidade.

Figura 62: Produção de farinha em Bom Jardim



Fonte: Ruiz, 2025

A produção costuma ser realizada em regime de parceria, conhecido popularmente como plantio de metade ou plantio de meia, o trabalho e a produção são divididos entre os envolvidos. Quando chega o período da colheita, as famílias se reúnem para realizar de forma coletiva, as etapas de colheita, raspagem, sevando e torrando o produto final, a farinha.

Atualmente, uma parte da farinha produzida é destinada ao consumo interno das famílias. Apenas uma pequena parcela da produção é destinada à venda dentro da própria comunidade, nas tabernas e nos mercadinhos, o que reforça a ideia de uma produção voltada para a subsistência.

Além das atividades tradicionais, também se observa na comunidade a prática da piscicultura em seis propriedades. Os principais peixes criados são tilápia, pirarucu, tambaqui e matrinxã, cuja produção é voltada principalmente para a geração de renda familiar, sendo também comercializada na própria comunidade e em outras comunidades próximas.

Os peixes permanecem nos tanques (Figura 63) por aproximadamente um ano, período necessário para atingirem o tamanho ideal para o consumo. Somente após esse ciclo de crescimento é realizada a captura e comercialização, contribuindo, assim, para a geração de renda das famílias.

Figura 63: Tanque de criação de peixe na comunidade Bom Jardim



Fonte: Andrade, 2025

A atividade de piscicultura exige elevado grau de cuidado e atenção por parte dos produtores. Os alevinos são criados em tanques escavados em terra firme, o que demanda uma série de práticas específicas para garantir o sucesso do cultivo. Entre essas práticas, destaca-se a necessidade de manutenção constante da oxigenação da água, realizada por meio de bombas que promovem a circulação contínua do viveiro.

A adequada oxigenação é fundamental para a sobrevivência dos peixes, uma vez que a deficiência de oxigênio pode causar sérios prejuízos à criação, levando, em casos extremos, à mortalidade em larga escala. Dessa forma, a gestão cuidadosa dos tanques é essencial para assegurar a produtividade da atividade.

Aconteceram e ainda hoje acontece irregularidades na comercialização de espécies sem observação de espécies proibidas no período de defeso e àquelas cujas comercializações não são permitidas pelos órgãos ambientais, como a comercialização do pirarucu, nas feiras de forma irregular, negociada também pelos atravessadores.

Desde a década de 1990, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA tem atuado de maneira significativa na formulação e implementação de políticas ambientais voltadas ao ordenamento da atividade pesqueira e à proteção de espécies ameaçadas de extinção. Entre essas ações, destaca-se a regulamentação da exploração do pirarucu.

Devido à intensa exploração comercial ao longo dos séculos e à consequente redução dos estoques naturais, tornou-se necessário adotar medidas específicas para assegurar a preservação da espécie e a sustentabilidade da atividade pesqueira. Nesse contexto, a Portaria n.º 8, de 2 de fevereiro de 1996, estabeleceu que a pesca do pirarucu somente poderia ocorrer em áreas de manejo devidamente autorizadas e em empreendimentos de piscicultura registrados, dessa forma, é possível equilibrar a conservação com a geração de renda para comunidades locais.

A pesca é realizada no Lago do Calado e no Rio Solimões. A pesca é realizada de maneira artesanal em embarcações de pequeno porte, geralmente organizada pelos membros da própria família. Os pescadores capturam tanto espécies de peixes lisos, popularmente conhecidos como bagres, quanto espécies de peixes com escamas (Figura 64), demonstrando a diversidade de recursos. Essa prática é marcada pelo conhecimento empírico acumulado ao longo de gerações.

Figura 64: Pescaria na comunidade Bom Jardim



Fonte: Souza, 2025

A atividade pesqueira é desenvolvida na comunidade, desempenhando um papel fundamental para a subsistência das famílias locais. A maior parte da produção destina-se ao consumo doméstico, sendo apenas uma parcela direcionada para a comercialização, que ocorre exclusivamente dentro da própria comunidade.

A comunidade mantém um grupo de WhatsApp composto por moradores locais, cujo objetivo inicial é a divulgação de avisos e informações de interesse coletivo. Contudo, na prática, a principal utilização desse meio de comunicação é voltada para a comercialização dos produtos originados na comunidade.

Sempre que algum comunitário realiza a colheita de verduras, hortaliças, a produção de farinha ou a captura de pescado, essas informações são prontamente compartilhadas no grupo, permitindo que a oferta seja divulgada de maneira rápida e eficiente. O uso do WhatsApp, portanto, configura-se uma ferramenta essencial para a sociabilidade e a organização econômica local, permitindo a integração entre os produtores e consumidores da comunidade, e evidenciando a adaptação das práticas tradicionais às novas tecnologias de comunicação.

3.2.3 Trabalho formal na comunidade Nossa Senhora das Graças

Embora a comunidade Nossa Senhora das Graças apresente características típicas de um espaço rural, com forte presença de atividades tradicionais como a pesca, a agricultura familiar e a criação de animais, ela está inserida no perímetro urbano do município de Manacapuru. Esse contexto confere à comunidade uma condição singular, em que se mesclam elementos do rural com a proximidade e a influência da estrutura urbana.

No que diz respeito ao trabalho formal, observou-se que ele está presente de maneira bastante limitada na comunidade, sendo restrito a um pequeno número de pessoas e famílias. A maioria dos moradores desenvolve atividades informais ou ligadas à economia de subsistência. No entanto, foi possível identificar alguns casos de vínculos formais de trabalho, seja por meio de carteira assinada, seja através de contratos temporários ou prestação de serviços regulares.

Entre os poucos exemplos de trabalho formal registrados, encontra-se o agente comunitário de saúde, que mora e atua diretamente na localidade. Os profissionais envolvidos no transporte escolar dos alunos da comunidade até a Escola Municipal Lima Bernardo, localizada em uma comunidade vizinha, também ilustram esta questão. Essa equipe é composta pelo dono da embarcação, o piloto e um ajudante, todos desempenhando função essencial para garantir o acesso à educação dos estudantes da região.

Além disso, no próprio ambiente escolar, observa-se a presença de vínculos formais por meio da atuação da professora, da merendeira e do gestor da escola, os quais exercem funções públicas ligadas à rede municipal de ensino. Esses poucos casos evidenciam a escassez de oportunidades de emprego formal na comunidade, revelando a predominância de uma economia baseada no trabalho autônomo, familiar

e tradicional. A proximidade da cidade também não é garantia de formalidade nas relações de trabalho. O fato de estar tecnicamente inserida no perímetro urbano de Manacapuru, apenas reforça que a comunidade Nossa Senhora das Graças enfrenta diversos obstáculos que limitam o acesso de seus moradores ao mercado de trabalho formal.

As barreiras não se limitam a ser de ordem geográfica, muito embora, o rio que separa a comunidade do centro urbano impõe dificuldades logísticas para o deslocamento diário, sobretudo em períodos de vazante, quando o porto de suas casas fica muitos distante do rio, por se formar uma grande área de praia.

Além disso, a ausência de infraestrutura adequada, como transporte público regular, contribui para o isolamento funcional da comunidade em relação à cidade. Essa condição compromete o acesso a vagas de trabalho, também à qualificação profissional, cursos técnicos e oportunidades de capacitação.

Soma-se a isso o fato de que muitos dos empregos urbanos exigem escolaridade e habilidades específicas que não estão amplamente disponíveis para a maioria da população local. Assim, mesmo estando dentro do perímetro urbano, a comunidade vivencia uma realidade muito mais próxima do rural, com seus moradores enfrentando desafios cotidianos que dificultam sua inserção no trabalho formal e acentuam sua dependência das atividades tradicionais e informais.

3.2.4 Trabalho formal na comunidade Bom Jardim

Oliveira (2010) evidencia a dinâmica de subordinação dos trabalhadores rurais ao capital, destacando duas formas principais de exploração. De um lado, estão os trabalhadores expropriados de seus meios de produção, que, diante da perda de sua autonomia, têm como única alternativa a venda de sua força de trabalho. De outro, em número mais expressivo, encontram-se aqueles que, embora ainda vinculados à terra, sofrem com a sujeição de sua renda ao capital, tornando-se dependentes das imposições do mercado e das relações capitalistas de produção.

Oliveira (2007) ressalta a sujeição ao capital e a venda de seu trabalho para os detentores do capital, uma vez que este por algum motivo possui condições de produzir com sua unidade familiar. Oliveira (2007) também menciona que as famílias camponesas precisam, ao mesmo tempo, manter suas formas de vida (reprodução social) e lutar para sobreviver em meio às dificuldades.

Esse é o caso de muitos trabalhadores da comunidade Bom Jardim, onde uma parcela significativa da população se dedica ao cultivo de maracujá, vendendo sua força de trabalho. As plantações estão localizadas ao longo da Estrada Manuel Urbano (AM 070), uma via que conecta o município de Manacapuru, a Iranduba e à capital Manaus, também as demais cidades da região metropolitana.

Os proprietários das lavouras de maracujá são oriundos de diversas localidades, incluindo a sede de Manacapuru, bem como de comunidades adjacentes, algumas, ligadas ao Ramal do Nova Esperança. A dinâmica de trabalho é variada: alguns trabalhadores possuem terrenos próprios, enquanto outros atuam em áreas cedidas, com o objetivo de manter a produção e garantir a sustentabilidade da propriedade. Há também aqueles que se encontram em um arranjo denominado arrendamento, devidamente registrado em cartório, no qual as despesas e os lucros são compartilhados entre o proprietário da terra e o trabalhador.

Essa diversidade de modelos de propriedade e formas de trabalho reflete a complexidade das relações laborais na região, com diferentes formas de gestão e organização do trabalho agrícola, que envolvem tanto a autonomia dos pequenos produtores quanto a subordinação daqueles que dependem de acordos financeiros e contratuais para garantir seu sustento.

Na comunidade Bom Jardim, alguns trabalhadores atuam sem vínculo formal, enquanto outros possuem contratos de trabalho devidamente registrados, com carteira assinada. Essa formalização, especialmente no que se refere à regulamentação do trabalho dos trabalhadores do maracujá, ganhou maior relevância após uma investigação realizada pela Polícia Federal em conjunto com o Ministério do Trabalho. A investigação ocorrida no ano de 2019, focada na identificação de práticas análogas à escravidão, levou muitos produtores a se adequarem às exigências legais, regularizando a situação trabalhista de pelo menos um de seus funcionários, o qual passou a ter seus direitos trabalhistas assegurados.

A fiscalização não foi realizada de forma abrangente em todas as plantações da região. A investigação foi direcionada a algumas lavouras específicas, com o objetivo de identificar e erradicar práticas ilegais, especialmente aquelas relacionadas ao trabalho análogo à escravidão, além de assegurar condições dignas para os trabalhadores. Durante o processo de investigação, não foram encontradas evidências de práticas de escravidão, uma vez que os funcionários contratados para trabalho em tempo integral recebiam remuneração superior ao valor de um salário

mínimo mensal e tinham condições adequadas para o desempenho pleno de suas funções.

Como consequência da investigação, muitos produtores foram levados a revisar e aprimorar suas práticas de contratação. Além disso, observaram-se melhorias nas condições de trabalho, incluindo, em diversos casos, a formalização das relações laborais por meio do registro em carteira, o que visou, entre outras coisas, evitar possíveis penalidades e assegurar a regularização das atividades frente aos órgãos competentes. Essa adequação às normas trabalhistas não só contribui para a eliminação de irregularidades, mas também fortalece a proteção dos direitos dos trabalhadores.

O ciclo de trabalho nas plantações de maracujá geralmente tem início no mês de dezembro, com as atividades de preparação da terra. Nesse estágio inicial, o número de funcionários envolvidos é relativamente reduzido, uma vez que as demandas de trabalho ainda são menores. À medida que as plantas crescem e se desenvolvem, a necessidade de mão de obra aumenta gradativamente, acompanhando o ritmo das práticas agrícolas necessárias para a manutenção adequada.

A partir do mês de maio, quando se inicia o período de polinização manual, o trabalho se intensifica significativamente, principalmente porque a flor do maracujá só abre a partir das quatorze horas. Essa etapa é crucial para a formação saudável dos frutos e demanda a contratação de um número consideravelmente maior de trabalhadores. Nessa fase, o contingente de funcionários já triplicou em comparação com o início do cultivo, refletindo a maior complexidade e o volume de tarefas a serem realizadas.

A intensidade do trabalho não diminui após a polinização; ao contrário, ela se mantém elevada com o início da colheita, que requer atenção constante para garantir a qualidade do produto. Esse ritmo acelerado persiste até o final da vida útil das plantas, quando a produtividade começa a declinar.

Todo esse processo evidencia a necessidade de uma gestão eficiente da mão de obra nas plantações de maracujá, adaptando-se às diferentes fases do ciclo produtivo para atender às demandas específicas de cada etapa. No cultivo do maracujá (Figura 65), diversas atividades são desenvolvidas ao longo do ciclo produtivo, abrangendo desde o preparo do solo até a etapa final da colheita. Cada

fase exige cuidados específicos, visando garantir a qualidade do produto a ser comercializado.

Figura 65: Plantio de maracujá



Fonte: Bezerra, 2024

Durante o processo de lavagem e triagem dos frutos, realiza-se uma criteriosa seleção: os maracujás que apresentam defeitos na casca, como rachaduras ou queimaduras provocadas pela exposição excessiva ao sol, são devidamente separados e destinados à produção de polpa, aproveitando assim de maneira mais eficiente os frutos que não atendem aos padrões exigidos para o mercado de consumidor.

Toda a produção é comercializada diretamente no local da plantação, sem a necessidade de intermediários. Os compradores se deslocam até a propriedade com seus caminhões para realizar a aquisição e o transporte dos frutos, facilitando a logística e assegurando maior agilidade no escoamento da produção.

O trabalho formal também se faz presente na comunidade de Bom Jardim, especialmente por meio das atividades desenvolvidas nas granjas voltadas para a produção e comercialização de ovos, que constituem o principal objetivo econômico desses estabelecimentos. Todos os trabalhadores atuam com vínculo empregatício regularizado, possuindo registro em carteira de trabalho e acesso a todos os direitos e benefícios trabalhistas previstos em lei, como férias, décimo terceiro salário e contribuição previdenciária.

A primeira granja foi implantada na comunidade em meados de 1987, representando um marco no desenvolvimento econômico local. Atualmente, essa unidade opera com um quadro de aproximadamente quarenta e cinco funcionários, todos devidamente formalizados. A granja abriga cerca de cem mil aves em fase de postura, com uma produção média de 222 caixas de ovos por dia. Cada ave possui uma vida útil produtiva de aproximadamente dois anos, período em que são mantidas sob rigoroso controle sanitário e nutricional.

A granja é certificada pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas – ADAF, que realiza inspeções periódicas com o objetivo de garantir o bem-estar animal, a qualidade dos produtos agropecuários e a segurança sanitária dos alimentos. Além disso, essas ações visam proteger o patrimônio animal e vegetal do estado, assegurando a conformidade com as normas vigentes.

A distribuição da produção é ampla e abrange diferentes municípios do estado do Amazonas, incluindo, Anamã, Beruri, Codajás, Tefé, Manacapuru, Novo Airão, São Gabriel da Cachoeira e Manaus, contribuindo significativamente para o abastecimento regional de ovos.

Os trabalhadores atuam em regime de seis dias por semana, em escalas diferentes para que as aves não fiquem desassistidas, os quais desempenham diversas funções que variam desde serviços administrativos até atividades específicas de manejo das aves.

O trabalho na granja exige o cumprimento de protocolos rigorosos de biossegurança. Conforme informações obtidas no local, o proprietário escolheu instalar a granja na comunidade devido à disponibilidade de grandes extensões de terra, requisito essencial para o desenvolvimento da atividade. A criação de aves demanda áreas amplas, afastadas de residências, com sistemas de climatização adequados e restrição rigorosa de acesso de pessoas externas para evitar riscos sanitários.

Para garantir a biossegurança, os trabalhadores utilizam vestimentas especiais e seguem procedimentos rígidos no trato dos animais. As aves são mantidas em gaiolas suspensas (Figura 66), uma prática adotada para minimizar o risco de contaminações externas e o contato com animais silvestres ou peçonhentos, fatores que poderiam comprometer a saúde do plantel e a qualidade da produção.

Considerando que a segurança sanitária deve ser sempre priorizada, a empresa restringe o acesso de visitantes à área de criação, uma vez que as aves são

extremamente sensíveis e podem contrair doenças com facilidade ao menor contato com pessoas provenientes de ambientes externos. Por esse motivo, a fotografia utilizada para mostrar o ambiente de cultivo não foi produzida durante a visita de campo, a foto foi copiada do Google Mapas, da referida granja.

Figura 66: Galinhas criadas em gaiolas



Fonte: Google Mapas

Atualmente, existem duas grandes granjas em operação na comunidade, ambas empregando todos os seus funcionários com registro em carteira, em conformidade com as exigências trabalhistas. No entanto, ao longo do tempo, diversas pequenas granjas também surgiram, administradas por famílias locais. Essas iniciativas familiares, ainda que em menor escala, contribuem para a economia da comunidade, gerando renda, fortalecendo a produção local de ovos.

O trabalho formal na comunidade é identificado nas atividades desempenhadas pela agente de saúde, pela professora e pela merendeira da Escola Boas Novas, bem como pelos trabalhadores das granjas, pelos agricultores envolvidos na produção de maracujá e pelos funcionários do mercadinho local. Além desses, destaca-se também a atuação de alguns comunitários que se deslocam diariamente para exercerem suas funções em outras comunidades ou na sede do município, retornando à localidade ao final do dia.

A geração de renda em Bom Jardim está vinculada, de maneira significativa, à agricultura, à pesca e à piscicultura, embora essas atividades apresentem uma contribuição menor em comparação ao trabalho formal. Este, por sua vez, manifesta-se por meio de contratos formais, vínculos empregatícios com carteira assinada, aposentadorias e outros benefícios sociais, representando a principal fonte de renda da comunidade.

Esses elementos evidenciam que Bom Jardim encontra-se em um processo de transição, aproximando-se gradativamente das dinâmicas econômicas e sociais características dos espaços urbanos, ainda que mantenha aspectos tradicionais de sua organização rural.

3.3.5 Evidências de investimento pelo poder público para desenvolvimento das comunidades inseridas no perímetro de expansão.

Desde sua formação, ambas as comunidades passaram por diversas transformações ao longo do tempo. É inegável que o poder público possui uma parcela de contribuição nesse processo de mudança e estruturação. No entanto, é igualmente pertinente destacar que há poucas evidências concretas de que tenham sido implementadas, de forma sistemática e planejada, políticas públicas voltadas ao desenvolvimento efetivo das comunidades inseridas no perímetro urbano, e que a lei 001/2012 tenha alguma relação nas melhorias das comunidades, tendo em vista que a referida lei incluiu a comunidade no perímetro urbano. Essa ausência de ações contínuas e estruturantes sugere uma atuação limitada e, por vezes, pontual do poder público no processo de urbanização dessas áreas.

Ao analisar o trabalho “Caracterização social das comunidades da área focal do Piatam”, observa-se que Miguez, Fraxe e Witkoski (2011) realizam uma caracterização detalhada da comunidade Nova Esperança II, abordando aspectos relacionados à infraestrutura geral da localidade. Considerando a relevância dessa abordagem, optou-se por desenvolver uma caracterização semelhante da comunidade Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim.

Tomando como referência as informações contidas no texto que trata da comunidade Nossa Senhora das Graças, elaborou-se um quadro-síntese com o objetivo de facilitar a análise comparativa. Optou-se por utilizar o ano de 2011 como marco temporal, além dos dados coletados ao longo da pesquisa de campo realizada

no decorrer deste estudo, os quais subsidiaram a construção do quadro demonstrativo (Quadro 08).

Quadro 8: Demonstrativo da infraestrutura da comunidade Nossa Senhora das Graças

Elementos estruturante da comunidade Nossa Senhora das Graças			
Elementos	Anterior a 2011	2011	2025
Escola	Escola primaria	Escola primaria	Escola primaria
Casa de farinha	Casa de farinha mecanizada	Casa de farinha artesanal	Casa de farinha artesanal
Igreja	Igreja - madeira	Igreja – madeira	Igreja - alvenaria
Campo de futebol	Campo de futebol	Campo de futebol	Campo futebol
Centro comunitário	Centro Comunitário madeira	Centro comunitário madeira	Centro comunitário alvenaria
Transporte	Canoa com motor rabeta	Canoa com motor rabeta	Canoa com motor rabeta
Energia	Motor de luz	Motor de luz	Energia elétrica (Fornecido pela Vila do Jacaré)
Serviço de saúde	Agente de saúde	Agente de saúde	Agente de saúde
Poço tubular	_____	_____	Poço tubular
Televisão	Televisão	Televisão	Televisão
Geladeira	_____	_____	Geladeira

Fonte: Miguez, Fraxe e Witkoski (2011); Dados coletados em campo
Organizado: Andrade, 2025

Ao analisar o quadro, observa-se que a comunidade Nossa Senhora das Graças, mesmo antes da implementação da Lei nº 001, de 18 de junho de 2012, a qual a incluiu no perímetro urbano, já apresentava características relevantes. Ressalta-se que não apenas essa comunidade, mas cerca de quarenta outras também foram incluídas, entre as quais se destaca, igualmente, a comunidade Bom Jardim.

Observa-se, através do quadro apresentado, que mesmo antes da implantação da lei de expansão do perímetro urbano, a comunidade Nossa Senhora das Graças já dispunha de alguns elementos estruturantes, tais como escola, casa de farinha, energia elétrica por meio de geradores, igreja, campo de futebol, centro comunitário e

televisão. No entanto, o uso e a funcionalidade desses elementos ocorriam de forma limitada, muitas vezes com soluções alternativas e precárias.

A escola já estava em funcionamento, construída pelos próprios moradores, com o envio posterior de professores pela prefeitura. A igreja, feita em madeira, também já havia sido erguida, e o campo de futebol era amplamente utilizado pelos habitantes, o que reflete a importância do esporte como alternativa de lazer nas comunidades do Amazonas. O centro comunitário, inicialmente construído em madeira, foi posteriormente substituído por uma estrutura em alvenaria, evidenciando certo avanço na infraestrutura local.

No que diz respeito à mobilidade, o transporte entre a comunidade e a sede do município era, inicialmente, realizado por meio de pequenos botes com motor do tipo rabetá. Posteriormente, foi implantada uma linha de barco para o transporte regular da população. Contudo, a partir dos anos 2000, esse serviço foi descontinuado, obrigando os próprios moradores a providenciarem meios individuais de deslocamento.

No que se refere ao serviço de energia, inicialmente o fornecimento era realizado por meio de motores a diesel, utilizados em algumas residências e por poucas horas da noite. Além disso, parte da população recorria a baterias para o funcionamento de aparelhos eletrônicos de baixo consumo, como televisores. O uso do poço tubular e de eletrodomésticos de maior demanda energética, como a geladeira, só se tornou viável com a chegada da energia elétrica proveniente da rede pública à comunidade.

A análise evidencia avanços na infraestrutura física e acesso a serviços essenciais, ainda que de forma gradual e com algumas limitações de uso, como a perda de mecanização da casa de farinha e a perda da linha de transporte em 2000. A comunidade passa por um processo de transição, com indícios de consolidação urbana, especialmente a partir da implantação da energia elétrica.

Para a análise dos dados referentes à comunidade Bom Jardim, foi adotado o mesmo modelo utilizado na construção do Quadro 08, garantindo, assim, a padronização dos critérios comparativos. As informações que compõem esse novo quadro foram obtidas por meio da pesquisa de campo apresentada a seguir. Diante disso, optou-se por realizar uma comparação com os dados referentes ao ano de 2012, marco da implementação da referida lei (Quadro 09). Tendo em vista que já havia sido elaborado um quadro semelhante sobre a comunidade Nossa Senhora das

Graças, com dados fornecidos por outros pesquisadores e informações obtidas em campo, durante a pesquisa na comunidade Bom Jardim foram coletados os mesmos dados, a fim de facilitar a análise comparativa posterior

Quadro 9: Elementos estruturantes da comunidade Bom Jardim

Elementos estruturante da comunidade Bom Jardim			
Elementos	Anterior a 2012	2012	2025
Escola	Escola primaria em madeira	Escola primaria em madeira	Escola primaria em alvenaria
Casa de farinha	Casa de farinha artesanal	Casa de farinha artesanal	Casa de farinha artesanal
Igreja	Igreja – madeira	Igreja – madeira	Igreja - alvenaria
Transporte	Carro, moto e barco (particular)	Carro e moto, (particular) transporte coletivo (ônibus - privado)	Carro e moto, (particular) transporte coletivo (ônibus - privado)
Água	Rio – cacimba	Poço tubular (particular)	Poço tubular (particular)
Energia	Motor de luz	Energia elétrica	Energia elétrica
Serviço de saúde	Agente de saúde	Agente de saúde	Agente de saúde Posto de saúde
Poço tubular	_____	Poço tubular	Poço tubular
Televisão	Televisão	Televisão	Televisão
Geladeira	_____	Geladeira	Geladeira

Fonte: Dados coletados em campo de diferentes fontes.

Organizado: Andrade, 2025.

A análise das condições estruturais e dos serviços e elementos disponíveis na comunidade Bom Jardim revela que, mesmo antes da implementação da Lei de Expansão do Perímetro Urbano, em 2012, já havia esforços significativos por parte dos próprios moradores na organização e manutenção de equipamentos comunitários essenciais. Elementos como a escola primária, a igreja, as casas de farinha e o serviço de saúde básica já estavam presentes, ainda que em condições precárias ou informais, muitas vezes fruto de iniciativas locais.

Evidencia-se que, mesmo antes da implementação da lei de expansão do perímetro urbano, já existia uma escola primária em funcionamento, construída em estrutura de madeira. Essa edificação manteve suas características originais por um longo período, passando apenas por reformas pontuais até o ano de 2024. Ressalta-se que, durante todo esse tempo, a unidade escolar ainda oferta exclusivamente a educação infantil e ensino fundamental até o 3º ano.

Anterior a 2012, a comunidade dispunha de casas de farinha destinadas ao processamento da mandioca (ou macaxeira), uma atividade tradicional para a subsistência local. Esses espaços continuam sendo utilizados até os dias atuais, tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização da farinha.

A igreja havia sido construída antes de 2012, com estrutura de madeira erguida pelos próprios moradores, em um esforço coletivo que evidencia a organização local. A edificação passou por algumas reformas ao longo dos anos e, somente por volta da década de 2010, foi finalmente reconstruída em alvenaria, proporcionando melhores condições de uso e maior durabilidade à estrutura.

O serviço de transporte que interliga a comunidade era, inicialmente, realizado por meios particulares, incluindo embarcações que navegavam pelo Lago do Calado, bem como veículos como carros e motocicletas. Com a abertura do Ramal Nova Esperança, ampliaram-se as possibilidades de acesso terrestre à sede municipal, assim como a Manaus e entorno. Segundo os moradores a consolidação do transporte coletivo por meio de ônibus, com a implantação de rotas regulares operadas por empresa privada. Esse serviço representa um avanço na mobilidade e na integração territorial da comunidade com a área urbana central. O serviço permanece ofertado na mesma maneira.

O serviço de energia elétrica foi implantado na comunidade Bom Jardim apenas em 2012, coincidentemente no mesmo ano da promulgação da lei de expansão do perímetro urbano do município. No entanto, a chegada da energia elétrica à comunidade não está diretamente relacionada à referida legislação municipal. O fornecimento foi viabilizado por meio de um programa federal já previsto e agendado anteriormente, cuja execução atendia a um cronograma nacional de universalização do acesso à energia.

O serviço de saúde prestado pelo ACS se encontrava em funcionamento na comunidade antes do ano de 2012, sendo oferecido pela Prefeitura Municipal de Manacapuru. Esse modelo de atendimento permanece em vigor até os dias atuais.

Após o ano de 2012, a prefeitura construiu um posto de saúde em uma comunidade vizinha, com a finalidade de otimizar e centralizar os atendimentos médicos da região. Esse equipamento de saúde passou a atender várias comunidades próximas, incluindo Bom Jardim, ampliando o alcance dos serviços básicos.

Os poços tubulares foram implantados na comunidade após a chegada da energia elétrica, o que possibilitou o abastecimento de água de forma mais eficiente e contínua. Até os dias atuais, o fornecimento de água é realizado, predominantemente, por meio de poços particulares, utilizados para suprir todas as atividades domésticas e produtivas

Além disso, o uso de eletrodomésticos como geladeira e televisão somente se tornou possível com a implantação do serviço contínuo de energia elétrica na comunidade, marcando uma mudança nas condições de vida e no conforto dos moradores, ao viabilizar a conservação de alimentos e o acesso à informação e ao entretenimento.

Esses serviços possibilitam novas práticas econômicas e favorecem a diversificação das fontes de renda, articulando as atividades produtivas como a agricultura e a pesca, a novas oportunidades proporcionadas pela infraestrutura urbana. Dessa forma, observa-se uma integração entre produção e infraestrutura, no qual o espaço rural se reconfigura sem perder completamente suas características anteriores, mas passa a incorporar elementos tidos do urbano.

Embora a Lei de Expansão do perímetro urbano tenha formalizado a inclusão da comunidade Bom Jardim numa área diferenciada para fins de planejamento do município de Manacapuru, os impactos diretos dessa medida sobre a infraestrutura e os serviços locais parecem limitados. A maior parte das melhorias recentes observadas, como a energia elétrica, o transporte coletivo e a reconstrução de edificações, não resultou diretamente da lei, mas de programas federais, iniciativas privadas ou ações comunitárias. Assim, a transformação da comunidade se deu, em grande parte, por dinâmicas externas e internas à própria comunidade, e não necessariamente por políticas públicas municipais estruturadas a partir da inclusão no perímetro urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi desenvolvido com o objetivo de contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre as particularidades e contradições presentes nas comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, especialmente no que diz respeito à sua constituição social e econômica.

Embora ambas mantenham traços característicos do espaço rural, evidentes em seus modos de vida, práticas produtivas e organização territorial, as comunidades foram oficialmente incorporadas ao perímetro urbano do município em 2012, por decisão da Câmara Municipal. Essa alteração gerou questionamentos sobre a real presença do urbano nesses territórios e acerca das formas de interação dessas comunidades com a sede municipal de Manacapuru, que atualmente combinam dinâmicas próprias de urbanização e enfrentam os desafios resultantes desse processo de transição. Tal medida evidenciou uma complexa sobreposição de dinâmicas espaciais, revelando um cenário de transição e tensão entre o rural e o urbano. Essa reconfiguração territorial traz implicações para a gestão pública, o acesso a políticas públicas e a compreensão das realidades socioespaciais dessas comunidades.

A comunidade Bom Jardim tem se aproximado dos modos de vida urbanos, apropriando-se de seus elementos e substituindo práticas tradicionais associadas ao modo de vida rural da comunidade. Essa mudança pode estar relacionada, em grande parte, à melhoria no acesso à cidade proporcionada pela abertura do ramal do Nova Esperança, que facilitou o deslocamento e intensificou a circulação de pessoas, bens e informações. Como consequência dessa maior integração com o espaço urbano, observa-se um processo de transformação cultural, no qual certos costumes vêm sendo deixados de lado, dando lugar a novas práticas sociais e hábitos de consumo associados à vida urbana.

Outro aspecto relevante diz respeito às transformações no perfil de ocupação da comunidade, especialmente no que se refere à sua função como espaço de refúgio ou segunda moradia. Observa-se que algumas pessoas desse local possuem casas na comunidade, mas não residem permanentemente nela. Essas visitas esporádicas ocorrem, em geral, com o objetivo de usufruir dos benefícios proporcionados pelas amenidades físicas do lugar, como a tranquilidade, a paisagem natural e o afastamento da dinâmica urbana. Esse processo contribui para uma mudança na

configuração socioespacial da comunidade, aspecto pouco explorada na exposição desse estudo, mas observada durante as idas a campo. Percebeu-se que essa localidade começa a ser frequentada como território de uso ocasional e recreativo, não somente como espaço de moradia e trabalho.

A pesquisa realizada teve como ênfase os processos presentes referentes às práticas dos moradores das comunidades. Novos estudos precisam ser realizados no intuito de aprofundar a tendência ao abandono de determinadas práticas, como a agricultura familiar e a pesca, que historicamente marcaram o modo de vida local. Isso porque, no caso da comunidade Bom Jardim, observou-se uma adesão aos costumes, valores e formas de trabalho do espaço urbano, evidenciando um processo de transformação cultural e socioeconômica impulsionado, em grande parte, pela maior integração da comunidade à cidade e pela influência das dinâmicas urbanas. Em Bom Jardim há um processo de mudança no trabalho na medida em que muitos estão com carteira assinada, nas granjas e plantio de maracujá. Essas relações sociais de produção mediante assalariamento, na realidade, revelam a expansão da lógica capitalista no território. Do ponto de vista de uma mudança cultural voltada para o lazer, um exemplo é o Ibi-kûara Club (AM 070 – Km 62, Ramal Nova Esperança), um espaço onde há um mercadinho, lugares para sentar-se e beber, além de um campo sintético, uma piscina e um palco com som. Uma nova centralidade, com semelhanças e diferenças em relação a uma taberna, tende a se estabelecer no Bom Jardim com atendimento diários, diurnos e noturnos e eventos frequentes.

Na comunidade Nossa Senhora das Graças, observa-se que, apesar da incorporação de alguns serviços públicos, ainda há uma vivência voltada para as práticas do meio rural. A comunidade carece de diversas estruturas e serviços básicos que poderiam melhorar as condições de vida de seus moradores. A permanência das características rurais está relacionada à manutenção das atividades produtivas ligadas à pesca e à agropecuária, bem como ao modo de vida simples da maioria dos residentes. No entanto, é possível perceber uma tendência de crescimento de atividades vinculadas ao comércio local e a inserção de parte da população em empregos formais, o que revela um processo de transição e ressignificação das práticas socioeconômicas no território.

As relações entre as comunidades e a cidade são observadas através da complexificação de práticas dos moradores que ultrapassam a dicotomia entre o rural e o urbano uma vez que há uma mútua interferência e interdependência nesses

espaços que são, ou mesmo tempo, únicos e múltiplos. Particularidades quanto a moradia e a produção foram observadas comparativamente e mostram o quanto a área referente ao perímetro urbano de Manacapuru é heterogênea.

Em determinados momentos, prevalecem atividades tipicamente urbanas; em outros, predominam aquelas ligadas ao espaço rural. Essa coexistência revela que, mais do que mundos opostos, o urbano e o rural se articulam e se complementam, dando origem a uma continuidade espacial sob as perspectivas geográficas, territoriais, econômicas e sociais. Trata-se, portanto, de territórios em constante transformação, nos quais os limites entre o rural e o urbano se mostram pouco definidas.

A cidade de Manacapuru, por meio do processo de urbanização e da ampliação dos serviços urbanos, exerce influência econômica e social sobre as comunidades estudadas, evidenciando a complexidade das transformações socioespaciais em curso e os impactos diretos da expansão urbana sobre territórios considerados rurais.

A expansão do perímetro urbano não veio acompanhada de planejamento adequado nem da implantação da infraestrutura necessária para garantir a prestação de serviços essenciais nas áreas recém incorporadas. Essa realidade evidencia a ausência de uma política pública eficaz, deixando de contemplar, de forma justa e estruturada, as comunidades que passaram a integrar oficialmente esse espaço. O perímetro urbano cresceu, a área urbanizada se expandiu, mas os serviços e os benefícios básicos nas comunidades rurais estudadas não avançaram no mesmo ritmo.

Esse cenário representa um entrave ao desenvolvimento dessas comunidades, especialmente pela limitação de acesso ao mercado, o que restringe as possibilidades de geração de renda e desestimula a continuidade nas atividades agropecuárias.

A carência de investimentos em infraestrutura e logística perpetua a vulnerabilidade econômica dos produtores locais, fragiliza as cadeias produtivas e compromete a sustentabilidade das práticas agrícolas. Observa-se uma crescente tendência à busca por meios de sobrevivência no ambiente urbano, intensificando o processo de transição e descaracterização do modo de vida rural.

Embora alguns serviços estejam presentes na comunidade, como o fornecimento de energia elétrica, escola, comunicação móvel e acesso à internet, esses elementos, por si só, ainda não são suficientes para classificar essas comunidades como espaço urbano consolidado. Isso porque as características do

rural ainda permanecem enraizadas no cotidiano de ambas as comunidades, expressando-se nos modos de vida, nas práticas produtivas e nas relações sociais.

Essa permanência evidencia a presença do rural, também a resistência frente às transformações impostas pelo avanço urbano. Embora as transformações do urbano estejam mais evidentes no Bom Jardim, a comunidade em questão ainda mantém sua identidade rural.

Nas duas comunidades analisadas, torna-se complexo determinar ou delimitar de forma objetiva se se trata de um espaço rural ou urbano, especialmente quando essa análise não é realizada sob uma perspectiva geográfica capaz de ir além da dicotomia entre esses dois conceitos. Observa-se a coexistência de elementos e dinâmicas de ambos os espaços, bem como interações e influências mútuas que não pressupõem exclusão, mas sim integração.

Essas reflexões corroboram a ideia apresentada por Lefebvre e em sua obra *O direito à cidade*, quando menciona que a expansão da cidade transforma profundamente o campo, desgastando suas estruturas e modos de vida tradicionais. A urbanização invade o cotidiano camponês, eliminando práticas ou técnicas e enfraquecendo os pequenos centros locais em favor das grandes cidades. As pequenas comunidades, por sua vez, tendem a perder aspectos das identidades camponesas ao se tornarem mais parecidas com a cidade, embora haja resistência a essa influência.

Cada território possui suas particularidades e especificidades, com características distintas que os definem. No entanto, com a expansão urbana de Manacapuru, torna-se inevitável o alcance das transformações promovidas por uma sociedade essencialmente capitalista, que tende a reconfigurar práticas, valores e formas de organização territorial. A necessidade de adaptação a esse novo modelo, compreendido como um rural mais modernizado ou um urbano com traços ruralizados, reflete o embate das dinâmicas cotidianas que permeiam as comunidades do município de Manacapuru, no estado do Amazonas.

Nas comunidades Nossa Senhora das Graças e Bom Jardim, observa-se a presença de elementos de urbanidade inseridos no contexto rural, revelando uma convivência entre práticas no contexto agrário e aspectos do espaço urbano. Essa urbanidade aparece por meio do modo como o espaço está organizado e o território é usado por meio de equipamentos públicos, como o posto de saúde, do uso de tecnologias e da circulação de pessoas e mercadorias entre as comunidades e a sede

municipal. Ainda que mantenham modos de vida ligados ao rural, essas comunidades absorvem, de forma gradual, valores, hábitos e estruturas do urbano, refletindo um processo dinâmico e contínuo de transformação territorial.

Essa imbricação de elementos demonstra a complexidade nas dinâmicas socioespaciais existentes nesses territórios. A influência do urbano não extingue as práticas rurais, mas modifica seus sentidos e formas de reprodução, resultando em novos arranjos culturais e econômicos locais. De todo modo, as duas comunidades carecem de melhorias no atendimento às necessidades básicas. Para isso, é fundamental que os representantes de cada localidade estabeleçam uma reivindicação mais efetiva junto ao poder público, a fim de solicitar intervenções nas áreas de maior vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro – RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, 2000. n. 702. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf. Acesso em: julho 2024.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e os hábitos de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- ALVES, Flamarion Dutra. Apontamentos Teórico-Metodológicos Sobre a Ruralidade. In **Rural e Urbano**. Recife. v. 06, n. 01, p. 27-46, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index>. Acesso em: julho. 2024.
- ALVES, Glória da Anunciação. **A mobilidade na Produção do Espaço Metropolitano**. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs). **A Produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Contexto 2016.
- AMORIM, Antônio Ailson Cavalcante de. **Terra Preta: a origem**. Manaus. Editora Valer, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/30461175/Terra_preta_a_origem. Acesso em: julho 2014.
- ANAMÃ. Plano municipal de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos do município de Anamã. Julho de 2012. Acesso em: <https://www.sema.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/PMGIRS-ANAMA.pdf> Acesso em:07/10/2025
- ANDRADE, Celia Salama. **Energia elétrica e as populações tradicionais do Estado do Amazonas**: aprendizados a partir da experiência na Comunidade do Roque na Reserva Extrativista do Médio Juruá. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2010. Disponível em: https://www.oasisbr.ibict.br/vufind/Record/BRCRIS_7f553795f31dfb94ab96bd0b. Acesso em: janeiro. 2025.
- ARAÚJO, Osny. Portos e Hidrovias **SNPH - Coloca Balsas Extras na Travessia Para o Cacau Pirera**. Jornalismo Eclético. 02 de abril de 2024 Disponível em: <https://osnyaraudo.blogspot.com/2010/04/snph-coloca-balsas-extras-travessia.html>. Acesso em: agosto 2024.
- ASSIS, Marluce Maria Araújo. JESUS, Washington Luiz Abreu de. Acesso aos serviços de saúde: abordagens, conceitos, políticas e modelo de análise. in. **Ciência & Saúde Coletiva**. Debate. Ciênc. saúde coletiva 17 (11) novembro 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001100002>. Acesso em: 05 de janeiro. 2025.

ATTEM, Gabriel Madureira; PEREIRA, Davidson Matheus Félix; OLIVEIRA, Natan Barboza de. O urbano e o rural em Campina Grande – PB: relações e contradições entre o campo e a cidade. **Revista Urbano & Rural**, Recife, v. 07, n. 02, p. 277-301. 2022. Disponível em <https://doi.org/10.51359/2525-6092.2022.255744>. acesso em: julho 2024.

BAGLI, P. Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações. Dissertação (Mestrado). Departamento de Geografia. Faculdade de Ciências e Tecnologias. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2006.

BEZERRA, M. L.; BACELAR, T. Introdução: As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: MIRANDA, C. e SILVA, H. (Organizadores da Série). **Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras**. Brasília: IICA, v. 21. 2013.

BIAZZO, Pedro Paulo. Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em geografia agrária. 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, **Anais do 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa**. p. 132-150, 2008.

BORBA, Sheila Villanova. **A produção de equipamentos urbanos como alternativa de política social — o programa nacional de centros sociais urbanos**. Ensaios FEE, Porto alegre, (12) 2: 403, 1991.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Festas religiosas e populares na Amazônia**: Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades. Coimbra, Oficina do CES, n.28, out., 2007.

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 junho. 2025.

BRASIL. **Decreto Nº 7.341, de 22 de outubro de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7341.htm. Acesso em: 14 de janeiro de 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9393.htm. Acesso em: 20 de fevereiro 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre loteamento urbano, responsabilidade do loteador concessão de uso e espaço aéreo e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1967b. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0271.htm. Acesso em: 20 de janeiro 2025.

BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 27 de junho de 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Decreto n. 4.873 de 11 de dezembro de 2003. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – “Luz Para Todos” até o ano de 2008, e dá outras providências. Atos do Poder Executivo. Diário Oficial da União. Seção I. Brasília, 12 nov. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del.htm. Acesso em: fevereiro 2025.

BRASIL. Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação dada pela Lei nº 14.026, de 2020). Brasília, DF: Presidência da República. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm#art55. Acesso em: junho 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Decreto N. 7.520 de 08 de julho de 2011. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências. Atos do Poder Executivo. Diário Oficial da União. Brasília, 11 jul. 2011.

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Brasília. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: agosto 2024.

BRASIL. Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007. Dá nova redação a dispositivos das Leis nos 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11481.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula”? In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CARMO, Francisco Gildevan Holanda do. Representações do “Rural”: como definir este espaço em meio à maior complexidade da rede de “interdependências”? In. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. São Paulo. v 17 nº. 110, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/700269006/Rural-Como-Definir-Este-Meio>. Acesso em: 10 julho 2024.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In **Estudos Sociedade e Agricultura**, v 6. n. 02, out. 1998. p 53-75. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135>. Acesso em: julho 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1998.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

DUARTE, Durango Martins. **A origem do Banco do Estado do Amazonas – BEA** (Série 1960). 15 de junho de 2024. Disponível em: <https://blogdodurango.com.br/artigos/idd-a-origem-do-banco-do-estado-do-amazonas-bea-serie-1960/>. Acesso em: agosto de 2024.

DURHAM, Eunice. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo. Cosac Naify, 2004.

FAVERO, Celso Antônio. Urbanidades e ruralidades no semiárido da Bahia: o olhar de um grupo de pesquisa da UNEB. In **Revista ComSertões**. v.3. nº 1. 10 2015. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/comsertoes/article/view/1635>. Acesso em: 10 julho 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando no território dos territórios. In: PAULILO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301. Disponível em: https://www2.fct.unesp.br/nera/artigodom/3artigodom_2008.pdf. Acesso em: agosto 2014.

FERRÃO, J. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro. **EURE**: Santiago de Chile: Pontificia Universidad Católica de Chile, Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos, v. 26, n. 78, set. 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006>. Acesso em: maio 2024.

GALVÃO, Maely Amaro dos Santos. **Educação rural na Amazônia: turmas multisseriadas na perspectiva da inclusão, no município de Manacapuru/AM**. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2009. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3211>. Acesso em: 20 março 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão Sistemática da Literatura: Conceituação, Produção e Publicação. In. **LOGEION**: Rio

de Janeiro. v. 6, nº. 1, p.57-73, 2019/fev. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835/4187>. Acesso em: 10 julho. 2024.

GÓMEZ, Monica Castañeda; SOUZA, Wilma Gomes. Grandes empreendimentos, valorização do capital e transformações rural-urbano. In **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 1, n. 1, p. 67-74, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/241007>. Acesso em: 10 julho 2024.

GONÇALVES, Vinicius Verona Carvalho. **Impactos socioambientais em áreas de várzea:** transformações na paisagem pela perda de floresta na Amazônia Central. 2024. 115 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10705> . Acesso em: 02 de setembro de 2025.

HIRAOKA, Mário. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. In **FURTADO, Lourdes G.; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza de.** (Org) Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia. Supercores. Belém, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA). **Portaria Nº 8, de 2 de fevereiro de 1996.** Estabelece normas gerais para o exercício da pesca na bacia hidrográfica do rio Amazonas. Brasília – DF, 1996. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&force=1&legislacao=98742>. Acesso em: abril de 2025.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades:** Manacapuru. Rio de Janeiro: IBGE. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil.** Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Proposta Metodológica para Classificação dos Espaços do Rural, do Urbano e da Natureza no Brasil.** Rio de Janeiro, 2023.

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas – IPAAM. **Ipaam divulga início do Período Defeso das Espécies de peixes do Amazonas – 2024.** IPAAM: Manaus, novembro de 2024. Disponível em: <https://www.ipaam.am.gov.br/ipaam-divulga-inicio-do-periodo-defeso-das-especies-subaquaticas-do-amazonas-2024/#:~:text=O%20per%C3%ADodo%20deve%20ir%20de,15%20de%20mar%C3%A7o%20de%202025>. Acesso em: 30 de dezembro de 2024.

JACINTO, Janério Manoel; MENDES, César Miranda; PEREHOUSKEI, Nestor A. O rural e o urbano: Contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. **Revista Percurso**, Maringá, v. 4, n. 2, pág. 173-191, 2012.

KAYSER, B. El espacio rural y el nuevo sistema de relaciones ciudad-campo. **Revista de Geografía**, Barcelona: Universitat de Barcelona, Departamento de Geografia, v. 6, n. 2, p. 209-216, jul./dez. 1972. Texto modificado da Conferência proferida no Departamento de Geografia da Universidade de Barcelona em 15 de março de 1972. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/RevistaGeografia/article/view/45864/60081>. Acesso em: julho 2024.

LEFEBVRE, Henri. **El derecho a la ciudad**. Barcelona: Ediciones Península, 1969.

LEFEBVRE, Henri. **La produtione de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro. Título original: Le droit à la ville. 145 p. 2001.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. 5ª edição. São Paulo: Centauro. 2011.

LIMA, Maria Eliane Feitosa. **Produção do espaço urbano e impactos socioambientais na cidade de Manacapuru-AM** – o bairro do Biribiri. 2011. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-27062012-151829/pt-br.php>. Acesso em: maio 2024.

LIMA. Susane Patrícia Melo de. **A metropolização regional periférica aquém da metrópole** - a região metropolitana de Manaus vista do lado de lá. 2024. 505 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10019>. Acesso em: 02 de setembro de 2025.

LOCATEL, Celso Donizete. Da dicotomia rural-Urbano à Urbanização do Território no Brasil. In **Mercator**. Fortaleza, v. 12, número especial (2)., p. 85-102, set. 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1176>. Acesso em: 10, julho. 2024.

LOPES, Jahan Natanael Domingos. Ontologia da Genealogia Regional: Campo-Cidade, Rural-Urbano e agrário-Industrial. In **Caderno de Geografia**. Campinas. v.34, n.76. 2024. disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/28486>. Acesso em: 10 julho. 2024.

MANACAPURU. **Lei Municipal nº 05 de 07 de março de 1986**. Fixa os limites da zona urbana da sede do município de Manacapuru. Disponível em: <https://www.manacapuru.am.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal>. Acesso em: julho 2024.

MANACAPURU. **Lei Municipal Complementar nº 053 de 10 de outubro de 2006**. Dispõe sobre ampliação do perímetro urbano e de expansão da cidade de

Manacapuru Disponível em: <https://www.manacapuru.am.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal>. Acesso em: julho 2024.

MANACAPURU. Lei Municipal Complementar nº 001 de 18 de junho de 2012. Altera o Art. 1º da Lei Complementar nº 53/2006. Manacapuru: Câmara Municipal, 2012. Disponível em: [https://www.manacapuru.am.leg.br/leis/legislacao-municipal](https://www.manacapuru.am.leg.br/leis/legislacao-municipal/legislacao-municipal). Acesso em: julho 2024.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**: São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112. jul./dez, 2002. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/grupos/nera/usorestrito/MARTA.pdf>. Acesso em: junho de 2024.

MONTE-MOR, R. L. A. Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. Santa Cruz do Sul, **Anais do I SEDRES**, 2006. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/conferencias/06.pdf>. Acesso em: dezembro 2023.

MENDONÇA, Maria Silvia de. et al. Etnobotânica e o saber tradicional. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus. EDUA, 2007.

MIGUEZ, Sâmia Feitosa. FRAXE; Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos. Caracterização Sociocultural das comunidades da área focal do Piatam. In: FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; PEREIRA, Henrique dos Santos; WITKOSKI, Antônio Carlos. **Comunidades ribeirinhas amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus. Reggo. 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A Relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo. **II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Mestrado e Doutorado Santa Cruz do Sul. 28 setembro a 01 de outubro. 2006.

MOREIRA, E. V. Ruralidade e multifuncionalidade no espaço rural dos municípios de Piedade e Pilar do Sul – SP. Pres. Prudente: FCT/UNESP, 2012. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_576e13d943731fb9898a1d41a937c2fc. Acesso em: julho de 2024.

MOREIRA, Roberto José. Cultura, Política e o Mundo Rural na Contemporaneidade. In: **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/232>. Acesso em: julho de 2024.

NÓBREGA, Pedro Ricardo da Cunha. Leituras Sobre o Cotidiano, A Cotidianidade E A Centralidade do Estudo da Vida Cotidiana na Reprodução do Urbano. **In Rural e Urbano**. Recife. v. 2, nº. 2, p. 26-46, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/241047>. Acesso em: 10 julho 2024.

NUNES, Klívia de Cássia Silva; BEZERRA NETO, Luiz. Urbano e Rural: contradições e influências no (re)pensar da ruralidade no Brasil. In **Revista Exitus**. Santarém. v. 6 n° 1. p. 62 – 76 Jan/Jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistasexitus.br/index.php/comsertoes/article/view/1635>. Acesso em: 10 jul. 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária**. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184 p. http://www.fflch.usp.br/dg/gesp/baixar/livro_aviovaldo.pdf, acesso em: 10 de fevereiro de 25.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Agricultura e indústria no Brasil. In. **Campo-Território, Uberlândia**. v. 5, n. 10 agosto. p. 5–64, 2010. DOI: 10.14393/RCT51012048. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12048>. Acesso em: 27 janeiro. 2025.

OLIVEIRA, José Aldemir. As Cidades da Amazônia: novas territorialidades e velhas exclusões reencontradas. In **Caderno Prudentino de geografia**, São Paulo, V. 21, P. 53-70, 1999. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6946>. Acesso em: julho. 2024.

OLIVEIRA, T.C.S., Rodrigues, B.F., e Carneiro, E.F. **Qualidade de Vida de Ribeirinhos na Amazônia em Função do Consumo de Água**. IV Encontro Nacional da ANPAS. Brasília. 2008.

PANTOJA, N. G. P., Castro, L. M., Rocha, S. D., Silva, J. A., Ribeiro, J. S. P., Donald, A. R., Silva, L. M., Oliveira, T. C. S., 2015. Quality of the Solimões River water for domestic use by the riverine community situated in Manacapuru - Amazonas-Brazil. **Environmental Science and Pollution Research**, v 23 , p. 11395–11404, DOI 10.1007/s11356-015-5025-2, 2016.

PESSOA, J. M. Extensões do Rural e Educação. In: PESSOA, J. M. (Org.). **Educação e Ruralidades**. Editora UFG, Goiânia. 2007.

PINHEIRO, Hamida Assunção. **Políticas Públicas, Urbanização e Desenvolvimento na Amazônia**: a construção da Ponte sobre o Rio Negro e as consequências para o Distrito Cacau Pirêra/Iranduba (AM). V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luiz. 2011. Disponível em: https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/Questao_Ambiental_Desenvolvimento_E_Politicas_Publicas/Politicas_Publicas_Urbanizacao_E_Desenvolvimento_Na_Amazonia. Acesso em: agosto 2024.

POTRATZ, Raphael Henrique Ferreira. Do rural ao urbano: uma compilação de Lefebvre acerca da relação campo/cidade. **RUA**, Campinas, SP, v. 24, n. 2, 2018. DOI: 10.20396. In Rua. V 24 n. 2. p. 653-698. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8653698>. Acesso em: 29 jul. 2024.

MANACAPURU – HISTÓRIA. **Site da Prefeitura de Manacapuru – AM**, 07.05 de 2022. Disponível em: <https://www.manacapuru.am.gov.br/manacapuru-historia.php>. Acesso em: 20 de agosto 2024.

MEDEIROS, C.M.; FRAXE, T.J.P. Agroecologia, Extensão Rural e Sustentabilidade na Amazônia. Editora da Universidade do Amazonas – EDUA, 2008.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; MACHADO, Rodrigo Luciano Macedo; PENHA, Luciano Rocha da; OLIVEIRA NETO, Adolfo. Interfaces do Rural e do Urbano na Cidade de Barcarena, Amazônia Paraense. In **InterEspaço**: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade. Grajaú. v. 6, n. 19, p. e 202016, 10 Jul 2024. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/16091>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ROSAS, Celbo Antônio Ramos Fonseca. As Interfaces Da Relação Rural - Urbano No Brasil: Notas Para Debate. In **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v.8, n.1, p. 165-184, jan/jun. 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/6370>. Acesso em: maio de 2024.

ROSSINI, Rosa Ester. O Rural e o Urbano/A Cidade e o Campo: Suas Relações Com a Força de Trabalho e Com a Terra No Estado De São Paulo e no Brasil de Ontem e de Hoje. In. **Revista Rural & Urbano**, Recife. v. 02, n. 01, p.134 – 150. Disponível em: <https://www-periodicos-capes.govbr.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W2624358894>. Acesso em: 10 jul. 2024.

RUA, João. A Resignificação Do Rural E As Relações Cidade-Campo: Uma Contribuição Geográfica. In. **Revista da ANPEGE**, v. 2, n. 02, p. 45–65, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6611>. Acesso em: 10 julho. 2024.

SAMPAIO RF; MANCINI MC. Estudos de Revisão Sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. In. **Revista Brasileira de Fisioterapia**. V 11, nº 1, p. 83 – 89. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/79nG9Vk3syHhnSgY7VsB6jG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 julho 2024.

SANTANA, Paola Verri de. As corporações e o Espaço Urbano Amazonense. In: Tatiana Schor/Paola Santana (org). **Dinâmica Urbana na Amazonia Brasileira**. v 2. Manaus. Editora Valer. p. 13 – 38.

SANTORO, P. F. Perímetro urbano flexível, urbanização sob demanda e incompleta: o papel do Estado frente ao desafio do planejamento da expansão urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. I.], v. 16, n. 1, p. 169, 2014. DOI: 10.22296/2317-1529.2014v16n1p169. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/3837>. Acesso em: 01 agosto. 2024.

SANTOS, Danielle Mariam Araújo dos. **Na trilha do Gasoduto: a dinâmica socioeconômica das comunidades rurais a partir da passagem do Gasoduto Coari-Manaus, em Manacapuru.** 2011. 90 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011. Disponível em <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3057>. Acesso em: fevereiro 2025.

SANTOS, Macsuelle Silva, ROCHA, Altemar Amaral. As relações rurais e urbanas no Povoado Lagoa de Juazeiro – Ba. In **Rural Urbano**. Recife. v. 5, n. 01, p. 22-37, 2020. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/index>. Acesso em: 10 julho 2024.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Livraria Nobel S.A, 1985.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**, Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo. HUCITEC. 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22^a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. In: **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 73-108. Disponível em:
<https://ageconsearch.umn.edu/record/145064/files/193.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2025.

SILVA, Moisés Barbosa. **Das intervenções urbanas aos espaços de consumo em Manacapuru**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em:
<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5357>. Acesso em: julho de 2024.

SILVA, Paulo Fernando Jurado; HESPAÑHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Relações cidade-campo e urbano-rural: Contribuição para a análise geográfica do Projeto Cinturão Verde de Ilha Solteira, São Paulo e para o programa vilas rurais em Lerroville, paraná, brasil. In: **Revista Geografia em Atos**. Departamento de Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente, n. 11, v.2, julho a dezembro de 2011, p.33-48.

SOARES, Sarah Pereira; RABÉLO, Francisco Chagas Evangelista. Desenvolvimento e Urbanização: Senso e Contrassenso do Desenvolvimentismo. In **Desenvolvimento em questão**. n. 18 jul./dez. 2011. Disponível em:
<http://repositorio.bc.ufg.br/handle/ri/16462>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SILVA, Raíssa Sousa e; OLIVEIRA, Lucimara Albieri de. Estudo das alterações do perímetro urbano em uma cidade de baixa densidade: o caso de Palmas/TO. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU**, Belo Horizonte: Fórum, v. 6, n. 10, p. 353 - 374, 2020. Disponível em:

<https://biblioteca.ibdu.org.br/direitourbanistico/article/view/2020silva>. Acesso em: 1 jul. 2025. Acesso em: 21 de junho de 2025.

SMITH, Thomas L. **Organização rural**: problemas e soluções. São Paulo: Universidade São Paulo, 1971. p. 25-124.

SOUZA, Isaque dos Santos. **A ponte Rio Negro e a Região Metropolitana de Manaus**: adequações no espaço urbano-regional à reprodução do capital. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP. 2013. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-12082013-115623/pt-br.php?utm_source Acesso em: janeiro 2025.

SOUZA, Cleide Lima de. **Amazônia, para além da discussão entre campo e cidade**: O Município de Tapauá/Am em foco. 2010 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Maria Luíza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 5^a edição. São Paulo. Cortez, 1996.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; SILVA, Victor Andrade; LEA, Fátima Crislaine Batista Rocha. A reafirmação da dialética campo-cidade na Produção do espaço: uma leitura dos conceitos a partir da Realidade concreta. In **Campo-Território: Revista De Geografia Agrária**. Uberlândia, v. 12, n. 26, p. 70-93, abril, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/38063>. Acesso em: 10 julho. 2024.

SHANIN, Theodor. “A definição de camponês: conceituações e desconceituações”. **Estudos CEBRAP**, nº. 26, editora Vozes, 1980.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 4^a Edição. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

VASCONCELLOS, E. A. **Política de transporte no Brasil**: a construção da mobilidade excludente. Barueri: Manole, 2013.

VASCONCELLOS, E. A. **Transporte urbano, espaço e equidade**: análise das políticas públicas. São Paulo: Annablume, 2001.

WANDERLEY, M. de N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - CPDA, v. 8, n. 2, p. 87-145, outubro 2000/mar. 2001. Disponível em: maio. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. In **Estudos Sociedade e Agricultura**. Recife: UFPE, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178>. Acesso em junho 2023.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, florestas e águas de trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2010.

ZMITROWICZ, Witold; ANGELIS NETO, Generoso de. **Texto técnico da Escola Politécnica da USP**, Departamento de Engenharia de Construção Civil, TT/PCC/17. São Paulo: EPUSP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002166819>. Acesso em: agosto de 2024.

ANEXOS

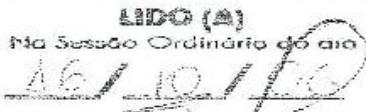
ANEXO 1: Lei de expansão do perímetro urbano Nº 053 de outubro de 2006.



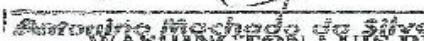
Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Manacapuru
 Praça 16 de Julho, 1001 – Centro – CEP 69.400-000 – Fone 92-361-3043.
 Manacapuru – Amazonas – Brasil



LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 053 DE 10 DE OUTUBRO DE 2006.

LIDO (A)
 Na Sessão Ordinária do dia


Dispõe sobre Ampliação do Perímetro Urbano e de Expansão da Cidade de Manacapuru, e dá outras providências.



WASHINGTON LUIS RÉGIS DA SILVA, Prefeito do Município de Manacapuru no uso de atribuições que lhe são conferidos pela Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - O Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, fica definido da forma seguinte:

PERÍMETRO URBANO - Obedecendo ao sentido horário, inicia-se no ponto de interseção entre o “LAGO DO MIRITI” com o “RIO SOLIMÕES”, segue pelo “RIO SOLIMÕES” até o “RIO MANACAPURU”, segue por este, até um ponto frontal na “ENSEADA DO MANACÁ”, seguindo pela margem direita e posteriormente por uma linha reta e perpendicular até a “RODOVIA MANOEL URBANO”, seguindo por esta até a “PONTE DO MIRITI”, seguindo pelo “LAGO MIRITI” até o “RIO SOLIMÕES”.

Art. 2º - A cidade de Manacapuru fica dividida em centros e bairros.

Art. 3º - CENTRO:

= PONTO INICIAL E FINAL =

“RUA MARCÍLIO DIAS” COM A “RUA CARIOLANO DURAND”

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “RUA CARIOLANO DURAND” até o seu final; daí por uma linha reta até o “RIO SOLIMÕES” segue por este até um ponto frontal a “RUA RIO GRANDE DO SUL” deste ponto por uma linha reta até a “RUA RIO GRANDE DO SUL” segue por esta até a “RUA CORONEL MADEIRA” segue por esta até a “TRAVESSA ALMIRANTE TAMANDARÉ” segue por esta até a “AV. JOÃO XXIII” segue por esta até a “RUA CASTRO ALVES” segue por esta até a “AV. GETÚLIO VARGAS” segue por esta até a “RUA MARCÍLIO DIAS” segue por esta até o ponto inicial.



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Manacapuru
 Praça 16 de Julho, 1001 – Centro – CEP 69.400-000 – Fone 92-361-3043.
 Manacapuru - Amazonas - Brasil



Art. 4º - BAIRRO DE APARECIDA:

= PONTO INICIAL E FINAL =

"RUA CORONEL MADEIRA" COM A "BOULEVARD PEDRO RATTES"

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela "BOULEVARD PEDRO RATTES" até a "RUA WALDEMAR VENTURA" segue por esta até a "RUA DANIEL SIMÕES" (Rua A) segue por esta até a "RUA CORONEL MADEIRA" segue por esta até o ponto inicial.

Art. 5º - BAIRRO DO BIRIBIRI:

= PONTO INICIAL E FINAL =

"AV. GETULIO VARGAS" COM A "RUA CASTRO ALVES"

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue por uma linha reta até o "LAGO DO MIRITI" segue por este até o "IGARAPÉ SEM DENOMINAÇÃO" Segue por este até o seu final; deste por uma linha reta até o cruzamento da "RUA CARIOLANO DURAND" com a "RUA QUINTINO BOCAIUVA" segue por esta até a "AV. GETULIO VARGAS" segue por esta até o ponto inicial.

Art. 6º - BAIRRO DA CORRENTEZA:

= PONTO INICIAL E FINAL =

"RUA CARIOLANO DURAND" COM A "RUA QUINTINO BOCAIUVA"

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue por uma linha reta até o "IGARAPÉ SEM DENOMINAÇÃO" segue por este até o "LAGO DO MIRITI" segue por este até o "RIO SOLIMÕES" segue por este até o rio um ponto frontal a "RUA CARIOLANO DURAND" deste ponto uma linha reta até a "RUA CARIOLANO DURAND" segue por esta até o ponto inicial.

Art. 7º - BAIRRO DA LIBERDADE:

= PONTO INICIAL E FINAL =

"TRAVESSA ALMIRANTE TAMANDARÉ" COM A "RUA CORONEL



Estado do Amazonas
Prefeitura Municipal de Manacapuru
 Praça 16 de Julho, 1001 – Centro – CEP 69.400-000 – Fone 92-361-3043.
 Manacapuru – Amazonas – Brasil



= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “CORONEL MADEIRA” até Rua “DANIEL SIMÕES” (Rua A) segue por esta até o seu cruzamento com a Rua “WALDEMAR VENTURA” deste cruzamento por uma linha entre as ruas “WALDEMAR VENTURA” e “JOSÉ SORIANO” até o “IGARAPÉ DO MIRITI” segue por este até o “IGARAPÉ SEM DENOMINAÇÃO” segue por este entre a “RUA AUXILIADORA VASCONCELOS” (RUA 1) e “RUA 16 DE JULHO” até o final deste por uma linha reta até o ponto inicial.

Art. 8º - BAIRRO MORADA DO SOL:

= PONTO INICIAL E FINAL =

“ESTRADA MANOEL URBANO” COM O “LAGO DO MIRITI”

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “LAGO DO MIRITI” até o “IGARAPÉ DO MIRITI” segue por este até o seu final, daí por uma linha reta até a “RODOVIA MANOEL URBANO” num ponto frontal a “RUA AUGUSTO LEMOS COELHO” segue pela “BOULEVARD PEDRO RATTES” até a “RODOVIA MANOEL URBANO” segue por esta até o ponto inicial.

Art. 9º - BAIRRO DE SÃO FRANCISCO:

= PONTO INICIAL E FINAL =

“AV. GETÚLIO VARGAS” COM A “RUA CASTRO ALVES”

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “RUA CASTRO ALVES” até a “AV. JOÃO XXIII” segue por esta até a “TRAVESSA ALMIRANTE TAMANDARÉ” segue por esta até o seu cruzamento com a “RUA CORONEL MADEIRA” deste cruzamento por uma linha reta até o “IGARAPÉ SEM DENOMINAÇÃO” segue por esta até o “LAGO DO MIRITI” segue por esta até um ponto frontal a “AV. GETÚLIO VARGAS” com a “RUA CASTRO ALVES” deste ponto por uma linha reta até o ponto inicial.

Art. 10º - BAIRRO DE SÃO JOSÉ:

= PONTO INICIAL E FINAL =

“RUA WALDEMAR VENTURA” COM A “RUA PEDRO RATTES”



Estado do Amazonas

Prefeitura Municipal de Manacapuru

Praça 16 de Julho, 1001 – Centro – CEP 69.400-000 – Fone 92-361-3043.
Manacapuru – Amazonas – Brasil



= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “BOULEVARD PEDRO RATTES” até a “RUA CORONEL JUVÉNCIO SORIANO” segue por esta até o seu final; daí por uma linha reta até o “LAGO DO MIRITI” segue por este até o “IGARAPÉ DO MIRITI” segue por este entre a “RUA WALDEMAR VENTURA” com a “RUA CORONEL JUVÉNCIO SORIANO” até o seu final, daí por uma linha até o cruzamento da “RUA DANIEL SIMÕES” (RUA A) com a “RUA WALDEMAR VENTURA” segue por esta até o ponto inicial.

Art. 11º – BAIRRO DA TERRA PRETA:

= PONTO INICIAL E FINAL =

“BOULEVARD PEDRO RATTES” COM A “RUA RIO GRANDE DO SUL”

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “RUA RIO GRANDE DO SUL” até o seu final; daí por uma linha reta até o “RIO SOLIMÕES” segue por este até o “RIO MANACAPURU” segue por este até um ponto frontal a “INDÚSTRIA MADEIRAL” deste ponto por uma linha reta até a “INDÚSTRIA MADEIRA” (inclusive); desta segue pela estrada de acesso até a “BOULEVARD PEDRO RATTES” segue por esta até o ponto inicial.

Art. 12º – BAIRRO DA TINTÃO:

= PONTO INICIAL E FINAL =

“RUA CORONEL JUVÉNCIO SORIANO” COM A “BOULEVARD PEDRO RATTES”

= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =

Do ponto inicial segue pela “BOULEVARD PEDRO RATTES” até um ponto frontal a “RUA AUGUSTO LEMOS COELHO” deste ponto segue por uma linha reta até o “IGARAPÉ DO MIRITI” segue por este até confrontar com a “RUA CORONEL JUVÉNCIO SORIANO” segue por esta até o ponto inicial.

Art. 13º – BAIRRO NOVA MANACÁ:

PONTO INICIAL E FINAL =

“RODOVIA MANOEL URBANO COM RAMAL DO MADEIRAL”



Estado do Amazonas

Prefeitura Municipal de ManacapuruPraça 16 de Julho, 1001 – Centro – CEP 69.400-000 – Fone 92-361-3043.
Manacapuru – Amazonas – Brasil**= DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO =**

Do ponto inicial, segue pelo "RAMAL DO MADEIRAL" até o "RIO MANACAPURU", daf por uma linha reta pelo "RIO MANACAPURU", até o ponto frontal a "ENSEADA DO MANACÁ", seguindo pela margem direita e posteriormente por uma linha reta e perpendicular até a "RODOVIA MANOEL URBANO", seguindo por esta até o ponto inicial "RAMAL DO MADEIRAL".

Art. 14º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU, ESTADO DO AMAZONAS, em Manacapuru, 10 de outubro de 2006.

W.L.R.S.
WASHINGTON LUIS RÉGIS DA SILVA
Prefeito Municipal de Manacapuru/A.M.

ANEXO 2: A Última Lei de Expansão do Perímetro Urbano de Manacapuru.



**ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANACAPURU
Gabinete do Prefeito**
Praça 16 de Julho, nº 1001 – Centro – CEP 69.400-000 - Manacapuru/Am.
Fone/Fax: (92) 3361-3037 – Fones: (92) 3361-2274/1429/1758/2123/3021/1151/2280/2102/5005
Home Page: <http://www.manacapuru.am.gov.br> - E-mail:



LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR N° 001, DE 18 DE JUNHO DE 2012.

Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 053/2006, e dá outras providências.

O cidadão JOÃO MESSIAS DA SILVA FURTADO, Prefeito do Município de Manacapuru em Exercício, Estado do Amazonas, no uso das atribuições legais e especialmente as contidas nos Art. 76, IV da Lei Orgânica do Município,

Faço saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a presente,

L E I:

Art. 1º - O art. 1º da Lei Complementar nº 053, de 10.10.2006, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, fica definido na forma seguinte: O PERIMETRO URBANO E DE EXPANSÃO URBANA DA CIDADE DE MANACAPURU se estenderá por um raio de 15 Km, tendo como origem a Praça 16 de julho, mais especificamente definido o marco zero o Monumento nela erguido em homenagem ao Ministro Valdemar Pedrosa.

§ 1º - O raio tem como limite os referenciais cardeais geográficos: ao NORTE a Comunidade Vale de Benção; na Estrada do Acajatuba – Km 08; ao SUL o Rio Solimões; LESTE a Comunidade Nossa Senhora da Conceição, na Costa do Laranjal – Km 08 da Estrada do Laranjal, próxima as Comunidades São João Batista e Bom Jardim e a OESTE a Comunidade São Francisco do Patauá, Rio Manacapuru.





ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANACAPURU
GABINETE DO PREFEITO
 Praça 16 de Julho, nº 1001 – Centro – CEP 69.400-000 - Manacapuru/Am
 Fone/Fax: (92) 3361-3037 – Fones: (92) 3361-
 3043/2274/1429/1758/2123/3021/1151/2280/2102/5005



§ 2º- Pela Rodovia Manoel Urbano, AM-70, sentido Manaus/Manacapuru, o ponto limite do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, passa a ser o Km – 61.

§ 3º - Pela Rodovia de Novo Airão, Am-352, sentido Manacapuru/Novo Airão, o ponto limite do Perímetro Urbano e de Expansão Urbana da Cidade de Manacapuru, passa a ser o Km – 12.

§ 4º - Para efeito de orientação considerar-se-á o mapa anexo, que define os limites da Zona Urbana e de Expansão da Cidade de Manacapuru.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

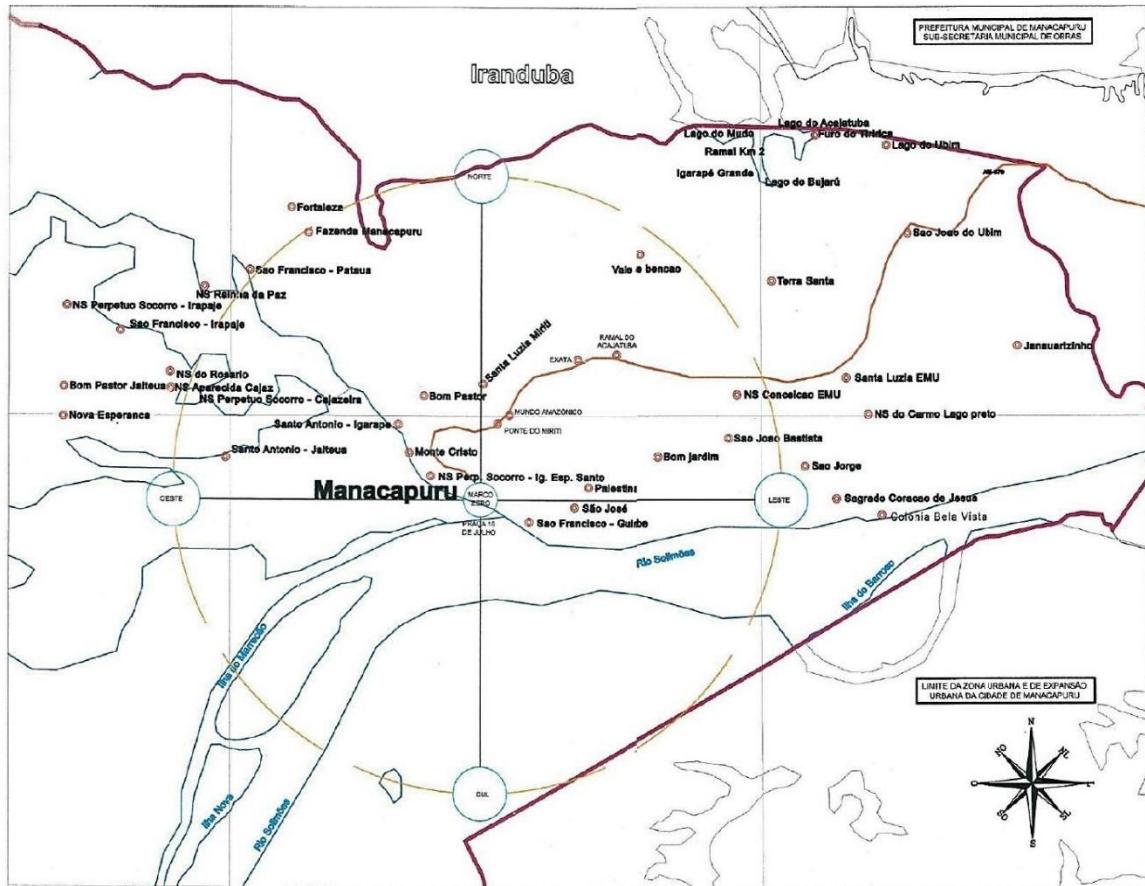
GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANACAPURU,
ESTADO DO AMAZONAS, aos 18 (dezoito) dias do mês de junho de 2012.

JOÃO MESSIAS DA SILVA FURTADO
 Prefeito do Município de Manacapuru em Exercício

*Foi publicado na data supra, na forma
 de art. 89, caput, da LOMM.*



MAPA DO NOVO PERÍMETRO URBANO DISPONIBILIZADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE MANACAPURU



Anexo 03: Documento de concessão do Incra

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA						
01 - CARACTERÍSTICAS DO CONTRATO						
ESPECIE						
CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, SOB CONDIÇÃO RESOLUTIVA						
NÚMERO DO CONTRATO	DATA	LOCAL DE EMISSÃO	UF	PROCESSO ADMINISTRATIVO		
AMB000000001???	12/11/2021	MANAUS	AM	34270.003896/2007-11		
02 - CONCEDENTE						
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de Julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, CNPJ nº 00.375.972/0001-60, Sede e Jurisdição em todo Território Nacional.						
03 - CONCESSIONÁRIO(O)						
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO			
██████████	██████████	██████████	██████████			
CPF	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	UF	CÓDIGO DO BENEFICIÁRIO		
██████████	██████████	██████████	████	██████████		
CONCESSIONÁRIO(O)						
NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL	PROFISSÃO/ATIVIDADE PRINCIPAL	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO			
██████████	██████████	██████████	██████████			
CPF	DATA DE NASCIMENTO	NATURALIDADE	UF	CÓDIGO DO BENEFICIÁRIO		
██████████	██████████	██████████	████	██████████		
04 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL						
Lei nº 4.947, de 08 de abril de 1966; 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, alterada pela Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014 e regulamentada pelo Decreto nº 9.311, de 15 de março de 2018.						
05 - CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL						
DENOMINAÇÃO DO IMÓVEL						
PAA BELA VISTA II						
IMÓVEL	MUNICÍPIO DE LOCALIZAÇÃO	UF	CÓDIGO DO IMÓVEL NO SNCR	ÁREA DO IMÓVEL (HA)		
RURAL	CARREIRO	AM	0	61043.4292		
ÁREA POR EXTERNO:						
SESSENTA E QUATRO MIL E QUINTAVENTOS E SETENTA E TRES HECTARES, SESSENTA E NOVE ÁREAS E Vinte E Cinco CENTIARES						
CONFRONTAÇÕES:						
NORTE: COM O RIO SOLINHES, SUL: COM O IMÓVEL MANAQUARI, LESTE: COM O IMÓVEL JANAUACAI, DESTE: COM O IMÓVEL CABALIANA.						
06 - ÁREA CONCEDIDA						
ÁREA DE EXPLORAÇÃO COLETIVA				ÁREA DA FRACÇÃO (HA)		
DEZESSETE HECTARES, SESSENTA E SETE ÁREAS E HUM CENTIARE				17.6701		
ÁREA TOTAL CONCEDIDA POR EXTERNO				ÁREA TOTAL (HA)		
DEZESSETE HECTARES, SESSENTA E SETE ÁREAS E HUM CENTIARE				17.6701		
AVERRAÇÃO OU REGISTRO DO IMÓVEL						
PROPRIETÁRIO	MATR./TRANSC	OFÍCIO	LIVRO	FOLHA/FICHA	COMARCA	UF
UNião	25424		3-P	26	MANAUS	AM
O PRESENTE TÍTULO RENDE-SE PELAS CLAUSULAS ESPECIFICADAS NO VERSO						
IMPRESSO PELO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - SIPRA - V.WEB						
Nº 075374						

Anexo 04: Comprovante da declaração do Imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR

Ministério da Fazenda Secretaria da Receita Federal do Brasil	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural Exercício 2016
RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO ITR DECLARAÇÃO RETIFICADORA	
DADOS DO IMÓVEL RURAL	
Número do Imóvel na Fazenda Federal (Nif): 7.990.679-6	Área Total: 14,8 Ha
Nome:	
Enderço: OUTROS RAMAL DE NOVA ESPERANÇA	
Município: MANACAPURU	UF: AM CEP: 69400-970
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE	
Nome:	
CPF:	
Enderço: LOCALIDADE COMUNIDADE BOM JARDIM	
Número: S/N	Complemento: RAMAL NOVAESPERANÇA
Bairro: ZONA RURAL	
Município: MANACAPURU	UF: AM
CEP: 69400-970	Telefone: (92) 991589319
OUTRAS INFORMAÇÕES DA DECLARAÇÃO	
Declaração Retificadora: Sim	
Conforme dados declarados, o imóvel enquadra-se como imune pelo motivo A.	
Declaração recebida via Internet JV pelo Agente Receptor Serpro em 31/08/2016 às 16:28:06 2046010094	
RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DO ITR DECLARAÇÃO RETIFICADORA	
O NÚMERO DO RECIBO da DIRTR apresentada em 31/08/2016, às 16:28:06, referente ao Nif 7.990.679-6, é:	
22.91.32.55.99.07	
Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Guarde-o, pois ele será necessário caso deseje retificar esta declaração.	

APÊNDICES

APÊNDICE 1: Questionamentos aos comunitários

AOS MORADORES DAS COMUNIDADES NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E BOM JARDIM

Data: ____ / ____ / ____

Aspectos socioeconômicos

1) Residência Própria? () sim () não

2) Onde você mora é uma área afetada por enchente? () sim () não

3) A área onde você mora é afetada por deslizamento de terra? () sim () não

4) Quantas pessoas moram na sua residência? _____

5) Quantas pessoas da residência colaboram para a renda da família? _____

6) Como é composta a renda da família?

() Agricultura () Pesca () Trabalho formal () Comercio

() Agropecuária () Avicultura () Beneficio Público () Outros

7) Você trabalha nesse segmento há quanto tempo? _____

8) A renda familiar é o suficiente para prover todas as necessidades? _____

9) Indique abaixo, a presença de infraestrutura básica:

Serviços urbanos e infraestrutura básica	Sim	Não	Parcial
Transportes e mobilidade urbana			
Calçamento			
Presença do Comércio			
Sistema Educacional			
Abastecimento de água potável			
Abastecimento de energia elétrica			
Serviço de comunicação			
Serviço de Saúde			

10) Pensando que há transporte público ou coletivo na comunidade, como se dá o transporte dentro comunidade? É necessário? Quando você se dirige até o centro urbano, usa que tipo de transporte, particular ou coletivo?

11) Tem asfaltamento e calcadas na rua da sua casa? () sim () não

12) Quando é preciso comprar algum produto de necessidade básicas, onde você compra, na comunidade ou no centro urbano?

13) Tem supermercado ou mercadinho na comunidade? () sim () não

14) Se você fizer seu rancho mensal em um supermercado do centro, o estabelecimento consegue entregar em sua casa? Se não, qual a dificuldade alegada?

15) A água de uso doméstico é extraída de qual fonte?

() Rio () poço próprio () poço de terceiros

16) Se a água usada é do poço, durante as grandes cheias, você compra água para beber ou usa do rio mesmo?

17) Próximo a sua casa tem iluminação pública? () sim () não

18) Você paga taxa de iluminação pública? () sim () não

19) Pega sinal de telefone móvel na comunidade? () sim () não

20) Pega Sinal de internet na comunidade? () sim () não

21) Na comunidade há o serviço de internet via Wifi? () sim () não

22) A comunidade conta com o serviço de entrega dos correios? () sim () não

23) Tem posto de saúde na comunidade? () sim () não

24) Se sim, tem atendimento médicos? () sim () não. Com qual frequência?

() Uma ou duas vezes na semana () Três vezes () Diariamente

25) O que fazem em caso de urgência médica?

26) Qual seu nível de satisfação referente aos Serviços urbanos e a infraestrutura?

	Totalmente Satisfeito	Satisffeito	Indiferente	Insatisffeito	Totalmente insatisffeito
Transportes e mobilidade urbana					
Calçamento					
Presença do Comércio					
Sistema Educacional					
Abastecimento de água potável					
Abastecimento de energia elétrica					
Serviço de comunicação					

27) Qual o serviço que você gostaria que fosse melhorado ou implementado na comunidade? _____

.

Perímetro Urbano: Antes e Depois

1) Você conhece a lei de 2012, expansão do perímetro urbano de Manacapuru?
 sim não

2) Como você se sente?
 Rural Urbano

APÊNDICE 2: Questionamentos a Amazonas Energia**A AMAZONAS ENERGIA**

Data: ____/____/____

Escritório/Setor:

1) Em que ano foi instalado o serviço de energia elétrica a comunidade Nossa Senhora das Graças Bom Jardim? _____

2) Qual a base de cálculo é cobrada na energia da comunitário de Bom Jardim e Nossa Senhora das Graças? () Base rural () Base Urbano

3) Qual o tipo usina que abastece a comunidade?

() Termoelétrica () Hidrelétrica

4) A comunidade Nossa Senhora das Graças paga taxa de iluminação pública?

() sim () não

5) A comunidade Bom Jardim paga taxa de iluminação pública? () sim () não